

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rodrigo dos Santos Oliveira

**ENTRE ÁVAROS E TURCOS: O ESTEREÓTIPO CITA NÔMADE NA
*HISTÓRIA DE MENANDRO PROTETOR (SÉCULO VI)***

Santa Maria, RS
2021

Rodrigo dos Santos Oliveira

**ENTRE ÁVAROS E TURCOS: O ESTEREÓTIPO CITA NÔMADE NA
HISTÓRIA DE MENANDRO PROTETOR (SÉCULO VI)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Semíramis Corsi Silva

Santa Maria, RS
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Oliveira, Rodrigo
Entre ávaros e turcos: o estereótipo cita nômade na
História de Menandro Protetor (século VI) / Rodrigo
Oliveira.- 2021.
145 p.; 30 cm

Orientadora: Semíramis Corsi Silva
Coorientador: Otávio Luiz Vieira Pinto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2021

1. Antiguidade Tardia 2. Império Romano do Oriente 3.
Ávaros 4. Turcos 5. Representação I. Corsi Silva,
Semíramis II. Vieira Pinto, Otávio Luiz III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, RODRIGO OLIVEIRA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Rodrigo dos Santos Oliveira

**ENTRE ÁVAROS E TURCOS: O ESTEREÓTIPO CITA NÔMADE NA HISTÓRIA
DE MENANDRO PROTETOR (SÉCULO VI)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 25/08/2021

Semíramis Corsi Silva

Semíramis Corsi Silva, Profa. Dra. (UFSM)
(Presidenta/Orientadora)

Otávio Luiz Vieira Pinto

Otávio Luiz Vieira Pinto, Prof. Dr. (UFPR)
(Coorientador)

Margarida Maria de Carvalho

Margarida Maria de Carvalho, Profa. Dra. (UNESP/Franca)
(Membro efetivo)

Anderson Zalewski Vargas

Anderson Zalewski Vargas, Prof. Dr. (UFRGS)
(Membro efetivo)

Renato Viana Boy, Prof. Dr. (UFFS)
(Membro suplente)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

Em memória da minha amada irmã, Danielle dos Santos Oliveira (1996 – 2019).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Semíramis Corsi Silva, pela paciência, compreensão e confiança, especialmente nestes tempos tão difícil que vivemos. Esta pesquisa só foi possível graças aos muitos anos em que estive sob orientação dela, em uma relação acadêmica cultivada desde 2015.

Também agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Otávio Luiz Vieira Pinto, que além de toda a ajuda concedida, em 2015 me trouxe a primeira fonte com a qual trabalhei: a *História* de Prisco de Pânio.

Gostaria também de agradecer aos membros da banca avaliadora, Prof.^a Dr.^a Margarida Maria de Carvalho, Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas e Prof. Dr. Renato Viana Boy, pela leitura, análise crítica e contribuições.

Agradeço aos meus pais, José Altivo da Rosa Oliveira e Eliedi Maria dos Santos, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram quando precisei.

Agradeço também a todos os amigos, colegas e professores que no decorrer destes dois anos de Mestrado estiveram presentes em minha vida e puderam agregar em conhecimento e experiência.

RESUMO

ENTRE ÁVAROS E TURCOS: O ESTEREÓTIPO CITA NÔMADE NA *HISTÓRIA* DE MENANDRO PROTETOR (SÉCULO VI)

AUTOR: Rodrigo dos Santos Oliveira

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Semíramis Corsi Silva

Resumo: O platô mongol, no coração da Mongólia, serviu como palco para o surgimento de diversos grupos étnicos e impérios nômades no decorrer da História. Todavia, no século VI, uma nova entidade étnica e linguística, até então desconhecida, emergiu nesse espaço: o Qaghanato Turco. Liderados por Bumin Qaghan, em 551, os turcos conseguiram derrubar Yujiulü Anagui, qaghan do Qaghanato Rouran, e estabelecer seu próprio império nômade, que durante seu ápice na segunda metade do século VI, estendia-se do Norte do Cáucaso, à Oeste, até o Norte da Coréia, no Leste. A ascensão desta nova entidade nômade, no entanto, colocou em movimento uma série de tribos nômades, como é o caso dos ávaros, que entre 557 e 558 se estabeleceram na região do Cáucaso, onde entraram em contato com o Império Romano do Oriente e, em 568, se estabeleceram na Panônia, formando o Qaghanato Ávaro. Por conseguinte, foi Menandro Protetor, historiador romano do século VI, quem narrou em sua fragmentária *História* o estabelecimento do Qaghanato Ávaro na Panônia e um dos primeiros contatos diplomáticos entre Constantinopla e o qaghan turco da Eurásia. Esta pesquisa, por sua vez, tem como objetivo analisar as representações de Menandro Protetor sobre ávaros e turcos. Para isso, parte-se da ideia de que a literatura greco-romano, a partir das obras de Heródoto e Hipócrates, construiu um estereótipo sobre grupos nômades que serviu como base para futuras representações, em especial de autores da Antiguidade Tardia. Como aporte teórico, serão operacionalizados conceitos como estereótipo, etnicidade fictiva e representação, a partir de uma abordagem metodológica Pós-Colonial, em que se compreende que as fontes greco-romanas estruturam discursos e narrativas que reforçam posições políticas e ideológicas, muitas vezes apropriadas pela academia contemporânea a fim de reforçar ainda mais as relações de centro *versus* periferia para territórios europeus e asiáticos modernos. A principal documentação utilizada para o desenvolvimento desta dissertação é a *História* de Menandro Protetor, uma obra de caráter fragmentário cujos excertos sobreviveram através do *Suda* e dos *Excertos Constantinianos*, e foram compilados e traduzidos para o inglês por Roger Charles Blockley (1985).

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Império Romano do Oriente; Ávaros; Turcos; Representação.

ABSTRACT

BETWEEN AVARS AND TURKS: THE STERYOTYPE NOMAD SCYTHIAN IN THE *HISTORY* OF MENANDER PROTEKTOR (6TH CENTURY)

AUTOR: Rodrigo dos Santos Oliveira
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Semíramis Corsi Silva

Abstract: The Mongolian plateau, in the heart of Mongolia, served as a stage for the emergence of diverse ethnic groups and nomadic empires throughout History. However, in the sixth century, a new ethnic and linguistic entity, unknown since then, emerged in this space: the Turkic Khaganate. Led by Bumin Qaghan, in 551, the Turks managed to overthrow Yujiulu Anagui, khagan of the Rouran Khaganate, and establish their own nomadic empire, which during its peak moment in the second half of the 6th century, stretched from the north of the Caucasus in the West, to the north of Korea in the East. The rise of this new nomadic entity, however, set in motion a series of nomadic tribes such as the Avars, who between 557 and 558 settled in the Caucasus Region, where they came into contact with the Eastern Roman Empire, and in 568 settled in Pannonia, forming the Avar Khaganate. It was Menander Protektor, a sixth-century Roman historian, who narrated in his fragmentary *History* the establishment of the Avar Khaganate in Pannonia and one of the first diplomatic contacts between Constantinople and the Turkic khagan of Eurasia. Therefore, this research aims to analyze the representations of Menander Protektor about Avars and Turks. For this analysis, we understand that Greco-Roman literature, based on the works of Herodotus and Hippocrates, built a stereotype about nomadic groups that served as basis for future representations, specially by authors of Late Antiquity. As a theoretical approach, concepts such as stereotype, fictive ethnicity and representation will be operationalized from a post-Colonial methodological approach, in which it is understood that Greco-Roman sources structure discourses and narratives that reinforce political and ideological positions, often appropriated by the contemporary academy in order to further strengthen center-periphery relationships for modern European and Asian territories. The main documentation used for the development of this MA thesis is the *History* of Menander Protektor, a fragmentary work whose excerpts survived through the *Suda* and the *Constantinian Excerpts*, and were compiled and translated into English by Roger Charles Blockley (1985).

Palavras-chave: Late Antiquity; Eastern Roman Empire; Avars; Turks; Representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O CONTEXTO HISTÓRICO DE MENANDRO PROTETOR: O SÉCULO VI ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE.....	20
1.1. Dos Balcãs à Estepe Eurasiática: o Império Romano do Oriente e as relações ávaro-turcas no século VI.....	21
1.2. Da Ásia Central aos Balcãs: Maurício Tibério e o final do século VI.....	40
2. MENANDRO PROTETOR E A HISTORIOGRAFIA CLASSICIZANTE DA ANTIGUIDADE TARDIA	65
2.1. Menandro Protetor: Biografia e História	66
2.2. A Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia e o estereótipo <i>cita nômade</i>	79
3. ÁVAROS E TURCOS: PRÁTICA DIPLOMÁTICA E REPRESENTAÇÃO NA HISTÓRIA DE MENANDRO PROTETOR	96
3.1. A Hegemonia nômade do Danúbio: Menandro Protetor e os ávaros	97
3.2. O Império das Estepes: Menandro Protetor e o Qaghanato Turco	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca se situar geograficamente e cronologicamente no que Nicola Di Cosmo e Michael Maas (2018) conceituaram como Antiguidade Tardia Eurasiática, conceito apresentado pelos historiadores no livro *Empires and Exchanges in Late Antiquity* (2018). A partir do conceito de *Antiguidade Tardia*, de Peter Brown (1989), os autores buscaram expandir tanto temporalmente quanto geograficamente o período, que passa então a cobrir meio milênio, da segunda metade do século III à primeira metade do século VIII, englobando as populações da estepe eurasiática e dos Impérios Romano, Iraniano e Chinês. Essa nova conceituação, portanto, visa retirar o foco de uma Antiguidade unicamente greco-romana e de um momento Tardio somente romano. Foi proposto, deste modo, como o intuito de apresentar a Eurásia como um objeto de análise unificado, conectando à Europa com as múltiplas transformações que ocorreram em outros lugares da Eurásia. Nas palavras de Nicola Di Cosmo e Michael Maas (2018, p. 8): “Podemos então entender a aparição do cristianismo na China, as redes de comércio pela Ásia Central e a diplomacia Bizantina com povos nômades através da vantajosa perspectiva de histórias interconectadas”.

Diante disso, o estudo aqui proposto tem como objetivo analisar as representações da *História* de Menandro Protetor sobre dois grupos nômades distintos, os ávaros e os turcos, que a partir da segunda metade do século VI passaram a interagir com o Império Romano do Oriente. A obra de Menandro, todavia, é uma obra de caráter fragmentário, cujos excertos sobreviveram somente através de obras como o *Suda* e os *Excertos Constantinianos*, de Constantino VII Porfirogênito. Escrita em grego, a *História* de Menandro foi produzida em algum momento entre 582 e 602, foi comissionada pelo imperador Maurício e relata eventos dos anos finais do governo de Justiniano e de Justino II e Tibério II, e seu tema principal são as interações diplomáticas entre romanos e outros grupos.

Como forma de fundamentar as ideias propostas para esta pesquisa, serão também apresentados outros autores da Antiguidade, como é o caso de Heródoto e dos hipocráticos, cujas obras *História* e *Dos Ares, Águas e Lugares*, respectivamente, estão entre as primeiras obras a descrever etnograficamente e em detalhes grupos nômades da Eurásia. Heródoto e os hipocráticos, por sua vez, foram responsáveis por dar início a construção de um estereótipo sobre grupos nômades (o estereótipo cita nômade), que perpassou a cosmografia greco-romana e foi reforçado na Antiguidade Tardia, em especial nas representações de autores da Tradição Classicizante como Amiano Marcelino, Prisco de Pânio, Procópio de Cesareia, Agátias de Mirina e o próprio Menandro Protetor.

Pode-se afirmar que os estudos contemporâneos acerca da Estepe Eurasiática e dos grupos nômades passaram a ser produzidos com maior frequência após o século XVIII, fortemente influenciados pelos estudos orientais e pelo orientalismo. Nesse sentido, é importante que se destaque a obra *Histoire générale des Huns, des Mongoles, des Turcs et des autres Tartares occidentaux* (1757), de Joseph de Guignes, um importante orientalista francês. A obra de De Guignes (1757), por sua vez, apresenta a história da estepe Eurasiática através de uma ideia de continuidade espaço-temporal entre diferentes grupos e desenvolve o conceito de “Grande Tartária”, em uma tentativa de adequar os nômades à uma narrativa “ocidentalizada” sobre a estepe e os “povos do cavalo”.

Já no final do século XIX e início do século XX, é possível destacar o importante trabalho de René Grousset, denominado *The Empire of the Steppes: a History of Central Asia* (1939). O objetivo de Grousset (1939) foi, assim como De Guignes (1757), traçar uma narrativa de continuidade entre os diferentes grupos nômades da estepe eurasiática, tomando como ponto de partida os citas na Antiguidade Clássica e indo até o Qaghanato de Zungar em 1757. A pesquisa de Grousset se mostra bastante precisa e alguns aspectos, indo ao encontro das importantes descobertas arqueológicas do século XIX e início do século XX. Para além disso, o autor também possui domínio sobre as fontes do Oriente Próximo (assírias, iranianas e babilônicas) e greco-romanas.

Comissionado pela *Ahnenerbe* do Terceiro Reich nazista, o historiador alemão Franz Altheim também produziu uma obra sobre os povos da Ásia Central. Intitulada *Geschichte der Hunnen* (1969), em quatro volumes, a obra de Altheim apresenta uma narrativa sobre hunos e turcos, traçando um devir histórico acerca da etnicidade de turcos e outro grupos turco-mongóis através dos hunos que, logo em sua introdução, afirma estarem descritos na *Geografia* de Cláudio Ptolomeu. Comissionada pela *Ahnenerbe* de Heinrich Himmler, todavia, a *Geschichte der Hunnen* (1969) é uma obra de cunho racista e serviu, portanto, como um instrumento para justificar as doutrinas raciais impostas pelo Partido Nazista alemão.

Já na década de 1990, pode-se destacar o livro *An Introduction to the history of the Turkic Peoples: Ethnogenesis and state-formation in medieval and early modern Eurasia and Middle East* (1992), de Peter Benjamin Golden, turcólogo norte-americano. A obra de Golden é uma análise extensa, arqueológica, documental e filológica sobre a etnogênese e a formação estatal dos grupos nômades eurasiáticos de origem turca. O trabalho de Golden (1992) reflete uma tradição de historiadores que buscaram analisar as interações e transformações de grupos nômades da estepe Eurasiática através do tempo, tomando como ponto de partida os grupos

iranianos da Antiguidade Clássica e encerrando com uma discussão sobre a etnogênese dos turcos modernos, como os turcos da Turquia, do sul da Sibéria, do Turcomenistão, etc.

Há uma série de coletâneas que buscaram analisar a estepe eurasiática e os grupos nômades, geralmente através dessa perspectiva de continuidade na estepe, como abordado por De Guignes (1757), Grousset (1939) e Golden (1992). Nesse sentido, há a importante coletânea de Denis Sinor, intitulada *The Cambridge History of Early Inner Asia* (1990), que possui um recorte temporal que, embora ainda extenso, é mais contido do que os trabalhos anteriormente citados, iniciando na Antiguidade Clássica e encerrando na Alta Idade Média. Mais recentemente, há a já abordada coletânea de Michael Maas e Nicola Di Cosmo, *Empires and Exchanges in Eurasian Late Antiquity* (2018), que buscou pensar a Antiguidade Tardia e a Eurásia através de uma ótica de interconexão entre grupos e impérios, aproximando-se assim da perspectiva da História Global.

Especificamente sobre os ávaros, evidenciam-se aqui dois trabalhos. O primeiro deles foi intitulado *The Avars: A Steppe Empire in Central Europe, 567-822* (2018), de Walter Pohl. Publicado originalmente em 1988 na língua alemã, *The Avars* (2018) é o trabalho publicado sobre os ávaros mais extenso e detalhado. Pohl (2018) tomou como ponto de partida a migração dos ávaros para o Cáucaso, analisando detalhadamente sua possível origem e as teorias etnogênicas acerca deles, como a associação entre os ávaros da Panônia e o Qaghanato Rouran, assim como as teorias tardo-antigas que afirmavam serem os ávaros, na realidade, “falsos ávaros”. Cronologicamente, aborda desde a migração dos ávaros no século VI até seu período o início da dissolução do qaghanato no século VIII. O segundo livro por sua vez, é chamado *Byzantium and the Avars, 6th-9th Century AD: Political, Diplomatic and Cultural Relations* (2018) de Giorgio Kardaras, onde o autor coloca em perspectiva as interações entre o Império Romano do Oriente e o Qaghanato Ávaro do Danúbio, a partir de análises documentais e arqueológicas.

Sobre os turcos, todavia, não há livros que possam ser indicados.¹ Além de um importante capítulo de Sinor sobre os turcos denominado *The Establishment and dissolution of the Türk Empire*, da coletânea *The Cambridge History of Early Inner Asia* (1990), existe uma série de artigos publicados sobre questões diversas acerca do Qaghanato Turco. Autores como Peter Golden e Mihaly Dobrovits podem ser destacados através de artigos e capítulos de livros como *The Turk Imperial Tradition in the Pre-Chinggis Era* (2019), *Ethnogenesis in the tribal*

¹ Há duas publicações, uma em chinês e outra em russo, que abordam os turcos em livro. Devido ao distanciamento linguístico, as obras não puderam ser lidas e/ou analisadas neste trabalho. Os livros são intitulados 突厥史(1992), “Uma História dos Turcos”, de Xue Zongzheng, e *Древние тюрки* (2007), “Os Gokturcos”, de Lev Gumilyov.

zone: *The Shaping of the Turks* (2011), *The Ethnogenic Tales of the Turks* (2018), publicados por Golden, e *A nyugati türkök első uralkodójáról*² (2004), *The Thirty Tribes of the Turks* (2004), *The Altaic World through Byzantine eyes* (2011) e *On the Titulature of the Western Turk Chieftains* (2015), produzidos por Dobrovits.

Feito o levantamento bibliográfico acerca de estudos sobre nômades, ávaros e turcos, é importante que seja abordado, mesmo que brevemente, as produções acerca de Menandro Protetor, autor cujas representações sobre ávaros e turcos serão analisadas nesta dissertação. Nesse sentido, existem pouquíssimas publicações acerca do autor, um possível reflexo do caráter fragmentário de sua obra. Além disso, para além de ser uma obra fragmentária, há uma escassez considerável de informações acerca do autor, dando pouca margem para análises e interpretações biográficas. Destacam-se, deste modo, quatro publicações.

A primeira publicação é intitulada *Menander Protector* (1978), um extenso artigo publicado por Barry Baldwin, que aborda aspectos biográficos e textuais da *História* de Menandro. Já a segunda publicação é a importante *Introdução* de Roger Charles Blockley (1985) à sua tradução dos fragmentos de Menandro Protetor, onde realiza uma crítica à Baldwin e aborda também aspectos biográficos e textuais do autor. A terceira é um capítulo do livro *The Early Byzantine Historians* (2007) de Warren Treadgold, que procura abordar o mesmo que os autores anteriores, mas traz algumas informações novas sobre Menandro. Por fim, há o artigo de Dariusz Brodka, *Zum Geschichtsverständnis des Menander Protektor*³ (2007), onde, diferente dos autores anteriores, buscou-se abordar a *História* de Menandro Protetor unicamente através de uma análise textual e historiográfica, entendendo sua *História* como uma mescla entre elementos da Tradição Classicizante e da História Eclesiástica, um fenômeno comum aos historiadores classicizantes dos séculos VI e VII, como Procópio de Cesareia e Teofilato Simocata.

Através do levantamento bibliográfica apresentado, justifica-se essa pesquisa pela carência de análises não apenas sobre grupos nômades da estepe eurasiática no contexto da Antiguidade Tardia, mas também sobre produções voltadas para a obra de Menandro Protetor, autor pouco trabalho e conhecido pela historiografia antiga, especialmente no contexto das produções brasileiras. Não há, até onde se sabe, nenhum trabalho sobre grupos nômades da Eurásia na Antiguidade publicados no Brasil por brasileiros, e o mesmo pode ser dito sobre análises acerca de Menandro Protetor. Embora haja um aumento considerável de produções brasileiras voltadas para o campo da Antiguidade Tardia nos últimos anos, essas análises

² “Sobre o primeiro governante dos turcos ocidentais”, título traduzido do húngaro para o português.

³ “Para a compreensão da História de Menandro Protetor”, traduzido do alemão para o português.

geralmente se voltam para o Império Romano do Oriente ou para as Monarquias Romano-Germânicas ou, ainda, para análise de autores bem estabelecidos na historiografia, como é o caso de Procópio de Cesareia. Ao que pese a importância dessas pesquisas, percebermos haver uma lacuna nos estudos nacionais sobre grupos nômades da estepe eurasiática e, em especial, sobre Menandro Protetor.

Para esta análise serão operacionalizados alguns conceitos dos Estudos Pós-Coloniais, da Filosofia e da própria Teoria da História. Três conceitos-chaves serão utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa: *etnicidade fictiva*, estereótipo e representação. Desta forma, entende-se como *etnicidade fictiva* o que fora proposto pelo filósofo francês Étienne Balibar (1991). Nas palavras do autor (1991, p. 96):

Eu aplico o termo ‘etnicidade fictiva’ a uma comunidade instituída pelo Estado-nação. Esta é uma expressão intencionalmente complexa onde o termo ficção, de acordo com minhas observações acima, não deve ser tomado no sentido de uma ilusão pura e simples, sem efeitos históricos, mas precisa, do contrário, ser compreendido como analogia com o *persona ficta* da tradição jurídica, no sentido de um efeito institucional, a ‘fabricação’. Nenhuma nação possui uma base étnica natural, mas como formações sociais são nacionalizadas, as populações incluídas nelas, divididas entre elas ou dominadas por elas são etnicizadas – isto é, representadas no passado ou no futuro como se tivessem formado uma comunidade natural, possuindo uma identidade de origens, cultura e interesses que transcendem condições individuais e sociais.

É necessário observar que o conceito, como concebido por Balibar, foi pensado para o contexto do século XIX e a formação dos Estados-nação. O eixo desse conceito, todavia, não é o contexto histórico ao qual foi aplicado pelo filósofo, mas sim a ideia de que as etnicidades são “fabricadas”, como informado por Balibar, para que obedeçam à uma metanarrativa ou narrativa hegemônica. Para Balibar, quem constrói esta narrativa hegemônica e impõe as etnicidades é o Estado-nação. Para a análise aqui proposta, a narrativa hegemônica é construída por aqueles que possuíam o poder da permanência no tempo, aqueles que detinham a capacidade de registrar, a escrita, ou seja, gregos e romanos. Como elucidado por Otávio Luiz Vieira Pinto (2016, p. 21):

Ele [Étienne Balibar] postula que identidades culturais (comunidades) são criadas para obedecer uma narrativa hegemônica, mais poderosa. Em outras palavras, elas são *impostas* a aqueles que são identificados ou pertencem a um certo grupo étnico. Elas não existem como um fato dado – diametralmente oposto à ideia de primordialismo – mas são moldados.

A *etnicidade fictiva*, dessa forma, postula que as etnicidades são impostas àqueles que são identificados ou pertencem a um designado grupo étnico. Por conseguinte, as diversas etnicidades encontradas na documentação, neste caso da Antiguidade, são uma espécie de “fabricação” da cosmografia grega, no sentido de que foram moldadas e articuladas para que

se adequassem dentro de uma metanarrativa, ou narrativa hegemônica, que buscava explicar e dar sentido ao mundo.

O conceito de *representação*, por sua vez, vai ao encontro do que foi teorizado pelo historiador e filósofo neerlandês Frank Ankersmit (2012). O conceito presente neste trabalho, todavia, não é utilizado apenas como uma forma de pensar como historiadores contemporâneos produzem *representações* históricas sobre o passado através da investigação histórica e da linguagem, mas principalmente, compreender como autores da Antiguidade também produziam representações sobre o passado. Ankersmit (2012, p. 78-79), desse modo, argumenta que há uma distinção entre os conceitos de *descrição* e *representação* no âmbito do discurso histórico. Enquanto a descrição *se refere* a realidade, a representação *é sobre* a realidade, ou como também afirmado pelo autor, a descrição enquanto nível da “fala” e a representação enquanto a “fala sobre a fala”. Conforme o próprio autor:

Por um lado, o texto histórico contém o nível da “fala” (isto é, o nível no qual o historiador descreve o passado em termos de declarações individuais sobre eventos históricos, assuntos estatais, ligações casuais, etc.). Por outro, é também composto pelo nível no qual a discussão que toma lugar é sobre que porção da linguagem (isto é, qual texto histórico) melhor representa ou corresponde a tal parte da realidade passada. Este é o nível da “fala sobre a fala”, em que podemos, por exemplo, indagar a nós mesmos qual a melhor definição se tem dado ao conceito de “Renascença”, ou “Revolução”, a fim de chegar a um entendimento de certa parte do passado (ANKERSMIT, 2012, p. 79).

Nesse sentido, Ankersmit (2001, p. 2012, p. 194) entende que a representação é “uma operação de três lugares”. Em suas palavras: “uma representação (1) define um representado (2) em termos dos quais o mundo (3) é visto – e devemos evitar a confusão entre (2) e (3)”. John Andrew Gomes de Paula (2020, p. 192), de forma bastante elucidativa, explica:

Logo, se a Revolução Francesa é **uma parte** do passado, os aspectos apresentados em determinada representação sobre ela também são apenas **uma parte** do que foi a revolução. Isso não quer dizer que existiram várias Revoluções Francesas, mas que cada historiador opta por trabalhar com um determinado enfoque sobre um fenômeno histórico, que por sua vez é um fenômeno dentre outros do passado; assim se tem os três lugares da representação histórica: o passado, o aspecto da Revolução Francesa trabalhado pelo historiador e a representação que ele faz com base nesse aspecto.

A *representação* histórica, nesse sentido, também se apresenta como um reflexo da própria historicidade do historiador. As representações se distinguem porque cada historiador possui seus anseios, objetivos, posicionamentos e lugar no mundo, assim como suas próprias leituras teóricas e metodológicas. Como, então, traduzir esse conceito para as análises do passado? Bem, os historiadores do passado também escreviam *representações* distintas sobre um mesmo tema, pois, assim como os historiadores contemporâneos, possuíam sua própria historicidade. Quanto ao conhecimento teórico, embora os autores do passado não possuíssem

uma “Teoria da História” como pensada atualmente, seguiam “regras estritas e consistentes de gênero ao escrever sobre o passado” (KULIKOWSKI, 2018, p. 143). É assim que é possível, na leitura aqui proposta, usar o conceito de representação tal como concebido por Ankersmith para pensar o texto de Menandro Protetor.

Já o conceito de *estereótipo* utilizado para esta análise foi teorizado por Homi Bhabha (1998). Para Bhabha, o estereótipo é resultado de um processo de diferenciação cultural, que ocorre através da interação entre culturas distintas (em seu caso, colonizador *versus* autóctone). Este processo, contudo, depende de uma noção de “fixidez”. Segundo Homi Bhabha (1998, p. 105):

A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido [...]

Portanto, o estereótipo *cita nômade* funciona, para esta dissertação, como uma abstração teórica baseada na afirmação de François Hartog (1988, p. 193) de que “citas são nômades, nômades são citas”. Neste sentido, faz-se necessário pontuar que o estereótipo não é a palavra final no que diz respeito aos relatos e descrições produzidos pelos autores da Antiguidade. Através dessa perspectiva, o estereótipo é, na realidade, a “palavra inicial”: uma série de características estabelecidas pela literatura e presentes na metanarrativa greco-romana que servia aos autores como uma forma de remeter seus leitores há algo conhecido, já estabelecido. A palavra final, no entanto, é a historicidade: seus respectivos contextos político, social e cultural, seus objetivos, anseios, etc.

Através da apresentação do conceito de estereótipo de Homi Bhabha (1992), faz-se necessário deixar explícito o processo metodológico utilizado para esta análise. Optou-se por ler a documentação através de uma perspectiva epistemológica Pós-Colonial. Portanto, compreende-se que as fontes estruturam discursos e reforçam posições políticas e ideológicas, assim como também produzem discursos que definem uma dicotomia entre centro *versus* periferia (civilizado *versus* bárbaro). Para além disso, a própria academia contemporânea se utiliza dessas narrativas para criar modos de compreensão que reforçam noções de centro e periferia, projetando, assim, posicionamentos do presente no passado.

Ler a documentação através de uma epistemologia Pós-Colonial incute, dessa maneira, não apenas compreender a documentação como ferramenta de poder, mas também entender que os discursos acadêmicos tradicionais perpetuaram e perpetuam as mesmas ferramentas de poder

que ajudaram a construir tal imagem sobre o *outro*, de forma muitas vezes pejorativa e/ou exotizada. A leitura das fontes, deste modo, não depende somente da documentação, já que também é influenciada pela forma como a historiografia é construída.

Ademais, serão utilizados alguns outros conceitos nesta pesquisa que precisam ser explicados mesmo que brevemente, como é o caso de *diplomacia romana eurasiática* e o próprio *nomadismo*. A *diplomacia romana eurasiática* pode ser dividida em dois momentos. O primeiro momento foi entre os séculos V e a primeira metade do século VI, e foi caracterizado por uma política que tentava estabelecer um balanço nas relações tribais da estepe através do pagamento de tributos, envio de presentes, cristianização, relações comerciais, etc. Por vezes, imperadores jogavam um grupo como o outro, de modo a impedir a formação de grandes confederações que pudessem, de fato, ameaçar as fronteiras do norte do Império. Já o segundo momento tem início na segunda metade do século VI, e é o que Mark Whittow (2018) denomina como *política bizantina eurasiática*. Essa nova abordagem política do Império Romano do Oriente está diretamente relacionada à ascensão do Primeiro Qaghanato Turco na Mongólia, uma entidade nômade até então desconhecida pelos romanos e que alterou drasticamente a balança de poder da Eurásia. Aproveitando-se da posição vantajosa ocupada pelo qaghanato, que fazia fronteira no Leste com a Terra do Irã, os romanos buscaram se aliar a este emergente império nômade, adotando uma postura diplomática.

Já o *nomadismo*, compreende-se como um método de extração de recursos não autárquico, que depende diretamente da interação com vizinhos sedentários para obtenção de recursos necessários para subsistência (KHAZANOV, 1994). A partir desta abordagem sociológica, portanto, o nomadismo pastoril não deve ser comparado com sociedades sedentárias como uma dicotomia entre nômade *versus* sedentário, mas sim com outras formas de extração de recurso, como a caça-coleta ou a agricultura. Pode-se depreender que, em partes, os escritores da Antiguidade compreendiam que o pastoralismo nômade se opunha à agricultura, já que muitas vezes é mencionado que não a praticam.

Outro ponto que deve ser mencionado é que há uma preferência por uma “pureza” na abordagem de nomes, títulos, etc. Títulos como *qaghan* ou *shahanshah*, que se referem aos títulos dos governantes turcos e sassânidas respectivamente, por exemplo, foram mantidos em sua forma original, com exceção dos diacríticos, de modo a facilitar a leitura. O mesmo pode ser dito sobre a nomeação de estados, enquanto o Império Romano do Oriente segue sua forma comum, procurou-se abordar o Império Sassânida como *Terra do Irã* (Eranshahr), que era o modo como se auto reconheciam, enquanto o Império Turco é referido como *Qaghanato Turco*. Os termos, por sua vez, serão explicados em notas de rodapé ao longo da dissertação.

Em relação à documentação primária preferida por esta pesquisa, foi utilizada a tradução bilíngue (grego antigo e inglês) de Roger Charles Blockley, intitulada *The History of Menander the Guardsmen* (1985). De caráter fragmentário, Blockley (1985) foi o responsável por compilar, organizar e traduzir os fragmentos de Menandro, organizando-os por ordem cronológica. Originalmente, os fragmentos organizados por Blockley (1985) podem ser encontrados, em sua grande maioria, nos capítulos *Sobre Embaixadas (De legationibus)* e *Sobre Ensinos Proverbiais (De sententiis)* dos *Excertos Constantinianos*, e também no *Suda*. A leitura dos fragmentos foi realizada em inglês e, quando necessário, foram cotejadas frases ou termos em grego antigo com o auxílio do dicionário *The Cambridge Greek Lexicon* (2021).

Enfim, esta dissertação foi dividida em três capítulos, cada um deles contendo dois subcapítulos. O capítulo 1 foi denominado **O contexto histórico de Menandro Protetor: o século VI entre o Ocidente e o Oriente**, e tem como objetivo principal abordar as interações entre o Império Romano do Oriente e grupos tribais nos Balcãs e na Ásia Central no contexto do século VI, assim como aspectos biográficos do imperador Maurício, responsável por comissionar a *História* de Menandro Protetor. O subcapítulo 1.1, intitulado **Dos Balcãs à Estepe Eurasiática: o Império Romano do Oriente e as relações ávaro-turcas no século VI**, explicará os eventos ocorridos nos Balcãs que precederam a ocupação ávara para, então, serem abordados os ávaros e os turcos no contexto da segunda metade do século VI. Já o subcapítulo 1.2, **Da Ásia Central aos Balcãs: Maurício Tibério e o final do século VI**, abordará a vida e o governo de Maurício e os vinte últimos anos do século VI através da guerra entre o Império Romano do Oriente e a Terra do Irã e, por fim, o conflito romano-ávaro nos Balcãs, que levou a deposição de Maurício Tibério em 602.

O capítulo 2, nomeado **Menandro Protetor e a Historiografia Classicizante da Antiguidade Tardia**, tem como objetivo abordar a vida e obra de Menandro Protetor, seu papel dentro da Tradição Classicizante e a relação entre a tradição e o *estereótipo cita nômade*. O subcapítulo 2.1, denominado **Menandro Protetor: Biografia e História**, analisará alguns aspectos biográficos do autor, assim como questões relativas à sua obra *História*. Já o subcapítulo 2.2, intitulado **A Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia e o estereótipo cita nômade**, será voltado para uma análise da Tradição Classicizante, da relação entre a tradição e o estereótipo cita nômade e como a obra de Menandro se situa dentro da tradição.

Por fim, o capítulo 3, denominado **Ávaros e Turcos: prática diplomática e representação na História de Menandro Protetor**, se voltará para a análise das representações de Menandro Protetor acerca de ávaros e turcos. O subcapítulo 3.1, **A Hegemonia nômade do Danúbio: Menandro Protetor e os ávaros**, abordará as representações de Menandro sobre os

ávaros e a relação destas representações com o estereótipo cita nômade, assim como o papel da diplomacia romana dentro da construção representativa do autor. Enquanto o capítulo 3.2, **O Império das Estepes: Menandro Protetor e o Qaghanato Turco**, analisará as representações de Menandro sobre os turcos, em uma estrutura bastante similar à estrutura do subcapítulo anterior.

1. O CONTEXTO HISTÓRICO DE MENANDRO PROTETOR: O SÉCULO VI ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE

Da hegemonia huna ao norte do Danúbio, em meados do século V, até a hegemonia ávara na mesma região, já na segunda metade do século VI, uma série de transformações aconteceram no Império Romano, reflexo não apenas de transformações internas, mas também da interação do Império com diversos grupos que foram interpretados pela cosmografia greco-romana como *bárbaros*.

Quando Menandro Protetor escreveu sua *História* durante o governo de Maurício Tibério (582 – 602), o Império Romano do Oriente se encontrava há pelo menos uma década imerso em conflitos nos dois fronts: nos Balcãs, ávaros e eslavos realizavam incursões frequentes aos territórios romanos, o que gerou um processo de despovoamento que afetou diversas cidades gregas; já na fronteira oriental, o Império Romano do Oriente enfrentava seu maior adversário político desde o século III, a Terra do Irã, em uma guerra iniciada por Justino II em 572, que pôs fim a chamada Paz de 50 Anos estabelecida por Justiniano I. Enquanto isso, no palco da Ásia Central, a ascensão de um novo estado nômade rivalizou com o poder dos três maiores impérios do mundo (romano, iraniano e chinês), o Primeiro Qaghanato Turco¹, fundado por Bumin Qaghan² (551 – 552) em 551.

Por conseguinte, este capítulo tem como objetivo analisar o contexto do século VI no que diz respeito as interações romanas com grupos da Eurásia e com o Irã, de modo a embasar as representações e o contexto da escrita da *História* de Menandro Protetor, autor foco desta dissertação. Organizou-se o seguinte capítulo em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo, serão primeiramente analisados os eventos dos Balcãs que levaram a ascensão do Qaghanato Ávaro como uma força hegemônica na região durante a segunda metade do século VI, assim como sua história de interações com o Império Romano, para então serem analisados os contextos de surgimento do Qaghanato Turco e as interações entre os estados turco e romano.

¹ *Qaghanato* se refere ao estado nômade cuja figura de autoridade máxima é o qaghan. O qaghan, deste modo, liderava uma série de clãs e estados sedentários através de diferentes tipos de dependência vassalo-tributárias. Os clãs nômades sujeitos ao qaghanato deveriam pagar tributos e oferecer exércitos para a guerra e, em troca, o qaghan os protegeria de organizações externas mais poderosas, enquanto em territórios sedentarizados eram coletados impostos. Era de responsabilidade do qaghan e da aristocracia nômade a organização militar e administrativa, cabendo a eles também a redistribuição do pasto em territórios recém-conquistados. O qaghan também era responsável por realizar atividades sacrais (KHAZANOV, 1994).

² Qaghan se refere ao título máximo de liderança da organização política entendida como qaghanato. O título de qaghan (*qayan*), assim como *qan* (*khan*), por sua vez, tem origem etimológica entre os xiongnu, da região do rio Ienesei e foi, posteriormente, utilizado pelos xianbei e então pelo Qaghanato Rouran, de quem os turcos, fundadores do Qaghanato Turco, herdaram o título (VOVIN, 2007).

Já o segundo subcapítulo, por sua vez, será dedicado inteiramente para análise dos últimos vinte anos do século VI, mais especificamente, para os eventos que ocorreram durante os anos de governo do imperador Maurício Tibério, de 582 até 602. Em um primeiro momento, serão abordados aspectos da vida e do governo de Maurício, sua trajetória, atuação política, administração, etc. Em seguida, será explorado o conflito romano com o Irã, que teve início em 572 com Justino II e terminou somente em 591, quando Maurício derrotou o general usurpador Bahram Chobin e restaurou Cosroes II ao trono Sassânida. Por fim, será explicitado o exaustivo conflito romano contra ávaros e eslavos durante o governo de Maurício, que culminou com a insurreição militar dos Balcãs e a deposição de Maurício por Focas, proclamado imperador pelo exército amotinado.

1.1. Dos Balcãs à Estepe Eurasiática: o Império Romano do Oriente e as relações ávaro-turcas no século VI

Os séculos V e VI apresentaram ao Império Romano do Oriente novos problemas no que diz respeito à diplomacia com a Eurásia. Entre meados do século V até a década de 570, já no século VI, os arredores do rio Danúbio foram o palco de incessantes conflitos entre grupos tribais que buscavam ocupar um espaço anteriormente ocupado por Átila e sua confederação hunna. Com a chegada dos ávaros na Europa, na década de 570, uma série de novos conflitos tribais tomou forma, e os ávaros saíram vitoriosos. A formação do Qaghanato Ávaro ao norte do Danúbio apresentou aos romanos um destes novos problemas referentes a uma *diplomacia romana eurasiática*. O outro, foi a consolidação do Primeiro Qaghanato Turco, cuja esfera de influência se estendia da Mongólia até a região do Ponto, ao norte do Mar Negro. A formação do Qaghanato Turco foi a razão pela qual os ávaros e uma série de outros grupos nômades migraram das estepes da Eurásia em direção às estepes do Ponto e da Panônia, colocando em movimento uma rede de acontecimentos que influenciou diretamente a política romana e a maneira como tiveram de lidar com grupos nômades.

Uma série de perguntas serão respondidas neste subcapítulo: quem foram ávaros e turcos? Qual a importância destes grupos no século VI em relação ao Império Romano do Oriente? Por que os ávaros se estabeleceram ao norte do Danúbio? Como os ávaros obtiveram sucesso em estabelecer uma hegemonia neste espaço onde diversos grupos falharam? Como os imperadores romanos lidaram com estes grupos? Para responder tais questões, no entanto, é necessário que se tome como ponto de partida a região dos Balcãs e os entornos do rio Danúbio, que, como já aludido, foi palco de uma série de conflitos tribais entre os séculos V e VI. Ademais, Menandro Protetor não fez suas representações de turcos e ávaros sem propósito;

compreender a atuação e o contexto destes grupos, assim como seu envolvimento político com o Império Romano do Oriente e com outros grupos vizinhos é de suma importância para que se entenda as representações de Menandro.

Quando, então, na década de 350, os hunos atravessaram os rios Don e Dniepre e derrotaram, consecutivamente, alanos e godos, pouco poderiam os romanos imaginar que as migrações nômades para o norte do Mar Negro e do Danúbio estavam apenas começando. A confederação hunica de Átila³ (c. 434 – 453) representou apenas o início de um longo processo de migração e estabelecimento de grupos nômades nas fronteiras com o Império Romano do Oriente. Apesar de os hunos não terem sido os primeiros nômades com os quais os romanos tiveram de lidar, certamente foram os primeiros que representaram considerável risco para a segurança das fronteiras do Império. Diferentemente dos sármatas⁴, entre os séculos I aEC e II EC, os hunos possuíam maior capacidade de organização e formaram uma confederação que incluía não apenas tribos nômades da Eurásia, como os alanos ou outras tribos denominadas *hunas* pela documentação, mas também tribos de origem germânica e eslava, como hérulos, greutungos, rúgios e gépidas.

Embora tenham apresentado considerável perigo ao Império Romano, a hegemonia da confederação hunica de Átila ao norte do Danúbio se mostrou, por vezes, diplomaticamente favorável aos romanos. Átila pôde, durante sua vida, manter sob controle diversas tribos que, anteriormente autônomas, agiam sem controle nos entornos do Danúbio, pilhando cidades da região. A unificação destas tribos pelas mãos de Átila e seus predecessores, Bleda (c. 434 – 445), Octar (? – 330) e Rugila (? – c. 330), permitiu que o Império Romano do Oriente voltasse suas negociações somente com os líderes hunos. Com o fim da guerra nos Balcãs (c. 440 – 447) e a esmagadora vitória hunica sobre os exércitos do Império Romano do Oriente, Átila fechou com o imperador no Oriente, Teodósio II (402 – 450), um acordo que previa aos romanos o pagamento de 6000 peças de ouro anuais. O acordo fechado entre Átila e Teodósio II foi um

³ Átila era filho de Mundiúco, popularmente conhecido como “Átila, o huno”, foi o mais famoso líder dos hunos europeus. Após a morte do líder huno Rugila, por volta de 443, Átila e Bleda, seu irmão, tornaram-se líderes da confederação hunica. Em 445, todavia, Bleda é morto e os hunos desaparecem das fontes romanas que chegaram para nós e, quando reaparecem, em 447, Átila é líder único da confederação. Após se retirar dos territórios do Império Romano do Ocidente, derrotado por Aécio, Átila morre em 453 (MAENCHEN-HELFEN, 1969, p. 94-142).

⁴ Os sármatas foram um grupo nômade de origem iraniana que precedem o século V aEC. Por volta do século II aEC, algumas tribos sármatas como os roxolani, passaram a ocupar as estepes ao norte do Mar Negro. Já no século II aEC, eram o grupo hegemônico tanto nas estepes ao norte do Cáucaso quanto ao norte do Mar Negro, tendo criado uma poderosa confederação tribal nos territórios que ocuparam. No século III, no entanto, a migração dos godos vindos do Báltico enfraqueceu a confederação sármatas, para, por volta de 375, a confederação ser destruída pela migração dos hunos, que absorveram parte da população (MELYUKOVA, 1990, p. 110-117).

choque para a economia romana⁵, todavia, o tratado assegurou aos romanos um relativo período de paz e a seguridade das fronteiras ao longo do Danúbio, permitindo que os esforços militares de Teodósio II se voltassem para outras regiões.

A paz assegurada nas fronteiras do Danúbio, no entanto, não perdurou. Átila morreu em 453, e sua morte também foi acompanhada pela simbólica morte da confederação hunna, que passou a ser liderada por seus três filhos: Ellak, Dengizich e Ernac. De acordo com as fontes, os filhos de Átila optaram por dividir as tribos entre si, o que gerou revolta por parte de algumas lideranças germânicas (MAENCHEN-HELFFEN, 1971, p. 144). Por de volta 454, Ardarico, rei dos gópidas, iniciou uma revolta contra a confederação hunna, formando uma coalização composta por gópidas, sármatas, rúgios e suevos (TODD, 2004, p. 220). Em 455, após sucessivos confrontos nos entornos do rio Nedao, na região da Panônia, a confederação hunna foi derrotada e Ellak, o filho mais velho de Átila, foi morto no confronto. Os hunos derrotados foram expulsos da Panônia, que passou a ser ocupada, principalmente, por gópidas e ostrogodos. Alguns hunos, sob a liderança de Ernac, migraram para o leste, enquanto Dengizich, que reuniu algumas tribos nômades sob sua liderança, atacou os godos e foi derrotado. Sobre Ernac, não se sabe mais nada, mas Dengizich fora permitido por algum tempo dentro do território do Império, até 469, quando foi derrotado e morto por forças romanas. A maioria dos hunos, que ainda mantinham um modo de vida nômade, possivelmente migraram de volta as estepes e foram incorporados por outros grupos nômades (GOLDEN, 1992, p. 90-92).

Com o fim da confederação hunna, o além-Danúbio se tornou uma cacofonia de grupos tribais. Entre 468 e a década de 560 nenhum grupo foi capaz de estabelecer hegemonia sobre as regiões ao norte do Danúbio. Alguns grupos, no entanto, tiveram maior proeminência na região, como é o caso dos gópidas, que foram, como já aludido, responsáveis pela dissolução da confederação hunna. Com a vitória sobre os hunos em Nedao (455), Ardarico, rei dos gópidas, pôde tomar parte dos territórios que pertenciam a confederação, estabelecendo-se no leste da bacia dos Cárpatos, e com os territórios, obteve também o status de aliado federado ao Império Romano do Oriente, concedido pelo imperador Marciano (450 – 457), assim como passou a receber pagamentos anuais dos romanos (TODD, 2004, p. 220-221).

⁵ De acordo com Prisco de Pânio (PRISCO, Fr. 2), o pagamento previsto a Átila fez com que Teodósio II aumentasse as taxas, uma decisão da qual nem mesmo as famílias senatoriais puderam escapar. Segundo Doug Lee (2008, p. 41), o relato de Prisco de Pânio pode ter sido uma exagero retórico, mas demonstra que, como todos tiveram que pagar, o pagamento do tributo realmente teve um peso sobre os recursos romanos.

O reinado gépida, assim como de seus antigos senhores hunos, também fora efêmero. As forças ostrogodas de Teodorico, em 504, os expulsaram do Danúbio. Somente em 537 foram reassentados nas proximidades da cidade de Sírmio. A ocupação gépida no vale do Danúbio, contudo, foi precária, já que os romanos, procurando a seguridade da porção ocidental do Danúbio, se voltaram aos lombardos, que em 546 se estabeleceram sob ordem romana na Panônia. O processo de expulsão dos gépidas durou cerca de cinco anos, para, por fim, serem dispersados após a batalha de Asfeld, em 552 (TODD, 2004, p. 220-221).

Os ostrogodos também foram atores importantes na região dos Balcãs entre os séculos V e VI. Com o fim da confederação huna, da qual também fizeram parte, passaram a ocupar grande parte da Panônia, entre as cidades de Vindobona e Sírmio. O reinado ostrogodo nesta região, no entanto, durou apenas 20 anos, já que, segundo Malcolm Todd (2004, p. 164): “a terra não foi cultivada sensatamente pelos seus ocupantes, que se tornaram mais e mais dependentes de subsídios vindos de Constantinopla, e haviam vizinhos hostis de todos os lados”. A situação dos ostrogodos tomou um novo rumo somente com Teodorico, o Amalo, que assumiu a liderança de uma parte dos ostrogodos estabelecidos ao longo do Danúbio por volta de 470. Teodorico recebeu uma educação romana, já que em 459, quando ainda criança, foi enviado a Constantinopla como refém e permaneceu na cidade até completar 18 anos. Em Constantinopla, recebeu uma educação nos moldes da *humanitas* e “absorveu valores culturais greco-romanos como nenhum outro governante havia feito antes dele” (TODD, 2004, p. 165).

Ao retornar de seu exílio em Constantinopla, Teodorico assumiu o controle da porção oriental dos territórios ostrogodos (TODD, 2004, p. 165). A outra parte, contudo, era liderada por Teodorico Estrabão que foi, no contexto, rival de Teodorico, o Amalo. De acordo com Michael Whitby (2008, p. 712), os dois grupos ostrogodos emergiram como os principais atores na região dos Balcãs entre a década de 460 e 489 e tiveram importante papel nos conflitos civis ocorridos durante o governo do imperador de Constantinopla Zenão I (474 – 491). A morte acidental de Teodorico Estrabão em 481 deu a Teodorico, o Amalo, a oportunidade de unificar as tribos ostrogodas, e ele assim o fez. Teodorico emergiu, dessa forma, como líder único entre os ostrogodos e liderou, em 486, um ataque contra Constantinopla (TODD, 2004, p. 165). Aproveitando-se das ambições de Teodorico, Zenão conseguiu convencê-lo a migrar com seu povo para a Itália e depor Odoacro, que em 476 havia destituído Rômulo Augustulo do trono em Ravena (LEE, 2008, p. 51). A estratégia de Zenão não era incomum entre imperadores romanos, que por diversas vezes colocaram grupos não-romanos uns contra os outros.

A longo prazo, há outro grupo bastante significativo na região do Danúbio, os eslavos, que migraram para os Balcãs no início do século VI (WHITBY, 2008, p. 715). As tribos eslavas

agiam majoritariamente de forma desorganizada e, por vezes, se organizavam em grupos militares maiores de modo a alcançar um objetivo em comum, geralmente a pilhagem. Os líderes destes grupos, todavia, não possuíam muita autoridade e dependiam, dessa forma, dos interesses dos homens que lideravam. Os autores romanos distinguem dois grupos: os *esclavemos* e os *antes*. Os *antes*, por conseguinte, agiam de forma mais organizada, possuíam moeda, um mercado de escravos e um líder, com quem os romanos podiam negociar (WHITBY, 2008, p. 715-716).

O restante das tribos que, durante o século V, compuseram a confederação huna de Átila (rúgios, hérulos e outros) tiveram algum papel nos eventos ocorridos na região dos Balcãs nesse contexto, no entanto, sua atuação foi consideravelmente menor do que a de gépidas, ostrogodos e as tribos eslavas. Os hérulos, por exemplo, foram estabelecidos na Ilíria pelo imperador Anastácio I (491 – 518), e depois reestabelecidos próximos a Singiduno por Justiniano I (527 – 565), onde tiveram seus líderes convertidos e batizados. Foram utilizados como recrutas imperiais e tropas federadas, e auxiliaram o Império em alguns dos conflitos nos Balcãs e nos arredores do Danúbio.

Os Balcãs foram, portanto, um espaço de constante movimentação tribal entre os séculos V e VI. Como consequência, a região sofreu um processo severo de despovoamento urbano, causado, em especial, pelas invasões hunas e ostrogodas (CAMERON, 2008, p. 159), mas acentuado da metade para o final do século VI devido as invasões de ávaros, gépidas e das tribos eslavas. Neste sentido, a Hélade também sofreu com um processo parecido, onde devido às invasões dos ávaros e de grupos eslavos, a partir da década de 580, populações de cidades como da Lacedemônia (antiga Esparta) migraram para espaços mais afastados e de difícil acesso. O mesmo pode ser dito sobre a cidade de Atenas, que apesar de não ter sido ocupada por eslavos sofreu invasões também na década de 580 (CAMERON, 2008, p. 160).

Há, ainda, três grupos nômades, que fizeram parte da migração de tribos ogúricas⁶, e que podem ser destacados nesse período, entre o fim da confederação hunna, em 454, e o

⁶ Entende-se como tribos ogúricas as tribos nômades de origem turco-ogúrica que passaram a ocupar a estepe cazaque por volta de 350. São, possivelmente, herdeiros da união tribal *tiele*, referida pelas fontes chinesas, e migraram do leste asiático para a estepes ocidentais provavelmente sob ameaça de outras confederações nômades. Diversas tribos ogúricas são referidas pela documentação romana, Prisco menciona os onogures, ogures, sabiros, búlgaros, cutrigures, ávaros, e outros. A maioria das tribos é pouco presente na documentação, algumas, no entanto, são mais referidas devido à sua atuação direta nas fronteiras com o Império Romano do Oriente, como é o caso dos búlgaros, cutrigures e utigures (GOLDEN, 1992, p. 92-98).

estabelecimento dos ávaros na Panônia, na década de 570: os búlgaros⁷, os cutrigures⁸ e os utigures.

Acredita-se que os búlgaros fossem de origem huna, e permaneceram estabelecidos ao longo do Danúbio. Durante os governos de Zenão e Anastácio, foram utilizados como tropas auxiliares e, posteriormente, foram conquistados pelos ávaros na Panônia. Cutrigures e utigures, no entanto, permaneceram nas estepes ao norte do Mar Negro até as décadas de 540 e 550 (WHITBY, 2008, p. 715). Em 550, Justiniano permitiu aos cutrigures que se estabelecessem na Trácia e, em 559, uma perigosa invasão de cutrigures e esclavenos atravessaram o rio Danúbio e chegaram tão longe quanto as Muralhas Longas de Constantinopla. As forças romanas conseguiram barrar a invasão (CAMERON, 2008, p. 84) e, através da diplomacia, Justiniano e seus conselheiros conseguiram colocar utigures e cutrigures uns contra os outros, aproveitando-se da alegada rivalidade entre as tribos. O evento é relatado pelo historiador Agátias (536 – 582), que atribui o sucesso da estratégia a sagacidade do imperador Justiniano. Esta estratégia revela bastante sobre a política externa de Justiniano no final de sua vida, que buscou resolver os conflitos nos Balcãs através da diplomacia com grupos não-romanos. Constantinopla, nesse contexto, conseguiu não apenas influenciar um golpe “fratricida” entre cutrigures e utigures como também firmou uma aliança com os ávaros, sob a condição de que derrotassem os inimigos dos romanos (POHL, 2018, p. 53).

Até aqui, optou-se por expor o contexto dos Balcãs nos séculos V e VI, tendo em vista a importância do Danúbio como fronteira e ponto de encontro entre romanos e grupos nômades, mas não apenas. Como o foco desta pesquisa é analisar a perspectiva de Menandro Protetor (550 – c. 605) acerca de ávaros e turcos (que serão abordados mais a frente), é de suma importância que se coloque em perspectiva a questão dos Balcãs e as trocas ocorridas no contexto. Pode-se afirmar que os ávaros, ao menos durante o contexto do século VI, entre Justino II e Maurício I (580 – 602), foram a força hegemônica nos entornos do Danúbio e, assim como os hunos, ocuparam a Panônia e os Cárpatos e se estabeleceram como senhores de muitas

⁷ Os búlgaros foram uma tribo ogúrica que habitou a estepe cazaque e pântico-cáspia entre os séculos V e VI. A primeira referência aos búlgaros é de 480, quando serviram como aliados ao imperador Zenão contra os ostrogodos. É bastante provável que os búlgaros tenham sido, no início do século VI, uma confederação de onogures e cutrigures, embora também tenham sido notados como grupos dispersos nas imediações da estepe pântico-cáspia. Aparecem com certa frequência nas fontes até 491, quando são ofuscados pelos cutrigures. Com a invasão dos ávaros, todavia, búlgaros e cutrigures foram absorvidos e passaram a servir o qaghan Baian (GOLDEN, 1992, p. 104).

⁸ De acordo com Peter Golden (1992, p. 99), é bastante provável que os cutrigures e os utigures migraram para a estepe pântico-cáspia nas primeiras ondas de migração ogúrica, em meados do século IV. Suas origens, todavia, são obscuras, e foi sugerido que poderiam fazer parte dos saragures, que foram divididos em dois grupos. Pode-se identificar em seus etnônimos, ainda, uma forma ogúrica, onde a partir da reconstrução filológica se identifica cutrigur como as *nove tribos ogures* e utigur como as *treze tribos ogures*.

tribos. Diferente dos hunos, todavia, os ávaros trouxeram consigo, do contexto centro-asiático, novos títulos e uma nova forma de organização administrativa, o qaghanato (POHL, 2018, p. 189-205).

O primeiro relato acerca dos ávaros pode ser encontrado nos fragmentos de Prisco de Pânio⁹ (c. 410 – c. 475). Prisco afirma que os ávaros foram os responsáveis por uma transformação radical na configuração da estepe pôntico-cáspia. Segundo o autor romano, foram os ávaros que causaram a fuga dos sabiros¹⁰, outro grupo nômade entendido como *huno* pela documentação. A fuga dos sabiros, por sua vez, fez com que várias tribos turco-ogúricas, como onogures¹¹ e saragures fugissem de seus lares, migrando para as regiões do Cáucaso e do Ponto (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 206-207).

Em relação à origem dos ávaros, sabe-se muito pouco. Não se sabe, por exemplo, se os ávaros possuíam este etnônimo desde o início ou se o adquiriram durante o processo de migração para a região. Teofilato Simocata (580 – 630), historiador que relata o período de governo de Maurício, afirmara que os ávaros do Danúbio eram “falsos-ávaros” e que adotaram este etnônimo devido ao histórico intimidador dos ávaros que fizeram parte do Qaghanato Rouran¹². Através da teoria de Teofilato, os ávaros antes se chamavam *varconitas*, um etnônimo composto que pode ter sido resultado da junção de duas tribos ogúricas, os *var* e os *chunni*, formando assim o etnônimo *varchunni*¹³ (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 207).

⁹ Prisco de Pânio (c. 410 – c. 475) foi um historiador e burocrata romano de origem trácia. Acompanhou Maximino, embaixador do imperador Teodósio II, em diversas embaixadas, inclusive a que visitou Átila em 449. O *Suda* informa que publicou declamações e cartas, perdidas, assim como oito livros de História que cobriram, acredite-se, de 443/4 até 472. Como outros autores, sua obra sobreviveu somente através de fragmentos (BLOCKLEY, 1981, p. 48-70).

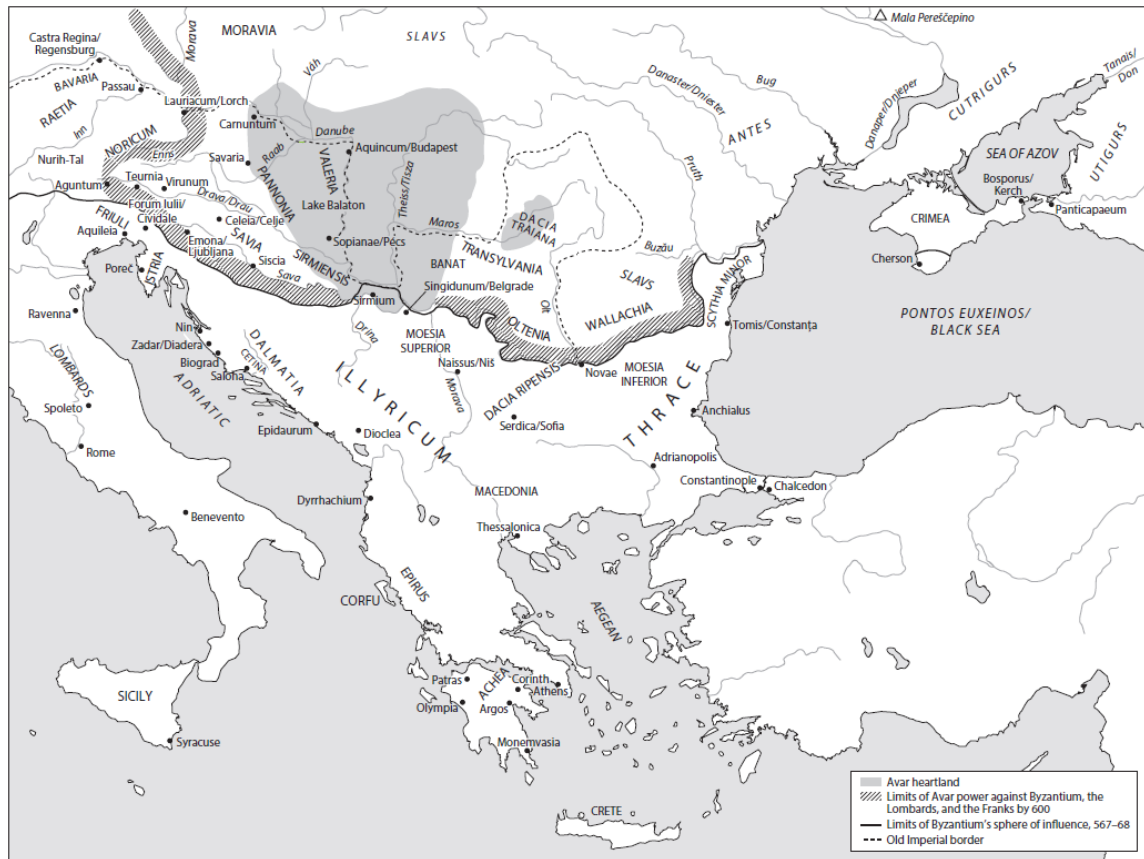
¹⁰ Os sabiros são outro grupo turco de origem desconhecida. São referidos pelas fontes romanas como um “grupo huno”, e possivelmente migraram em direção ao Oeste em conjunto com outros grupos caracterizados desta forma. No início do século VI, sabiros habitavam as estepes ao norte do Cáucaso. Sabe-se que tiveram algum papel nos conflitos entre romanos e persas no contexto de Justiniano. Quando os ávaros migraram em direção as estepes do Cáucaso e do Ponto, foram destruídos, e possivelmente absorvidos pelo Qaghanato Ávaro (GOLDEN, 1992, p. 105-106)

¹¹ Os onogures foram outra tribo de origem turco-ogúrica sobre o qual pouco se sabe. São comumente associados aos magiares. A forma como diversas línguas europeias denominam os magiares, como húngaros, certamente possui associação com o etnônimo onogur. Não se sabe, no entanto, quando ou se os magiares tiveram contato direto com os onogures, somente que possuíam contato bastante próximo com tribos ogúricas.

¹² Foi um qaghanato nômade que habitou as estepes do norte da China entre os séculos IV e VI. De acordo com Peter Golden (1992, p. 77-78), é possível que o qaghanato tenha origem nos ávaros e nos xianbei, com os quais alguns hunos se juntaram. Em seu ápice, por volta de 500, estendia-se do platô da Mongólia até o lago Balkhash. Com a fragmentação da dinastia Wei, Anakui, líder dos rouran, aliou-se com o Wei Oriental, enquanto o Wei Ocidental buscou uma aliança com o qaghan Bumin, dos turcos. O conflito resultante desta aliança terminou com a dissolução do Qaghanato Rouran e ascensão de Bumin como qaghan do recém fundado Qaghanato Turco (GOLDEN, 1992, p. 77-78).

¹³ Há um longo debate sobre a origem dos ávaros do Danúbio, Peter Golden (1992, p. 108) afirma que a origem rouran dos ávaros é duvidosa. Sabe-se, portanto, que chegaram à Europa fugindo dos turcos e se estabeleceram na Panônia. Ao se estabelecerem na Panônia, como um qaghanato, os ávaros passaram por um processo étnico e estrutural de *desnomadização*. A confederação perdurou nas planícies húngaras até o século VIII, quando foram derrotados pelos francos e, posteriormente, pelos búlgaros, no início do século IX. Walter Pohl (2018, p. 38-47)

Mapa 1 – O Qaghanato Ávaro e seus arredores, c. 600



Fonte: POHL, 2018, p. 70-71.

O primeiro contato entre romanos e ávaros ocorreu em algum momento entre 557 e 559, ainda durante o governo de Justiniano. Entre os invernos de 557 e 558 os ávaros entraram em contato com os nômades alanos sob liderança de Sarósio, que estavam estabelecidos na região do Cáucaso, e Baian, qaghan dos ávaros, solicitou aos alanos que o colocassem em contato com Constantinopla. Os ávaros, acampados ao norte do Cáucaso, procederam com o envio de um embaixador, referido nas fontes como Kandikh. De acordo com Menandro (Fr. 5):

Um homem chamado Kandikh foi escolhido para ser o primeiro enviado dos ávaros, e quando chegou ao palácio contou ao imperador sobre a chegada da maior e mais poderosa das tribos. Os ávaros eram invencíveis e poderiam esmagar e destruir todos que permanecessem em seu caminho. O imperador deveria firmar uma aliança com eles e aproveitar sua eficiente proteção. Mas eles [os ávaros] só estariam bem-dispostos com o Estado romano se em troca recebessem os mais valiosos presentes,

afirma que é bastante possível que os rouran fossem chamados também de ávaros, e que não eram os únicos portadores deste etnônimo. O que se pode concluir é que os ávaros que migraram em direção a Panônia não se originaram de uma região única e eram um grupo heterogêneo e, como Pohl afirmou (2018, p. 47), a dinastia de Baian foi bem sucedida em monopolizar o etnônimo, onde nomes e identidades divergentes (do etnônimo ávaro) foram logo obliteradas.

pagamentos anuais e uma terra muito fértil para habitar. Assim disse Kandikh ao imperador.

Após algumas campanhas militares, os ávaros, como prometido aos romanos, derrotaram e submeteram diversas tribos, como os hunos zalos, os onogures¹⁴, os sabiros e os antes (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 207).

Por volta de 562, já na região do Baixo Danúbio, o qaghan Baian enviou a Constantinopla novos embaixadores, desta vez solicitando ao imperador que fosse permitido seu assentamento, como prometido pelo acordo. Justiniano, sob conselho de Justino, ofereceu aos ávaros parte da Província de Panônia II, que antes fora ocupada pelos hérulos. Baian, no entanto, recusou, afirmando que não gostaria de se estabelecer fora da Cítia. Após rumores de uma possível traição ávara¹⁵, Justino novamente aconselhou Justiniano, desta vez a retê-los na capital como forma de ganhar tempo. Os ávaros foram, então, detidos em Constantinopla sob pretextos vazios e sem nenhuma de suas demandas concedidas (POHL, 2018, p. 54-55). Após esse episódio, uma nova guerra foi declarada entre romanos e ávaros.

Os esforços militares ávaros, todavia, acabaram direcionados para outras regiões. Novas expedições militares foram realizadas pelo qaghan, duas delas contra os francos, liderados pelo rei Sigeberto, a primeira por volta de 562 e a segunda entre 566 e 567¹⁶. Foi também durante esse período que foram realizadas negociações com Alboíno, rei dos lombardos, o que permitiu aos ávaros que expandissem seu domínio sobre o território dos gépidas. Os ávaros tiveram pouca agência nessa guerra, e as principais batalhas foram travadas entre gépidas e lombardos. Foi, alegadamente, pelas mãos do próprio rei lombardo Alboíno que Cunimundo, rei dos gépidas, morreu (POHL, 2018, p. 61). O tratado entre ávaros e lombardos, provavelmente assinado em 567, acertou que o território dos gépidas ficaria sob domínio ávaro. Com a

¹⁴ Pohl (2018, p. 49) nota que é curioso o fato de Menandro não mencionar utigures e cutrigures quando fala da conquista ávara aos onogures. Como já observado, Agátias menciona em sua *História* que utigures e cutrigures foram enfraquecidos em um golpe fratricida, por assim dizer, orquestrado por Justiniano I e seus conselheiros. Parte dos cutrigures foram absorvidos pelo Qaghanato Ávaro, mas também se pode observar outros cutrigures, em 575, servindo sob o Qaghanato Turco, e outros, em um contexto mais tardio, servindo sob o Khan Cubrato (584 – 642), da Grande Bulgária.

¹⁵ Os romanos conseguiram a lealdade de um embaixador ávaro chamado pelas fontes de Kunimon. De acordo com Menandro, Kunimon contou aos romanos que o objetivo do qaghan estava mascarado sob suas demandas modestas, escondendo assim suas intenções traiçoeiras. O embaixador afirmou que o objetivo real do qaghan era, após atravessar o Danúbio, atacar o império com toda sua força. É possível também que Menandro tenha confundido a origem do embaixador, possivelmente sendo de origem gépida e não ávara, já que carregava o mesmo nome do rei gépida Cunimundo (POHL, 2018, p. 54-55).

¹⁶ Na primeira campanha, em 562, os ávaros sofreram uma derrota pelas mãos de Sigeberto. A segunda, por sua vez, entre 566 e 567, resultou em uma vitória esmagadora dos ávaros, que conseguiram capturar Sigeberto. Os francos conseguiram assegurar o retorno de seu rei através do pagamento de presentes e tributos, e um tratado de paz entre ávaros e francos fora assinado, sob a condição de que os ávaros recebessem suprimentos e retornassem para seu território em três dias (POHL, 2018, p. 56).

migração dos lombardos e outros grupos germânicos em direção ao Vale do Po, em 568, Baian e os ávaros puderam ocupar também a porção ocidental da Bacia dos Cárpatos, completando, assim, sua hegemonia sobre o Médio Danúbio em 568 (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 208).

É interessante observar, como apontado por Walter Pohl (2018, p. 57), que os conflitos ávaros contra grupos não-romanos tinham como possível objetivo estabelecer uma supremacia simbólica, como provado pelas campanhas contra os francos, que não resultaram, por exemplo, em ganhos territoriais. Esta supremacia simbólica, por sua vez, permitiu aos ávaros que se estabelecessem como uma hegemonia ao norte do Danúbio, assegurando ao qaghan Baian uma posição privilegiada de poder, como líder de um qaghanato composto por diversas tribos e grupos étnicos distintos.

Após estabelecer sua hegemonia ao norte do Danúbio, em 568, Baian buscou uma série de negociações com o Império Romano do Oriente. Baian possuía, até onde se sabe, dois objetivos em mente: o primeiro era a tomada da cidade de Sirmio, entregue aos romanos pelos gépidas em 567¹⁷. A ocupação romana da cidade de Sirmio foi interpretada pelo qaghan ávaro como um ato de guerra, assim como o exílio dado pelos romanos as lideranças gépidas. Vendendo-se como senhor dos gépidas, Baian exigiu que tanto a antiga capital gépida, Sirmio, quanto seus exilados, fossem devolvidos, já que era seu “direito de conquista” (POHL, 2018, p. 72-73). O segundo objetivo, por sua vez, dizia respeito a um antigo tributo anual recebido por cutrigures e utigures, que ocorreu durante o reinado de Justiniano. Como Baian se considerava também senhor de ambas as tribos, reivindicou o pagamento para si. Entre 567 e 572, diversas embaixadas foram enviadas pelo qaghan ávaro demandando o retorno dos exilados e da capital gépida, assim como cobrando os tributos recebidos por cutrigures e utigures, Justino II negou a todas elas, por vezes insultando os embaixadores ávaros (POHL, 2018, p. 74-76; SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 208).

Justino II, por conseguinte, tendo em vista também a seguridade dos Balcãs, acabou por fechar um acordo de paz com os ávaros entre 570 e 571, em que não concedeu a cidade Sirmio, mas reconheceu o direito dos ávaros de se estabelecerem na Panônia. O suposto acordo, no entanto, não perdurou, e em 574 novamente romanos e ávaros se enfrentaram, o que resultou na derrota de Tibério II, ainda general neste contexto (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 208;

¹⁷ Após a morte do rei Cunimundo, os gépidas entregaram a cidade de Sirmio aos romanos sem qualquer resistência. Outras lideranças gépidas, como o comandante Udisbad, o bispo ariano Thrasaric e o sobrinho de Cunimundo, Reptila, entregaram aos romanos também o tesouro real, e se exilaram. A cidade ficou sob encargo do general Bono (POHL, 2018, p. 69-70).

POHL, 2018, p. 77). No mesmo ano, Tibério foi elevado ao status de César, nominado Tibério II (574 – 582), e se tornou coimperador de Justino II. Sob o governo de Tibério II, um novo acordo de paz com os ávaros foi concluído, prevendo o pagamento anual de 8000 peças de ouro (POHL, 2018, p. 77-78). Como consequência desse acordo, o Qaghanato Turco rompeu laços com o Império Romano do Oriente (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 208; SINOR, 1990, p. 304).

Entre 579 e 580, novamente os ávaros ameaçaram a segurança romana. Baian iniciou a construção de uma ponte através do rio Sava, bastante próxima a cidade de Sírmio. De acordo com Menandro Protetor, o qaghan afirmara que a ponte serviria como um meio para que chegasse aos eslavos e não seria utilizada contra os romanos. Nas palavras de Menandro:

Tendo estes medo [de que os ávaros utilizassem a ponte contra os romanos], as autoridades em Singiduno pediram para que Baian fizesse os juramentos. Ele imediatamente sacou sua espada e fez o juramento dos ávaros, invocando contra si e todo o povo ávaro a sanção de que, se ele planejasse construir a ponte sobre o Sava para desígnio contra os romanos, ele e toda a tribo dos ávaros deveriam ser destruídos pela espada, Deus e os céus deveriam enviar fogo contra eles, e as montanhas e as florestas ao redor deveriam cair sobre eles. Este foi o juramento feito pelo qaghan. “Agora”, ele disse, “Eu desejo fazer o juramento romano”, e também perguntou o que eles consideravam ser uma garantia segura e vinculativa de que aquele que quebrasse seu juramento, não escaparia da fúria de Deus (MENANDRO, Fr. 25, 1-2).

Assim que a ponte foi construída, Baian não poupou esforços e ordenou que Sírmio capitulasse, alegando que a cidade ameaçava a segurança e facilitava a deserção dos sujeitos de seu qaghanato. Tibério II recusou a rendição da cidade e um novo conflito teve início. Baian ordenou a construção de uma segunda ponte (POHL, 2018, p. 83-84). Após construir outra ponte sobre o rio Sava, os ávaros conseguiram levar a cidade à capitulação¹⁸ e um acordo entre ambas as partes assegurou a passagem da população e dos soldados de volta ao território romano. A capitulação ocorreu pouco tempo após a morte de Tibério II, e a paz entre ávaros e romanos foi reassegurada por Maurício, recém coroado imperador em Constantinopla, restaurando o tributo anual de 8000 peças de ouro aos ávaros (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 208-209).

O cerco e a rendição de Sírmio são os últimos eventos relacionados aos ávaros dentro dos fragmentos de Menandro Protetor. Até este momento, as principais fontes que retratam as interações romano-ávaros são Menandro Protetor e João de Éfeso (505 – 585), um dos primeiros patriarcas da Igreja Ortodoxa de Antioquia. A partir do episódio da rendição de Sírmio, já no

¹⁸ O cerco ávaro a cidade de Sírmio, todavia, durou três anos. De acordo com Walter Pohl (2018, p. 86-88), as muralhas de Sírmio haviam sido concertadas em 567 e, somente através da construção da segunda ponte, os ávaros conseguiram impedir que os habitantes da cidade obtivessem acesso a suprimentos. Tibério II havia se demonstrado irredutível em relação a rendição da cidade, possivelmente aceitou a condição apenas após a suplica dos habitantes de Sírmio que, famintos, tiveram que se alimentar de cavalos e gatos.

contexto de Maurício, a principal fonte são os escritos de Teofilato Simocata¹⁹ (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 209).

Deste modo, devido à guerra entre o Império Romano do Oriente e a Terra do Irã, iniciada em 572, praticamente todos os esforços militares romanos foram voltados para as fronteiras orientais. Como consequência, o Império não possuía forças militares adequadas para repelir as invasões de grupos como os ávaros e os eslavos na região dos Balcãs. Esta situação na qual o Império se encontrava possibilitou a conquista ávara de Sirmio, assim como também permitiu maior atuação dos ávaros na região dos Balcãs, por vezes através do apoio, clandestino ou aberto, aos eslavos que penetraram na Hélade e foram tão longe quanto o Peloponeso. Foi necessário, portanto, que o Império Romano do Oriente permanecesse na defensiva entre 572 e 591, até a vitória romana contra a rebelião de Bahram Chobim e a restauração de Cosroes II (591 – 628) ao trono sassânida (SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 209-210). Nesse sentido, o governo de Maurício foi, por praticamente toda sua duração, marcado por uma exaustiva guerra contra os ávaros, que será abordada em maiores detalhes no subcapítulo 1.2.

É notável que os ávaros possuíram um papel importantíssimo dentro dos eventos ocorridos nos entornos do Danúbio e na região dos Balcãs, transformando consideravelmente, desde a sua chegada, o espaço que ocuparam. Assim como os hunos, foram capazes de estabelecer uma espécie de estado multiétnico, característico das organizações nômades eurasiáticas. A hegemonia dos ávaros ao norte do Danúbio perdurou até meados do século VII, com a formação da Grande Bulgária por Asparuque (681 – 701). O fim da organização ávara, no entanto, só ocorreu de fato no início do século IX, quando Carlos Magno (800 – 814), imperador do Sacro Império Romano, invadiu a Panônia e colocou a parte ocidental do território sob a administração dos francos, e também pela invasão do khan Krum (803 – 814), dos búlgaros, que destruiu o restante da organização dos ávaros ao anexar seus territórios.

A história dos ávaros e das relações ávaro-romanas, no entanto, não pode ser desassociada de um terceiro agente histórico, um grupo que, até a década de 540, era praticamente desconhecido e que, como afirmou Denis Sinor (1990, p. 285), mudou não apenas a balança de poder na Mongólia, mas também introduziu ao palco da Ásia Central e da história mundial uma entidade étnica e linguística que em momentos anteriores não poderia ser identificada ou isolada de outros grupos que apresentavam as mesmas características culturais.

¹⁹ Teofilato Simocata (c. 585 – c. 630), foi um historiador romano nativo da província do Egito. Por volta de 602 se mudou para Constantinopla, onde atendeu educação legal e, após 610, passou a atuar como historiador. Sua principal obra, intitulada *História Eclesiástica*, inicia no ano de 582, com a morte de Tibério, e termina em 602, quando Cosroes II declarou guerra contra o usurpador Focas (602 – 610). Sua obra sobreviveu inteira, e é o principal registro sobre os anos de governo do imperador Maurício (TREADGOLD, 2007, p. 329-340).

Este grupo são os *turcos*²⁰, responsáveis pela consolidação do Primeiro Qaghanato Turco, uma entidade nômade de proporções enormes, construída sobre a carcaça de outro qaghanato, o Rouran, sobre o qual muito pouco se sabe. É na fragmentária obra de Menandro Protetor que os turcos aparecem pela primeira vez em maiores detalhes dentro da cosmografia romana.

Chamados pelas fontes chinesas de *tujue*, os turcos possuem uma origem bastante nebulosa. Sem a necessidade de adentrar profundamente na *etnogenia* dos turcos, sabe-se, através da documentação chinesa, que os turcos não compunham um grupo étnico homogêneo, mas sim uma gama de grupos que possuíam características culturais em comum, como é possível de ser percebido por três mitos de origem distintos, sendo dois desses mitos de origem localizados no *Zhou shu*, o livro de registro das dinastias chinesas do Wei Ocidental e do Zhou do Norte. Para além disso, os registros chineses também mencionam mais do que uma tribo turca, como é o caso dos *turcos-vestidos-de-branco* (*baifu tujue*), os *turcos cabeça-amarela* (*huangtou tujue*), os *turcos pata-de-boi* (*niuti tujue*), dentre outros (SINOR, 1990, p. 288-289).

A origem do estado turco, contudo, é mais clara. Sabe-se por certo que construíram seu qaghanato sobre as ruínas do Qaghanato Rouran. A destruição do Qaghanato Rouran, todavia, foi resultado de conflitos internos e não promovida pela invasão de agentes externos. Por conseguinte, apesar de prover o nome de diversos líderes rouran e enumerar diversas campanhas militares, ofensivas e defensivas, a documentação chinesa contém pouquíssima informação de real interesse acerca de um grupo que, por pelo menos uma década, atuou como uma força hegemônica na Ásia Central (SINOR, 1990, p. 291).

Tão pouco se tem conhecimento sobre o Qaghanato Rouran que nem seu nome verdadeiro é conhecido. Sua composição étnica e linguística, tampouco. Durante praticamente todo seu tempo de existência, permaneceram em conflito com a dinastia chinesa Wei do Norte (386 – 534). Sabe-se, no entanto, que os turcos eram sujeitos do qaghanato. Os registros chineses informam que, por volta de 439, o imperador Taiwu (423 – 452), da dinastia Wei do Norte, destruiu um pequeno estado na região de Liang do Norte. Como consequência disso, entorno de 5000 famílias turcas buscaram refúgio com os rouran. Estes turcos, descritos como de sobrenome *Ashina*, foram assentados pelos rouran na região dos Montes Altaicos, onde

²⁰ De acordo com Peter Golden (1992, p. 115), o etnônimo turco se alastrou por uma aparente via dupla. A primeira explicação argumenta que o etnônimo foi “popularizado” pela literatura islâmica, que o espalhou dentro do mundo islâmico e para os grupos turcos que influenciou, cultural e religiosamente. A segunda explicação, no entanto, vai além e afirma que havia a persistência de tradições e formas de identificação política associadas ao Qaghanato Turco, como é o caso dos cazares, que formaram o Qaghanato Cazar (618 – 1048) a partir da destruição dos Segundo Qaghanato Turco (682 – 744). Os cazares, por conseguinte, eram referidos como turcos por autores chineses, romanos, georgianos e árabes, assim como os magiares/húngaros, que quando estavam sob domínio cazar também eram referidos como turcos, o que comprova que propagação do etnônimo turco, pra além da influência islâmica, também refletia uma tradição local (GOLDEN, 1992, p. 115-116).

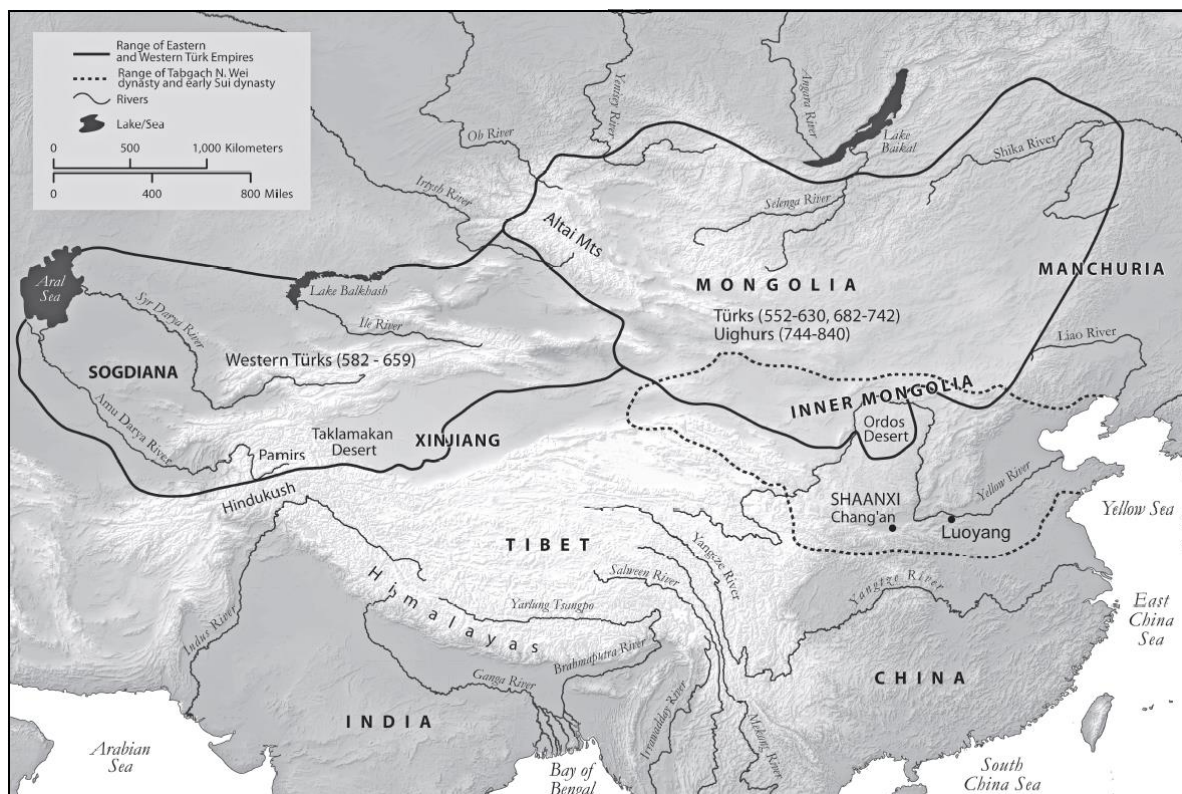
passaram a trabalhar com a produção de implementos de ferro. O lugar onde trabalhavam, denominado Montanha Dourada (*Chin shan*), possuía o formato de um elmo, que na língua dos turcos era chamado *türk*. Esta é a suposta origem do etnônimo turco (SINOR, 1990, p. 295).

A desintegração do estado Rouran foi, como afirmado anteriormente, resultado de conflitos internos. E à frente deste processo de dissolução estavam os turcos, liderados por Bumin. Após uma série de batalhas, Anagui Qaghan (522 – 552), líder dos rouran, foi morto, e Bumin (551 – 552) e sua família tomaram as rédeas do qaghanato. As razões para o enfurecimento dos turcos em relação aos seus antigos senhores são desconhecidas, mas se acredita que foi o desdém de Anagui pela metalurgia que levou os turcos a se revoltarem (SINOR, 1990, p. 295-296).

Bumin, no entanto, morreu pouco tempo após tomar a frente do qaghanato. O título de qaghan foi passado para seu filho Issik (552 – 553), que morreu também pouco tempo após assumir o título. Com a morte de Bumin e Issik, outro filho do primeiro assumira, Muqan (553 – 572). Com a ocupação do qaghanato pelo clã real turco dos Ashina, diversas de suas estruturas foram herdadas do Qaghanato Rouran, como a organização em duas frentes: Oriental e Ocidental, com o centro da administração na região Oriental²¹. O qaghanato fora, ainda, dividido em quatro porções, fato atestado também por Menandro (Fr. 10,1), sendo estas porções nomeadas como *Central, Oriental, Ocidental e Fronteira Ocidental*.

Mapa 2 – O Primeiro Qaghanato Turco, c. 600

²¹ Os turcos herdaram uma estrutura administrativa funcional e bem organizada. De acordo com Nikolay Kradin (2005), um dos motivos que permitiu ao Qaghanato Rouran sobreviver por tanto tempo e, ainda, disputar poder com a dinastia Wei do Norte, foi sua organização. Dentre as características dessa organização se podem destacar a divisão administrativa do qaghanato em duas alas, Oriental/Leste e Ocidental/Oeste, e a organização hierárquica militar baseada no princípio decimal, que permitiu as tropas rouran maior coesão.



Fonte: DI COSMO; MAAS, 2018, p. XXXVI-XXXVII.

O estado quadripartido, contudo, era também bifocal e possuía dois líderes que agiam de forma quase independente. O Leste, composto pelas regiões Central e Oriental, era governado pelo *grande qaghan* Muqan, e possuía primazia, se não supremacia, sobre as regiões do Oeste. Enquanto o Oeste, composto pelas regiões Ocidental e Fronteira Ocidental, ficara sob encargo do tio de Muqan, Ishtemi (533 – c. 576). Juntos, foram os responsáveis pela consolidação do que se compreende como o Primeiro Qaghanato Turco (SINOR, 1990, p. 296-297).

Como líder do Qaghanato Turco, Muqan iniciou uma série de campanhas militares. Além de derrotar o restante das forças leais ao destituído Qaghanato Rouran, também derrotou os quitanos no Leste e incorporou os quirguizes no Norte (GOLDEN, 1992, p. 127). Uma das principais conquistas de Muqan, por conseguinte, foi contra os heftalitas²², um grupo de origem nômade e iraniana que, entre os séculos V e VI, ocupou as regiões da Bactria e Transoxiana

²² Segundo Étienne de la Vaissière (2003), os heftalitas foram um grupo de origem altaica que, após o fim da confederação xiongnu do norte da China, migraram em direção a Ásia Central. Para o autor, os heftalitas fizeram parte de uma grande migração “huna” que ocorreu entre 350 e 370, junto com grupos como os quidaritas e os quionitas. Por um século, os heftalitas viveram como nômades entre as montanhas da Bactria, onde no decorrer de um século se tornaram falantes do iraniano. De la Vaissière (2003, p. 124), no entanto, argumenta que, como os quidaritas e os quionitas, os heftalitas só podem ser compreendidos politicamente, já que étnica e linguisticamente eram uma amálgama de etnias e línguas distintas, reunidos através da relação entre clãs.

após derrotarem os quidaritas²³. Possivelmente liderados por Ishtemi, tio de Muqan e yabghu²⁴ qaghan da Região da Fronteira Ocidental, os turcos derrotaram o Reino Heftalita em conjunto com a Terra do Irã, com quem formaram uma aliança fortalecida através do casamento da filha do Shahanshah²⁵ Cosroes I (531 – 579) com Muqan Qaghan (GOLDEN, 1992, p. 301). O território heftalita, deste modo, foi dividido os turcos e os iranianos, e o Qaghanato Turco ocupou as regiões no entorno do Amu Darya (GOLDEN, 1992, 301).

Foi nesse contexto que aconteceu o primeiro contato registrado entre os turcos e o Império Romano do Oriente. De acordo com Mihaly Dobrovits (2011, p. 380), Teófanos Confessor (c. 758 – 760) afirma que a primeira embaixada de origem turca a ser recebida em Constantinopla é de julho de 563. A embaixada foi enviada por um líder denominado nas fontes como *Askêl rex*, governante dos *hermiquiones*. Através da obra de Teófanos de Bizâncio (século VI), todavia, sabe-se que os iranianos se referiam aos turcos como *quermiquiones* (em médio persa, *karmir xiyōn*, “hunos vermelhos”). Para Dobrovits (2011, p. 3-4), *Askel* era, possivelmente, líder da tribo mais a oeste dos turcos, e o contexto de sua chegada em Constantinopla coincide com a derrota dos heftalitas pela aliança turco-sassânida.

A conquista do Reino Heftalita foi um importante passo para o desenvolvimento do Qaghanato Turco. Com a ocupação dos territórios da Sogdiana, uma série de transformações passaram a tomar forma nas estruturas do qaghanato e, de acordo com Étienne de la Vaissière (2005, p. 200), “uma genuína fusão sogdo-turca foi criada”, que pode ser observada em uma série de documentos da região, que comprovam, por exemplo, a integração através do casamento entre turcos e sogdianos. De la Vaissière (2005, p. 200-202) aponta alguns exemplos:

Čakin Čur-Bil'ga, um dos reis de Panjikent no final do século VII, era turco, e seu sucessor Dēwāstīc, embora carregasse um nome iraniano, era ele mesmo de descendência turca, de acordo com sua genealogia como relatado na História de Nishapur. [...] o único contrato de casamento sogdiano que foi preservado unia um turco e uma mulher nobre sogdiana. Nas colônias sogdianas ou em Čāc, a fusão é ainda mais pronunciada. Na necrópole de Krasnaja Rečka nós, portanto, temos um casal e cavalos enterrados juntos de acordo com a prática turca. A fusão também é evidente na iconografia: as pessoas representadas nos frisos de madeira do Kujruk-tobe estão vestidas e penteadas no estilo turco e possuem características mongólicas.

²³ Foi uma confederação nômade que, em conjunto com os grupos quionitas e heftalitas, migrou do Leste Asiático para a Bactria. Tornaram-se os herdeiros do Reino Cuxã e da tradição iraniana da Bactria, tendo, inclusive, adotado o título de Xá. Foram eventualmente conquistados pelos heftalitas, que se tornaram o grupo hegemônico da região (REZAKHANI, 2017, p. 87-103).

²⁴ O título de *yabghu* corresponde ao segundo no comando do estado, podendo ser considerado uma espécie de equivalente ao título de vice-rei. Esse título foi dado a uma série de líderes nômades e/ou iranianos no decorrer da história da Eurásia, por vezes também acompanhado do título qaghan.

²⁵ “Rei dos Reis”, era a titulação máxima do chefe de Estado da Terra do Irã.

A ocupação da Sogdiana, portanto, trouxe ao Qaghanato Turco uma série de transformações no âmbito cultural, mas também a nível tecnológico. Dentre todas as contribuições trazidas ao qaghanato pelos sogdianos, a escrita foi a maior delas. O alfabeto sogdiano, adaptado progressivamente pela fonética turca, foi amplamente utilizado pelos turcos para a escrita de seus textos, como demonstrado pela *Inscrição de Bugut*, a mais antiga inscrição turca conhecida. Por conseguinte, o sogdiano também foi a língua utilizada pela chancelaria turca, detalhe presente na narrativa de Menandro (Fr. 10, 1), que afirma que a carta dos turcos para Justino II estava escrita em “língua cita”, que se acredita ser a língua sogdiana (DE LA VAISSIÈRE, 2005, p. 202-203).

Após a derrota do Reino Heftalita através da aliança turco-sassânida, a relação entre os dois poderes deteriorou e, eventualmente, foi quebrada. Embora os turcos tenham tentado manter viva a aliança com o Irã, o Shahanshah sassânida se mostrou indisposto, e a aliança foi quebrada após um episódio em que Cosroes I manda queimar a seda trazida pelos sogdianos e envenenar emissários turcos (MENANDRO, Fr. 10, 1).

É nesse contexto que as relações diplomáticas entre o Império Romano do Oriente e o Qaghanato Turco se aprofundaram. De acordo com Menandro Protetor (Fr. 10,1):

Maniakh, o líder dos sogdianos, tomou esta oportunidade e aconselhou Silzíbulo que seria melhor para os turcos cultivar uma amizade com os romanos e enviar sua seda crua à venda para eles, por que eles faziam mais uso da seda do que qualquer outro povo. Maniakh disse que ele mesmo estava disposto a ir junto com os emissários dos turcos, e em seu caminho romanos e turcos se tornariam amigos. Silzíbulo consentiu a esta proposta e enviou Maniakh e outros emissários para o imperador romano, carregando saudações, um valioso presente de seda crua e uma carta

Em seguida, Menandro descreve o primeiro contato de Maniakh com a corte de Justino II, que entrega ao imperador a carta remetida por Ishtemi (referido na documentação como Silzíbulo²⁶), sir yabghu qaghan da Região da Fronteira Ocidental. A carta do qaghan endereçada a Justino II, descrita por Menandro como “escrita em cita” possivelmente tinha como interesse oferecer ao imperador romano uma aliança contra a Terra do Irã, contra quem lutavam uma longa e cansativa guerra desde 572, e contra os ávaros, que, como já mencionado, ameaçaram Singiduno e alguns territórios da Panônia, neste contexto ainda em posse romana (DOBROVITS, 2011, p. 382-383). Contra os ávaros, em específico, os turcos alegavam serem estes seus sujeitos fugitivos, e afirmavam ser seu direito que tomassem posse sobre seus “antigos escravos” (SINOR, 1990, p. 303).

²⁶ A questão relativa ao nome Ishtemi/Silzíbulo será debatida no subcapítulo 3.2.

No decorrer das negociações romano-turcas, questões comerciais foram ofuscadas por questões políticas urgentes. Justino II demonstrou, também, grande interesse em saber mais sobre os povos conquistados pelos turcos, entre eles os heftalitas e, em especial, os ávaros. De acordo com Menandro Protetor (Fr. 10,1-3), Maniakh afirmara que cerca de 20.000 ávaros fugiram para o oeste em decorrência do domínio turco. A hostilidade entre romanos e ávaros se mostrou, desse modo, mais uma questão em comum entre romanos e turcos, que acabaram por formar uma aliança defensiva. A missão de Mankiah se provou um sucesso e uma nova embaixada fora despachada, dessa vez para a corte de Ishtemi (SINOR, 1990, p. 302-303; GOLDEN, 1992, p. 128-129).

Em agosto de 569, sob encargo de Zemarco, um grupo de romanos se juntou a Maniakh como comitiva direcionada ao Qaghanato Turco. Menandro descreve detalhadamente a viagem de Zemarco até a corte²⁷ do qaghan turco. O contato pareceu bastante cordial e o qaghan convidou Zemarco para que o acompanhasse a uma incursão contra o Irã. No trajeto de retorno de Zemarco à Constantinopla, as hostilidades entre romanos e persas fizeram com que o embaixador tivesse que tomar um trajeto diferente, mais longo, para que retornasse à seguridade das fronteiras do Império Romano do Oriente. Zemarco foi acompanhado no retorno pelo tarkhan²⁸ Tagma, líder de uma nova embaixada turca para o imperador (SINOR, 1990, p. 303-304).

Entre 568 e 576, os contatos diplomáticos foram bastante frequentes entre romanos e turcos. Menandro menciona, no decorrer de seus fragmentos, ao todo, cinco embaixadas romanas direcionadas ao Qaghanato Turco. Além dos nomes de seus líderes, pouca informação se encontra disponível sobre estes contatos rotineiros. Dentre estas embaixadas, a mais importante foi a liderada por Valentino, que em 576 foi enviada em sua segunda missão aos turcos. Valentino foi acompanhado por 106 turcos que retornavam ao seu território, e foi recebido por Turxanto, alegado filho do recentemente falecido Silzíbulo/Ishtemi. De acordo com Menandro (Fr. 19,1), Valentino participou do rito funerário de Ishtemi, que envolveu

²⁷ Menandro (Fr. 10,3) apresenta uma descrição detalhada sobre a viagem e a corte de Silzíbulo/Ishtemi. Dentre as descrições apresentadas nos fragmentos de Menandro, pode-se destacar detalhes como a purificação de Zemarco através de um ritual de purificação pelo fogo e os aspectos estéticos da corte do yabghu qaghan, como as estátuas, os pavões dourados e o vinho doce. Pequenos detalhes que atestam influências indo-iranianas, chinesas e uma forte presença de um imagético budista, em alta durante o contexto (DOBROVITS, 2011, 289-390). Estes aspectos serão explorados em maiores detalhes no Capítulo 3.

²⁸ Tarkhan é um título de origem centro-asiática utilizado por grupos nômades para designar comandantes militares e governadores de zonas conquistadas.

sacrifícios humanos e outras práticas xamânicas²⁹ (SINOR, 1990, p. 304; GOLDEN, 1992, p. 130).

O propósito da missão de Valentino era informar ao líder turco a titulação de Tibério II como coimperador de Justino II, assim como reforçar os laços da aliança contra os persas. A reunião entre Valentino e Turxanto, no entanto, foi problemática, e a embaixada romana foi pega de surpresa pela raiva e pelo temperamento do líder turco, resultado da política romana com os ávaros, com os quais recentemente haviam estabelecido um acordo de paz. Não contente em apenas ameaçar os romanos, Turxanto acabou por, em 576, liderar juntamente com outros líderes, como Anagai, dos utigures, e Bokhan, dos turcos, uma invasão que capturou a cidade romana do Bósforo, na Criméia (SINOR, 1990, p. 304; GOLDEN, 1992, p. 130-131).

Com a morte do qaghan Ishtemi, Tardu, seu filho, assumiu a região da fronteira ocidental. O governo de Tardu se estendeu por um período consideravelmente longo desde a morte de Ishtemi, por volta de 576, até 603, e foi marcado pela ruptura do Qaghanato Turco, dividindo-se no *Qaghanato Turco Ocidental* e no *Qaghanato Turco Oriental*, ambas as partes rivais, assunto que será abordado em maiores detalhes no subcapítulo 1.2. O interesse turco, contudo, voltou-se para a política interna da Terra do Irã³⁰ (SINOR, 1990, p. 305-308).

A derrocada do Primeiro Qaghanato Turco, dividido entre turcos orientais e ocidentais, foi fomentada pela Dinastia Tang da China. Foi pelas mãos do imperador Tang Taizong (626-649) que os turcos orientais foram derrotados através de uma aliança entre o imperador e os turcos ocidentais, sob liderança do qaghan yabghu Tung (619-630) neste contexto. Tomando vantagem de problemas internos, fomentados pelo próprio imperador, os Tang atacaram os turcos orientais e conseguiram capturar o qaghan Xieli (619-634), que morreu como cativo em 634 (SINOR, 1990, p. 307-308). Os turcos ocidentais perduraram por mais algumas décadas. Com a morte de yabghu Tung, diversos líderes turcos autoproclamados passaram a lutar entre si. O qaghanto passou a se desintegrar aos poucos, somente as cinco tribos *Nushibi* no Oeste e as cinco tribos *Tulu* no Leste mantiveram sua respectiva coesão. O sucessor de Xeli, yabghu Helu (630-657), cuja base de poder eram as cinco tribos Tulu, foi derrotado em 657 e também levado prisioneiro pelos Tang. Por fim, em 659, o último líder dos turcos ocidentais, Zhenzhu

²⁹ O rito funerário remete bastante ao que fora descrito por Jordanes (Gética, XLIX, 255) ao descrever o funeral de Átila, o huno. Tanto Jordanes quanto Menandro (Fr. 19,1) atestam a prática de lacerar o rosto com uma adaga como símbolo de luto. Além disso, o rito envolveu o sacrifício de quatro pessoas e alguns cavalos (GOLDEN, 1992, p. 130).

³⁰ Em 588, os turcos lutaram contra Horzmidia IV e seu general Barahm Chobin, onde o líder dos turcos orientais neste contexto, possivelmente Bagha Qaghan (587-588), morreu atingido por uma flecha. A morte do qaghan, todavia, não apaziguou os turcos, e em uma reviravolta de alianças, passaram a apoiar Barahm em sua revolta contra Cosroes II. A revolta fracassou, e diversos prisioneiros turcos foram levados pelos persas (SINOR, 1990, p. 306).

(657-659), líder das cinco tribos Nushibi, foi morto em batalha contra as forças do imperador da dinastia Tang Gaozong (650-683), sua morte levou ao fim do Qaghanato Turco Ocidental, e seu território foi tomado pelos chineses (SINOR, 1990, p. 309-310).

Através do que foi apresentado, pode-se observar que o Qaghanato Turco foi, até o seu contexto, a maior organização nômade da Estepe Eurasiática. Seu poderio, que se estendeu da Mongólia até o norte do Mar Negro durante seu ápice, colocou em movimento uma série de acontecimentos que influenciaram diretamente a formação do Qaghanato Ávaro nos entornos do Danúbio. Mais do que isso, os turcos também se mostraram aliados oportunos do Império Romano do Oriente, tanto a nível comercial, devido ao importantíssimo comércio da seda liderado pelos mercadores sogdianos, quanto a nível militar, já que sua localização nas fronteiras orientais da Terra do Irã foi, possivelmente, uma das razões que levaram Justino II a retomar a guerra contra o Irã em 572. Foi, por conseguinte, neste contexto de conflitos e negociações que as representações romanas sobre grupos nômades tomaram novas roupagens e adquiriram novas características, aspectos que serão explorados no decorrer dos Capítulos 2 e 3.

O próximo subcapítulo, desta forma, abordará o governo de Maurício e os conflitos romanos com o Irã e com os ávaros nos últimos 20 anos do século VI, que conformam com os anos de governo de Maurício Tibério, que subiu ao trono em 582 e foi deposto em 602.

1.2. Da Ásia Central aos Balcãs: Maurício Tibério e o final do século VI

Maurício Tibério (582 – 603) governou de 13 de agosto de 582, após a morte do imperador Tibério II Constantino (578 – 582), até 27 de novembro de 602, quando foi deposto e morto por Focas (602 – 610). Seu governo durou cerca de 20 anos, de sua coroação em 582 até a insurreição militar nos Balcãs, em 602. Há poucos registros sobre os 20 anos que Maurício governou, e seu governo foi marcado, principalmente, por diversas complicações financeiras, em parte o resultado da generosidade excessiva de Tibério II e de um longo conflito que envolveu o Império Romano do Oriente e a Terra do Irã desde 572, que legou ao recém-coroadado imperador cofres imperiais vazios. Por conseguinte, foi graças aos incentivos financeiros de Maurício à poesia e à história que Menandro Protetor abandonou sua vida de “degradação e desonra”, como afirmado pelo próprio autor (MENANDRO, Fr. 1, 1), para escrever sua *História*.

Este subcapítulo, por conseguinte, tem como objetivo analisar o contexto do último quarto do século VI, ou seja, os 20 anos de governo de Maurício, de 582 até 602. Em um primeiro momento, serão abordados aspectos gerais da vida e governo de Maurício: sua

carreira, sua ascensão a imperador e seu governo. Então, serão abordados a longa e exaustiva guerra contra o Irã, iniciada por Justino II (565 – 578) em 572 e terminada por Maurício em 591, e as guerras dos Balcãs, região que por anos permaneceu insegura e sofreu uma série de incursões por ávaros e eslavos.

Maurício nasceu por volta de 539 na cidade de Arabisso, leste da Capadócia. Seu pai se chamava Paulo e possuía um irmão e duas irmãs, Pedro, Górdia e Teoctista. Nada se sabe sobre o início de sua vida, apenas que, em algum momento antes de assumir o cargo de *comes excubitorum*³¹, possivelmente tenha atuado como *notarius*³² (MARTINDALE, 1992, p. 856). Nesse sentido, Michael Whitby (1988, p. 5-6) aponta que o cargo de *notarius* possuía grande relevância, podendo atuar como importantes emissários imperiais em missões “sensíveis”, como é o caso das negociações secretas de Maurício com os sassânidas, onde o futuro-imperador atuou como secretário a serviço de Tibério II. Por conseguinte, a carreira de Maurício parece possuir um paralelo com a carreira de seu patrono, Tibério II, que também atuou como *notarius* antes de se tornar *comes excubitorum*.

Maurício foi encarregado de comandar os excubitores em 574, logo após a elevação de Tibério ao título de *Caesar*, quando passou a compartilhar o poder imperial com o mentalmente debilitado Justino II. Não se sabe, todavia, como ou quando o laço de confiança e patronato entre Maurício e Tibério teve início, somente que aconteceu em algum momento antes de 574. Entre 577 e 578, Maurício recebeu o título de *patricius* e também a posição de *magister militum per Orientem*, responsável pelo comando-geral dos exércitos romanos no Oriente e encarregado de liderar a guerra contra o Irã, que acontecia desde 572. Maurício, todavia, não possuía experiência militar prévia ao seu encargo como *magister militum*³³. Nesse sentido, Whitby (1988, p. 6-7) acredita que seja muito provável que Maurício tenha dependido e utilizado subordinados profissionais e de carreira militar bem estabelecida, comandantes como Romano, Narses ou João Mistação, por exemplo, através de uma prática que, embora recorrente nos primeiros séculos de formação do Império Romano, tornou-se menos corriqueira após o século III. A utilização destes subordinados mais profissionais e especializados pode explicar porque Maurício obteve sucessos militares em sua campanha contra os iranianos mesmo sem experiência militar prévia, já que pôde, de forma eficiente, comandar generais que poderiam,

³¹ “Conde dos excubitores”. Era o líder dos *excubitores*, uma unidade de guardas imperiais do Império Romano do Oriente.

³² Era um cargo público de secretário, cuja responsabilidade era redigir documentos oficiais do Império.

³³ “Mestre dos soldados”. Era a mais alta patente militar do exército romano. O título, por sua vez, era acompanhado pela região onde o general atuava, como “*per Orientem*”, “*per Armeniam*”, “*per Africam*”, etc.

de outra forma, estar desgastando suas energias em disputas internas (WHITBY, 1988; MARTINDALE, 1992, p. 856-857).

Em 578, com a morte de Justino II, Tibério foi coroado imperador. Devido a problemas de saúde enfrentados por Tibério, no entanto, o imperador se viu obrigado a escolher seu sucessor quatro anos após receber o poder imperial. Em uma cerimônia ocorrida em 5 de agosto de 582, Maurício, *magister militum per Orientem*, e Germano, governador da África, foram elevados a César e noivaram as duas filhas de Tibério, Constantina e Cárito, respectivamente. Para Whitby (1988, p. 7), a cerimônia dual sugere que Tibério possivelmente objetivasse dividir o Império. Maurício, desta forma, ficaria responsável pelo Oriente, enquanto Germano pelo Ocidente. Germano, por sua vez, era filho de Matasunta, princesa ostrogoda da casa real dos Amalos³⁴, e do velho Germano, descendente da família romana dos Anícios³⁵, o que lhe garantia fortes reivindicações às províncias da Itália e da África.

Na primeira metade de agosto de 582, todavia, acometido por uma forte febre, Tibério convocou Maurício e uma assembleia composta por civis, militares e dignitários eclesiásticos para o Hebdomon, onde estava acamado, com o objetivo de anunciar seu sucessor. Fraco demais para falar, Tibério pediu para que um de seus súditos anunciasse o novo imperador, Maurício, nominado como Maurício Tibério. No dia após a sucessão, em 14 de agosto, Tibério morreu e seu corpo foi solenemente carregado de volta até Constantinopla por barco, para que fosse enterrado na Igreja dos Santos Apóstolos. Com a morte de Tibério, um grande luto recaiu sobre a população de Constantinopla (WHITBY, 1988, p. 7-8). Maurício herdou um Império ainda vasto, em extensão territorial e influência. A oeste, a autoridade do imperador se estendia tão longe quanto a Hispânia, onde possuía um enclave, além dos territórios reconquistados da África do Norte e partes da Itália, e à leste, o império controlava territórios nos planaltos armênios até os limites dos desertos sírio e árabe (WHITBY, 1988, p. 9).

Quando ascendeu, contudo, Maurício se deparou com uma série de problemas e, como afirmado por Whitby (1988, p. 9), “a imagem e as conquistas do grande Justiniano lançaram uma sombra que recaiu obscura sobre seus sucessores”, um problema enfrentado também por Justino II e Tibério II. Justino II herdou de Justiniano (527 – 565) um império fragilizado, com fronteiras protegidas, mas com conflitos internos crescentes, advindos de doutrinas cristãs em

³⁴ Os Amalos foram a família real ostrogoda responsável por fundar o Reino Ostrogodo da Itália, em 493.

³⁵ Os Anícios foram uma *gens* romana que obteve certa proeminência durante o período imperial romano. Dentre os membros da família, destacaram-se Olíbrio (472), imperador do Império Romano do Ocidente por um curto tempo, e Gregório I (590 – 603), Bispo de Roma durante o governo de Maurício.

disputa³⁶ e de uma economia em declínio, reflexo de desastres naturais e de gastos exacerbados consequentes de um processo de reconstrução e também de uma política de pagamento de tributos, voltados aos persas e as tribos dos Balcãs, assunto brevemente abordado no subcapítulo anterior. Embora Justino II tenha obtido algum sucesso na tentativa de reconciliar cristãos monofisitas e calcedônios e de reconstruir as finanças do império, sua política externa agressiva contrabalanceou seu saldo positivo, já que, ao entrar em uma nova guerra contra a Terra do Irã, desprotegeu os Balcãs, o que deu aos ávaros abertura para que estabelecessem hegemonia sobre a região (WHITBY, 1988, p. 11).

Tibério, por sua vez, conseguiu estabilizar as fronteiras orientais, tendo obtido algum sucesso na guerra contra os sassânidas. Seu foco na estabilização das fronteiras orientais, contudo, custou-lhe a seguridade da fronteira no Danúbio, pois direcionou todos os esforços militares para o leste e enfraqueceu a posição romana nos Balcãs. Aproveitando-se desse enfraquecimento militar romano na região, eslavos e ávaros passaram a adentrar cada vez mais o território romano em busca de botim, chegando tão longe quanto as Termópilas. O alto custo da guerra romana contra o Irã, acompanhado da “generosidade extravagante de Tibério” (WHITBY, 1988, p. 11) fizeram com que Maurício herdasse um império de cofres vazios. Nas palavras de Michael Whitby (1988, p. 11-12):

Em essência, Maurício precisou enfrentar os problemas militares que recaíram sobre o império desde o reinado de Justino II sem o importante recurso das reservas financeiras que Justino havia criado. O fato de Maurício ter conquistado sucesso considerável em superar esses problemas justificam a avaliação de Ostrogorsky sobre ele como “um dos mais excepcionais governantes bizantinos”.

O principal problema enfrentado pelo governo de Maurício foi, portanto, financeiro. A “extravagante generosidade” de Tibério legou à Maurício um império cujo tesouro estava esgotado e cujas fronteiras estavam desprotegidas. Teve, desse modo, que lidar com os mesmos problemas enfrentados por seus antecessores enquanto buscava meios para adquirir os recursos necessários (WHITBY, 2008, p. 99). Por necessidade, precisou adotar políticas que lhe permitissem preencher os cofres imperiais, de modo a manter não apenas a ordem interna do império, mas também assegurar as fronteiras ocidental e oriental. Sua política voltada para a acumulação dos cofres imperiais, contudo, foi inevitavelmente comparada à generosidade de

³⁶ O século VI foi marcado por uma disputa entre dois dogmas religiosos advindos do Concílio da Calcedônia, que aconteceu em 451. Resumidamente, os que negavam a decisão do concílio foram chamados de *monofisitas*, pois acreditavam que Jesus Cristo tinha uma única natureza, a *divina*, enquanto os *calcedônios* acreditavam que Jesus possuía uma natureza dual, *humana e divina*. O conflito entre os dogmas tem relação direta com o estabelecimento da ortodoxia cristã através dos conselhos ecumênicos de Éfeso (431), Calcedônia (451) e Constantinopla (553) que deram início ao processo de cisma entre as igrejas do Ocidente e do Oriente (ALLEN, 2008, p. 811-834).

Tibério, o que lhe rendeu uma imagem pública ligada a avareza. Como afirmado por Whitby (2008, p. 12):

A rigidez financeira [de Maurício] gerou acusações de avareza. Quando Maurício tentou em 588 reduzir as despesas militares no exército oriental, os soldados amotinaram-se e o apelidaram como “lojista”. O exército dos Balcãs foi igualmente hostil quando Maurício impôs mudanças análogas nas condições de pagamento no inverno de 593/4, e no Egito, acreditava-se que Maurício havia gananciosamente vendido os grãos de Constantinopla por ouro; na própria capital, durante a escassez de alimentos de 602, Maurício foi acusado de marcianista, um adepto de uma heresia que rejeitava os padrões de caridade.

Em contraste à sua rígida política econômica, Maurício foi demasiadamente generoso com seus parentes, uma prática comum entre imperadores romanos, mas que enfraqueceu sua reputação. Seu pai, Paulo, foi elevado a cabeça do Senado, enquanto seu irmão, Pedro, recebeu o título de *curopalatus*³⁷ e o comando dos exércitos romanos nos Balcãs durante a segunda metade de seu governo. Já seu cunhado, Filípico, foi gratificado com a função de *comes excubitorum*, substituindo Maurício, além de ter recebido o comando dos exércitos na fronteira oriental. Outro importante parente e conselheiro de Maurício foi Domiciano, seu primo ou sobrinho, que obteve o posto de Bispo de Melitene logo após Maurício assumir como *magister militum per Orientem* entre 577 e 578. Domiciano foi um importante conselheiro de Maurício, tendo servido como embaixador ao Shahanshah Horzmida IV (579 – 590) e supervisionado as atividades de Cosroes II (590; 591 – 628) durante sua estadia em território romano, entre os anos 590 e 591 (WHITBY, 1988; WHITBY, 2008).

Buscou, todavia, promover uma série de mudanças com o intuito de obter melhores resultados administrativos. Foi durante o governo de Maurício, por exemplo, que se tem a primeira menção de um *logothete*³⁸, um novo oficial sênior que foi, possivelmente, encarregado de reorganizar o sistema logístico militar (WHITBY, 1988, p. 13; WHITBY, 2008, p. 100). Dentre outras contribuições administrativas do governo de Maurício pode ser destacada a preocupação do imperador com uma administração justa e com o uso efetivo dos recursos militares. Apesar dos poucos registros que apontem informações acerca da administração imperial nesse contexto, pode-se observar o apontamento do *consulares*³⁹ Leôncio, responsável pela investigação de questões administrativas na Itália e na Sicília. O novo *consulares* persistiu

³⁷ O *curopalata* era responsável pela manutenção do palácio imperial. Devido a proximidade do *curopalata* com o Imperador, era considerado um título de grande importância.

³⁸ Foi um cargo administrativo do Império Romano do Oriente, responsável pela logística e pelo manejo de recursos.

³⁹ O cônsul era o mais alto cargo burocrático do Estado Romano. Embora tenham perdido grande parte de seus poderes na transição da República para o Império, ainda assim possuíam alguma atuação, por vezes atuando como juízes ou presidindo reuniões do Senado.

em inquéritos contra uma série de oficiais sêniores, mesmo após as tentativas de Gregório I, Bispo de Roma, de proteger seus favoritos. O imperador também buscou melhorar a organização dos suprimentos de grãos em Constantinopla, ao promulgar uma lei que culpabilizava os capitães pela perda de cargas naufragadas (WHITBY, 1988, p. 13).

Com a paz estabelecida no Leste, assunto que será abordado ainda nesse subcapítulo, Maurício pôde se voltar para o oeste. Para além das diversas campanhas que realizou ao norte do rio Danúbio, assunto que também será abordado em breve, o imperador voltou seus olhos a outros territórios ocidentais. Nesse sentido, Maurício foi responsável pelo estabelecimento dos exarcados de Ravena e da África, territórios que ficaram sob jurisdição de exarcas, líderes militares cujo objetivo foi manter as províncias sob autoridade romana, em especial na Itália, disputada pelos lombardos desde 568. Maurício também manteve alguma influência sobre as cortes merovíngias na Gália, principalmente na corte austrasiana, já que conseguiu, por volta de 583, tomar como refém a princesa visigoda Ingunda, irmã do rei Quidelberto II dos francos, o que lhe ajudou a convencer o jovem rei franco a atacar os lombardos no norte da Itália em 585. Tentou também, embora sem sucesso, colocar Gundovaldo no trono burgúndio em 584 (WHITBY, 1988, p. 12).

Ademais, pouco mais se sabe sobre aspectos civis da administração de Maurício. Além de um novo controlador financeiro, o *logothete*, não há nenhuma evidência sobre as relações do imperador com prefeitos pretorianos ou oficiais de maior importância. Há, contudo, em 602, a primeira menção à oficiais responsáveis por manter sob controle as facções dos Azuis e dos Verdes, assim como uma lista de partidários de quem Maurício esperava apoio, mesmo com a falta de popularidade entre os “populares” (WHITBY, 1988, p. 17).

Em relação aos aspectos religiosos de seu governo, há alguns episódios que podem ser destacados. Durante seu governo, diversas denúncias contra pagãos ocorreram, e Maurício se mostrou leniente com aqueles que estivessem inclinados a confessar seus erros. Já nos anos finais de seu governo, todavia, Maurício se mostrou menos piedoso, e ordenou Estêvão, bispo de Carrhae, a iniciar uma perseguição aos pagãos locais. O mesmo pode ser dito sobre os cristãos monofisitas, com os quais não se incomodou nos anos iniciais de seu governo, mas, e por volta de 598, deu permissão a Domiciano para que os punisse em Edessa, onde cerca de 400 monofisitas foram mortos fora das muralhas (WHITBY, 1988, p. 21-22).

Maurício também foi um colecionador de relíquias cristãs. Tentou obter sem sucesso o corpo de Daniel, negado por Cosroes II, e a relíquia de São Demétrio na Tessalônica, embora tenha conseguido o barrete de Sabrishi I. Como um colecionador de relíquias, também buscou

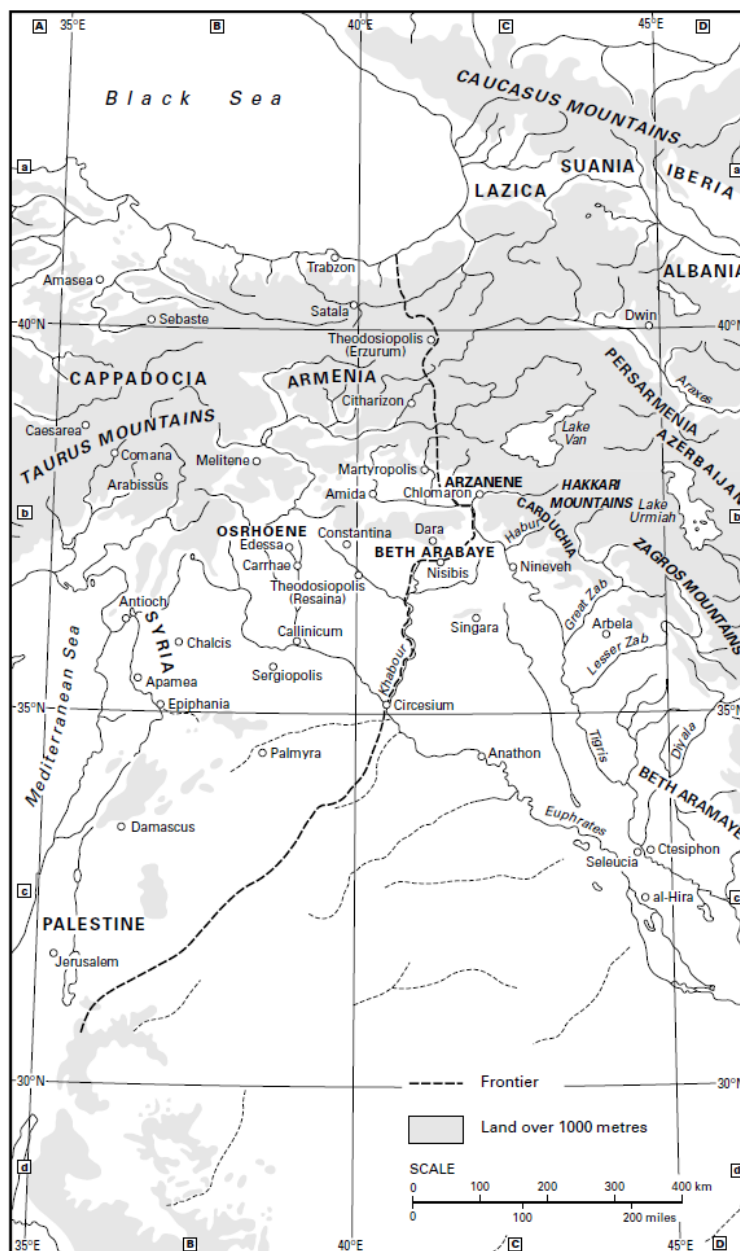
averiguar a veracidade delas, como é o caso da investigação sobre a autenticidade do corpo de Santa Eufêmia. Sobre isso, Michael Whitby (1988, p. 23) afirma:

“Maurício era um cristão devoto, mas sua crença não era cegamente crédula: se o imperador e o povo estavam colocando cada vez mais confiança em relíquias e ícones, era também necessário estabelecer a eficácia desses suportes sobrenaturais, assim como construir uma coleção impressionante.”

Por fim, Maurício também foi um patrono da literatura, tendo financiado diversos escritores de seu período a seguir uma carreira literária, dentre eles Menandro Protetor, autor cujas representações são analisadas neste trabalho, e Evágrio. Menandro, por sua vez, afirmou em sua *História* que foi graças aos incentivos financeiros de Maurício que abandonou uma vida de degradação para dar início a sua carreira como historiador e poeta (MENANDRO, Fr. 1, 1-2).

Até aqui, dedicou-se espaço para a elucidação de alguns aspectos da carreira e do governo de Maurício Tibério. Pouco a mais se sabe sobre o imperador e boa parte do conhecimento que se tem pode ser encontrado na *História* de Teofilato Simocata. Tendo em vista que o foco desta análise é a perspectiva apresentada por Menandro Protetor sobre os turcos e os ávaros, faz-se necessário explanar dois palcos bélicos que foram centrais para o governo de Maurício. O primeiro deles é o longo conflito entre o Império Romano do Oriente e o Eranshahr, que teve início durante o governo de Justino II, em 572, e perdurou até a restauração de Cosroes II ao trono sassânida por Maurício em 591. O segundo, por sua vez, foi uma sucessão de campanhas contra eslavos e ávaros que aconteceram no decorrer de todo o governo de Maurício e que, por fim, levaram a insurreição dos Balcãs e a deposição e morte de Maurício em 602.

Mapa 3 – A fronteira entre o Império Romano do Oriente e o Eranshahr



Fonte: WHITBY, 2008, p. 93.

Quando Maurício subiu ao trono imperial em Constantinopla, no ano de 582, o Império Romano do Oriente estava há pelo menos 10 anos envolvido em uma longa e exaustiva guerra contra a Terra do Irã iniciada em 572 por Justino II. Antes disso, Justiniano consolidara a chamada “Paz de 50 anos” de 562⁴⁰, estabelecida entre o governante romano e o Shahanshah Cosroes I (531 – 579) após um conflito que durou 20 anos (CAMERON, 2008, p. 90-91). A belicosidade e o oportunismo errático de Justino II, todavia, fizeram-no quebrar o acordo de

⁴⁰ Menandro narra, em um extenso fragmento, o encontro entre o emissário Pedro, do Império Romano do Oriente, e o Shahanshah Cosroes I. No fragmento, o autor descreve em detalhes o rito diplomático estabelecido entre sassânidas e romanos (MENANDRO, Fr. 6, 1-3).

longa data estabelecida entre os dois impérios vizinhos, dando início a um longo conflito que só terminaria com a reposição de Cosroes II ao trono sassânida por volta de 591, durante o governo de Maurício.

Nesse sentido, é compreensível, dentro do que se sabe sobre Justino II, que o imperador tenha retomado a guerra contra o Irã. Justino demonstrara, por diversas vezes, insatisfação quanto a política externa dos anos finais de Justiniano, que resolveu grande parte dos conflitos através do pagamento de tributos⁴¹. Justino II, deste modo, mostrou-se não apenas arrogante como também indisposto à atos que construíssem uma imagem indigna do Império Romano (WHITBY, 1998, p. 250-251). Para o imperador, portanto, o pagamento tributário a forças externas era uma demonstração de fraqueza, como pode ser observado também pela negação dele às demandas dos embaixadores ávaros, que enviaram diversas embaixadas à Constantinopla entre 567 e 572 (POHL, 2018, p. 74-76; SZÁDECKZY-KARDOSS, 1990, p. 208).

De acordo com Whitby (1988, p. 251), é possível que Justino tenha reestabelecido o conflito contra os persas em 572 devido ao caráter tributário do pagamento da Paz de 50 Anos, que havia tomado um caráter de anuidade e, desse modo, feria a dignidade do Império. Alguns eventos parecem também ter influenciado o novo conflito. O primeiro deles foi o estabelecimento de uma aliança entre o Qaghanato Turco e o Império Romano do Oriente, resultado das negociações do embaixador sogdiano Maniakh, que foi enviado pelo qaghan da Região da Fronteira Ocidental em 571 até a corte romana de Constantinopla, assunto já abordado no subcapítulo anterior.

Outra razão foi a revolta dos persarmenos, que negociavam secretamente com Justino desde 569/570. A revolta estourou após o assassinato de um comandante armênio, possivelmente em fevereiro de 572, e que levou a fuga de diversos armênios em direção ao Império Romano do Oriente. Uma das principais motivações para a revolta persarmena foi a crença de que diversos sacerdotes sassânidas encorajaram Cosroes I a estabelecer uma única religião por toda a extensão territorial do Irã, um ato que contrariava o acordo da Paz de 50 Anos, que estabelecia a liberdade de crença a todos os cristãos iranianos. Em uma clara tentativa de evitar a guerra, Cosroes I habilidosamente escolheu como embaixador um cristão persa chamado Sebukht, e o enviou para negociar com Justino II. Tendo em vista a motivação da revolta persarmena, Cosroes esperava provar que cristãos persas também poderiam ocupar

⁴¹ Um exemplo disso é o episódio já referido no capítulo anterior, em que Justiniano e seus conselheiros conseguiram, através do pagamento de tributos e da persuasão, colocar cutrigures contra utigures, quase levando-os ao extermínio.

cargos de importância dentro da corte sassânida. Para Whitby (1988, p. 252), o relato das perseguições à armênios cristãos foi possivelmente um exagero desses informantes, que interpretaram de forma errônea a construção de novos templos do fogo na região.

Independente das ações de Cosroes I para impedir um novo conflito entre os impérios, a belicosidade e a ambição de Justino II falaram mais alto. A aliança estabelecida com o Qaghanato Turco em 571 deu ao imperador a impressão de que poderia facilmente derrotar os persas e, com a revolta dos persarmenos, abriu-se uma nova possibilidade de conquista na região. Para além disso, Justino também objetivava a recaptura da cidade de Nisibis, na Alta Mesopotâmia, e a conquista da província de Arzanene. Para Michael Whitby (1988, p. 253):

A belicosidade de Justino foi incitada por sua concepção de dignidade romana combinada com uma avaliação fundamentada de riscos e recompensas. Mas, como ocorreram os eventos, Justino superestimou os efeitos na Pérsia do ataque turco e da revolta armênia, tanto que sua agressão pareceu ser o produto de um excesso de confiança; e, mais importante, ele falhou em considerar as consequências de uma renovada guerra contra os persas nos interesses romanos nos Balcãs e no ocidente.

A campanha de Justino contra os persas não se provou bem-sucedida e, quando a cidade de Dara fora tomada por Cosroes, em 573, Justino II enlouqueceu. Com a perda de Dara para os persas, coube a imperatriz Sofia, com auxílio de Tibério, estabelecer uma trégua com a Terra do Irã em 574. Tanto a carta enviada por Cosroes à Justino (MENANDRO, Fr. 18, 1), quanto o encontro entre os emissários é narrado por Menandro Protetor (MENANDRO, Fr. 18, 2):

A imperatriz Sofia, esposa de Justino, enviou Zacarias, um dos médicos da corte, como emissário ao rei persa Cosroes. Quando ele chegou oferecendo 45,000 *nomismata* em ouro, fez um acordo de trégua de um ano no Leste. Ele disse que durante esse período a imperatriz enviaria uma grande embaixada com autoridade total para discutir tudo e terminar a guerra, se o imperador romano, neste meio tempo, recuperasse sua saúde. Então, Zacarias concluiu uma trégua de um ano nos domínios romanos no Leste (mas não na Armênia), pagou 45,000 *nomismata* em ouro por somente essa concessão e partiu.

O estado de saúde de Justino II não melhorou, e coube a Tibério, recém proclamado coimperador, abrir negociações para estender a trégua e, dessa forma, obter mais tempo para discutir um acordo de paz com os iranianos. Tibério se mostrou, nesse sentido, aberto a trazer os persas de volta “a mesa de negociações” e reestabelecer uma paz firme baseada no retorno ao status quo territorial, estipulado pela Paz de 50 anos de 562. Tudo isso enquanto tentava alcançar também os objetivos de Justino II, que buscou alcançar um acordo igualitário e que permitisse aos dissidentes cristãos da Armênia e da Ibéria o direito de migrar para o território romano. Em contraponto à política de Justino, Tibério estava disposto a negociar, embora pronto para usar a força se necessário (BLOCKLEY, 1985, p. 24-25). Uma série de contatos diplomáticos aconteceu entre 574 e 577/8, sem grandes resultados, assim como diversos

embates ocorreram na região da Armênia, espaço não coberto pela trégua. Com o fim esperado da trégua, em 578, novas agressões foram iniciadas na Alta Mesopotâmia e, ainda no inverno de 577, Maurício foi elevado a *magister militum per Orientem*, ficando responsável por liderar a investida romana contra os persas.

Com o fim da trégua em 578, a Alta Mesopotâmia se tornou novamente o palco de diversos conflitos. Maurício, embora não tivesse experiência militar prévia, conseguiu rebater um ataque persa e saqueou a província de Arzanene, capturando diversos fortes e cerca de 10.000 prisioneiros de guerra. Foi a primeira campanha romana bem-sucedida desde a perda de Dara em 573. Curiosamente, a perda do forte de Aphum em Arzanene foi, supostamente, um dos fatores que contribuíram para a morte de Cosroes I um ano depois, em 579, um paralelo ao efeito que a perda de Dara teve sobre a saúde mental de Justino II (WHITBY, 1988, p. 269-270). Fracos demais para encarar o exército de Maurício abertamente, as forças persas se voltaram à proteção das cidades principais, como Dara e Nisibis. Entre 578 e 579, portanto, não houve uma grande escalada de conflitos e nenhuma batalha em campo aberto aconteceu.

Com a morte de Justino II em outubro de 578, Tibério foi proclamado *Augustus* em Constantinopla, tentando um novo acordo de paz entre os Impérios. Uma carta enviada por Tibério endereçada para Cosroes, em 579, reafirmava os laços de amizade entre os Impérios e propunha ceder ao Irã todos os territórios da Persarmênia e da Ibéria (com exceção dos persarmenos e ibérios que optassem por permanecer leais ao Império Romano), assim como a fortaleza de Aphum e a província de Arzanene. A única condição de Tibério era que a cidade de Dara retornasse ao controle romano. Desse modo, as correspondências trocadas entre as cortes de Constantinopla e Ctesifonte demonstravam um interesse recíproco pela paz, interrompidas pela abrupta morte de Cosroes I em março de 579 (BONNER, 2020, p. 242).

Cosroes I foi sucedido por seu filho, Horzmida IV. Novas tentativas de reestabelecer a paz por parte de Tibério foram negadas pelo novo monarca sassânida. Menandro narra vividamente a reação do novo Shahanshah Hormizda a carta enviada por Tibério:

O rei persa deu aos emissários uma segunda audiência e reagiu duramente a cada uma das propostas amigáveis na carta. Ele disse que nunca abandonaria Dara, não mais do que faria com Nisibis ou Singara, cujos lugares também, reiterou, os persas haviam tomado dos romanos. Nem iria diminuir as possessões de seu pai. Se ele pudesse, as aumentaria; se não, preservaria o que lhe foi deixado. De seu pai, Cosroes, disse: “– Se tivesse vivido, talvez teria concluído isso e entregado Dara aos romanos. Pois não há vergonha para aquele que conseguiu algo entregá-lo. Mas aos olhos de todos os homens, é desgracioso entregar aquilo que foi herdado (MENANDRO, Fr. 23, 9).

A embaixada foi prontamente dispensada por Horzmida, que além de lhes entregar provisões inadequadas também recomendou a seus batidores que levassem os emissários

romanos por um caminho mais longo para fora do território persa, atrasando-os. Quando finalmente chegaram a Constantinopla, Tibério anunciou novos preparativos para a guerra (WHITBY, 1988, p. 271; BONNER, 2020, p. 243).

Novos conflitos só ocorreram a partir de 580, mas nenhum cerco foi registrado, somente saques e rapinas. Na primavera de 581, contudo, forças romanas em conjunto com aliados árabes tentaram navegar pelo rio Eufrates na tentativa de cercar a capital persa de Ctesifonte, mas foram impedidos nos arredores da cidade. Com o principal exército romano preso no coração do Irã, os persas deram início a uma campanha na Alta Mesopotâmia, que penetrou tão longe quanto Edessa, saqueando tudo em seu caminho, obrigando, portanto, o exército romano a recuar. A falha romana compeliu Tibério a buscar por um novo acordo de paz em 582, que também foi negado por Horzmidia IV. Após o colapso das novas negociações, uma nova batalha foi travada entre os exércitos romano e persa na Alta Mesopotâmia, onde o general persa Tamcosroes foi morto. Maurício, que liderou o exército romano até então, retornara para Constantinopla em agosto, onde foi proclamado *Augustus* e nominado Maurício Tibério (BONNER, 2020, p. 243-244).

Com a ascensão de Maurício a imperador, um novo *magister militum per Orientem* foi escolhido. Maurício apontou o antigo *magister militum per Armenian*, João Mistacão, como seu substituto, e as campanhas contra o Irã foram resumidas (WHITBY, 1988, p. 276-277). Uma nova sucessão de conflitos ocorreu na Alta Mesopotâmia entre 582 e 583, culminando no cerco romano ao forte de Aqba, que foi conquistado e destruído. Com a tomada do forte de Aqba pelos romanos, novas negociações buscando a paz foram estabelecidas, dessa vez pela corta iraniana de Ctesifonte. Algumas cartas foram trocadas entre as cortes de Constantinopla e Ctesifonte em 584, mas as negociações terminaram malsucedidas. É neste mesmo contexto que a confederação dos gassânidas árabes se dissolveu em quinze facções rivais e uma grande parte delas se aliou ao Irã (BONNER, 2020, p. 243-245).

As atividades militares foram retomadas somente em 585, com o malsucedido cerco persa à cidade de Martiropólis, que culminou na destruição da igreja de João Batista. Em 586, uma nova campanha iraniana teve como objetivo a destruição do acampamento militar romano de Monocarton. A campanha falhou e o general persa Kardarigan, responsável por liderar as forças sassânidas, foi derrotado em batalha, fugindo para as montanhas da Armênia. A vitória romana foi sucedida por uma invasão a província de Arzanene. Entre 586 e 587 os romanos prosseguiram com campanhas de saque as regiões de Corduene e Beth Arabaye, conseguindo conquistar três fortes nas proximidades de Dara (BONNER, 2020, p. 245-246).

O principal acontecimento de 588 foi o primeiro motim do exército durante o governo de Maurício. Em 584, Maurício substituiu João Mistacão por Filípico, seu cunhado, como *magister militum per Orientem*, deixando-o responsável por liderar a campanha romana contra o Irã. Entre 587 e 588, por sua vez, Filípico deixou o exército romano sob as ordens do *magister militum per Armeniam* Heráclio (pai do futuro imperador Heráclio) devido à uma viagem que precisou realizar até a corte em Constantinopla. Antes de viajar, todavia, Filípico mandou que fosse publicado um decreto de Maurício acerca de pagamentos militares. O decreto ordenava uma redução de $\frac{1}{4}$ no pagamento militar, um reflexo das dificuldades financeiras enfrentadas por Maurício ao assumir o trono. Para além disso, é possível que Maurício esperasse que a insatisfação causada pela diminuição nos gastos fosse contrabalanceada pelas reformas de 594, que viriam a melhorar as condições de serviço no exército. Ainda, com o estabelecimento de um exército para combater a ameaça eslava e ávara nos Balcãs, Maurício precisou pagar dois exércitos, o que aumentou a pressão sobre as finanças romanas (WHITBY, 1988, p. 286-287).

O motim romano durou cerca de um ano, de 588 até 589 e, durante o motim, houve pouca atividade militar entre romanos e persas, que estavam envolvidos em uma guerra na fronteira leste de seu território contra o Qaghanato Turco. A guerra turco-sassânida de 588, por sua vez, colocou em movimento uma cadeia de eventos que levou ao reestabelecimento de relações amigáveis entre o Irã e o Império Romano na década de 590. Por essa razão, faz-se necessário que se aborde em maiores detalhes esses eventos, a iniciar pelo conflito de sucessão turco.

Com a morte de Muqan Qaghan (553 – 572) em 552, seu irmão mais novo, Taspar Qaghan (572 – 581) assumiu a liderança do Primeiro Qaghanato Turco. A morte de Taspar em 581, todavia, gerou uma disputa sanguinária pelo trono, que culminou na divisão do qaghanato em Qaghanato Turco Ocidental e Qaghanato Turco Oriental. O herdeiro de Taspar Qaghan foi Daluobian (581 – 587), também chamado Apa Qaghan, sobrinho de Taspar e filho de Muqan. A sucessão do qaghanato, no entanto, foi uma quebra no costume de sucessão dos turcos, onde o trono era passado do irmão mais velho para o mais novo e do filho mais velho para o mais novo. O conselho turco, desse modo, legitimado pelo costume de sucessão, proclamou Ishbara, filho de Issik Qaghan (552 – 553), como qaghan. Contrapondo a decisão conselho, Apa Qaghan se declarou como qaghan por direito, dando início a guerra de sucessão turca (SINOR, 1990, p. 305-308; BONNER, 2020, p. 247).

Após um ataque de Ishbara ao território de seu adversário, Apa Qaghan buscou ajuda de Tardu (576 – 603), qaghan da Região da Fronteira Ocidental e filho de Istemi Qaghan (553 – 576), que o auxiliou com um poderoso exército. Embora auxiliado por Tardu, Apa Qaghan

foi derrotado contra as forças conjuntas de Ishbara Qaghan e da dinastia Sui, a quem Ishbara se sujeitou para que pudesse sobreviver. Derrotado pelo seu adversário político, Apa Qaghan se voltou contra seu aliado, Tardu⁴², que derrotado buscou refúgio na corte Sui. Por volta de 583, Apa Qaghan estabeleceu o Qaghanato Turco Ocidental, cujo território era composto pela Região Ocidental e pela Região da Fronteira Ocidental, como rival do Qaghanato Turco Oriental, liderado por Ishbara Qaghan (SINOR, 1990, p. 305-308). Tanto Ishbara quanto seu adversário político, Apa Qaghan, morreram entre 587 e 588, e foram sucedidos, respectivamente, por Tulan Qaghan (589 – 599) e Niri Qaghan (587 – 599), que continuaram a disputa de seus antecessores.

A intervenção sassânida teve início em 588, quando ao menos quatro pretendentes disputavam a sucessão do título de qaghan: Bagha Qaghan (587 – 589), Tulan, Tardu e Niri. Não se sabe ao certo quem deu início as agressões, mas, de acordo com Michael Bonner (2020, p. 248-249), uma obra perdida chamada *O Livro de Bahram Chobin*, escrita por diversos autores iranianos do período⁴³, narra os acontecimentos do episódio. Antes de adentrar na narrativa contida no *Livro de Bahram Chobin*, é necessário que se coloque em evidência o personagem principal dessa obra, o general Bahram Chobin. Nas palavras de Bonner (2020, p. 248):

Bahram Mihrewandak, ou Bahram Chobin, como é chamado pela tradição real persa, distinguiu-se nos exércitos de Cosroes I e comandou uma brigada de cavalaria no cerco e captura de Dara no ano de 572. Seus estados hereditários formavam os arredores da cidade de Rey, e sua linhagem se originou, como se acreditava, entre os reis arsácidas do Irã. Foi Bahram quem liderou a intervenção vitoriosa contra os turcos na Ásia Central – uma façanha militar que, por um breve momento, fez do império do Irã o principal poder no Oriente Próximo, e que foi lembrado por muito tempo na tradição iraniana.

Por conseguinte, a narrativa contida no *Livro de Bahram Chobin* afirma que foram os turcos que iniciaram a guerra contra o Irã. Antes da principal batalha entre Bahram Chobin e o qaghan turco (possivelmente Bagha Qaghan), o qaghan turco, confiante em sua vitória, afirmou que destituiria Horzmida IV do trono sassânida e entregaria a liderança do Irã para Bahram, que recusou a oferta (BONNER, 2020, p. 249). As fontes iranianas do período narram que, durante a batalha Bahram, disparou uma flecha certa que matou o qaghan turco, encerrando o combate. Com a derrota das forças turcas, Bahram capturou diversos prisioneiros, riquezas e o filho do qaghan turco, que fora enviado para a corte em Ctesifonte como refém (REZAKHANI,

⁴² Embora Tardu Qaghan tenha sido retirado do poder por Apa Qaghan nesse contexto, conseguiu em 594 se tornar qaghan do Qaghanato Turco Oriental e, por um breve momento, unificou o Qaghanato Turco novamente, que governou até 603 quando foi derrotado por uma rebelião (SINOR, 1990, p. 306-307).

⁴³ De acordo com Michael Bonner (2020, p. 248), o *Livro de Bahram Chobin* pode ser reconstruído através do relato de alguns autores iranianos como Dinawari, Tabari e Ferdowsi, cujos relatos foram possivelmente retirados do Livro.

2017, p. 177-178; BONNER, 2020, p. 250). Dentre as riquezas capturadas por Bahram afirmou-se estar o trono dourado do qaghan, além de diversos outros itens como sofás, jarros, mesas, e outros objetos.

Tendo adquirido uma reputação positiva e a lealdade de seu exército, Bahram retornou para a corte em Ctesifonte, de onde foi redirecionado para lidar com novas ameaças. Após um conflito com os romanos devido a uma disputa pelo trono georgiano, Bahram foi derrotado e, como punição, foi humilhado por Horzmida. Como resposta, Bahram passou a se referir a Horzmida IV como a *filha*, e não o filho de Cosroes I, iniciando uma insurreição militar⁴⁴ contra o Shahanshah iraniano (BONNER, 2020, p. 251).

Para além de uma guerra em dois frentes opostos, que ocorria a duas décadas e levou os guerreiros persas a exaustão, o governo sassânida também havia estipulado uma diminuição no pagamento dos militares, o que fez com que o exército iraniano, possivelmente influenciado por rumores espalhados pelo próprio Bahram Chobin, acreditasse que Horzmida estivesse enraivecido com os militares e que havia ameaçado executar os homens envolvidos na derrota de Bahram contra os romanos (WHITBY, 1988, p. 293). Nas palavras de Bonner (2020, p. 252): “Um espírito de motim preencheu os legalistas de Bahram que aspiravam depor o monarca que era universalmente odiado, e o prospecto da extinção da dinastia sassânida forçou alguns a contemplar o fim do mundo”. Nesse sentido, diversos partidários de Bahram passaram a espalhar uma propaganda religiosa, de discurso apocalíptico, que afirmava que a dinastia sassânida terminaria pelas mãos de um aspirante de sangue real antigo, ou seja, Bahram, que se acreditava ser descendente dos antigos governantes partas arsácidas.

Com a insurreição de Bahram, um grupo de aristocratas na corte em Ctesifonte, insatisfeitos com o governo do monarca sassânida, planejou depor Horzmida IV, com o objetivo de colocar no trono sassânida seu filho, Cosroes II. O golpe que visou a deposição de Horzmida teve início em 6 de fevereiro de 589, e fez com que Cosroes fugisse em direção ao Azerbaijão, de onde foi persuadido pelos aristocratas a retornar para a corte de Ctesifonte. Horzmida, já preso, convocou um conselho na tentativa de persuadir os aristocratas a renunciarem o apoio a seu filho Cosroes, mas falhou. Após isso, foi cegado, e pouco tempo depois morto⁴⁵. No dia 15

⁴⁴ De acordo com Touraj Daryaee (2015), a rebelião militar de Bahram Chobin foi um reflexo das reformas militares estabelecidas por Cosroes I, que proibiam o Shahanshah de liderar seu próprio exército, o que consequentemente deu aos generais sassânidas maior autonomia e poder.

⁴⁵ Para Bonner (2020, p. 256), há algumas contradições literárias sobre a morte do Shahanshah sassânida Horzmida IV. Teofilato Simocata implica que Cosroes II foi responsável pela morte de seu pai, mas a tradição literária real persa não o acusa de parricídio. Nesse sentido, Dinawari, um dos autores pertencentes a tradição persa, narra que foram Binduya e Bistam, aristocratas sassânidas, que assassinaram Horzmida com seu próprio turbante. A propaganda de Bahram Chobin, todavia, culpou Cosroes II pela morte de seu pai (BONNER, 2020, p. 257).

de fevereiro do mesmo ano, Cosroes II ascendeu como Shahanshah da Terra do Irã (WHITBY, 1988, p. 294).

Seguido de sua coroação como monarca dos iranianos, Cosroes II tentou negociar com o general rebelde Bahram Chobin, já próximo da capital sassânida de Ctesifonte, mas não obteve sucesso. Após algumas batalhas, Bahram saiu vitorioso, e uma deserção em massa ocorreu entre as tropas de Cosroes, que derrotado iniciou os preparativos para sua fuga (WHITBY, 1988, p. 295-297). Cosroes II fugiu com cerca de 30 companheiros, e após alguns dias de viagem acamparam próximo a fortaleza romana de Circésia. Um emissário foi enviado ao comandante da fortaleza, afirmando que o rei do Irã buscava asilo dentre os romanos. Probo, o comandante do forte, recebeu o monarca e sua comitiva dentro da fortaleza e, após dois dias, Cosroes enviou um mensageiro para a corte romana em Constantinopla (BONNER, 2020, p. 260-261).

Na carta enviada a Maurício, o embaixador iraniano Afarban descreveu os impérios iraniano e romano como dois olhos ou lâmpadas do mundo, um discurso construído após séculos de interação entre dois poderosos estados vizinhos. Foi comum, no século V, que embaixadores persas invocassem o constante perigo dos bárbaros nortenhos, ou seja, os nômades da estepe eurasiática, argumento que foi evocado pelo embaixador iraniano de Cosroes II. A carta também afirmava a necessidade de dois soberanos legítimos se apoiarem em momentos de incerteza, e, por fim, Cosroes se autoproclamou suplicante e filho de Maurício (BONNER, 2020, p. 260-261).

Alguns aspectos dessa carta e das interações diplomáticas entre persas e romanos precisam ser explicitados. De acordo com Matthew Canepa (2009, p. 122), ao menos desde a última parte do século III, as cortes romana e sassânida desenvolveram uma linguagem visual, ritual e discursiva compartilhada para legitimar e conceptualizar sua coexistência. Nas palavras de Canepa (2009, p. 122):

Os soberanos implantaram essa linguagem nova e em desenvolvimento de cooperação e acomodação ao lado de antigas expressões de dominação, tanto seletivamente para audiências internas ou, encontrando-se em uma situação de força, como uma ferramenta para intimidar seus rivais e angariar prestígio em um nível global. De fato, fora de algumas raras instâncias onde o discurso era puramente hostil ou cooperativo, em conquista ou pura súplica, expressões hostis e cooperativas mais frequentemente ocorriam lado a lado, em medidas iguais.

Nesse sentido, desenvolveu-se em ambas as cortes uma linguagem diplomática específica voltada para as interações romano-persas. Um exemplo disso foi o uso de um discurso sacral que, depois de estabelecido, tornou-se uma prática integral e esperada das relações romano-persas. É na construção deste discurso sacral que surge também uma espécie

de “linguagem familiar”, que pode ser observada na súplica de Cosroes II a Maurício ao se autoproclamar filho do imperador romano. Essa linguagem familiar emergiu como “a mais importante metáfora entre romanos e sassânidas para descrever as várias facetas de sua relação política” (CANEPA, 2009, p. 125) e foi, por diversas vezes, utilizada pelos soberanos de forma oportunista, como é o exemplo do próprio Cosroes II que, após Maurício ser assassinado por Focas na insurreição de 602, usou a “vingana por seu pai” como um pretexto para invadir o Império Romano do Oriente.

A construo de um discurso sacral e a formalizao da atividade diplomática entre sassânidas e romanos também possui uma justificativa bastante materialista para além da construo discursiva. Pode-se afirmar que, com algumas exceo es, ambos os impérios, ou ao menos uma parte da aristocracia deles, prezavam pela manuteno de seus recursos e lutaram para desenvolver a manter o equilíbrio entre “os dois olhos do mundo” que, por sua vez, mantinham em xeque o avano de grupos externos, como os nômades. O desenvolvimento de processos formais de diplomacia, que visava também evitar a guerra entre as duas potências, ocorreu principalmente durante o século V, quando houve um aumento considerável na pressão externa sofrida por ambas as partes (BLOCKLEY, 1985, p. 17). Enquanto o Império Romano se via pressionado pela migrao e invasão de grupos germânicos e eslavos e, principalmente, com os hunos, o Irã viu sua fronteira oriental pressionada por uma sucessão de grupos nômades, dentre eles os heftalitas. Essa formalizao diplomática pode ser observada, por exemplo, nos fragmentos de Menandro Protetor, que dedicou extensos parágrafos para a descrio de contatos entre as cortes romana e sass nida⁴⁶.

Com o monarca destronado em solo romano, diversas negociao es aconteceram entre Cosroes II e Maurício no ano de 590. Embora o imperador romano não tenha, em um primeiro momento, decidido dar apoio ativo   restaurao de Cosroes ao trono sassânida, acabou por ceder após uma segunda súplica do futuro Shahanshah (WHITBY, 1988, p. 296).   necessário pontuar, contudo, que boa parte do Senado romano foi contra a decisão de dar suporte a restaurao de Cosroes. Maurício, no entanto, viu na restaurao de Cosroes a oportunidade de manter uma fronteira oriental segura e também reestabelecer a autoridade romana em alguns territórios perdidos, como Dara. Ainda,   possível que a ameaa que o Qaghanato Turco

⁴⁶ A maior parte dos fragmentos de Menandro Protetor que sobreviveu   dedicada a relatos de embaixadas, muitos deles entre a Terra do Irã e o Império Romano do Oriente. Como exemplos: a embaixada romana de Pedro, emissário romano, a Cosroes I para o estabelecimento da Paz de 50 Anos (MENANDRO, Fr. 6, 1-3); a embaixada enviada por Justino II   Cosroes I para anunciar sua ascensão a imperador (MENANDRO, Fr. 9, 1-2); a tentativa de Cosroes I em manter a paz entre os impérios (MENANDRO, Fr. 16, 1-2); a negociao da tregua de 474-478 após o adocimento de Justino II (MENANDRO, Fr. 18, 1-6).

representava no espaço da Ásia Central tenha ajudado na tomada de decisão de Maurício, que via na manutenção de dois poderosos estados sedentários uma decisão estratégica sábia (BONNER, 2020, p. 263-264).

Enquanto Cosroes e Maurício se preparavam para a deposição do usurpador, Bahram Chobin, coroado como Bahram VI (590 – 591), tentava estabelecer sua autoridade no território iraniano. De reinado curto, Bahram VI falhou em conseguir a lealdade de aristocracias regionais, como apontado por Touraj Daryaee (2015) através de evidências numismáticas, demonstrando que Bahram conseguiu cunhar moedas com seu nome somente na capital e nos seus arredores, enquanto outras localidades seguiram cunhando moedas em nome de Horzmida IV ou Cosroes II (DARYAEE, 2015, p. 195-197).

Em 591, Maurício deu início aos preparativos para a restauração do jovem Cosroes II ao trono sassânida. Com a chegada da notícia de que Maurício havia apoiado a restauração do jovem monarca ao trono, as guarnições de Martirópolis e Nisibis mudaram sua lealdade e passaram a apoiar a causa. Com isso, legalistas da restauração iniciaram os preparativos para a guerra na Armênia, sob supervisão do general João Mistacão. A principal estratégia dos legalistas era tirar Bahram da capital iraniana e ocupá-la, para assim derrotar o usurpador com uma força superior. Para isso, foram separadas três divisões do exército, lideradas respectivamente por Narses, Mahbod (apoiador de Cosroes II), João Mistacão e Binduya (aristocrata sassânida) (BONNER, 2020, p. 263-265).

Após uma bem-sucedida campanha que penetrou o território iraniano, as forças legalistas conseguiram ocupar a capital em Ctesifonte. Em um claro sinal de desespero, Bahram enviou a Mushel Mamikonean e a toda aristocracia armênia uma carta onde prometia restaurar o Reino da Armênia em troca de apoio em sua guerra. Sem receber uma resposta de Mushel, enviou outra carta a aristocracia armênia, desta vez em tom ameaçador, o que gerou uma resposta, negando-lhe apoio para o conflito (BONNER, 2020, p. 265).

A última batalha entre as forças legalistas de Maurício e Cosroes II contra o usurpador Bahram VI aconteceu no Azerbaijão. O conflito foi descrito como violento e sanguinário pela cosmografia do período e, após quatro dias de combate, o conflito foi possivelmente encerrado por uma embaixada de Binduya, que induziu os rebeldes a se renderem. Bahram Chobin fugiu para a cidade de Balkh, no Tocaristão, onde recebeu exílio do Qaghanato Turco (BONNER, 2020, p. 265-266). De acordo com Khodadad Rezakhani (2017, p. 178), Bahram conseguiu um alto nível de popularidade na corte turca, onde interviu em uma conspiração contra o qaghan (possivelmente Tulan). Acabou, todavia, sendo assassinado no mesmo ano pelas mãos de um mensageiro de Cosroes II.

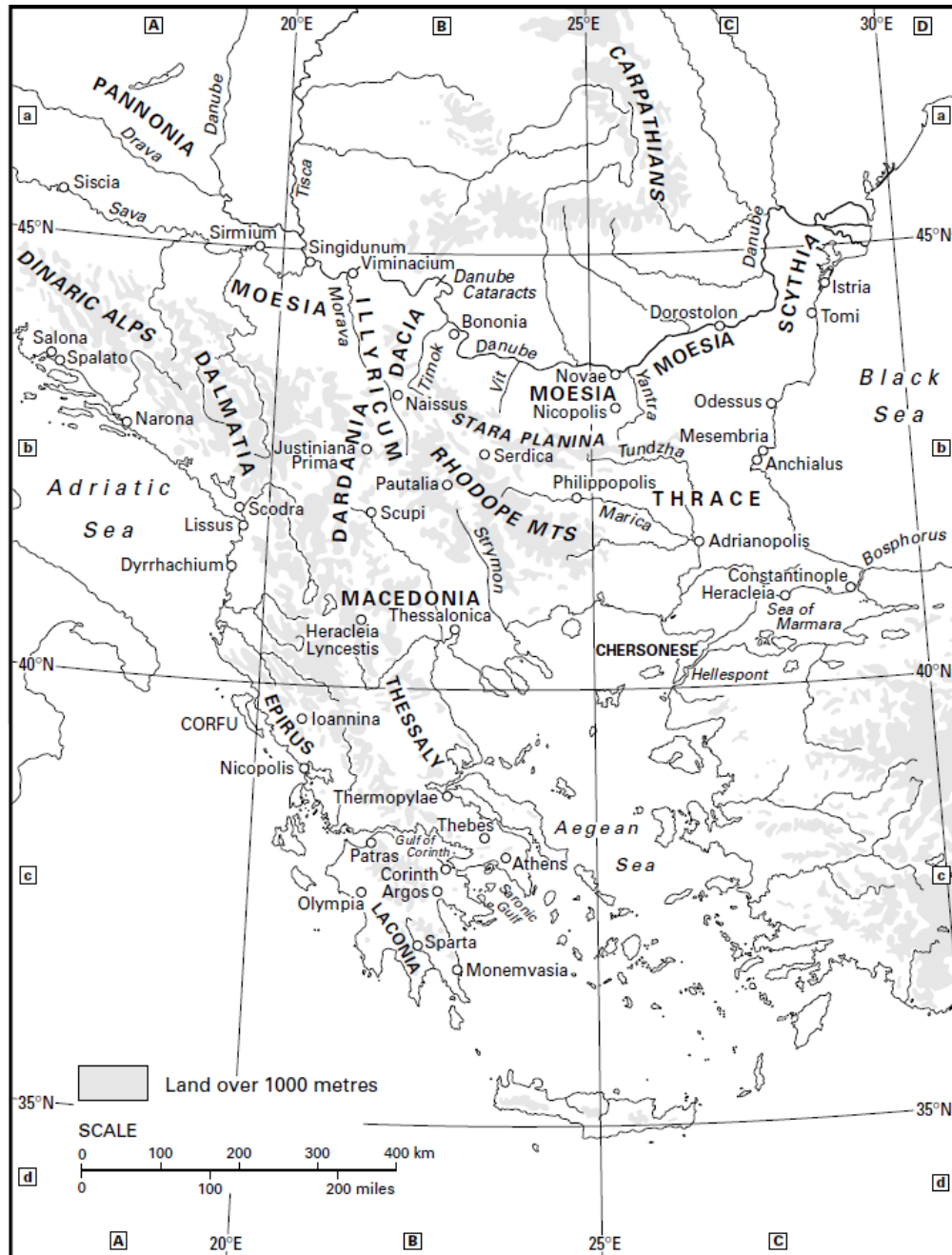
Com a vitória dos legalistas sobre o usurpador, Cosroes II foi restaurado como Shahanshah do Irã. Como prometido pelo monarca sassânida, foram devolvidas aos romanos as cidades de Dara e Martiropólis, além de boa parte da Persarmênia. A paz entre o Império Romano do Oriente e o Eranshahr, instaurada em 591, representou o período de maior extensão territorial romana em direção ao leste, cuja fronteira cobria Arzanene, a maior parte de Persarmênia e o principado da Ibéria (WHITBY, 1988, p. 303). A decisão de Maurício de restaurar Cosroes II ao trono sassânida se mostrou uma estratégia sábia, já que pôde garantir a seguridade da fronteira oriental e ainda alcançar os objetivos preteridos por Justino II e Tibério II. Com a fronteira com o Irã assegurada, Maurício teve a oportunidade se voltar, de forma eficiente, contra uma ameaça mais próxima: o Qaghanato Ávaro, que após a tomada de Sirmio em 582, passou a realizar diversas incursões na região romana dos Balcãs.

Após a ascensão de Maurício, em 582, os ávaros passaram a enviar diversas embaixadas a corte em Constantinopla, como fizeram também com a ascensão de Justino II em 565. Nesse sentido, Maurício pôde oferecer somente um elefante e um sofá de ouro como símbolo tributários aos ávaros, presentes que foram recusados pelo qaghan. A crescente pressão diplomática dos ávaros culminou em uma demanda pelo aumento dos tributos recebidos, e Maurício decidiu não ceder mais as demandas. Com isso, os ávaros quebraram a trégua estabelecida após a captura de Sirmio entre 581 e 582 e novas incursões foram realizadas pelo qaghan⁴⁷ entre 583 e 584 (WHITBY, 141-142).

A campanha ávara de 583/584 capturou rapidamente a cidade de Singiduno, e com isso, seguiram avançando até capturar Viminácio e Augusta, indo tão longe quanto Anquíalo. Após três meses foram encontrados por uma embaixada romana e, embora a embaixada tenha falhado em sua missão, Maurício conseguiu reestabelecer a paz com os ávaros pouco tempo depois, ao aceitar o aumento tributário anteriormente demandado pelos ávaros, de 100.000 moedas de ouro. Os ávaros recuaram e não ocuparam nenhuma das cidades que haviam capturado (KARDARAS, 2018, p. 43-45; POHL, 2018, p. 168-170).

Mapa 4 – A fronteira romana dos Balcãs

⁴⁷ Baian é o único qaghan ávaro que possui um nome na cosmografia romana do contexto. Acredita-se que o qaghan referido nos conflitos entre o Qaghanato Ávaro e o Império do Oriente durante o governo de Maurício seja filho mais velho de Baian, mas nada mais se sabe além disso.



Fonte: WHITBY, 2008, p. 107.

Embora os ávaros tenham recuado para seus territórios ao norte do Danúbio, outra ameaça circundava a região dos Balcãs: as tribos eslavas. Nesse contexto, os eslavos atuavam de forma independente, possivelmente tentando, também, afastar-se da crescente influência do Qaghanato Ávaro. A pilhagem dos eslavos chegara tão longe quanto Atenas e as Termópilas e, em um certo momento, a incursão eslava chegou até as Muralhas Longas em Constantinopla, o que levou Maurício a liderar suas próprias tropas pessoais e a ordenar que as facções do *circus* defendessem as muralhas (KARDARAS, 2018, p. 44-45). Maurício então apontou Comencíolo como comandante contra os eslavos, e os derrotou próximo as Longas Muralhas. Como

recompensa, Comencíolo recebeu o título de *magister militum praesentalis* e, em 585, avançou sobre Adrianópolis e expulsou os eslavos das planícies da Trácia (WHITBY, 1988, 143). Estas incursões eslavas demonstram o quão enfraquecida estava a posição romana nos Balcãs, um reflexo tanto da escassez financeira herdada por Maurício quanto da pressão exercida pelos iranianos na Armênia e na Alta Mesopotâmia.

Em 586, os ávaros novamente quebraram a trégua e invadiram o território romano. A justificativa do qaghan para a invasão era de que os romanos receberam um sacerdote ávaro fugitivo, que havia seduzido uma das esposas do líder ávaro⁴⁸. A invasão resultou na captura de diversas cidades ao longo do Danúbio e Maurício, por sua vez, precisou tomar medidas desesperadas para recrutar um exército⁴⁹. Como resultado das medidas adotadas por Maurício, Comencíolo conseguiu um exército de 10.000 homens, cuja quantidade certamente excedia a qualidade das tropas, já que ao menos 4.000 dessas tropas eram inexperientes e despreparadas para enfrentar os ávaros (WHITBY, 1988, p. 145-148; KARDARAS, 2018, p. 46).

A falta de experiência do exército de Comencíolo fez com que o comandante dependesse de táticas de guerrilha para lidar com a ameaça. Embora em um primeiro momento o comandante romano tenha tido algum sucesso em perturbar a invasão ávara, foi ofuscado por ataques do qaghan em cidades no norte das planícies trácias, como Beroe, Dioclecianópolis e Filipópolis, que acabaram resistindo as investidas. De Filipópolis foram para Adrianópolis, onde também falharam, possivelmente graças a uma vitória tática obtida por mercenários lombardos em conjunto com tropas armênias trazidas para o oeste por João Mistação (KARDARAS, 2018, p. 47; POHL, 2018, p. 98-99).

Uma nova campanha do Qaghanato Ávaro teve início no ano de 588, quando atacaram a cidade de Singiduno. Em reação ao ataque, Maurício indicou Prisco como comandante das forças nos Balcãs. Prisco foi um dos generais responsáveis pelo decreto de Maurício que levou ao motim de 588 na fronteira oriental, e possivelmente retornara para Constantinopla com o intuito de apresentar à Maurício um relatório de atividades na região (WHITBY, 1988, p. 154). De Singiduno, os ávaros avançaram rapidamente para a cidade de Bononia, superaram em números uma das defesas romanas e sitiaram Anquíalo. Com a conquista da cidade, o qaghan

⁴⁸ Menandro Protetor (Fr. 27, 3) narra um acontecimento parecido com o qaghan Baian, que demande o retorno de fugitivos ávaros, dentre eles um homem que cometeu adultério com a esposa do qaghan.

⁴⁹ Entre o outono e o inverno de 586, Maurício recrutou forçadamente uma série de soldados. De acordo com Michael Whitby (1988, p. 147), Miguel, o Sírio afirmou que os *scribones* responsáveis pelo recrutamento tiraram crianças de seus pais e pressionaram contribuições em gado das áreas em que operaram para o recrutamento. A trégua estabelecida na Itália com os lombardos, em 586, também permitiu a Maurício que transferisse mercenários germânicos da região para o fronte nos Balcãs. Por fim, Maurício também recrutou soldados na Armênia, que foram direcionados para a Trácia pelo general João Mistação.

ávaro conseguiu flanquear a posição de Prisco e destruir um regimento de cavalaria que estava separado do restante das tropas. Preso em uma armadilha, o comandante romano foi salvo graças a sagacidade de Maurício, que enviou a Prisco uma carta avisando que enviaria uma armada para a Panônia, onde atacaria as famílias dos ávaros. A artimanha do imperador funcionou, e o qaghan retornou para suas terras após um pequeno pagamento em ouro (POHL, 2018, p. 169-171).

O retorno dos ávaros para seu lar em 588 deu alguns anos de paz ao Império Romano do Oriente que, após restaurarem Cosroes II ao trono sassânida e restaurar a paz na fronteira leste, puderam voltar seus esforços de guerra aos Balcãs, o que possibilitou a Maurício o mantimento e o recrutamento de tropas mais bem-preparadas para lidar com a ameaça ávara e eslava. Em 593 uma nova campanha foi organizada por Maurício, que pretendia acabar com a ameaça eslava ao norte do Danúbio, já que há mais de uma década importunavam a região dos Balcãs com saques constantes (KARDARAS, 2018, p. 50-51). A campanha foi liderada por Prisco e se provou um sucesso, e diversas batalhas foram vencidas pelo exército romano. Satisfeito com o sucesso de sua campanha, Maurício ordenou que o exército romano passasse o inverno do outro lado do Danúbio, uma estratégia recomendada pelo *Strategikon*⁵⁰, cuja autoria é dita ser de Maurício, no combate contra os eslavos (POHL, 2018, p. 171-174). O *Strategikon* (XI, 4) recomenda:

É preferível lançar nossos ataques contra eles no inverno, quando não podem facilmente se esconder entre as árvores descobertas, quando o rastro dos fugitivos pode ser reconhecido na neve, quando suas casas estão miseráveis pela exposição e quando é mais fácil cruzar sobre os rios congelados

Como afirmado por Pohl (2018, p. 174), contudo, “eles [os romanos] temiam o frio ardente e o ataque constante dos inimigos, e somente a arte da persuasão de Prisco pôde prevenir um motim”. O que fez com que, pouco tempo depois, as forças romanas tenham atravessado o Danúbio de volta a seguridade das fronteiras romanas.

Durante os anos de 593 e 594, o qaghan ávaro pareceu não se importar com a campanha romana contra os eslavos, a quem afirmava serem seus súditos. Após o retorno de Prisco ao território romano, todavia, o qaghan pediu explicações. Em uma embaixada enviada para

⁵⁰ O *Strategikon* foi um manual tático romano, possivelmente comissionado por Maurício, tendo em vista que leva o nome do imperador na maioria dos manuscritos. O manual contém informações táticas sobre como lidar com os mais diversos grupos, dos germânicos no Oeste aos iranianos e nômades do Norte e Leste. Além de ser rico em informações táticas bastante precisas, o manual também é importante porque demonstra a capacidade adaptativa do exército romano, como é o caso das mudanças no equipamento militar, onde o manual sugere o uso de lanças e outros equipamentos catafractários (cavalaria pesada) à moda ávara. Nesse sentido, é bastante possível que o uso dos estribos de ferro pelo exército romano, que aparecem pela primeira vez no *Strategikon*, sejam por influência turca e ávara (SZÁDECZKY-KARDOSS, 1990, p. 211-212).

Constantinopla, o líder ávaro demandou que parte do botim adquirido pelos romanos em sua incursão contra os eslavos fosse entregue ao qaghanato. Maurício aceitou, o que representou, de certo modo, uma pequena vitória diplomática para o Qaghanato Ávaro, já que, nas palavras de Walter Pohl (2018, p. 175): “ao render uma porção do botim, os romanos estariam reconhecendo que a região eslávica ao norte do Danúbio era parte da esfera de influência ávara”.

Após um desentendimento entre Prisco e Maurício, o comandante dos Balcãs foi substituído pelo irmão do imperador, Pedro, que assumiu o comando do exército. Pedro, por sua vez, teve que iniciar sua carreira nos Balcãs com um decreto imperial que previa o pagamento de somente um terço dos salários em moeda, com o restante sendo pago em armas e roupas, o que enfureceu as tropas (POHL, 2018, p. 176-178; KARDARAS, 2018, p. 53). Pedro ficou encarregado de lidar com novas incursões eslavas em território romano, e embora tenha obtido algum sucesso inicial, sua campanha foi narrada por Teofilato Simocata como uma sucessão de erros: devido a um acidente ao caçar não pôde participar ativamente das campanhas, ofendeu os cidadãos de Asemus, falhou em derrotar um pequeno contingente de búlgaros que provocou e, devido a um mal reconhecimento de campo, levou suas tropas a uma emboscada eslava (WHITBY, 1988, p. 160).

Whitby (1988, p. 161) acredita, sobretudo, que parte do discurso de Teofilato seja um exagero, já que os esforços militares de Pedro contribuíram de forma efetiva para a seguridade dos Balcãs, pois conseguiu romper com os preparativos eslavos de atravessarem o Danúbio e ainda impor a autoridade romana sobre as populações que viviam na margem norte do rio. Para o autor (WHITBY, 1988), uma das indicações de que os esforços de Pedro foram eficientes é que Prisco pôde, em 595, estender as operações romanas ao longo do Danúbio em direção ao oeste contra o qaghan ávaro graças ao *momentum* mantido pelas campanhas de Pedro, a quem substituiu ainda em 595. A campanha de Prisco ao longo do Baixo Danúbio também foi bem sucedida, e o general romano pôde dar uma demonstração da autoridade romana ao marchar suas tropas em território ávaro sem que o Qaghanato Ávaro pudesse interferir em um combate aberto.

Entre 595 e 597, houve relativa paz na fronteira romana no Danúbio, pois o qaghan ávaro havia se voltado contra os francos em sua fronteira ocidental, em uma guerra iniciada em 596 (POHL, 2018, p. 183-187; KARDARAS, 2018, p. 57). Reforçados por sua vitória contra os francos, os ávaros iniciaram novas agressões no final de 597. Uma série de combates ocorreu durante a campanha, e os ávaros conseguiram chegar tão longe quanto Drizipera, nas planícies trácias, cidade que conseguiram capturar. A proximidade dos ávaros com Constantinopla levou a cidade ao pânico, e o próprio Maurício teve de liderar sua guarda imperial, junto das facções

do *Circus*, para defender as Longas Muralhas da capital. Após o pagamento de uma larga quantia em ouro, os ávaros aceitaram recuar (WHITBY, 1988, p. 162-163; KARDARAS, 2018, p. 58-59).

Com o retorno dos ávaros a Panônia, em 598, um tratado foi assinado entre o Império Romano do Oriente e o Qaghanato Ávaro. O tratado estabelecia o Danúbio como fronteira entre as duas partes e permitia, especificamente, que os romanos cruzassem o rio para atacar os eslavos. Por conseguinte, em 599, os exércitos romanos sob o comando de Prisco e Comencíolo se prepararam para uma nova incursão ao território ávaro. A campanha obteve êxito exemplar, e Prisco derrotou sucessivamente as forças ávaras, tendo inclusive matado alguns dos filhos do qaghan e derrotado diversos dos sujeitos ávaros, como os gépidas, o que enfraqueceu o qaghanato e quase o levou a ruptura (WHITBY, 1988, p. 164; POHL, 2018, p. 191-194).

Entre 599 e 601, não se sabe de nenhuma atividade militar digna de nota. A pressão romana exercida sobre os ávaros foi uma verdadeira demonstração da autoridade imperial romana sobre a região dos Balcãs. Na defensiva, os ávaros aceitaram, em 601, estabelecer uma aliança com os lombardos e os francos, grupos que esperavam dominar em períodos de força. No último ano de governo de Maurício, em 602, os eslavos foram novamente derrotados do outro lado da fronteira do Danúbio e os ávaros tiveram de voltar seus esforços militares contra os antes (uma tribo eslava), agora aliados romanos, o que levou seus sujeitos a se revoltarem. As vitoriosas campanhas romanas contra seus adversários ao longo do Danúbio se mostraram exitosas em reestabelecer a autoridade imperial na região, contudo, quando Maurício ordenou que suas forças continuassem em campanha do outro lado do rio Danúbio, durante o inverno⁵¹, o exército amotinou (WHITBY, 1988, p. 164-165; KARDARAS, 2018, p. 64; POHL, 2018, p. 194-197).

O motim nos Balcãs começou com o objetivo de obter melhorias no serviço militar, mas gradualmente se desenvolveu em um golpe contra o imperador quando adversários políticos de Maurício tentaram tirar proveito da rebelião. Os militares se mostraram indecisos em um primeiro momento, e cogitaram também promover outro membro da família imperial a *Augustus*. Somente quando Germano falhou em obter suporte dos *Verdes* que o exército confirmou Focas como imperador. Para além do motim nos Balcãs, os ânimos pareciam exaltados entre os civis. Maurício não era popular entre alguns setores da sociedade, e houveram

⁵¹ Nesse sentido, o motim das tropas em 602 está diretamente relacionado a dificuldade em encontrar suprimentos no inverno. Enquanto os ávaros podiam forçar seus sujeitos eslavos a lhes prover comida para o inverno, a descentralização da sociedade eslava dificultava ao exército romano que adquirisse suprimentos, já que precisariam se dividir em pequenas unidades que seriam supridas por aldeias eslavas, um procedimento perigosíssimo (WHITBY, 1988, p. 165).

rebeliões em Constantinopla em fevereiro de 602, resultantes da falta de alimento. Partes da população também se mostraram insatisfeitas com o prefeito pretoriano e *logothete* Constantino Lardys (WHITBY, 1988, p. 24-25;).

O golpe que depôs Maurício foi rápido. Em 20 de novembro o imperador ordenou que Comencíolo tomasse comando sobre as facções do *circus* que guardavam as Muralhas Teodosianas e, no outro dia, acusou Germano de apoiar os amotinados, o que levou a cidade a rebelar-se também. Após um dia de rebelião na cidade, Maurício fugiu à noite pelo Bósforo e, em 23 de novembro, Focas foi proclamado imperador no Hebdomon. Já no dia 25, o recém-proclamado imperador entrou na capital em procissão cerimonial e em 27 de novembro fez preparações para coroar sua esposa Leôncia. No mesmo dia, 27 de novembro, Focas mandou assassinar Maurício e seus filhos no porto de Eutrópio, na Calcedônia, seu corpo foi lançado no Bósforo e sua cabeça exposta em Hebdomon, como um trunfo da vitória do novo imperador (WHIBY, 1988, p. 26; WHITBY, 2008, p. 106-108).

2. MENANDRO PROTETOR E A HISTORIOGRAFIA CLASSICIZANTE DA ANTIGUIDADE TARDIA

A Antiguidade Tardia viu florescer um importante gênero literário e histórico que se voltou para a análise de eventos contemporâneos ou quase-contemporâneos e cuja principal influência foram as obras canônicas da historiografia grega. Voltando-se para os conhecimentos concebidos por autores como Homero, Hesíodo, Heródoto e Tucídides, esses autores se tornaram importantes comentadores de eventos em seu devido contexto, chegando a disputar, no século V, espaço com a crescente *História Eclesiástica*. Essa tradição foi denominada pela historiografia contemporânea como *classicizante*, devido aos empréstimos que tomou das grandes obras da Antiguidade Clássica.

Dentre esses autores da chamada Tradição Classicizante, encontra-se Menandro Protetor, autor foco desta dissertação. Nascido em Constantinopla durante a segunda metade do século VI, Menandro produziu uma *História* que buscou recontar importantes eventos de seu século, dando continuidade cronológica a *História* de Agátias e tomando como ponto de término a ascensão de Maurício Tibério como imperador do Império Romano do Oriente, em 602. Ainda que fragmentária, a obra de Menandro se mostrou valiosa para que se possa reconstituir importantes acontecimentos do século VI, dentre eles as interações diplomáticas do Império Romano do Oriente com a Terra do Irã, com o Qaghanato Ávaro e com o Qaghanato Turco.

Dito isso, esse capítulo se voltará a analisar Menandro Protetor e a Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia. Como o capítulo anterior, o seguinte capítulo será dividido em dois subcapítulos. O subcapítulo 2.1, denominado “Menandro Protetor: Biografia e História”, por sua vez, é dedicado para analisar questões biográficas e acerca da História de Menandro Protetor. Em um primeiro momento, portanto, será exposto o pouco que se sabe sobre a vida de Menandro para, então, serem analisadas questões referentes a sua obra: o caráter fragmentário dela, as informações contidas, os interesses do autor, suas fontes, etc.

Já o segundo subcapítulo, intitulado “A Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia e o estereótipo *cita nômade*” será dedicado a analisar a Tradição Classicizante e o papel do estereótipo dentro da referida tradição literária. Desse modo, será primeiramente abordada a Tradição Classicizante, seu florescimento no século III, o importante papel da tradição entre os séculos IV e VII e os elementos que compuseram o gênero literário. Feito isso, será brevemente abordado a gênese do estereótipo *cita nômade* na Antiguidade Clássica e a inserção do estereótipo entre autores classicizantes da Antiguidade Tardia, um reflexo da importância dos

cânones gregos para a própria tradição. Por fim, será abordada a Tradição Classicizante no século VI, a inserção de Menandro dentro do gênero literário e a mescla entre elementos classicizantes e da História Eclesiástica, característica importante do gênero no século VI.

2.1. Menandro Protetor: Biografia e História

Como afirmado no capítulo anterior, o governo de Justiniano “projetou uma sombra” sobre os imperadores que o sucederam, ou seja, através de suas conquistas e de sua reputação Justiniano estabeleceu um padrão alto, que dificilmente poderia ser superado pelos imperadores que o sucederam. Algo muito próximo pode ser afirmado sobre Procópio de Cesareia (c. 500 – c. 570), historiador de Justiniano, e aqueles que viriam a sucedê-lo dentro da chamada tradição Classicizante da Antiguidade Tardia. Há ao menos três autores que podem ser destacados como “sucessores” de Procópio, no sentido de que herdaram do famoso autor um estilo literário em voga desde o século V, uma tradição que disputou espaço com a chamada História Eclesiástica ou História da Igreja e que procurou narrar os grandes eventos de seu tempo através de uma perspectiva secular e inspirada em autores como Homero, Heródoto, Tucídides e Políbio (BLOCKLEY, 2003).

Os três autores referidos no parágrafo acima são Agátias de Mirina (536 – 582), Menandro Protetor e Teofilato Simocata, escritores dos séculos VI e VII que narraram eventos ocorridos nos governos de Justiniano, Justino II, Tibério II e Maurício Tibério. Dentre os três, somente as obras de Agátias de Mirina e Teofilato Simocata sobreviveram em completude até a contemporaneidade, um possível reflexo da circulação e da recepção que tiveram em seu contexto e posteriormente. Menandro Protetor, todavia, não teve a mesma sorte de seu antecessor e sucessor, e a possível falta de prestígio que esse autor obteve com sua *História* pode ter levado a consequente perda de uma parte de sua obra, que sobreviveu somente em fragmentos.

Assim como sobre Maurício Tibério, responsável por comissionar a obra de Menandro, pouco se sabe sobre a vida do autor de Constantinopla. Sua *História*, como afirmado, parece ter tido menor circulação do que as narrativas de seus antecessores, Procópio e Agátias. Ainda assim, teve circulação o suficiente para que sobrevivesse até o século X, quando foi compilada nos *Excertos Constantinianos* de Constantino VII Porfirogênio, onde se encontra boa parte dos fragmentos sobreviventes de Menandro. Este subcapítulo, por conseguinte, tem como objetivos analisar alguns aspectos biográficos de Menandro Protetor, autor romano de Constantinopla do século VI, e de sua fragmentária obra, a *História*.

Todo o pouco que se sabe sobre a vida de Menandro Protetor pode ser encontrado em uma descrição biográfica de seu Prefácio, incorporada no *Suda*¹. No trecho, Menandro brevemente relata alguns aspectos de sua vida, como onde nasceu, o nome de seu pai e de seu irmão, sua formação e as motivações que o levaram a escrever sua *História*. No primeiro trecho da sobrevivente descrição biográfica, Menandro, através do *Suda*, relata:

Menandro, protetor, historiador, que diz a respeito de si mesmo: “meu pai era Eufhratas, vindo de Bizâncio, e ele, então, teve a menor educação letrada possível. Já Heródoto, meu irmão, depois de experimentar a educação legal, logo se rebelou contra a seriedade acerca disso, mas eu pensava que nada era necessário e que eu me ocuparia das leis e chegaria ao fim dos trabalhos [de educação]; e de fato cheguei, do modo que me foi possível. Mas exerci pouco a profissão de formação, pois não me era prazeroso mover processos nem frequentar a Estoa Real e com o mais hábil dos discursos cativar a atenção daqueles que estivessem presentes. Portanto, depois de menosprezar as coisas boas e escolher as piores, eu as frequentava boquiaberto. E me eram caros os tumultos das cores, as competições de corrida de cavalos e, ainda, principalmente a dança pantomímica. Não só isso, eu também me despi em lutas e naveguei rumo a tamanha indiscrição, a ponto de tirar a pênula e também me despir do bom senso e do restante da honra que há na vida (MENANDRO, Fr. 1, 1).

É necessário que se analise com maior profundidade as informações apresentadas no fragmento acima. Portanto, através desse fragmento, sabe-se que nasceu em Constantinopla e era filho de Eufhratas e irmão de Heródoto. Não há, todavia, nenhuma menção sobre o ano em que nasceu, seja em seus fragmentos, seja em outros registros do período ou posteriores. Warren Treadgold (2007) e Dariusz Brodka (2007), por sua vez, apontam 550 (possivelmente a década) como uma data aproximada para o nascimento de Menandro Protetor. A constatação de Treadgold (2007) e Brodka (2007), contudo, é baseada unicamente no fato de que Menandro escreveu durante o governo de Maurício Tibério, entre 582 e 602, e serve somente como ponto de partida para que se narre o pouco que se sabe sobre a vida do autor. Não há também nenhuma informação sobre sua morte, nem se sabe se viveu para ver a deposição e morte de Maurício por Focas em 602.

Quanto a seu pai, Eufhratas, Menandro afirmou que teve “a menor educação letrada possível”. Há algumas divergências e observações em relação ao pai de Menandro. Roger Charles Blockley (1983), em sua tradução dos fragmentos de Menandro, afirmou que Eufhratas “não recebeu nenhuma alta educação” (BLOCKLEY, 1983, p. 1), embora sua tradução do texto de Menandro traga a afirmação de que Eufhratas não teve educação alguma. Para Barry Baldwin (1978), no entanto, há algum grau de contradição na afirmação de Menandro, já que um homem

¹ O *Suda* é uma enciclopédia e léxico romano-oriental (ou bizantina) datada do século X. Nela podem ser encontradas em ordem alfabética diversos personagens e obras da história do Império Romano do Oriente. É também uma das únicas duas fontes que trazem informações acerca de Menandro Protetor, a segunda sendo os *Excertos Constantinianos*.

sem educação não poderia ser rico nem importante em Constantinopla, e mesmo assim Eufhratas pôde financiar dois filhos na carreira legal. Para Baldwin (1978, p. 103): “Um casamento vantajoso pode ser adivinhado, ou talvez Menandro e seu pai não se dessem bem: falta de conhecimento é uma acusação comum na linguagem da vituperação antiga”. Já Treadgold (2007) acredita que Eufhratas possivelmente fosse alguma espécie de comerciante, “uma profissão tão antiquada que explique a falha de Menandro em mencioná-la” (TREADGOLD, 2007, p. 294), levando-se em consideração que juristas, médicos ou oficiais de alta patente precisavam de educação secundária e donos de terra viviam fora da capital. Ainda assim, Treadgold (2007) interpreta Eufhratas como um homem ambicioso que nomeou “um de seus filhos em homenagem ao historiador Heródoto e o outro em homenagem ao dramaturgo ateniense Menandro” (TREADGOLD, 2007, p. 293). Não há, todavia, nenhuma evidência que aponte para a última afirmação.

Já sobre Heródoto, seu irmão, é afirmado que abandonou os estudos na carreira jurídica. Treadgold (2007) argumenta que, embora tenha abandonado os estudos cedo, Heródoto provavelmente conseguiu um cargo sob o comando do *magister officiorum*². Segundo o autor (TREADGOLD, 2007, p. 294), há um excerto de Menandro (Fr. 9, 2) que descreve como, em 567, Justino II culpou João, embaixador do imperador, por uma “diplomacia incompetente” após os iranianos o enganarem. No Suda, esse fragmento é seguido por outro de possível autoria de Menandro que afirma: “Ele ameaçou que acusaria e condenaria meu irmão por diplomacia incompetente”. Se a suposição de Treadgold (2007) sobre Heródoto for de fato correta, é de grande ajuda para cobrir uma das muitas lacunas acerca da vida de Menandro Protetor.

Após afirmar o pouco que se sabe sobre seu pai Eufhratas e seu irmão Heródoto, Menandro rapidamente descreve sua vida até o momento em que passou a escrever sua *História*. Diferente de seu irmão, conseguiu terminar os estudos legais, mas afirmou não sentir prazer no exercício da profissão, “pois não me era prazeroso mover processos nem frequentar a Estoa Real e com o mais hábil dos discursos cativar a atenção daqueles que estivessem presentes” (MENANDRO, Fr. 1, 1). Tendo terminado os estudos, Menandro parece ter se entregado a uma vida hedonista. A primeira afirmação que faz nesse sentido é de que “[...] me eram caros os tumultos das cores, as competições de corrida de cavalos e, ainda, principalmente, a dança pantomímica”, o que aponta um envolvimento do autor com as torcidas do *Circus*, os *Verdes* e os *Azuis*. Baldwin (1978, p. 102) deixa claro que é evidente através dos poemas de Agátias, Leôncio Escolástico e outros que o *Circus* e as atrizes (envolvidas com as danças pantomímicas)

² “Mestre dos Ofícios” era o mais alto cargo administrativo do Império Romano do Oriente.

estavam entre os prazeres permitidos em Constantinopla. Quanto as torcidas das *Cores*, não há evidências que apontem algum envolvimento político por parte do autor.

O último trecho, por sua vez, afirma: “Não só isso, eu também me despi em lutas e naveguei rumo a tamanha indiscrição, a ponto de tirar a pênula e também me despir do bom senso e do restante da honra que há na vida” (MENANDRO, Fr. 1, 1). Esse trecho de Menandro tem relação direta com sua afirmação anterior sobre “menosprezar as coisas boas e escolher as piores” (MENANDRO, Fr. 1, 1), já que sua devoção as lutas (*παλαίστραις/palestraes*) alegadamente o levaram a perder as roupas e a honra. Para Baldwin (1978, p. 102), a afirmação indicaria “desvios sexuais” por parte de Menandro, já que a luta das *palaestras* era um termo regular nas descrições eróticas³. É necessário pontuar, todavia, que a afirmação de Baldwin possui tom moralista e um juízo de valor no que diz respeito às condutas sexuais de Menandro, tendo em vista que a ideia de “desvio sexual” leva em conta que há um padrão ou norma sexual que deve ser seguido, e que qualquer pessoa que não siga este padrão decorreria em um “desvio”. O que se pode afirmar com relativa certeza sobre o trecho, no entanto, é que o caráter pejorativo das afirmações de Menandro sobre a nudez e os costumes advindos da cultura grega são uma “condenação cristã aos antigos modos helênicos”, como Barry Baldwin (1978, p. 102) ainda argumentou.

No trecho seguinte, Menandro (Fr. 1, 1) descreve:

Quando Maurício recebeu o poder imperial, ele tinha o maior cuidado para com seus súditos e era também um amante das musas que louvava com prazer a poesia e a história, de modo que passava grande parte das noites ocupado com tais pensamentos e assim os estimulava, e incitava os áridos de intelecto com dinheiro. Eu, então, felizmente, estava passando por dificuldades e adoentado por não ter o necessário, pensava que eu não precisaria continuar sem renda, de modo a não ter uma vida completamente fútil, e fui impelido a começar o presente registro depois morte de Agátias e a fazer história pelo começo.

No trecho acima, Menandro deixa bastante claro as motivações que o levaram a se tornar um historiador. Foi graças à ascensão de Maurício e o “amor pelas musas” (história e poesia), que o imperador possuía, que Menandro decidiu abandonar uma vida de “hedonismo e desonra” para se tornar um escritor. O Prefácio de Menandro, todavia, é o que a crítica literária denomina como *sphragis*⁴, uma prática literária de caráter autobiográfico utilizada por diversos autores do período, como o próprio Agátias. Diferente de Agátias, no entanto, que em seu

³ Para Baldwin (1978, p. 102) há evidências claras da relação entre as lutas (*παλαίστραις/palestraes*) e o erotismo em obras como os *Epigramas* de Paulo Silenciário e *Asinus* de Luciano, onde a própria heroína é nominada Palaestra.

⁴ O próprio Agátias (*História, praef.* 14) elucida em seu prefácio que a autobiografia é uma prática comum entre escritores de seu tempo. Em suas palavras: “Primeiramente devo seguir a prática estabelecida da escrita histórica e revelar minha origem e identidade” (AGÁTIAS, *História, praef.* 14).

Prefácio dá justificativas mais elaboradas e convenientes para a escrita de sua obra⁵, Menandro vai direto ao ponto e afirma que optou por se tornar um historiador por razões puramente financeiras. Insatisfeito com o direcionamento de sua vida, aproveitou-se da oportunidade que Maurício deu a novos escritores e poetas e decidiu se tornar um escritor, como forma de melhorar sua vida e suas finanças. Menandro foi honesto o bastante para que Baldwin (1978, p. 102) definisse suas motivações como “francamente oportunistas”.

É de se acreditar, no entanto, que Maurício não foi patrono de toda e qualquer pessoa que se apresentasse com o intuito de se tornar um escritor. Treadgold (2007, p. 295), desse modo, defende que seja possível que Maurício, enquanto servia em Constantinopla como *notarius* e depois *comes excubitorum*, tenha, provavelmente, conhecido Menandro através de seu irmão Heródoto, que atuou sob o comando do *magister officiorum*, e tenha, dessa forma, comissionado Menandro a terminar a *História* de Agátias. O argumento de Treadgold (2007) ajuda a explicar não apenas como ou porquê Menandro foi comissionado por Maurício, mas também como o autor teve acesso a importantes documentos e relatos da chancelaria imperial em Constantinopla, documentos esses que eram de sumária importância para a atividade diplomática do Império Romano do Oriente.

A proximidade de Menandro ou sua gratidão com Maurício podem também ser possíveis razões para sua descrição autobiográfica no Prefácio. Nesse sentido, Menandro não foi o único que representou Maurício como um redentor. De acordo com Baldwin (1978, p. 103), Evágrio declarou que Maurício o ajudou a “expulsar de sua mente a selvagem democracia das paixões”. Menandro louvara Maurício por apontar a ele o caminho da redenção, e “a admissão de um passado selvagem foi uma maneira elegante para Menandro de sugerir sua própria similaridade com Maurício” (BALDWIN, 1978, p. 103).

Há, ainda, outros parágrafos autobiográficos localizados nos *Excertos Constantinianos*. Em um deles, Menandro (Fr. 1, 2) questiona: “... esperando desfrutar de sucesso não tanto devido a qualquer distinção de estilo, mas por causa de minha narrativa dos eventos. Pois como poderia eu, cuja vida até agora foi irrefletida e indisciplinada, ter alcançado tal nível de cultura a ponto de recorrer à escrita histórica?”. Em um outro fragmento, Menandro demonstra sua modéstia ao falar sobre Procópio:

Menandro fala sobre o historiador e defende Procópio: eu não sou capaz, nem espero ser, a segurar minha vela ante tal feixe de eloquência como a sua [de Procópio]. Ficarei satisfeito em me ocupar em meu próprio pequeno cometimento e ouvir com atenção

⁵ De acordo com Agátias (*História, praef.*, 11), ele decidiu escrever sua *História* porque queria escrever algo de “real utilidade” além da poesia. Também foi convencido por seus amigos, principalmente por Eutiquiano, mencionado por Agátias em seu prefácio.

ao poeta de Aska quando ele afirma que o homem que compete contra aqueles que são mais fortes ou é um tolo ou está fora de seu juízo (MENANDRO, Fr. 14, 2).

Como o próprio autor deixou por escrito, não objetivou competir com a grandiloquência de Procópio, famoso por sua *História das Guerras*, mas sim de dar continuidade aos eventos históricos descritos pela *História* de Agátias, um autor que também possuía suas limitações e que foi criticado pela qualidade de sua escrita (CAMERON, 1970).

Há um outro importante ponto de discussão no que diz respeito a vida do autor, seu título *Protetor*. Menandro é descrito pelo Suda como “Μένανδρος, προτίκτωρ, ιστορικός/Menandros, protektôr, historikos” (Menandro, protetor, historiador), daí sua denominação como Menandro Protetor ou Guardiã. Não há, contudo, nenhuma menção em sua obra sobre ter recebido o título *protector*, posição também não revelada pelo seu fragmentário prefácio autobiográfico. Para Treadgold (2007, p. 295), é possível que, após completar sua *História*, Menandro tenha recebido o honorífico (e assalariado) título de *protector*, título esse que poderia ser comprado ou recebido por merecimento. Já para Baldwin (1978, p. 104), embora seja geralmente aceito que Menandro tenha sido capaz de pagar pela filiação aos *protectores domesticí*⁶, é praticamente impossível ter certeza sobre o que somente o termo *protector* significava no Império Romano do Oriente nesse contexto.

Baldwin (1978, p. 105) argumenta que há pouquíssimas menções ao termo na literatura do contexto, e a própria definição do Suda dá a entender significados diversos. Menandro, por sua vez, menciona o termo somente uma vez, possivelmente se referindo aos serviços de um *protector deputatus*. Para Baldwin (1978, p. 105), desse modo, “dizer que Menandro perambulava pela capital como *protector domesticus* é afirmar não um fato, mas uma inferência”, tendo em vista as várias nuances apresentados pelo termo *protector*.

É de se esperar que, caso a titulação fosse de real importância para o autor, que Menandro tivesse referido a si mesmo como *protector* em seu Prefácio, já que o Suda o define desse modo logo no início do primeiro fragmento. Embora Menandro se refira a si mesmo somente como Menandro, sem adições, o título também está presente nos *Excertos Constantinianos*, o que comprova sua veracidade. Nas palavras de Barry Baldwin (1978, p. 105):

Se [o título] se refere a um período de dissipação como um guarda na capital, não é um [título] pelo qual o historiador gostaria de ser lembrado; não que ele pudesse controlar como posteriormente se refeririam a ele. No entanto, é ao menos possível que ele tenha sido um *protector* de uma forma que envolvesse alguma atividade genuína como soldado. Se sim, isso provavelmente aconteceu no reino de Maurício.

⁶ “Protetor doméstico” era um título reservado a guardas imperiais ou protetores do palácio no Império Romano.

Ademais, Roger Charles Blockley (1985, p. 1-2) acredita que o título possa ter vindo como uma recompensa pela conclusão de sua *História*. Deste modo, para o autor (BLOCKLEY, 1985), o título não parecia ser necessariamente militar no contexto do século VI, já que o conhecimento demonstrado por Menandro, assim como seus interesses, apontam para uma trajetória diplomática, teoria também defendida por Brodka (2007, p. 95).

Um último aspecto da vida do autor a ser explorado é sua religiosidade. Menandro era claramente um cristão e, como afirmou Baldwin (1978, p. 102) “um [cristão] com gosto por sermões”. Assim como nos trabalhos de Procópio de Cesareia e Teofilato Simocata, a obra de Menandro é um exemplo claro de como elementos da História Eclesiástica se mesclaram com a Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia⁷, o que pode ser atestado pela presença de Deus em diversos de seus fragmentos (BRODKA, 2007). Como exemplo dessa presença divina no texto de Menandro, há a decisão de Tibério de liberar os prisioneiros de guerra iranianos, uma decisão “particularmente agradável a Deus” (MENANDRO, Fr. 26, 8), o destrato romano quanto a seus sujeitos que teve como consequência derrotas miliares romanas, porque “é a prática de Deus castigar aqueles que não esperam punição para que, quando as coisas saírem contrárias às expectativas, possam aprender maior moderação” (MENANDRO, Fr. 23, 4). Para Menandro, portanto, Deus é parte fundamental do processo histórico, “um participante pleno do que está acontecendo” (BRODKA, 2007, p. 96).

Tendo então abordado os aspectos biográficos de Menandro, faz-se necessário dissertar sobre sua obra fragmentária, referida nesta dissertação como *História*. Antes de dar continuidade, todavia, é importante pontuar que serão apresentados neste subcapítulo 2.1 apenas elementos gerais da obra, já que no próximo subcapítulo serão abordados elementos mais pontuais da *História* de Menandro, como as características que o alocam dentro da Tradição Classicizante, por exemplo.

Há somente um trabalho conhecido de Menandro, que é denominado pela *Excerpta* como *Historia* (Ἱστορία). Blockley (1985) e Baldwin (1978) argumentam também que sua obra pode ter sido denominada como τὰ μετὰ Ἀγαθίαν/*ta meta Agathian* (Depois/Além de Agátias), levando-se em consideração que o objetivo de Menandro era continuar sua narrativa do momento em que Agátias de Mirina terminou a dele.

Como já afirmado, a obra de Menandro sobreviveu até a contemporaneidade somente através de fragmentos, um possível reflexo da falta de circulação e prestígio da obra. Ao menos

⁷ Esta fusão entre elementos da História da Igreja ou História Eclesiástica com a Tradição Classicizante serão melhor explorados no subcapítulo 2.2, onde serão abordados elementos da historiografia classicizante, dentre eles os elementos específicos da obra de Menandro.

uma cópia sobreviveu até o século X, que foi utilizada pelos compiladores *dos Excertos Constantinianos* para compor os capítulos *Sobre Embaixadas (de legationibus)* e *Sobre Ensinos Proverbiais (de sententiis)*. Há ainda algum material preservado no *Suda*, como é o caso do autobiográfico fragmento 1, retirado do Prefácio de sua *História*.

Através de uma reconstrução dos fragmentos de Menandro, sugere-se uma *História* composta por dez livros, em que cada livro cobria cerca de dois anos e meio. Partes de todos os dez livros sobreviveram e Blockley (1985) os dividiu em cerca de sessenta fragmentos de tamanhos variados. Além de um prefácio autobiográfico, Menandro parece ter composto um resumo da *História* de Agátias, assim como Agátias também realizara com a *História das Guerras* de Procópio. Em relação a organização dos dez Livros, Treadgold (2007) os aloca da seguinte maneira: O *Livro I* seria voltado para descrever as relações do Império Romano do Oriente com utigures, francos, ostrogodos, turcos e ávaros entre 559 e 561. O *Livro II* cobria os anos finais de Justiniano, com fragmentos que se referiam a rebelião das *Cores* e a conquista do general Narses contra os ostrogodos na Itália. Já o *Livro III*, possivelmente tenha iniciado como a ascensão de Justino II ao trono imperial em 565 e descrevia a recusa do novo imperador às demandas do Qaghanato Ávaro, assim como suas negociações malsucedidas com a Terra do Irã pelo território da Suânia. O *Livro IV*, por sua vez, possivelmente abarcou os fragmentos preservados acerca da embaixada romana até os turcos, entre 569 e 571, o ataque dos ávaros aos gépidas e a entrega de Sírmio aos romanos entre 567 e 569, assim como as alegadas perseguições dos sassânidas aos armênios cristãos entre 570 e 571.

Já o *Livro V*, acredita-se ter iniciado com um prefácio elogiando Tibério para, então, apresentar passagens da guerra do imperador contra os ávaros entre 570 e 571, assim como a recusa de Justino II à proposta de paz enviada por Cosroes em 572. O *Livro VI* teria dado continuidade a guerra romano-sassânida, com a falha romana em tomar Nisibis e a perda de Dara aos iranianos, seguido então pela loucura de Justino II e as negociações da trégua com os sassânidas por parte de Tibério. A proclamação de Tibério como coimperador quase certamente foi o início do *Livro VII*, possivelmente seguido pelo período de trégua e a invasão romana ao território iraniano da Albânia, assim como a invasão de Cosroes à Armênia em 576 para, no *Livro VIII*, ser tratado o retorno de Cosroes a Terra do Irã e as negociações romanas com os turcos entre 575 e 576 e com os sassânidas entre 576 e 578, além de outros episódios, como as invasões eslávicas de 578 e o apontamento de Maurício como *magister militum per Orientem* no mesmo ano.

Por conseguinte, o *Livro IX* parece ter tido como ponto de partida a morte de Justino II e a ascensão de Tibério II como imperador, para então dar seguimento às tentativas de Tibério

de alcançar a paz com os sassânidas, que foram malsucedidas especialmente após a morte de Cosroes I e a sucessão pelo Shahanshah Horzmida IV. Outros episódios que podem ter sido incluídos no *Livro IX* são o conflito lombardo na Itália, as campanhas de Maurício em 580 contra os iranianos e o cerco ávaro à cidade de Sírmio entre 579 e 580. Por fim, o *Livro X*, provavelmente, iniciou com as novas tentativas de Tibério de alcançar a paz com a Terra do Irã em 580 e deu seguimento com trechos acerca das campanhas sassânidas de 581 e 582 e a capitulação da cidade de Sírmio ao Qaghanato Ávaro em 582 para, como afirmado por Treadgold (2007, p. 296), “sem dúvida” ter tido um fechamento com a morte de Tibério e a ascensão de Maurício Tibério como imperador nos meses finais de 582 (TREADGOLD, 2007, p. 295-296).

Assim como os autores modelo de Menandro, Procópio e Agátias, o autor de Constantinopla objetivou se alinhar a Tradição Classicizante e escrever uma História “à grande maneira”, ou seja, retratando os eventos em larga escala que considerava como de sumária importância para a história do Império Romano do Oriente. Tomando como ponto inicial os anos finais de Justiniano, onde a História de Agátias havia sido finalizada precocemente devido à morte do autor, Menandro fechou sua obra antes da ascensão de Maurício, imperador cujo governo era contemporâneo a ele, uma prática também comum entre os historiadores classicizantes da Antiguidade Tardia (com exceção de Procópio).

Através dos fragmentos, pode-se observar também o principal interesse do autor. Como Blockley (1985, p. 14) bem estabeleceu, os interesses do autor foram centrados nas relações externas romanas, focadas principalmente nas relações com a Terra do Irã e com o Qaghanato Ávaro, embora presente, em algumas poucas ocasiões, episódios como a coroação de imperadores e outros eventos domésticos. Nesse sentido, mesmo quando Menandro representa outros grupos, como é o caso de turcos, eslavos, lombardos e outros, há uma relação direta com o Qaghanato Ávaro e com a Terra do Irã: os turcos só aparecem quando relacionados com ávaros ou iranianos, o mesmo pode ser dito sobre os eslavos. Até quando parece retratar os lombardos de forma independente, nos fragmentos 22 e 24, vê-se que foram introduzidos somente no contexto da tentativa de Tibério em recrutar tropas federadas para a guerra contra o Irã (BLOCKLEY, 1985, p. 14). Portanto, como foi possível contextualizar no capítulo anterior desta dissertação, o Oriente e os Balcãs foram centrais dentro da *História* de Menandro.

Com as relações externas romanas como ponto focal de sua obra, Menandro é especialmente centrado nas interações diplomáticas. Embora possa ter retratado cercos e batalhas em sua *História*, nenhuma descrição formal sobreviveu. Como explicitado por Blockley (1985, p. 16), a importância da diplomacia dentro da obra de Menandro é “óbvia em

cada página”, o que pode ser atestado através da seleção dos trechos pelos compiladores do capítulo *Sobre Embaixadas (de lagationibus)* dos *Excertos Constantinianos*. Blockley (1985, p. 16) argumenta que é possível observar entre os historiadores classicizantes dos séculos V e VI um aumento na intensidade e nos detalhes das atividades diplomáticas, o que pode ser observado pelas descrições diplomáticas de Eunápio de Sardes (c. 347 – 414), e posteriormente Prisco de Pânio e Malco de Filadélfia (século V). Todavia, nenhum desses historiadores ofereceu “conhecimento sobre e repetida ênfase sobre as formas e conteúdos da atividade diplomática” da mesma maneira que Menandro (BLOCLEY, 1985, p. 16). Deste modo, o autor descreve não apenas detalhes dos debates em si como também sobrescrições da *sacrae litterae* (literatura estrangeira):

A carta de retificação do imperador romano, carregando a sobrescrição usual, é bem conhecida a nós. A carta do rei persa foi escrita em persa e o seguinte é uma tradução grega: “O divino, bom, pai da paz, antigo Cosroes, rei dos reis, afortunado, pio e beneficente, a quem os deuses deram grande fortuna e um grande reino, gigante dos gigantes, formado à imagem dos deuses, para Justiniano Caesar, nosso irmão” (MENANDRO, Fr. 6, 1).

O processo de reprodução e verificação de documentos oficiais:

Quando os assuntos progrediram ao estágio de desenvolvimento ordeiro, os atarefados com isso pegaram os textos dos dois documentos e os poliram, utilizando línguas de força equivalente. Então fizeram cópias exatas de ambos. Os originais foram enrolados e assegurados por selos de cera e outras substâncias usadas pelos persas e foram impressos por sinetes dos emissários persas e de doze intérpretes, seis romanos e seis persas. Então os dois lados trocaram os documentos de tratado, o Zikh entregando o persa a Pedro, e Pedro o em grego ao Zikh. Então ao Zikh foi entregue uma tradução persa não selada do original grego para ser guardada como uma referência a ele, e a Pedro também foi entregue uma tradução do persa (MENANDRO, Fr. 6, 1).

A distinção entre embaixadas principais e secundárias e a prática da reciprocidade no envio de emissários, assim como a distinção entre declarações *pro forma* (por formalidade) e negociações *in camera* (na corte):

Tibério César enviou Teodoro, filho de Baco, como emissário ao rei persa. Seu propósito aparente era agradecer pelas altas honras esbanjadas sobre o emissário romano, Trajano, quando, pouco antes, o rei havia recebido sua embaixada. (Era uma prática de longa-duração para ambos os estados que após o envio de emissários principais outros menores deveriam ser enviados para agradecer pela recepção e o tratamento amigável aos emissários principais) (MENANDRO, Fr. 18, 6).

Os fragmentos apresentados são uma demonstração clara da formalização das atividades diplomáticas e da construção de um discurso sacral e familiar entre romanos e iranianos, assunto abordado no capítulo anterior. Nesse sentido, é presente no texto de Menandro a tentativa dos governantes (ou ao menos da aristocracia) em manter o *status quo* (o equilíbrio e a manutenção dos recursos) entre as duas potências, através do desenvolvimento de um processo diplomático

formal voltado para o contato e a consulta mútua, cujo objetivo principal era evitar a guerra. A perspectiva de Menandro parece presente no texto através dos levantamentos do embaixador romano Pedro, o Patrício, responsável por estabelecer a paz de Justiniano com Cosroes I em 562:

Agora, ninguém negará que a paz é boa e seu oposto, a guerra, é ruim. Mesmo que contra o consenso geral nós temos a vitória como assegurada, em minha opinião a vitória é arruinada pelo sofrimento dos derrotados. Portanto, mesmo a vitória traz pesar, embora menos que a derrota. Com isso em mente nosso imperador enviou-nos para concluir um tratado e para tomar iniciativa em solicitar que a guerra seja encerrada. Ele faz isto não porque teme a guerra, mas porque teme que o antecipem em propor a paz que é tão cara a nós (MENANDRO, Fr. 6, 1).

E também pelas palavras do emissário sassânida Sebokht, que buscara reestabelecer a paz concretizada por Justiniano e Cosroes em 562, quebrada por Justino II em 572:

Ele [o Shahanshah] afirmou que o imperador deveria refletir que a guerra é algo tão incerto e usualmente não procede de forma previsível e que mesmo que ocorresse diferente e os romanos prevalecessem, o resultado da guerra se voltaria contra eles. Pois se adentrassem o território persa e penetrassem um longo caminho adentro perceberam que todos seguiam as mesmas crenças religiosas que eles, e então, se escolhessem matar tais pessoas, eles mesmo por sua vez seriam vencidos. Cristãos não deveriam afiar suas espadas contra companheiros-de-fé (MENANDRO, Fr. 16, 1).

Mesmo que se leve em consideração que o discurso dos embaixadores tenha um caráter retórico, eles também refletem o pensamento da aristocracia, como aludido há alguns parágrafos: a constante tentativa por parte dos governantes e da aristocracia em evitar a guerra. Mais ainda, também refletem a perspectiva histórica de Menandro, que de acordo com Brodka (2007, p. 100) “consiste em dois estados principais, isto é, guerra a paz”. A guerra para Menandro representava o caos, o inesperado e a morte, e era vista pelo autor como um estado de desordem, enquanto a paz era vista como o estado ordeiro das coisas. Esta é possivelmente a razão pela qual Menandro cita as palavras do emissário persa Sebokht que afirmou que a guerra “usualmente não procede de forma previsível”, já que a guerra é um fenômeno que facilmente foge do controle dos envolvidos e possui efeitos indesejáveis, como o próprio Menandro asserta em um de seus fragmentos anedóticos: “Nada é tão certo quanto a incerteza da vitória” (MENANDRO, Fr. 4, 4).

Quanto as interações entre romanos, ávaros e turcos, Blockley (1985, p. 17-18) afirma que não havia uma documentação da chancelaria imperial sobre a qual Menandro poderia se debruçar para escrever sua narrativa, o que na realidade demonstra certo desconhecimento por parte do autor. Como defendido por Mark Whittow (2018), não apenas o Império Romano do Oriente desenvolveu uma “política bizantina eurasiática”, como referido pelo próprio autor, como também possuía relatórios de embaixada bastante precisos sobre os procedimentos

diplomáticos e os costumes desses grupos, o que pode ser atestado dentro dos relatos de Menandro Protetor (Fr. 4, 2; Fr. 10; Fr. 19) sobre os turcos e de Prisco de Pânio (Fr. 8) sobre os hunos, apenas para citar alguns exemplos. De acordo com Whittow (2018, p. 283),

Menandro possui esses detalhes porque burocratas bizantinos pensaram ser importante preservá-los; são precisos porque os relatórios eram uma tentativa honesta de descrever o que havia ocorrido. Isso, por sua vez, valia acertar porque agora e no futuro os turcos eram importantes aliados em potencial.

Menandro também foi um autor pouco propenso a digressões, um exercício comum entre autores classicizantes que buscavam demonstrar seu conhecimento e talento para a escrita⁸, como é o caso do próprio Agátias de Mirina. Para Blockley (1985, p. 13), uma das passagens que poderia talvez servir como exemplo de uma digressão é a descrição acerca da embaixada aos turcos (Fr. 10; Fr. 19). No entanto, como também defendido por Baldwin (1978, p. 119), Blockley (1985, p. 13) acredita que seja possível que o fragmento de Menandro sobre a embaixada turca tenha tomado emprestado o conteúdo e a estrutura da descrição de Prisco de Pânio sobre a corte de Átila (PRISCO, Fr. 8), permitindo a Menandro “satisfazer a si mesmo e sua audiência por detalhes exóticos”, já que “todos os detalhes encontrados em Menandro possuem paralelo em outros relatos, tanto antigos quanto medievais, de jornadas para os nômades da Ásia Central”. Nesse sentido, defende-se aqui que a afirmação dos autores é equivocada, já que a presença de relatos acerca de práticas parecidas é um reflexo da transmissão e continuidade de costumes de grupos nômades⁹, e não de um empréstimo tomado por autores. Portanto, pode-se afirmar que Menandro se permitiu reproduzir o que as fontes o diziam, muito mais do que tomou por empréstimo relatos anteriores como forma de “enriquecer sua escrita”.

Uma das evidências que apontam para uma maior presença das fontes de Menandro em sua narrativa em contraste com o uso de digressões ou artifícios de oratória para enriquecer seu texto é a caracterização variada e plausível dos falantes. Como Blockley (1985, p. 10) buscou apresentar, os discursos dos turcos, por exemplo, são todos mais curtos do que as colocações de um emissário romano ou sassânida, havendo também pouquíssimos traços de truques das escolas de retórica. As formas de expressão turcas são, nesse sentido, bastante não-romanas e

⁸ Nesse sentido, o próprio autor possui uma afirmação sobre preservar o conteúdo de seu texto em “exatas palavras”, embora em um contexto de discussão entre as embaixadas romana e sassânida. Em suas palavras: “Não fiz nenhuma substituição de vocabulário, exceto que alterei uma expressão baixa para um melhor ático (de acordo com minha habilidade). Pois não desejo mudar a forma das palavras exatas e nem, pelo uso polido de expressões, comunicar a força da retórica ao invés do que foi dito” (MENANDRO, Fr. 6, 2).

⁹ Mais detalhes sobre isso serão abordados no Capítulo 3.

parecem ser um reflexo da “orgulhosa oratória dos povos nômades”, como afirmado por Blockley (1985, p. 10).

Todavia, há também pluralidade entre os discursantes e os discursos dos nômades. Blockley (1985, p. 10) aponta que há presença de estilos de oratória romana nos discursos de emissários ávaros, que utilizavam por vezes afirmações diretas com sentenças romanas. Os discursos ávaros, dessa forma, parecem mais “romanizados” do que aqueles apresentados pelos turcos, o que parece refletir uma maior facilidade de comunicação e a presença de mais registros sobre os procedimentos diplomáticos. Essa maior facilidade de comunicação, por sua vez, está diretamente relacionada com a presença de mais intérpretes ávaros na corte romana, o que também reflete o maior contato diplomático entre as cortes devido à proximidade geográfica.

Por fim, é importante que se dedique um espaço para abordar as fontes utilizadas por Menandro para a composição de sua *História*. Tal qual outros historiadores do contexto, o autor pouco detalha de onde retirou as informações que aborda. No entanto, há evidências em seus fragmentos que apontam que ele possuía acesso tanto a relatos orais oficiais quanto a documentos oficiais romanos. Como afirmado por Blockley (1985, p. 19) e Baldwin (1978, p. 109), a única fonte mencionada diretamente por Menandro foi Pedro, o Patrício, emissário responsável por estabelecer a Paz de 50 Anos de Justiniano com Cosroes I, em 562 (MENANDRO, Fr. 6, 2). Outras fontes utilizadas por Menandro, possivelmente, incluíam relatórios da chancelaria imperial romana, Zemarco, o embaixador romano enviado aos turcos, provavelmente publicou um relato de sua embaixada até os Montes Altaicos.

Blockley (1985, p. 19) aponta também que existem algumas indicações circunstanciais que indicam o uso de relatórios orais por parte de Menandro, como é o caso do relato confidencial da oferta de Tibério aos sassânidas: “Zacarias pediu isso confidencialmente e por instruções do Caesar, e ninguém mais estava a par desta abordagem, exceto Maurício, filho de Paulo, [...] que nesta ocasião atuou como secretário imperial” (MENANDRO, Fr. 20, 2). Somente Maurício e Zacarias, embaixador romano e médico da corte, possuíam conhecimento sobre o episódio, como referido no trecho recém citado.

As principais fontes orais de Menandro, portanto, foram o próprio imperador Maurício ou Zacarias. A evidência que aponta para Maurício como sua principal fonte é o próprio *Fragmento 1,1*, mencionado logo no início deste capítulo, quando o autor afirma que Maurício foi responsável por comissionar sua *História*. Blockley (1985, p. 19) acredita, todavia, que seja possível que Zacarias tenha sido sua fonte principal, o que explica o tratamento especial de Menandro quanto ao embaixador, que pode ser observado a partir do *Fragmento 18, 1*. Ademais, a maioria das informações presentes na fragmentária obra de Menandro vieram, quase

ao certo, de documentos da chancelaria imperial romana: minutas dos procedimentos, correspondências, relatos de emissários e embaixadas, etc. Levando-se em consideração a precisão de algumas informações de Menandro, seu interesse por assuntos diplomáticos e a afirmação de que foi comissionado por Maurício para compor sua *História*, não é de se surpreender que tenha obtido acesso aos documentos oficiais da chancelaria.

Mesmo que fragmentária, a *História* de Menandro é uma das obras mais importantes para que se compreenda o contexto romano-tardio do século VI no que diz respeito aos conflitos nos Balcãs e no Oriente. Nesse sentido, a obra é também o primeiro registro em detalhes acerca das interações romano-turcas, que tiveram início no mesmo contexto, trazendo uma série de detalhes que, à primeira vista, parecem superficiais, mas que, quando avaliados de modo apropriado, fazem com que a *História* de Menandro emergja como uma fonte histórica valiosíssima. Outrossim, como defendido por autores como Treadgold (2007), Brodka (2007) e Whittow (2018), há maior precisão nos relatos do que a historiografia da década de 1970 e 1980 deu crédito, em especial através de Blockley (1985) e Baldwin (1978), que interpretaram diversos dos fragmentos de Menandro como simples digressões literárias ou formas tomadas por empréstimo de outros autores.

Há ainda alguns detalhes mais pontuais sobre a *História* de Menandro que precisam ser abordados, como é o caso de detalhes de sua obra que o alocam dentro da Tradição Classicizante, assim como a mescla de características da *História Eclesiástica* com a tradição, elementos que trazem unicidade à sua obra quanto colocada ao lado de trabalhos de outros autores classicizantes dos séculos V e VI. Todos esses detalhes serão abordados no capítulo subsequente, dedicado a analisar a Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia e a influência do estereótipo *cita nômade* nas representações romano-tardias sobre grupos nômades da Estepe Eurasiática.

2.2. A Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia e o estereótipo *cita nômade*

Como já abordado no decorrer desta dissertação, Menandro Protetor escreveu conscientemente dentro de uma tradição de escrita da história cujas raízes estavam na Antiguidade Clássica. Essa tradição literária, por sua vez, é denominada por autores contemporâneos como “classicizante” ou, em alguns casos, “secular”. Classicizante, porque remetia em forma e conteúdo a grandes obras da historiografia grega, e secular porque buscou se distanciar da *História Eclesiástica* ou *História da Igreja*, um gênero literário oriundo da perspectiva escatológica e cristã do mundo que, a partir do século IV, passou a tomar espaço entre escritores romanos (BLOCKLEY, 2003).

Este subcapítulo, portanto, tem como objetivos principais localizar Menandro Protetor dentro da Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia e relacionar o estereótipo *cita nômade* dentro da tradição. Para isso, será traçada uma narrativa histórica acerca da Tradição Classicizante, que pode ser datada do século III, para então serem abordadas as características que compuseram a tradição, assim como de que modo Menandro se localizava dentro dela. Ademais, também se abordará o modo como a Tradição Classicizante incorporou o estereótipo *cita nômade* dentro de suas narrativas historiográficas e a forma pela qual essa noção moldou a maneira como grupos nômades foram descritos e representados por autores romanos da Antiguidade Tardia.

Pode-se afirmar que a Tradição Classicizante emergiu como um gênero literário por volta do século III e teve sua ascensão no século V, quando disputou espaço com a História Eclesiástica, um gênero literário cristão criado por Eusébio de Cesareia (265 – 339) e que visava reinterpretar a história do mundo através de uma perspectiva cristã e escatológica (WINKELMANN, 2003; VAN NUFFELEN, 2018). Nesse sentido, muitos autores classicizantes buscaram se distanciar desta nova narrativa cristã emergente através de uma aproximação com autores da Antiguidade Clássica. Portanto, como afirmado por Blockley (2003, p. 290-291), tanto em forma como em conteúdo, os autores da Tradição Classicizante buscaram, conscientemente e continuamente, fazer referência a historiografia grega, “através de elementos da seleção e organização do material, através da língua, apresentação autoral e através de referência direta” (BLOCKLEY, 2003, p. 290). Por meio destes artifícios narrativos, estes autores se posicionaram dentro da tradição clássica como definido historicamente por Tucídides, Heródoto, Políbio e, em menor instância, por outros autores canônicos da Antiguidade, como Homero e Platão.

É importante constatar, contudo, que embora escritores da Antiguidade seguissem “regras estritas e consistentes de gênero ao escrever sobre o passado” (KULIKOWSKI, 2018, p. 143), não possuíam um vocabulário específico para nomear a convenção literária da qual optaram por fazer parte. Afirmar que autores como Eunápio de Sardes, Prisco de Pânio, Olimpíodoro de Tebas (c. 380 – c. 420), Procópio de Cesareia, Menandro Protetor e diversos outros faziam parte de uma “Tradição Classicizante”, portanto, é convenção moderna. Embora não se definissem como “classicizantes”, todavia, todos os autores acima, assim como outros que pertenceram a citada tradição literária, escreveram buscando se colocar dentro da tradição, obedecendo a uma série de regras de gênero ao escrever sobre o passado (recente) e, desse modo, compartilhando importantes características entre si.

A principal característica presente em todos os autores do século III ao VII é o relato de eventos contemporâneos ou quase-contemporâneos ao autor, narrados “à maneira de Tucídides (e Políbio)” (BLOCKLEY, 2003, p. 291-292) e voltados principalmente para grandes eventos políticos e militares de interesse da aristocracia romana. Outra característica bastante presente entre alguns os autores classicizantes é a legitimação da narrativa “aos moldes de Tucídides”, através de uma perspectiva ocular. Autores como Déxipo de Atenas (c. 210 – 273), Amiano Marcelino (330 – 400), Prisco de Pânio e Procópio de Cesareia foram testemunhas oculares dos eventos que narraram: Déxipo de Atenas vivenciou a invasão de godos, hérulos e outros grupos aos Balcãs no século III, descrita em sua fragmentária obra *Scythica*; Amiano Marcelino, por sua vez, acompanhou de perto a campanha de Juliano contra os persas, narrado em detalhes na *Res Gestae*; já Prisco de Pânio acompanhou pessoalmente o embaixador Maximino em suas missões, dentre elas a direcionada para a corte de Átila, narrada no Fragmento 8 de sua *História*; enquanto Procópio de Cesareia acompanhou o *magister militum* Belisário em suas campanhas na Itália e na África do Norte, presentes em sua *História das Guerras*. Quando não eram testemunhas oculares, muitos desses autores possuíam informantes diretos ou acesso a documentos oficiais do Império Romano, como é o caso de Menandro Protetor que, como abordado no subcapítulo anterior, recebeu informações diretas de Zacarias ou do próprio imperador Maurício.

Embora as obras da Tradição Classicizante sejam majoritariamente gregas em língua, há alguns trabalhos em latim, como é o caso da *Res Gestae* de Amiano Marcelino, que marcou o fim de uma tradição histórica “à grande maneira” em latim, ou seja, que buscou narrar os grandes eventos políticos e militares de seu tempo. Como elucidado por Michael Kulikowski (2018, p. 144), “Historiografia latina da Antiguidade Tardia, com exceção de Amiano, é quase exclusivamente uma questão de crônicas, *brevariaria* e História da Igreja”. Em contraponto, embora em maior número, muitas das obras classicizantes produzidas em grego sobreviveram somente em fragmentos, como é o caso do próprio Menandro Protetor. Há diversas razões para o caráter fragmentário destas obras, de acordo com Kulikowski (2018, p. 144-145):

Uma [das razões] é que a bem-conhecida transição do rolo de papiro para o códice abateu as fileiras de autores dos séculos III e IV. Por conseguinte, o custo dos materiais de escrita garantiu que autores cujo apelo não se conformasse com gostos posteriores tendessem a ser palimpsestados: a *Ethnica* de Estevão de Bizâncio, do século VI, refere-se a muitos historiadores cujas obras eram desconhecidas a Idade Média grega. No Ocidente, grande parte da herança grega provavelmente desapareceu antes dos carolíngios conquistarem o coração da cultura clássica ocidental, o que deixou a sobrevivência do resto bastante dependente da mudança de gosto dos antiquários bizantinos medievais.

Deste modo, boa parte do que sobreviveu destes autores dos séculos III, IV, V e VI dependeu das preferências e dos gostos de autores romanos (ou bizantinos) da Idade Média. É o caso dos fragmentos sobreviventes de Menandro nos *Excertos Constantinianos* e no *Suda*, ou diversos outros autores da Antiguidade Tardia que sobreviveram não apenas através dessas duas obras compiladoras, mas também através da *Myriobiblion* ou *Bibliotheca* de Fócio. Como alertado por Kulikowski (2018, p. 145), contudo, há problemas decorrentes dessa dependência que historiadores contemporâneos tem por essas obras compiladas por romanos da Idade Média. Nas palavras de Kulikowski (2018, p. 145), há “uma preferência pelo exemplar e a melhora, pela anedota folclórica inteligente e por qualquer coisa que ajude a apontar uma moral agradável para o mundo cristão e Constantinopolicêntrico em que os antiquários trabalhavam”. Logo, é necessário que se tome um cuidado redobrado ao analisar as fragmentárias obras classicizantes da Antiguidade Tardia, “não tanto pela deturpação deliberada por parte dos compiladores bizantinos, mas devido às distorções que se seguem pelo critério de seleção que nós somente compreendemos parcialmente” (KULIKOWSKI, 2018, p. 145).

Há pouco a ser dito sobre os autores classicizantes dos séculos III e IV, tendo em vista que pouquíssimo se sabe sobre eles, como afirmado por Kulikowski (2018, p. 146), escritores como “Asínio Quadrato, Nicostrato de Trebizonda ou Onásimo são pouco mais que nomes para nós”. Há, contudo, um autor do século III cuja obra sobreviveu em fragmentos consideráveis e que pode ser abordado em maiores detalhes, esse autor é Déxipo de Atenas. Sabe-se que Déxipo escreveu três obras: *Chronica Historia*, *Ta meta Alexandron* e *Scythica* (KULIKOWSKI, 2018). Destaca-se, todavia, a *Scythica*, publicada em três livros que recontavam as invasões hérulas aos Balcãs no século III. Fortemente influenciado pela segunda sofística¹⁰, Déxipo utilizou na *Scythica* uma linguagem que pode ser definida como “aticizante”¹¹, já que buscou como principal influência a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides. Blockley (1971, p. 711-712) argumenta que Déxipo, para além do possível uso de digressões e discursos (comum entre autores classicizantes), cobriu eventos contemporâneos, provavelmente de 238 a 274. Ainda, o próprio Déxipo foi testemunha ocular de alguns desses eventos, tendo ajudado a organizar as defesas de Atenas contra um ataque dos hérulos. Nas palavras de Blockley (1971,

¹⁰ De acordo com o *The Oxford Companion to Classical Civilization* (2014, p. 711), a segunda sofística é um termo aplicado para designar um movimento entre os períodos de 60 – 230 EC, quando a declamação se tornou a atividade literária mais benquista no mundo grego. Embora o sentido de movimento seja questionado por alguns autores que veem a Segunda Sofística mais como fenômeno literário.

¹¹ Linguagem “aticizante” se refere ao uso de termos usados pelos gregos áticos do Período Clássico, dentre eles Tucídides. Por vezes, autores classicizantes se negaram a utilizar termos ou etnônios que não fossem utilizados por autores clássicos como Tucídides (KULIKOWSKI, 2018). O uso de etnônios clássicos e não-contemporâneos também foi bastante comum, como a utilização do etnônimo *cita* para se referir a *godos* ou *hunios*, *medos* ou *assírios* para persas, etc.

p. 712): “Ele parece ter dado a si mesmo um amplo espaço em sua história, incluindo nela um de seus discursos, que entregou aos atenienses os encorajando a contra-atacar os invasores”.

Déxipo de Atenas também serviu como influência a autores posteriores. De acordo com Kulikowski (2018, p. 146), Amiano Marcelino certamente conhecia o trabalho de Déxipo, assim como o autor da *Historia Augusta*, que o utilizou como fonte para descrever uma série de eventos. Eunápio de Sardes, todavia, foi o autor cuja influência de Déxipo é mais notável, já que utilizou o fim da história dele como ponto de partida para sua própria narrativa. Eunápio é uma importante fonte para que se compreendam eventos do século IV. Sua história, todavia, também é fragmentária, e está preservada tanto nos *Excertos Constantinianos* como na *Historia Nova* de Zózimo. Assim como Déxipo, Eunápio de Sardes optou por escrever uma narrativa voltada para eventos de seu próprio contexto e utilizou Déxipo como um modelo para sua narrativa histórica (BLOCKLEY, 1971, p. 713-714; BLOCKLEY, 1981).

Eunápio de Sardes, assim como Déxipo de Atenas, se colocou como um historiador à grande maneira, escreveu uma história que cobrira eventos em larga escala e procurou relatar eventos contemporâneos. Também estão presentes em sua obra diversas características dessa história “à grande maneira” (BLOCKLEY, 1982), dentre elas o uso de discursos, digressões e descrições de cercos e batalhas. De acordo com Blockley (1981, p. 12-13), Eunápio também fez utilização de uma série de referências à tradição clássica, citando autores como Homero, Hesíodo, Píndaro, Tucídides, Platão, Aristóteles, Menandro e Plutarco. Sua escrita, nas palavras de Blockley (1981, p. 13), “foi caracterizada como uma mistura de jonicismos e aticismos (retirados dos principais autores clássicos e por vezes mal usados), elementos do *koiné*, vulgarismos e neologismos”. Para além disso, os fragmentos de Eunápio também apontam um outro elemento bastante comum aos historiadores classicizantes da Antiguidade Tardia: a preferência pelo uso de palavras utilizadas pelos autores clássicos. Há, portanto, uma tendência em evitar o uso de terminologias tardo-antigas, principalmente palavras de cunho governamental e militar, que geralmente eram em latim (BLOCKLEY, 1981, p. 14).

Por conseguinte, Eunápio de Sardes foi o último representante do que Kulinowski (2018, p. 148) denomina como um “tipo reconhecível da segunda sofística tardia”. Nas palavras do autor (KULINOWSKI, 2018, p. 148-149):

Embora sem dúvida figuras públicas com carreiras locais em seu mundo contemporâneo, eles ainda se moviam em círculos que fetichizavam a polis e seu patriotismo e que reivindicavam como herança um helenismo intocado, embora amplamente inventado, que valorizava gêneros que estavam em uma linha direta de definível com as práticas dos helenísticos tardios predecessores. [...] A geração de Eunápio foi a última em que tais homens dominariam a cena literária grega, porque sua centralidade cultural decaiu muito.

Kulinowski, desse modo, argumenta que Eunápio, assim como Déxipo de Atenas e outros autores mais desconhecidos do século IV, foram substituídos por uma “nova” elite cujas riquezas, poder e prestígio advinham do serviço imperial (KULINOWSKI, 2018, p. 148-149). Esses novos escritores eram em sua maioria emissários, diplomatas, juristas ou secretários, e embora tenham dado continuidade à Tradição Classicizante através de uma imitação ou empréstimo de formas e conteúdos da literatura canônica grega, transformaram a tradição através de sua perspectiva política, social e cultural.

Foi principalmente a partir dos escritos dos autores que sucederam Eunápio, como Olimpodoro de Tebas, Prisco de Pânio e Malco de Filadélfia, que se afirmou que a Tradição Classicizante foi também uma tradição de história secular, uma espécie de contraponto a recém-fundada História Eclesiástica ou História da Igreja. No entanto, embora a Tradição Classicizante tenha, de algum modo, se oposto a narrativa histórica cristã, isso não fez dela uma tradição essencialmente anticristã, como argumentado por Momigliano, que via o movimento como uma reação ao avanço do cristianismo (BLOCKLEY, 1981, p. 87, apud MOMIGLIANO, 1963, p. 81).

Embora Eunápio de Sardis possua críticas severas aos cristãos e as instituições cristãs e Amiano Marcelino tenha ignorado tanto quanto pôde questões que envolvessem o cristianismo, o mesmo não pode ser dito sobre os autores classicizantes dos séculos V, VI e VII (BLOCKLEY, 1981, p. 81). Dentre os autores que possivelmente eram pagãos, como Prisco de Pânio e Olimpodoro de Tebas, não há nenhum sinal de hostilidade ao cristianismo¹², já Malco possivelmente era cristão. Por conseguinte, nos séculos VI e VII, autores cristãos da Tradição Classicizante passaram a mesclar elementos da própria tradição com a História Eclesiástica, em especial nas obras de Menandro Protetor e Teofilato Simocata, onde Deus passa a ter um importante papel de atuação nos assuntos humanos (BRODKA, 2007).

Esse secularismo dos autores do século V, portanto, não está relacionado a uma suposta hostilização ao cristianismo ou a uma negação dos assuntos cristãos. John Given (2014, p. XVII) argumenta que o secularismo está, na realidade, associado “a rejeição de teorias da causalidade que podem ser rastreadas até os deuses”. Nesse sentido, para o autor, esse renascimento historiográfico do século V significou não apenas a rejeição da providência divina como devir histórico, mas também a compreensão do cristianismo como um forte motivador de

¹² Prisco de Pânio, por exemplo, reconhecia a importância da religião para resolução de questões políticas, como apontado no Fr. 24, em que o autor observa que o imperador Marciano enviou a corte de Genserico, rei dos vândalos, um embaixador de professava a fé ariana, como modo de melhor guiar as negociações. Deus, no entanto, não foi o motivador da ação humana (GIVEN, 2014, p. XVIII).

assuntos políticos e militares. O secularismo dos autores do século V, portanto, contrapunha à perspectiva escatológica cristã ao interpretar os acontecimentos históricos como resultado das ações humanas e não da interferência divina (GIVEN, 2014, p. XVIII).

Assim como os autores que os precederam, os autores classicizantes do século V foram fortemente influenciados pela linguagem ática e jônica dos autores clássicos da Antiguidade. Já foram apontadas algumas das características desse empréstimo linguístico tomado pelos autores, como a negação em empregar termos contemporâneos, geralmente em latim. Há, no entanto, uma particularidade desse empréstimo linguístico que é de sumária importância para o desenvolvimento deste trabalho: a aplicação de etnônios antigos para nomear grupos contemporâneos.

O empréstimo linguístico, todavia, não é uma característica isolada da Tradição Classicizante. Essa característica é análoga à tentativa destes autores de se localizarem dentro da tradição, já que empregar os etnônios não apenas legitima a própria narrativa demonstrando conhecimento sobre os clássicos, como também remete aos leitores do texto uma imagem comum, construída há séculos. É nesse ponto que a Tradição Classicizante caminha lado a lado com os estereótipos antigos, em especial com o estereótipo do *cita nômade*, presente em todos os autores classicizantes já citados, exceto Déxipo de Atenas¹³. Faz-se necessário, portanto, que se elucide o que foi, essencialmente, o estereótipo *cita nômade* na Antiguidade e qual a sua relação com os autores classicizantes da Antiguidade Tardia.

Sem que se aborde em profundos detalhes, tendo em vista não ser o foco desta dissertação, é necessário que se inicie pela Antiguidade Clássica, através dos escritos de Heródoto de Halicarnasso e Hipócrates de Cós (ou os hipocráticos¹⁴), importantes expoentes da literatura etnográfica e médica e onde se encontra a possível gênese do estereótipo *cita nômade*.

Como defendido por John McCallum (2014), há uma ligação bem estabelecida entre a *História* de Heródoto e o texto hipocrático *Dos Ares, Águas e Lugares*, uma semelhança que pode ser compreendida através da herança cultural e intelectual herdada por ambos os autores: a tradição literária jônica ou grega oriental. De acordo com McCallum (2014) e Rosalind Thomas (2000), a virada do século VI para o V aEC foi marcada por uma vívida tradição intelectual grega oriental, ou jônica, de onde Heródoto e os autores hipocráticos ascenderam. Nesse sentido, McCallum (2014, p. 111) pontua que por muito tempo o “atenocentrismo” fez

¹³ Déxipo de Atenas utiliza o etnônimo *cita* para se referir aos godos, que durante o século III se estabeleceram na Cítia. Nesse sentido, a motivação para a associação entre os grupos parece ser unicamente geográfica.

¹⁴ Como não se sabe a autoria exata do texto *Dos Ares, Águas e Lugares*, a mesma do texto será referida como “hipocráticos” ou “texto hipocrático”.

com que acadêmicos modernos subestimassem a importância da intelectualidade grega oriental na segunda metade do século V. Através dessa perspectiva, assume-se que o conhecimento de Heródoto sobre filosofia natural e política, por exemplo, só poderia ter se originado em Atenas, quando na realidade Atenas era, no contexto, apenas um dos pontos de passagem destes pensadores viajantes.

Devido à essa herança intelectual jônica, há um conjunto de semelhanças entre a narrativa de Heródoto e o texto hipocrático. Há interesses etnográficos em comum (mais desenvolvidos em Heródoto), assim como conhecimentos médicos dentro da obra de Heródoto (mais desenvolvidos em Hipócrates). A primeira destas semelhanças etnográficas que podem ser apontadas é a relação de causalidade entre as diferenças étnicas. O texto de Heródoto é mais pontual neste aspecto, enquanto o texto hipocrático desenvolve uma teoria determinista que relaciona geografia, clima, costumes e fisiologia. Em ambos os textos é explícito que o ambiente, ou mais especificamente a *physis*, possuía influência direta sobre a fisiologia e a característica dos povos (MCCALLUM, 2014, p. 94). Todavia, como exemplificado por McCallum (2014, p. 95-96), tanto a concepção de Heródoto como a dos hipocráticos era de que *physis* poderia ser subvertida pelas leis (*nomos*) e o modo de vida (*diaita*). Portanto, *nomos* e *diaita* afetariam as diferenças étnicas e fisiológicas dos grupos.

McCallum (2014, p. 95-96) apresenta dois exemplos: o primeiro deles é a teoria de Heródoto de que os crânios egípcios encontrados em um antigo campo de batalha eram mais fortes que os crânios persas devido ao fato de que os egípcios raspavam suas cabeças, enquanto os persas utilizavam chapéus (HERÓDOTO, *História*, III, 12); o segundo exemplo é uma passagem do texto hipocrático em que o autor argumenta que a causa do crânio alongado dos *cabeças-longas* é porque enfaixavam a cabeça de seus bebês (HIPÓCRATES, *Dos Ares, Águas e Lugares*, 14).

Os autores também compartilhavam um interesse comum com a Cítia, a região do Ponto, a Líbia e o Egito. Ambos dedicaram extensos parágrafos para descrever a Cítia, sua geografia, seus arredores e seus povos (MCCALLUM, 2014, p. 96-97). Há um interesse compartilhado pelos saurômatas e sua cultura de mulheres guerreiras que, enquanto virgens, cavalgavam, caçavam e lutavam em guerras do mesmo modo que os homens de sua cultura, e não se casavam até que tivessem matado uma quantia específica de inimigos em combate (HIPÓCRATES, *Dos Ares, Águas e Lugares*, 17; HERÓDOTO, *História*, IV, 116-117). McCallum (2014, p. 97) também argumenta:

Ambos os autores também estão interessados no nomadismo cita, mas dão diferentes razões para ele: o autor de Ares, Águas e Lugares acredita que eles se movem para garantir forragem suficiente para seus animais, enquanto Heródoto, [...], vê como uma

escolha estratégica. Ambos os autores descrevem o frio extremo como a razão pela falta de chifres nos bois citas. Ambos também mencionam a “doença feminina”, em que os citas acreditam ser uma retribuição divina e deixa os homens impotentes, de modo que eles passam a praticar o trabalho de mulheres e são chamados “Anareis/Enareis”.

Assim como explicaram a fisiologia e os costumes citas através do clima frio, os autores relacionavam o clima quente com o desenvolvimento da fisiologia e dos costumes dos povos da Líbia e do Egito. Há, nesse sentido, uma relação direta e simétrica entre os extremos do mundo habitado. O extremo norte (Cítia e Ponto) e o extremo sul (Líbia e Egito) são, portanto, extremos diametralmente opostos dentro da concepção de mundo presente nos textos de Heródoto e dos hipocráticos (MCCALLUM, 2014, p. 99-103). A importância desta concepção diametral e simétrica de mundo também foi abordada por François Hartog (1988, p. 14), que argumentou que para construir a *História*, Heródoto empregou mapas jônicos construídos sobre esses princípios. Portanto, grupos que viviam em extremos diametralmente opostos possuíam características também opostas (HARTOG, 1988, p. 16). Enquanto os egípcios eram o povo mais antigo (HERÓDOTO, *História*, II, 2), os citas eram um dos mais novos (HERÓDOTO, *História*, IV, 5). De forma geral, como afirmado por Hartog (1988, p. 17), a Cítia era uma terra de ignorância, enquanto o Egito, um local de sabedoria anciã.

Ademais, a *História* de Heródoto também possui conhecimentos médicos e de filosofia natural que correlatam com conhecimentos encontrados no *Corpus Hippocraticum*¹⁵, bem explicados por McCallum (2014), mas que não se faz necessário abordar nesta pesquisa. Ainda, após apontar uma série de convergências entre os trabalhos de Heródoto e dos hipocráticos, é necessário que se pontue que há também diversas divergências, dentre elas a própria concepção continental. Para o texto hipocrático, o mundo era dividido em dois continentes, Europa e Ásia. Já para Heródoto, existiam três continentes, Europa, Ásia e Líbia. Enquanto o primeiro localizava a fronteira entre Europa e Ásia no lago Meiótes (HIPÓCRATES, *Dos Ares, Águas e Lugares*, 13), o segundo compreendia o rio Fásis como a fronteira entre continentes (HERÓDOTO, *História*, IV, 45).

As diferenças e semelhanças entre Heródoto e os hipocráticos, todavia, não explicam o estereótipo *cita nômade*, mas auxiliam na compreensão da importância que as obras possuem

¹⁵ De acordo com McCallum (2014, p. 104), “o conhecimento sobre doenças, saúde e medicina implícitos na narrativa de Heródoto coincidem de muitas formas com aqueles encontrados nos hipocráticos”. Deste modo, Heródoto utiliza diversas terminologias médicas que demonstram certa familiaridade do autor com a teoria médica hipocrática. Como apontado por McCallum (2014, p. 107), uma das evidências que aponta isso é a noção encontrada na *História* de que a principal causa para enfermidades é a mudança das estações (HERÓDOTO, *História*, II, 77), causa primária para doenças também de acordo com o texto hipocrático (HIPÓCRATES, *Dos Ares, Águas e Lugares*, 11).

sobre a construção dessa concepção. O estereótipo é, como abordado na Introdução, uma construção narrativa que traz agregada a si uma série de características, cuja permanência só foi garantida através da repetição incansável e a naturalização dessas mesmas características. Quais são, desse modo, essas características?

Existem três características principais, através da concepção que se buscou levantar para esta pesquisa, que constituem o estereótipo *cita nômade*. Essas características podem ser encontradas em diversos autores, dos primeiros etnográficos romanos (como Estrabão e Diodoro Sículo), aos historiadores classicizantes da Antiguidade Tardia (Amiano Marcelino, Prisco de Pânio, Procópio de Cesareia, Menandro Protetor, dentre outros). As características são: geografia, modo de vida e os costumes exóticos ou exotizados.

A primeira característica, a geografia, diz respeito à Cítia. Evocar o etnônimo *cita* significava evocar a região da Cítia e toda a concepção etnogeográfica¹⁶. A etnogeografia, concebida em partes no *Corpus Hippocraticum*, também teve um papel muito importante na concepção étnica e geográfica do mundo romano, como exemplificado por Patrick Amory (1997, p. 19-20):

Na etnogeografia, como tipificado pelas obras de Plínio, Pompônio Mela e Ptolomeu, o excesso de *gentes* bárbaras é resultado de seus posicionamentos em zonas quentes e frias do mundo. No temperado Mediterrâneo, o homem civilizado poderia ser mestre de seu próprio temperamento, e assim, alcançar um estado de sabedoria, *prudencia*, com o qual dominaria os bárbaros afora. [...] A etnogeografia explicava a oportuna dominação dos homens mediterrânicos – sempre homens – através dos efeitos benéficos de um clima moderado. Cidades e governos organizados eram reflexo externos do pacífico e firme controle que homens do Mediterrâneo tinham sobre si mesmos.

Evocar a Cítia, portanto, também significava evocar uma série de outras características subentendidas: o frio, a umidade, a intemperança e, por consequência, a barbárie. Se no Mediterrâneo viviam homens capazes de controlar o próprio temperamento, nos extremos viviam homens incapazes de controlar os próprios impulsos. É através desta perspectiva, também, que advém a ideia do bárbaro traiçoeiro, constantemente presente nas descrições de grupos nômades: [os hunos] são como bestas, incapazes de ver a diferença entre certo e errado, são propensos a raiva e gananciosos (AMIANO MARCELINO, *História*, XXXI, 2, 11); aproveitam-se da boa vontade romana para obter benefícios (PRISCO DE PÂNIO, Fr. 11); [os ávaros] são mentirosos, desleais e traiçoeiros, fazem juramentos vazios e os quebram quando

¹⁶ A etnogeografia foi uma espécie de determinismo geográfico da Antiguidade. É a teoria apresentada no texto hipocrático e também, em menores detalhes, na *História* de Heródoto, pontuando que o clima e a umidade afetam o desenvolvimento dos costumes e da fisiologia.

lhês convém (MENANDRO, Fr. 25, 1-2); [os turcos] são explosivos e temperamentais (MENANDRO, Fr. 19, 1).

A segunda característica é o modo de vida, o nomadismo. O modo de vida nômade foi uma forma de antítese à forma como gregos e romanos se organizavam socialmente, ou seja, a vida urbana na *polis* ou na *urbs*. Uma vida também caracterizada pela agricultura, impraticada por grupos nômades. Quando o nomadismo é evocado na cosmografia, uma série de atributos são trazidos à tona: o cavalo, a mobilidade, as carroças, a ausência de agricultura, etc. Embora, por vezes, essas características pudessem estar subentendidas no texto (como é o caso de alguns autores da Antiguidade Tardia), tanto Heródoto quanto o texto hipocrático as trazem explícitas no decorrer de suas narrativas. Heródoto afirmou que os citas “não têm cidades ou fortalezas estabelecidas, mas todos são donos de casas e arqueiros montados, vivendo não do cultivo da terra, mas da criação de gado e transportando suas moradias em carroças” (HERÓDOTO, *História*, IV, 46), enquanto para o texto hipocrático “[os citas] são chamados nômades porque não possuem casas, mas vivem em carroças” e “[...] permanecem no mesmo lugar somente enquanto houver forragem suficiente para seus animais; quando acaba, eles migram” (HIPÓCRATES, *Dos Ares, Águas e Lugares*, 18). Amiano Marcelino, no século IV, também evoca o nomadismo ao abordar os alanos:

Portanto, os alanos (cujos vários povos são desnecessários agora numerar) são divididos entre duas partes da terra, embora amplamente divididos uns dos outros e vagando por vastas extensões, como nômades fazem, ainda no curso do tempo eles se uniram sob um nome, e são, no geral, todos chamados de alanos devido à similaridade em seus costumes, seu modo de vida selvagem e suas armas. Pois eles não têm cabanas e nem se importam em usar a enxada, mas vivem sobre a carne e em abundância de leite, e vagam em carroças, que são cobertas por copas arredondadas de casca e conduzidas por territórios sem fronteira. E quando chegam a um lugar rico em grama, posicionam suas carretas em círculos e se alimentam como bestas selvagens (AMIANO MARCELINO, *História*, XXXI, 2, 18)

Por sua vez, a terceira característica, que são os costumes exóticos ou exotizados, não possuem aspectos fixos, mas sim uma série de atributos diversos que variavam de grupo para grupo e de contexto para contexto. Eram, no entanto, quase sempre apresentados de alguma forma. Heródoto menciona o costume dos citas de inalarem a *cannabis* (HERÓDOTO, *História*, IV, 75), assim como a confecção de taças a partir do crânio de inimigos derrotados em combate (HERÓDOTO, *História*, IV, 65). Amiano Marcelino (*História*, XXXI, 2, 2) afirma que os hunos cortavam o rosto de suas crianças com aço para que crescessem imberbes. Jordanes (*Getica*, XLIX, 255), por sua vez, atesta que os hunos laceravam seus rostos como forma de luto pela morte de importantes lideranças, o mesmo afirmou Menandro Protetor (Fr. 19,1)

quanto aos turcos. Muitas destas práticas eram, de fato, verdadeiras. No entanto, eram adversas aos costumes de gregos e romanos, e dignas de menção devido a seu caráter exótico e distinto.

Abordadas as características, é necessário que se apontem algumas questões. A primeira questão diz respeito ao emprego do estereótipo pelos autores. O estereótipo não é a palavra final no que se refere as descrições e representações apresentadas pelos autores da Antiguidade Tardia. Serviu, todavia, como uma base para o desenvolvimento de narrativas que envolviam os grupos da Estepe Eurasiática. Portanto, as nuances, objetivos, a quantidade e qualidade das informações apresentadas dependiam de uma série de outros fatores políticos, sociais, culturais e históricos que circundavam o redator do texto histórico. É necessário que seja esclarecido, dessa forma, que é impossível construir uma imagem e uma concepção unívoca sobre os nômades, é possível, no entanto, que se apontem as características que a cosmografia romana interpretou, por vezes, inerentes a esses grupos.

A segunda questão é que não há como saber se todos esses autores leram, de fato, Heródoto e os hipocráticos. Mas há contribuições diferentes nesse sentido. Sabe-se, por exemplo, que os autores classicizantes da Antiguidade Tardia se voltaram aos cânones da historiografia grega para escrever suas obras, e Heródoto, como já abordado, foi um desses autores utilizados. Blockley (1981, p. 12) afirma que Eunápio, não possuindo materiais recentes para digressar sobre os hunos, incluiu material retirado da *História* de Heródoto sobre os citas e os massagetas. Prisco de Pânio também fez referência direta a Heródoto em sua obra em pelo menos três momentos, como apontado por Blockley (1981, p. 54-55): quando fala sobre a Espada de Marte encontrada por Átila¹⁷, quando menciona a migração dos ávaros¹⁸ e quando relata a guerra entre os sassânidas e os hunos quidaritas¹⁹.

Esses dois autores, no entanto, são apenas alguns exemplos. De acordo com Michael Maas (2018, p. 26-27), os etnógrafos gregos providenciaram ao conhecimento romano conceitos básicos acerca da estepe. Os romanos, portanto, “integraram ideias etnográficas

¹⁷ Prisco, através de Jordanes (GETICA, XXXV, 183), relata que um pastor encontrou uma espada que foi entregue a Átila, a Espada de Marte. Heródoto menciona em sua *História* que os citas adoravam a Espada de Ares (HERÓDOTO, *História*, IV, 62).

¹⁸ De acordo com Prisco de Pânio (Fr. 30), a migração de tribos nômades para o oeste teve início quando os ávaros foram expulsos de seus lares no Oceano do Norte após a chegada de uma névoa e do ataque de grifos. Heródoto (*História*, IV, 13) afirma que os grifos vivem na Ásia, depois dos *arimaspi*, um povo de um olho só. Voltar-se a Heródoto para relacionar os ávaros aos grifos foi sagaz, tendo em vista que os ávaros utilizavam o grifo como um padrão em sua cultura material (BLOCKLEY, 1981, p. 57).

¹⁹ Prisco (Fr. 33) afirma que o Shahanshah Peroz prometeu sua irmã em casamento ao líder quidarita Kunchas mas enviou a ele uma serva. Tendo descoberto o ocorrido, Kunchas declarou guerra aos iranianos. Prisco, no entanto, não possuía informações concretas sobre o ocorrido e, para isso, voltou-se a Heródoto para preencher as informações. No relato de Heródoto (*História*, III, 1), Amasis, rei do Egito, enviou uma substituta para sua filha ao rei Aquemênida Cambises, o que também acarretou em guerra.

gregas sobre os povos da estepe em sua própria visão imperial de relações exteriores ao império” (MAAS, 2018, p. 27), ideias, em sua maioria, inteiramente negativas sobre a estepe. Nesse sentido, há razões para a Antiguidade Tardia ser o contexto em que o estereótipo fora reforçado. Como já abordado, os séculos IV, V e VI foram séculos de constante movimentação e migração de grupos nômades na estepe, onde muitos destes grupos migraram em direção ao oeste e passaram a interagir diretamente com o Império Romano. Munidos do conhecimento etnográfico grego, os romanos não apenas possuíam o conhecimento necessário para abordar esses grupos, através da diplomacia ou da guerra, mas também construíram novos conhecimentos acerca do nomadismo.

Maas (2018, p. 29-30) aponta que, na Antiguidade Tardia, pelo menos três teorias sobre migração podem ser observadas. A mais importante delas, segundo o autor, acreditava que a migração desses grupos era causada por um efeito dominó, em que um grupo foge do outro. Essa teoria foi utilizada por Prisco de Pânio, por exemplo, quando aborda a migração dos saraguros, expulsos pelos ávaros. A segunda teoria é de Jordanes sobre os godos, que aponta a migração como um processo de longa-duração onde o referido grupo não perdeu sua identidade cultural nesse processo. Para Jordanes, os godos migraram da Escandinávia para a estepe do Ponto, mas não discorre acerca das causas para essa longa migração. Por fim, a terceira teoria é de Agátias, predecessor de Menandro. Agátias propõe um modelo baseado na assimilação, onde grupos poderiam perder seu etnônimo quando absorvidos por uma nova e maior entidade nômade. De acordo com Maas (2018, p. 30), Agátias, todavia, “não impõe identidades imutáveis sobre eles e não possui um vocabulário conceitual para aludir ao elusivo processo de formação política na estepe”. As teorias apresentadas, contudo, demonstram que para além de tomar como emprestado representações da etnografia grega, a literatura romana também passou a desenvolver novos conhecimentos sobre grupos nômades.

O estereótipo *cita nômade*, portanto, foi um reflexo do conhecimento etnográfico grego sobre a estepe, apropriado pela literatura romana da Antiguidade Tardia para construir suas próprias representações sobre os grupos nômades com os quais o Império Romano teve contato. Nesse sentido, não é possível que se dissocie a ideia de *estereótipo* com a de *etnicidade fictiva*. A etnicidade desses grupos, como apresentados pela cosmografia greco-romana, foi “fabricação” literária, que além de nomeá-los, incutiu a esses grupos uma série de valores, costumes, características e traços, forçosamente repetidos e naturalizados por dezenas de autores da Antiguidade.

Concluída a relação entre o estereótipo *cita nômade* e a Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia, é importante que se volte para Menandro Protetor e a Tradição

Classicizante no século VI. Menandro, assim como seus antecessores Procópio de Cesareia e Agátias de Mirina, e seu sucessor, Teofilato Simocata, escreveu conscientemente dentro da tradição, e possui uma série de elementos já abordados que o incluem dentro da Tradição Classicizante. Além de escrever uma “história à grande maneira” sobre eventos contemporâneos ou quase-contemporâneos, Menandro também procurou seguir um estilo ático de escrita, fortemente influenciado por Agátias (sobre quem afirmou ter dado continuidade a obra) e Tucídides. As obras classicizantes do século VI e VII, nesse sentido, possuem uma característica compartilhada: a continuidade cronológica das obras, algo que não pode ser observado entre os autores do século V, por exemplo, cujas obras eram, nas palavras de Blockley (2003, p. 291), “muito diversas, tanto em seu caráter quanto em seus objetivos, e nos elementos de seu classicismo”.

Para além disso, abandonaram-se algumas estratégias discursivas, como o uso de *excursus* e *exemplum*, comuns aos autores dos séculos IV e V (BLOCKLEY, 1983, p. 9). Nas palavras de Kulikowski (2018, p. 155-156):

Todos esses autores [Procópio, Agátias, Menandro e Teofilato] refletem não apenas o desaparecimento do antigo modelo sofisticado de escrita da história, mas também uma evidente transição para uma visão de mundo pós-Clássica, medieval. Isso se manifesta fortemente na maneira que assuntos exóticos e digressivos são introduzidos a história. Enquanto na Tradição Classicizante de Amiano e dos autores fragmentários gregos [...] voltava-se para o formal *excursus* como modo de incluir partes aprendidas ou discussões técnicas, Procópio tende a ocultar o mesmo tipo de material em disfarces folclóricos. [...] Essa dependência em temas folclóricos é algo que também encontramos em histórias da igreja do período e no hipertrofiado *breviarium* composto em Antioquia por João Malalas nesse mesmo contexto.

A preocupação com a linguagem, todavia, seguiu viva entre os autores do século VI. Como afirmado por Averil Cameron (1970, p. 75), “Procópio e Agátias estavam principalmente preocupados em evitar os modernismos que pareciam a eles tão fora de lugar em suas cuidadosas prosas”. Como consequência dessa “negação ao moderno”, esses autores se referiam a termos comuns ao século VI como se estivessem descrevendo costumes incomuns à vida no Império Romano do Oriente. Além de evitarem o uso de termos em latim, mesmo que cristãos, buscaram evitar ao máximo que pudessem mencionar o cristianismo, e quando mencionavam a figura de padres e monges, os descreviam como se fossem criaturas exóticas desconhecidas ao leitor (CAMERON, 1970, p. 76; KULIKOWSKI, 2018, p. 144). Procópio e Agátias, por sua vez, quando precisavam se referir a termos em latim (como ofícios, cargos militares, etc.) incluíam uma forma de “desculpa”, utilizando-se de frases como “é dito pelos romanos”, ou “os romanos se referem em latim como...”, o que aponta também uma preferência por

circunlocuções ao invés de afirmações diretas, um elemento comum entre os autores romanos tardios do Império Romano do Oriente (CAMERON, 1970, p. 75-77).

Menandro não difere muito de seus antecessores em relação ao seu estilo literário. Como afirmado por Blockley (1983, p. 6), “o estilo de Menandro está bem na tradição de escrita a grande maneira praticada pelos autores classicizantes do período”, assim como foi “formado pela educação literária de seu tempo, foi fortemente influenciado pela retórica, poesia e drama”. Seu apelo formal a cânones da historiografia grega, contudo, foi principalmente a Homero e Hesíodo, embora seu estilo busque inspiração em Agátias que, por sua vez, se voltou a Tucídides.

Do mesmo modo que Procópio e Agátias, Menandro também buscou evitar o uso de termos em latim, embora latinismos possam ser raramente observados em seu texto. A preferência pelo uso de termos em grego, como afirmado por Blockley (1983, p. 8), dá por vezes uma impressão de vagueza. Um exemplo disso é a forma como se refere a outros líderes, romanos ou não. Quando se refere ao imperador Maurício, utiliza termos como *basileus* (βασιλεύς) ou *autokrator* (αὐτοκράτωρ), enquanto *kaisar* (καίσαρ) é utilizado somente para Tibério antes de se tornar Augustus. Outros líderes não-romanos também são referidos como *basileus*, como é o caso do Shahanshah da Terra do Irã e o líder dos lázicos. Quando se refere aos líderes alanos, turcos, heftalitas, sarracenos e suanos tende a utilizar genericamente *hegemon* (ἡγέμων) ou *hegoumenos* (ἡγούμενος), embora *hegemon* também seja utilizado de forma genérica para oficiais civis e militares romanos e não-romanos (BLOCKLEY (1983, p. 8). O destaque, no entanto, é o título de *khaganos* (χαγάνος) para se referir aos líderes turcos e ávaros (qaghan, o líder do qaghanato), que aparece pela primeira vez dentro da literatura romana. O título é bastante preciso e importante, já que além de representar um cargo de liderança específico das organizações nômades, também representa uma disputa política corrente entre turcos e os ávaros, que se acreditavam os herdeiros legítimos do Qaghanato Rouran.

Quanto ao emprego de etnônios, Menandro é o que Blockley (1983, p. 9) denomina como “modernista”. Massageta não é um termo presente, enquanto cita é usado poucas vezes para se referir genericamente a grupos nômades da Ásia Central. Turcos, ávaros e eslavos são todos etnônios novos e contemporâneos ao autor, enquanto huno é utilizado para se referir a algumas tribos nômades dispersas. Todavia, faz utilização de alguns arcaísmos quando se refere especialmente aos lazos e aos persas. Os lazos são, por vezes, referidos como cólquios, enquanto os persas podem ser chamados de medos ou até mesmo assírios. Há algumas

inconsistências na nomeação de grupos, como apontado por Blockley (1983, p. 9), possivelmente um erro dos copistas.

Como afirmado anteriormente, um dos elementos mais importantes da Tradição Classicizante no século VI foi a inclusão de características da História Eclesiástica, um reflexo do estabelecimento do cristianismo como religião hegemônica do Império Romano do Oriente. A principal dessas características é a presença de Deus como um importante fator para o desenvolvimento histórico. Nesse sentido, embora os humanos sejam os principais agentes históricos, ainda assim são limitados pela vontade divina. Através dessa perspectiva de Menandro, Deus pode intervir para recompensar os justos (MENANDRO, Fr. 18, 6) e punir os pecadores (MENANDRO, Fr. 23, 4). Diferentemente dos autores do século V, portanto, a causalidade divina sempre tem um caráter final no que diz respeito ao devir histórico, mesmo que Deus não seja o principal ator nesses eventos (BRODKA, 2007, p. 95-96).

Além da incorporação do divino dentro da narrativa histórica, há outra característica bastante particular aos historiadores do século VI: o princípio da mutabilidade e a impermanência das realizações humanas. De acordo com Brodka (2007, p. 97), a ideia de mutabilidade e instabilidade dos assuntos humanos é uma ideia típica entre historiadores gregos, e está presente inclusive em Heródoto. Essa percepção de mundo se sustenta através da ideia de que a mudança é inerente ao mundo como “um estado ou característica ontológica: enquanto houver gente, também haverá guerras e conflitos” (BRODKA, 2007, p. 97).

Outra característica que pode ser percebida é a ausência de uma ideia de eternidade de Roma, embora o autor enfatize a posição extraordinária e poderosa do Império Romano. De acordo com Brodka (2007, p. 97-98), enquanto autores do século IV ou até mesmo do século V ainda interpretavam o Império Romano como uma constante histórica, o mesmo não pode ser dito entre os autores do século VI. Como reflexo dos profundos processos de transformação política e religiosa, houve uma mudança na concepção de mundo das elites romanas no Oriente e que reverberou na historiografia, um pensamento análogo ao princípio de impermanência dos assuntos humanos. Nesse sentido, o uso frequente do princípio de mutabilidade foi uma tentativa dos autores romano tardios do século VI de responder à dinâmica dos processos de transformação da história, uma tentativa de encontrar ordem e leis em um mundo instável. O princípio de mutabilidade e impermanência, desse modo, forma “um padrão tradicional de percepção e interpretação com o qual a historiografia clássica fez o mesmo para ordenar a realidade” (BRODKA, 2007, p. 99). Ainda, de acordo com Brodka (2007, p. 99-100):

Enquanto Amiano Marcelino, por exemplo, ainda assumia uma certa imutabilidade no século IV e considerava o Império Romano como objetivo final de toda a história, os historiadores do século VI enfatizam a mutabilidade da ordem política. Tal

pressuposto, que exclui quaisquer constantes políticas da história correspondia melhor, em princípio, à cosmovisão cristã do que a ideia da eternidade de Roma. Isso facilitou o uso das possibilidades intelectuais dessa parte da antiga tradição historiográfica.

Como abordado no decorrer desse subcapítulo, a Tradição Classicizante foi de grande importância no que diz respeito à produção historiográfica da Antiguidade Tardia. Influenciados pelos grandes clássicos da Antiguidade – como Homero, Hesíodo, Heródoto, Tucídides e Políbio – os autores da Tradição Classicizante buscaram narrar os grandes eventos de seu contexto, voltados principalmente para o passado recente, e estabeleceram um importante contraponto às narrativas trazidas pela *História Eclesiástica* e outros gêneros literários da Antiguidade Tardia.

Nesse sentido, embora tenha obtido pouco reconhecimento e prestígio em seu contexto, Menandro Protetor se mostrou um importante comentador de eventos do século VI. Sua obra, ainda que tenha sobrevivido somente em fragmentos, é uma das principais fontes acerca das interações diplomáticas romanas nesse contexto, e provavelmente foi pioneira no que se refere aos detalhes da formalização diplomática no século VI, como bem apontado no subcapítulo 2.1. Para além disso, mais do que a historiografia do século XX buscou dar crédito (como é o caso de Blockley e Baldwin), a História de Menandro apresenta detalhes importantes sobre as sociedades nômades da Ásia Central, informações possivelmente retiradas dos documentos oficiais romanos.

A precisão das informações apresentadas por Menandro, por sua vez, foi um reflexo da necessidade romana de categorização dos grupos com os quais passou a interagir. Essa busca por informação e produção de novas teorias sobre o nomadismo auxiliou o Império Romano em diversos procedimentos militares e diplomáticos, onde o conhecimento e a informação se mostraram importantes e poderosas ferramentas para a manutenção das fronteiras e para o controle dos grupos que viviam em proximidade com o Império Romano do Oriente.

Dito isso, o próximo capítulo será voltado para a análise das representações de Menandro Protetor sobre turcos e ávaros, dois grupos nômades que, a partir da segunda metade do século VI, estabeleceram hegemonia em seus respectivos espaços: os ávaros ao norte do rio Danúbio e os turcos nas estepes da Ásia Central. Nesse sentido, é a partir das representações de Menandro sobre esses grupos que se pode observar como o vasto conhecimento desenvolvido sobre grupos nômades auxiliou aos romanos no que diz respeito ao trato diplomático e o estabelecimento de novas relações com a estepe eurasiática.

3. ÁVAROS E TURCOS: PRÁTICA DIPLOMÁTICA E REPRESENTAÇÃO NA HISTÓRIA DE MENANDRO PROTETOR

Após uma bem-sucedida rebelião que derrubou e substituiu o Qaghanato Rouran no coração da Mongólia em 551, os turcos, liderados por Bumin Qaghan, construíram sobre a carcaça dos rouran um novo e poderoso qaghanato, conhecido como o Primeiro Qaghanato Turco, introduzindo ao palco da Ásia Central uma nova entidade étnica e linguística que transformou a configuração política da Estepe Eurasiática. Como consequência desse recém formado império nômade, uma nova onda migratória ocorreu na estepe, que acabou por levar um grupo, denominado pelas fontes romanas como *ávaro*, a se estabelecer na região do Cáucaso e depois na Panônia ao norte do Danúbio, formando o Qaghanato Ávaro.

Dito isso, este capítulo tem como objetivo analisar as representações de Menandro Protetor sobre duas entidades étnicas distintas e de modo de vida nômade que tiveram grande influência não apenas no espaço em que ocuparam, mas também no contexto político-diplomático do Império Romano do Oriente no século VI: os qaghanatos ávaro e turco.

Esse capítulo, desse modo, será dividido em dois subcapítulos de organização bastante similar. No primeiro subcapítulo, voltado a análise das representações de Menandro sobre os ávaros, será iniciado por uma retomada da narrativa de Menandro sobre o Qaghanato Ávaro, assunto que foi também brevemente abordado no subcapítulo 1.1. Após isso, serão abordadas as representações do autor em si e o papel do estereótipo cita nômade na construção deste quadro representativo. No final do subcapítulo, por sua vez, será abordado o papel da concepção metanarrativa de “dois olhos do mundo”, conforme explicado no subcapítulo 2.2 e sua função na composição de um quadro geral e de correlação entre os impérios iraniano e romano e suas respectivas relações com os qaghanatos ávaro e turco, assim como o também existente conflito entre ávaros e turcos.

Já o segundo subcapítulo será voltado para a análise das representações sobre os turcos. A organização do subcapítulo seguirá uma lógica bastante próxima a do subcapítulo anterior, com algumas pequenas alterações. Conforme o tópico anterior, se dará início por uma retomada da narrativa cronológica estabelecida por Menandro em sua *História*, diferente de como abordado no subcapítulo anterior, contudo, essa retomada a narrativa se dará de forma mais minuciosa, pois embora hajam menos fragmentos de Menandro sobre os turcos do que sobre os ávaros, Menandro apresenta informações mais detalhadas sobre os turcos. Em seguida, se voltará então para as representações de Menandro e a relação de suas representações com o

estereótipo *cita nômade* para, por fim, ser estabelecido em que ponto ávaros e turcos são relacionados e como a narrativa do autor de Constantinopla diferencia um grupo do outro.

3.1. A Hegemonia nômade do Danúbio: Menandro Protetor e os ávaros

Entre o fim do século IV e o início do século V, a Mongólia Exterior serviu como berço para o nascimento de mais uma grande confederação nômade¹. Sufocados pelos Tuoba Wei (também conhecido como a dinastia Wei do Norte), os rouran viriam a ascender nesse contexto como uma poderosa organização nômade, que não apenas conseguiu se opor aos estados sedentários e semi-nômades imediatos (os Tuoba Wei e a dinastia Song), como também foram responsáveis por estruturar as bases da organização política que se compreende como *qaghanato*. Foi Shelun o líder rouran responsável por fundar o Qaghanato Rouran, tomando para si o título de *qaghan* e nomeado *qiutoyifa kehan*, ou seja, “qaghan governante e que lidera a expansão”. Tendo unificado as dispersas tribos turcas, do Oeste, e mongóis, do Leste, Shelun reorganizou radicalmente a estrutura administrativa e militar da sociedade rouran ao estabelecer o sistema decimal (dividindo as populações em centenas e milhares), introduzir o registro obrigatório de guerreiros disponíveis e estabeleceu regras rígidas de comportamento em combate, assim como as penas que recorriam na violação dessas regras (KRADIN, 2005).

O Qaghanato Rouran perdurou por cerca de um século e meio, de 402 até 551-555², quando foi implodido por uma revolta liderada por Bumin, chefe do clã turco Ashina e responsável pela fundação do Primeiro Qaghanato Turco. Por sua vez, a implosão do Qaghanato Rouran colocou em moção uma série de grupos nômades da Ásia Central, gerando uma nova onda migratória direcionada para o Oeste. É nesse processo de destruição e consolidação de novas ordens políticas no espaço da Ásia Central que emergem os ávaros, fugitivos do Qaghanato Turco que migraram em direção à Europa.

¹ A primeira grande confederação nômade da Mongólia foi a confederação dos xiongnu. Os xiongnu eram originários do platô mongol e, entre os séculos III aEC e I EC, habitaram as estepes orientais. São considerados uma das primeiras grandes confederações nômades da história. Na metade século I, a confederação xiongnu foi dividida entre xiongnu do Norte e do Sul. Enquanto os xiongnu do Sul se submeteram como tributários da dinastia Han, o Norte permaneceu independente até seu colapso, na segunda metade do século I, causada por uma série de fatores que envolveram ações diretas e indiretas do governo Han (YÜ, 1990).

² Após terem sido derrotados pelos turcos em 551-552, os rouran sobreviventes se dividiram em dois grupos, um deles fugiu para os territórios do Wei Ocidental e o outro migrou para o Oeste. Devido à uma crescente troca de embaixadas entre as cortes turca e Wei Ocidental, em 555 o qaghan turco pediu ao imperador Wei para que matasse ou entregasse todos os rouran que fugiram para seu território e, como um favor, o imperador aceitou o pedido, prendendo o líder dos rouran e cerca de três mil sujeitos que, com exceção dos menores de 18 anos, foram decapitados. Por fim, os rouran que fugiram para o Oeste foram caçados pelas forças turcas (KARDARAS, 2018, p. 19).

A primeira menção aos ávaros dentro da cosmografia romana é creditada a Prisco de Pânio, que os menciona como a causa da migração de sabiros, saragures e onogures, ainda no contexto do século V. É somente na segunda metade do século VI, todavia, que os ávaros têm seu primeiro contato diplomático com o Império Romano do Oriente, quando estabelecidos ao norte do Cáucaso contataram os alanos, um grupo nômade de origem iraniana que possuía relações amigáveis com o Império Romano do Oriente. O relato sobre esse contato entre ávaros e alanos, e depois ávaros e romanos, foi imortalizado na narrativa de Menandro Protetor, que dedicou parte de sua *História* para as interações entre o Império Romano do Oriente e os ávaros, entre os anos de 558 e 581-582.

Este subcapítulo, por conseguinte, tem como objetivo analisar as representações de Menandro Protetor sobre os ávaros. Para isto será realizado, em um primeiro momento, um levantamento cronológico da narrativa de Menandro sobre os ávaros, de modo a retomar os eventos narrados pelo autor em sua *História*. Após retomar os eventos narrados por Menandro, será então realizada a análise das representações através de três vias interpretativas. Primeiro, serão apontadas características da representação de Menandro sobre os ávaros, para então abordar de que modo essas representações possuem relação com o estereótipo cita nômade, como estabelecido no subcapítulo 2.2. Então, em segundo, será apontado de que forma estas representações foram guiadas pela práxis diplomática romana e pelo próprio interesse do autor acerca da diplomacia romana para, por último, buscar entender como, através da ideia de “dois olhos do mundo”, Menandro Protetor relacionou turcos e ávaros dentro de sua narrativa.

A narrativa de Menandro sobre os ávaros tem como ponto de partida os anos de 557/558, no momento em que eles adentraram as estepes ao Norte do Cáucaso e tiveram contato com os alanos, uma tribo nômade aliada ao Império Romano do Oriente. Os ávaros, então, pediram para que o líder dos alanos, de nome Sarósio, colocasse-os em contato com os romanos. A primeira embaixada ávara a Constantinopla foi enviada em 558, e o emissário encarregado se chamava Kandikh. O enviado dos ávaros relatou ao imperador como seu povo era “a maior e mais poderosa das tribos” e que poderiam “facilmente esmagar e destruir todos que permanecessem em seu caminho” (MENANDRO, Fr. 5, 1), e então propôs uma aliança entre as partes, cuja finalidade era subjugar os inimigos dos romanos em troca de “presentes valiosos, pagamentos anuais e terras férteis para habitar” (MENANDRO, Fr. 5, 1). A aliança foi aprovada pelo imperador, que enviou aos ávaros os presentes prometidos e apontou o *spatharius* Valentino como embaixador romano aos ávaros (KARDARAS, 2018, p. 20; POHL, 2018, p. 22). De acordo com Menandro (Fr. 5, 2): “Quando Valentino chegou a seu destino, apresentou

seus presentes e entregou a mensagem do imperador, os ávaros haviam primeiro esmagado os onogures, então os zalos, uma tribo huno, e também destruíram os sabiros”.

Após isso, os ávaros invadiram o território dos eslavos *antes* e, sob recomendação de um aliado cutrigur, mataram o embaixador *ante* chamado Mezamer e então “devastaram e saquearam suas terras” (MENANDRO, Fr. 5, 3). Tendo eliminado os *antes*, os ávaros então enviaram até Constantinopla novos emissários com o objetivo de tratar sobre o território que seria seu novo lar. “Por conselho do general Justino, o imperador estava planejando assentar a tribo na terra que os hérulos habitaram anteriormente, que é chamada Panônia Segunda” (MENANDRO, Fr. 5, 4). Os ávaros, contudo, recusaram a oferta, pois estavam “relutantes em viver fora da Cítia”³.

De acordo com o autor, Justino teria feito amizade com um dos embaixadores ávaros chamado Kunimon⁴, que revelou ao general que os ávaros planejavam cruzar o Danúbio e lançar um ataque a Constantinopla com todas as suas forças. Nas palavras de Menandro: “Suas demandas eram muito modestas, e ao declarar sua boa-vontade para os romanos estavam usando sua razoabilidade como uma máscara para sua traição até que por estes meios tivessem cruzado o Danúbio” (MENANDRO, Fr. 5, 4). Com isso, Justiniano ordenou que Bono, um de seus comandantes, protegesse a fronteira do Danúbio. Além disso, também ordenou secretamente a Justino que privasse os emissários ávaros de suas armas e os atrasasse.

Depois disso, a hostilidade entre romanos e ávaros, que estava latente, irrompeu. Mas a causa em particular foi porque os ávaros não foram rapidamente liberados. Pois Baian havia demandado seu retorno a toda velocidade, mas já que o imperador sabia bem de seus planos, manipulou a situação de várias maneiras para mantê-los na capital (MENANDRO, Fr. 5, 4).

Após este episódio, os ávaros retornaram a Constantinopla somente após a coroação de Justino II, em 565, para “receber os presentes usuais que o antigo imperador, Justiniano, havia dado à sua tribo” (MENANDRO, Fr. 8). Após conseguirem uma audiência com o imperador, o embaixador ávaro fez um “discurso ambíguo, ora suplicando, ora ameaçando, pois pensaram que dessa forma conseguiriam amedrontar e intimidar o imperador e, como resultado, os romanos seriam compelidos à pagar tributo aos ávaros” (MENANDRO, Fr. 8). De acordo com o excerto de Menandro, todavia, a petição ávara não ocorreu como o esperado, já que Justino II, enraivecido pelas ameaças do embaixador ávaro, negou-lhes qualquer presente ou tributo:

³ É compreensível que os ávaros tenham se recusado a viver fora da Cítia ou terras que não possuíssem vastas extensões de pasto. Fora da pradaria, os ávaros não poderiam manter seu modo de vida de nômade, baseado na criação de gado e de rebanhos de cavalo.

⁴ De acordo com Ecaterina Lung (2005, p. 23), era uma prática comum do Império Romano do Oriente recrutar agentes duplos entre embaixadores estrangeiros e utilizá-los como espões.

“Partam, então, tendo comprado de nós um presente de maior valor – suas vidas – e tendo recebido, ao invés de ouro, um terror de nós que garantirá sua sobrevivência” (MENANDRO, Fr. 8).

É bastante possível que a reação negativa de Justino II tenha sido, também, devido à mudança na configuração política entre as tribos ao norte do Mar Negro e do Cáucaso, causada pela expansão e subjugação dos ávaros a outras tribos nômades e seminômades da região. De acordo com Giorgio Kardaras (2018, p. 25-26), o governo imperial romano tinha esperança de que os ávaros se tornariam poderosos aliados dos romanos, protegendo as estepes ao Norte do Mar Negro e do Cáucaso. A expansão ávara, contudo, enfraqueceu o sistema de alianças construído por Justiniano na região. Nas palavras de Kardaras (2018, p. 25): “Ao dizer aos ávaros que ‘não precisava deles’, o imperador Justino II sabia que ele, na verdade, não mais poderia contar com os ávaros para a defesa das fronteiras norte do Império”. O que se sabe ao certo, através de Teófanos de Bizâncio (Fr. 2), é que Justino II negou pagamento aos ávaros devido a aliança estabelecida com Ishtemi (Silzibul), qaghan yabghu da Região da Fronteira Ocidental do Qaghanato Turco.

Os emissários ávaros, deste modo, retornaram da corte romana de mãos vazias. Baian, contudo, sabia que não possuía força o suficiente para enfrentar os romanos abertamente e, por isso, voltou seus esforços militares para o Oeste, contra os francos da Austrásia⁵ liderados por Sigeberto I. Ao menos através dos fragmentos que sobreviveram, Menandro não narrou o conflito entre ávaros e francos, somente descreveu o momento em que concluíram a paz. O curto excerto de Menandro (Fr. 11) afirma:

Quando os ávaros e os francos fizeram um tratado e ratificaram a paz, Baian contou a Sigeberto, o líder dos francos, que seu exército estava sofrendo fome e que Sigeberto, como rei e nativo daquela terra, não deveria ignorar o pedido de um exército que era seu aliado. Ele [Baian] disse que se desse ao exército dos ávaros suprimentos para que recompusessem sua força, não permaneceriam lá por mais de três dias, e então partiriam. Quando essa mensagem foi enviada a Sigeberto, ele imediatamente enviou aos ávaros farinha, vegetais, ovelhas e gado.

Após concluir a paz com os francos de Sigeberto I, Baian se voltou para a Panônia. Menandro dedicou parte de sua narrativa para descrever a aliança estabelecida entre Baian e Alboíno, rei dos lombardos, que formaram a aliança com o intuito de destruírem os gépidas, cuja capital era a cidade de Sírmio. De acordo com o autor, o desejo de uma aliança partira de Alboíno que convenceu Baian afirmando que “caso se juntassem aos lombardos, seriam invencíveis, e quando tivessem aniquilado os gépidas, seriam juntos os mestres de suas riquezas

⁵ Apesar de terem sofrido uma derrota contra os francos na Turíngia em 562, foram vitoriosos em sua campanha de 565/566 (KARDARAS, 2018, p. 26-27).

e terras” e “quando esse sucesso tiver sido obtido, a própria Cítia e a Trácia estariam acessíveis para eles” (MENANDRO, Fr. 12, 1). O qaghan ávaro aceitou a proposta de aliança, mas somente após estabelecer seus próprios termos, “que os ávaros recebessem imediatamente um décimo de todo o gado que os lombardos possuísem e que, se eles prevalecessem, deveriam ficar com metade do saque e toda a terra dos gépidas” (MENANDRO, Fr. 12, 2).

A aliança ávaro-lombarda contra os gépidas marcou o início do processo de consolidação do Qaghanato Ávaro nas margens dos rios Sava e Danúbio. Ao saber da aliança, Cunimundo, rei dos gépidas, enviou ao imperador Justino II um pedido de socorro, tendo em vista que os gépidas eram federados do Império Romano do Oriente. O pedido, no entanto, fora negado em um primeiro momento, já que os lombardos conseguiram “persuadir o imperador a concordar que nenhum dos lados deveria receber ajuda romana” (MENANDRO, Fr. 12, 2).

O acordo foi sucedido pelo primeiro cerco a cidade de Sírmio, que voltou a ser controlada pelos romanos. Após algumas tentativas de invasão à cidade, Baian enviou emissários para discutir a paz, ordenando que lhe fosse entregue a cidade de Sírmio, assim como os gépidas fugitivos, que eram seus sujeitos “por direito de conquista” (MENANDRO, Fr. 12, 5). As negociações acabaram malsucedidas, e Baian, enfurecido por não ter recebido ouro ou presentes do general Bono, ordenou que seus sujeitos devastassem as terras romanas, dando a ordem para que “dez mil dos chamados cutrigures cruzassem o rio Sava e devastassem a terra em direção à Dalmácia” (MENANDRO, Fr. 12, 5) e, então, “cruzou o Danúbio com toda a força sob seu comando e se estabeleceu no território dos gépidas” (MENANDRO, Fr. 12, 5).

Com o fim da guerra entre ávaros, lombardos e gépidas, e a subsequente migração dos lombardos para a Itália em 568, os ávaros puderam estabelecer um poderoso qaghanato na Europa Central (KARDARAS, 2018, p. 28-29; POHL, 2018, p. 62-69). O conflito, portanto, culminou com o estabelecimento do Qaghanato Ávaro como hegemônico na Panônia, alterando drasticamente a balança de poder na região que, desde o fim da Confederação Huna de Átila (554), esteve em disputa por diversos grupos. A Panônia, por sua vez, ofereceu aos ávaros uma área apropriada (as Grandes Planícies Húngaras) para o seu principal meio de subsistência, a criação de gado, o que possibilitou aos ávaros manterem seu modo de vida nômade.

Em 568, novamente Baian enviou emissários a Constantinopla para discutir um tratado. O qaghan ordenou que Vitálio, intérprete romano da língua ávara, entregasse-lhe ouro para que não voltasse a pilhar as terras romanas durante o período de trégua, e recebeu do embaixador “não menos que oitocentas *nomismata* da prefeitura de Ilírico” (MENANDRO, Fr. 12, 6). Baian, então, enviou um novo embaixador chamado Targitius para que, junto com Vitálio, discutissem com Justino II a entrega de Sírmio, dos sujeitos gépidas refugiados e para que o

imperador pagasse aos ávaros um antigo tributo recebido por cutrigures e utigures (durante o governo de Justiniano), que Baian considerava seu por direito, já que era, naquele contexto, senhor de ambas as tribos. Justino II novamente recusou o pedido e dispensou os embaixadores ávaros, o que não impediu que os ávaros enviassem novas embaixadas⁶ pedindo o mesmo. Como uma forma de mediar o conflito, Justino II apontou Tibério como responsável por negociar um acordo com os ávaros (MENANDRO, Fr. 12, 7).

Após uma série de embaixadas malsucedidas, Baian enviou um emissário denominado Apsikh, que conseguiu entrar em consenso com Tibério. O acordo estipulado entre as partes permitiria aos ávaros que se assentassem em um território doado pelo Império Romano do Oriente, contanto que os filhos de algumas das lideranças ávaras fossem entregues como reféns. Justino II, no entanto, não concordou com a proposta:

Ele [o imperador] disse que somente faria paz se recebesse alguns dos filhos do líder ávaro como reféns. Tibério discordou, pois argumentou que, caso tomassem os filhos dos líderes entre os citas, era provável que, caso o qaghan desejasse quebrar os acordos, os pais dos reféns se negariam. Essa era a visão de Tibério, mas o imperador pensava diferente (MENANDRO, Fr. 15, 1).

A discordância entre o imperador e Tibério acabou por indeterminar a possibilidade de assentamento dos ávaros, e fez prevalecer a personalidade beligerante de Justino II, que nas palavras de Menandro (Fr. 15, 1) “estava indignado com seu general que estava atrasando a luta, e escreveu a ele dizendo que deveriam mostrar aos bárbaros que os romanos não se entregaram a uma vida de luxúria fácil, mas que estavam ansiosos para lutar e prontos para suportar a labuta”. O conflito aberto foi reestabelecido, e após uma derrota romana sob comando de Tibério, em 574, um novo acordo entre romanos e ávaros foi concluído (MENANDRO, Fr. 15, 5). Este foi, outrossim, o primeiro acordo em que os romanos aceitaram pagar um valor fixo anualmente aos ávaros, no valor de 80.000 moedas de ouro (KARDARAS, 2018, p. 33; POHL, 2018, p. 77-78)

A narrativa de Menandro retorna aos ávaros somente após a ascensão de Tibério como coimperador, quando os eslavos invadiram a Grécia após 578. De acordo com o autor, como Tibério não possuía os exércitos necessários para combater os eslavos (pois suas forças estavam no Leste combatendo os iranianos), buscou a ajuda de Baian para derrotar os invasores, que “neste momento não era hostil aos romanos e, na verdade, desde o início do reinado de Tibério

⁶ Para Kardaras (2018, p. 32), o principal objetivo dos ávaros neste contexto era o de entrar em uma aliança (*foedus*) com o Império Romano do Oriente através de negociações pacíficas ou do uso da força, de modo a pressionar o Império para que recebessem pagamentos anuais. As delegações enviadas neste contexto, entre 568 e 569, tinham, portanto, o objetivo de pressionar os romanos nesse sentido.

desejou ser amigável com nosso estado” (MENANDRO, Fr. 21). Com a ajuda de embarcações romanas, Baian e seu exército foram direcionados para os eslavos, “pensando em ganhar o favor do César e que ele encontraria a terra cheia de ouro...” (MENANDRO, Fr. 21).

O último evento narrado por Menandro sobre os ávaros em sua *História* foi o cerco de Sírmio, que ocorreu entre 579 e 582, nos anos finais de Tibério II. Em 579, Baian enviou Targitius, o emissário, até Constantinopla para receber o pagamento tributário de oito mil *nomismata* por ano (oitenta mil moedas de ouro). Após receber o pagamento e retornar para a corte ávara, Baian ordenou que suas tropas iniciassem a construção de uma ponte sobre o rio Sava, entre as cidades de Sírmio e Singiduno. Ao perceber a ação do qaghan ávaro, Sethus, o general encarregado por proteger Singiduno, contatou o qaghan afirmando que não permaneceria inerte perante a traição dos ávaros. Menandro (Fr. 25, 1) relata a resposta do qaghan ávaro ao general romano:

O qaghan respondeu que desejava construir uma ponte não com desígnios contrários aos romanos, mas para atacar os eslavos. Quando tivesse cruzado o rio e alcançado território romano, ele novamente cruzaria o Danúbio contra os eslavos caso o imperador romano tivesse um grande número de embarcações preparadas para seu atravessamento. Ele apontou que havia feito isso antes para agradecer ao imperador romano e teria liberado e retornado aos romanos dezenas de milhares de cativos do território romano que foram escravizados entre os eslavos. Agora, ele disse, ele teria sido ferido pelos eslavos que se recusaram a pagá-lo o tributo anual que lhe era devido e que teriam matado emissários ávaros enviados a eles. Por essas razões ele teria vindo até o Sava.

As autoridades romanas não acreditaram nas motivações do líder ávaro. Sem o poderio militar para enfrentá-lo diretamente, no entanto, os romanos pediram ao qaghan que fizesse um juramento em nome da verdade, e o qaghan assim o fez. Menandro Protetor descreve em detalhes o juramento de Baian, que desembainhou sua espada e “jurou o voto dos ávaros”, afirmando que, caso objetivasse trair os romanos, ele e todo o povo dos ávaros “deveriam ser destruídos pela espada, Céu e Deus nos céus deveria enviar fogo contra eles, as montanhas e as florestas os engalfinhar e o rio Sava transbordar suas margens e os afogar” (MENANDRO, Fr. 25, 1). Após isso, jurou também sob a Bíblia, “fingindo receber o livro com grande medo e reverência, jogou a si mesmo no chão e fervorosamente jurou por Deus” que não estaria mentindo.

Baian prontamente enviou um emissário para Constantinopla, pedindo ao imperador que preparasse as embarcações para que pudesse atacar os eslavos. Tibério, contudo, percebeu o plano do qaghan ávaro e contou ao emissário “que este não era um bom momento para os ávaros atacarem, já que os turcos estavam acampanados no Quersoneso e poderiam rapidamente ouvir que os ávaros atravessaram o Danúbio” (MENANDRO, Fr. 25, 2), na esperança de que

“confrontando-os com o medo dos turcos os desviariam de seu objetivo” (MENANDRO, Fr. 25, 2). Desconfiado das palavras do imperador, o emissário concordou em retornar ao qaghan, mas foi morto por eslavos no caminho.

O segundo embaixador enviado pelo qaghan nesse contexto, Solakh, revelou os planos de Baian “com uma completa falta de vergonha” (MENANDRO, Fr. 25, 2), nas palavras de Menandro. De acordo com o autor, o emissário ávaro ordenou que Tibério entregasse a cidade de Sírmio aos ávaros, já que a ponte construída por eles interceptaria qualquer suprimento. Mesmo sem a capacidade militar para defender Sírmio, Tibério recusou render a cidade e “enviou generais, condes e tribunos, alguns por Ilírico, alguns pela Dalmácia, para defender a cidade com o auxílio das tropas guarnecidas” (MENANDRO, Fr. 25, 2).

Na tentativa de alcançar um desfecho diplomático, Tibério enviou aos ávaros um emissário chamado Teógnis que acabou por, entre 581 e 582, negociar a capitulação de Sírmio aos ávaros. Nas palavras de Menandro Protetor (Fr. 27, 3):

Eles chegaram a um acordo, e a guerra encerrou nesses termos: que os romanos entregassem a cidade aos ávaros, e que os ávaros deixassem seus habitantes para os romanos, menos todas suas possessões. O qaghan também demandou o ouro dos três anos passados, que não foi pago como o usual (ele recebia por pegar em armas, o preço pela paz era cada ano cerca de oito mil *nomismata* em ouro), e também um de seus sujeitos que, como eu falei, fugiu para o Império Romano após ter cometido adultério com a esposa de Baian.

O cerco de Sírmio foi o último episódio narrado por Menandro Protetor acerca dos ávaros, e o ano de 582 coincide também com a morte de Tibério II e a ascensão de Maurício como regente do Império Romano do Oriente. A ocupação de Sírmio pelo Qaghanato Ávaro, por sua vez, marcou o fim das demandas ávaras por novos territórios, já que depois de conquistarem a cidade, deixaram de enviar emissários ao Império Romano do Oriente. De acordo com Kardaras (2018, p. 42), “após a morte de Tibério e Baian em 582, o escalonamento no conflito era inevitável já que tanto Maurício, que sucedeu a Tibério, e o novo qaghan, que seguia Baian, não eram a favor de soluções pacíficas para disputas”.

Abordada, então, a narrativa de Menandro sobre os ávaros, se dará início a análise de suas representações. Nesse sentido, Menandro Protetor possui opiniões bastante fortes sobre os ávaros que são, dentro de sua História, o grupo representado de forma mais negativa. Personificados através do qaghan Baian e os diversos emissários enviados por ele a Constantinopla, os ávaros são representados como gananciosos, pretenciosos, desleais, traiçoeiros e cruéis.

A primeira consideração que deve ser feita sobre as representações de Menandro acerca dos ávaros é o caráter de personalização presente em sua obra. Na *História* de Menandro, as

características que compõe um grupo são, por vezes, personificadas através de seus governantes ou figuras importantes, como é o caso dos diplomatas. Para os ávaros, essa personificação está nas figuras de Baian, o qaghan ávaro, e seus embaixadores Kandikh, Kunimon, Targitius e Solakh. O mesmo pode ser dito sobre outros grupos, como os romanos, personificados através dos imperadores Justiniano, Justino II e Tibério II, ou de embaixadores como Zacarias ou Pedro, o Patrício. Essa característica, desta forma, apresenta-se como um possível reflexo do caráter político e diplomático de sua *História*, ou seja, é através da caracterização das personagens de sua obra que Menandro atribui a etnicidade dos grupos. É também deste modo que o autor estabelece uma relação com o estereótipo *cita nômade*.

Como afirmado, os ávaros são representados como gananciosos, arrogantes, desleais e traiçoeiros, atributos que foram associadas a grupos considerados bárbaros com certa frequência dentro da cosmografia greco-romana. A primeira característica, a ganância, pode também ser associada ao pecado capital da avareza, e nesse sentido há bastante semelhança entre a palavra avareza em latim (*avaritia*) e o etnônimo ávaro, (*Ἀβάροι/Abaroi* em grego, *avaroi/abaro*i em latim). Em grego, Menandro (Fr. 8, linha 59) utiliza a palavra *πλεονεξία* (*pleonexia*) para descrever a ganância ou avareza dos ávaros. Contudo, boa parte da representação dos ávaros como gananciosos se demonstra na prática diplomática, onde Menandro, em seu discurso, reforça a necessidade dos ávaros em adquirir tributos e presentes dos imperadores romanos. O primeiro exemplo disso pode ser observado no excerto em que Menandro (Fr. 5, 1) os apresenta, quando entre 567 e 568 Kandikh foi enviado para Constantinopla para negociar com Justiniano: “Mas eles [os ávaros] só estariam bem-dispostos ao Estado Romano em troca dos presentes mais valiosos, pagamentos anuais e terras muito férteis para habitar”.

Já no excerto seguinte, após o imperador Justiniano considerar junto com o Senado a aliança com os ávaros: “Ele [Justiniano] imediatamente enviou os presentes: cordas elaboradas em ouro, sofás, vestuários de seda e muitos outros objetos que apaziguariam o espírito pretencioso dos ávaros” (Menandro, Fr. 5, 2). Por conseguinte, quando não estavam buscando tributos ou presentes (como é possível observar nos fragmentos 5, 8 e 12), procuravam obter seus recursos através da pilhagem e da espoliação. Ainda no fragmento 5, quando aborda o conflito dos ávaros com os grupos dos arredores da Cítia, Menandro relata que: “eles [os ávaros] pilharam a terra dos *antes* mais do que antes, levando prisioneiros e espólios sem descanso”. Já quando os ávaros foram convocados por Tibério para atacarem os eslavos que saquearam a Grécia, Menandro (Fr. 21) denota o interesse do qaghan: “pensando em ganhar o favor do César

e que ele encontraria a terra cheia de ouro, já que o Império Romano há muito tempo vinha sendo saqueado pelos eslavos, cuja própria terra nunca havia sido pilhada por outros povos”.

Representar os ávaros como gananciosos não é uma característica única de Menandro, já que outros autores da Antiguidade Tardia atribuíram a ganância a grupos nômades da mesma forma. A suposta ganância destes grupos, todavia, é uma consequência da própria forma como as confederações nômades ou os qaghanatos se organizavam, pois dependiam de tributos ou espólios de sujeitos ou vizinhos sedentários para assegurar a lealdade das lideranças tribais e assegurar, dessa forma, a coerência interna da organização. A distribuição de bens de prestígio (como os presentes que Justiniano enviara aos ávaros) e dos espólios aos sujeitos do qaghan, portanto, garantiam a ele a lealdade de seus sujeitos dentro da chamada “economia de prestígio”⁷. Nas palavras de Kardaras (2018, p. 32): “O fluxo constante de riquezas de um ‘estado predatório’ rendia lucrativa a ocupação de guerreiros e prevenia agitações sociais”. Ainda sobre a organização do qaghanato, Nikolay Kradin (ao se referir ao Qaghanato Rouran) argumenta que uma das principais bases dessa organização era a exploração externa. Em suas palavras (KRADIN, 2005, p. 154):

2. A base para a existência do qaghanato era a exploração externa. Durante seus períodos de força, os rouran praticavam a então chamada exploração distante, ou seja, seguia a política de invasões alternadas na China com exploração. Eles também saqueavam os estados da Ásia Interior e os oásis da Ásia Central com o objetivo de ganhar controle sobre as rotas comerciais que levavam ao Oeste, assim como pilhavam seus vizinhos.

Neste sentido, não apenas os ávaros, mas outros grupos como cutrigures, utigures, búlgaros e os próprios hunos, também possuíam uma política de alternância entre a rapina e a extorsão por tributos. Um bom exemplo disso foi a política de Átila, rei dos hunos, em relação ao Império Romano do Oriente quando, após invadir e saquear os Balcãs entre 440 e 447, conseguiu um acordo com Teodósio II que garantiu à Confederação Huna o recebimento de 6000 peças de ouro anuais (PRISCO, Fr. 2).

Quanto à pretensiosidade ou arrogância dos ávaros, ela pode ser observada em um primeiro momento no fragmento em que Menandro apresenta os ávaros, através da fala de Kandikh a Justiniano: “Os ávaros eram invencíveis e poderiam facilmente esmagar e destruir todos que se pusessem em seu caminho. O imperador deveria fazer uma aliança com eles e aproveitar sua proteção eficiente” (MENANDRO, Fr. 5, 1). No excerto seguinte, Menandro

⁷ A economia de prestígio é uma forma de economia baseada na distribuição de bens entre lideranças menores das confederações, qaghanatos ou organizações tribais. Desta forma, o chefe, líder ou qaghan distribuía os bens adquiridos (através do comércio, do saque, de tributos, etc) entre as lideranças menores como forma de garantir a lealdade de seus sujeitos (KRADIN, 2007).

afirma que os presentes enviados por Justiniano aos ávaros serviriam para “apaziguar o espírito pretencioso (ἀλαζών/*alazôn*) dos ávaros”. Em outro momento, após Tibério ser derrotado pelas forças ávaras em 574, o qaghan enviou ao general romano uma carta que dizia: “Porquê, pergunto a vocês, quando estavam enfraquecidos por baixos números comparados aos dos ávaros e citas, vocês ousaram lutar? Vocês não têm escritos e registros de onde podem ler e aprender que as tribos dos citas são impossíveis de derrotar e conquistar?”.

A agressividade discursiva dos ávaros, associada à sua pretensiosidade ou arrogância, se encontra presente também no discurso ambíguo feito pelo embaixador ávaro a Justino II. Menandro relata que o embaixador ávaro utilizou as seguintes palavras:

É certo, ó Imperador, que ao herdar a soberania de seu pai, você deve trazer benefícios aos amigos dele assim como seu pai fez, e que, ao não alterar nada do que ele realizou em vida, você deve demonstrar ser verdadeiramente seu sucessor agora que ele está morto. Da mesma forma, nós também manteremos a mesma atitude e com a mesma boa vontade falaremos da sua generosidade, chamando-o de nosso benfeitor. Além disso, se formos tratados com generosidade, teremos vergonha de não igualar suas ações com ações iguais. Quando seu pai nos esbanjou presentes, retribuimos não invadindo o território romano, embora possamos fazê-lo realizando ainda mais. Pois destruimos os bárbaros vizinhos que continuamente assolam a Trácia, e nenhum dos que sobreviveram ultrapassou as fronteiras dos trácios, pois temem o poder dos ávaros que são amigos do Império Romano. Acreditamos, portanto, que a única inovação que fará em relação a nós será a de nos pagar mais do que seu pagou, o que nos vinculará mais intimamente a você do que a ele, já que lhe devemos um maior agradecimento. Viemos para receber nossos presentes habituais. Pois você deve estar ciente de que nosso líder pode ser um bom amigo seu e do estado romano, a menos que primeiro receba aquilo que o precede de atacar os romanos.

O mais notável dos atributos associados aos ávaros por Menandro, contudo, é a deslealdade, visível especialmente no episódio da capitulação da cidade de Sirmio. A deslealdade dos ávaros, por sua vez, é acompanhada por uma espécie de aversão às condutas diplomáticas, o quê em parte parece justificar a percepção negativa de Menandro. O primeiro evento citado por Menandro (Fr. 5, 3) nesse sentido foi o assassinato do embaixador *ante* Mezamer, em que narra:

“Este homem [Mezamer] é o mais poderoso entre os antes e é capaz de resistir quaisquer inimigos. Matem-no e então serão capazes de invadir as terras do inimigo sem medo”. Persuadidos por isso os ávaros mataram Mezamer, desdenhando a imunidade dos embaixadores e não levando em conta a lei.

No excerto seguinte, Menandro apresenta novas evidências para a atestada deslealdade dos ávaros. De acordo com o autor, o general Justino fez amizade com um emissário ávaro chamado Kunimon, que revelou ao general que os ávaros planejavam atravessar o Danúbio e invadir Constantinopla. Como Menandro (Fr. 5, 4) afirmou, em um fragmento já mencionado, “Suas demandas eram muito modestas, e ao declarar sua boa-vontade para os romanos estavam

usando sua razoabilidade como uma máscara para sua traição até que por estes meios tivessem cruzado o Danúbio”.

No Fragmento 12, Menandro narra outro momento em que Baian age contra as normas diplomáticas, agora no contexto da invasão ávaro-lombarda à Panônia, cujo intuito era conquistar os gépidas. O autor narra:

Quando Baian, o líder dos ávaros, tinha a intenção de sitiá-lo, ele acorrentou Vitálio, o intérprete, e Comita. O imperador Justino havia enviado ambos os homens para requisitar a discussão de certos assuntos com eles. Ele [Baian] aprisionou-os em contravenção ao universalmente reconhecido direito dos embaixadores (MENANDRO, Fr. 12, 4).

O momento chave no que diz respeito à deslealdade dos ávaros, todavia, foi o cerco de Sírmio entre 580 e 582, em um contexto de trégua entre o Qaghanato Ávaro e o Império Romano do Oriente. Como já explicado, Tibério, ainda enquanto general, estabeleceu uma trégua com os ávaros em 574, no entanto, em 579, já durante seu governo, os exércitos de Baian iniciaram a construção de uma ponte sobre o rio Sava, entre as cidades de Singiduno e Sírmio. O general romano estacionado em Singiduno, Sethus, ao perceber os objetivos de Baian, enviou a ele um mensageiro questionando suas intenções, Menandro relata que “perguntou a ele [Baian] qual seu propósito em vir até o rio Sava enquanto havia uma paz firme e amizade entre ele e os romanos. Também disse que se tentassem construir a ponte sobre o rio sem a permissão do imperador, ele não permaneceria parado”. O qaghan, por sua vez, respondeu dizendo que “ele desejava construir a ponte não com desígnios contrários aos romanos, mas de modo a atacar os eslavos” (MENANDRO, Fr. 25, 1).

Por conseguinte, Baian deu diversas justificativas para a construção da ponte sobre o rio Sava e, inclusive, “disse que estava pronto para jurar os juramentos que eram mais fortes entre os romanos e os ávaros, que não estava planejando qualquer mal aos romanos ou à cidade de Sírmio, mas que desejava construir a ponte para atacar o povo eslavo” (MENANDRO, Fr. 25, 1). Embora as autoridades romanas não tenham dado crédito as palavras do qaghan ávaro, sabiam que não poderiam agir diretamente contra ele, já que os exércitos romanos estavam lutando uma guerra contra o Irã no Leste. Baian, por sua vez, buscou ainda inverter o discurso, afirmando que a agência dos ávaros na construção da ponte sobre o Sava estava “nos termos da paz com os romanos e que ele não cessaria a construção da ponte já que estava atuando contra os eslavos, inimigos tanto dele quanto dos romanos” e “se qualquer romano ousasse lançar uma arma contra aqueles que construía a ponte, deviam deixar claro que foram os primeiros a quebrar o tratado, já que como resultado provocaram o povo dos ávaros à guerra” (MENANDRO, Fr. 25, 1).

A deslealdade do qaghan, na visão de Menandro, é acentuada ainda mais após o juramento realizado pelo qaghan, descrito de forma bastante detalhada pelo autor:

Tendo estes medos, as autoridades de Singiduno pediram a Baian para jurar os juramentos. Ele imediatamente sacou sua espada e jurou o juramento dos ávaros, invocando contra si e todo o povo dos ávaros as sanções que, se ele planejasse construir a ponte sobre o Sava por qualquer desígnio contra os romanos, ele e toda a tribo dos ávaros deveriam ser destruídos pela espada, Céu e Deus nos céus deveriam enviar fogo contra eles, as montanhas e florestas e os engalfinhar e o rio Sava inundaria suas margens e os afogar. Esse foi o juramento bárbaro proferido pelo qaghan. “Agora”, ele disse, “Desejo professor os juramentos romanos”, e ele também perguntou o que eles consideravam ser uma garantia segura e vinculativa de que se alguém que jurasse quebrasse seu juramento, não escaparia da ira de Deus. O arcebispo de Singiduno, através daqueles que atuavam como intermediários, imediatamente proferiu a ele os livros sagrados. Ele, escondendo seu intento traiçoeiramente, levantou de seu trono e fingiu receber os livros com grande medo e reverência, jogou a si mesmo no chão e ferventemente jurou pelo Deus que havia dito as palavras no pergaminho sagrado que nada que ele havia dito era mentira. Então Sethus recebeu seus emissários e os enviou para o imperador Tibério na capital (MENANDRO, Fr. 25, 1).

Após esse acontecimento, como já abordado, Baian enviou o emissário Solakh até Constantinopla, ordenando a capitulação de Sirmio. Embora os romanos tenham resistido por cerca de dois anos, a cidade acabou por capitular em 582, entregando a cidade ao qaghan ávaro. Dada a importância da diplomacia dentro da obra de Menandro, não é de se espantar que o autor possua uma percepção negativa sobre os ávaros que, em diversos momentos, quebraram acordos ou normas diplomáticas previamente estabelecidas. A percepção negativa e as fortes opiniões do autor sobre os ávaros, contudo, não são as únicas razões para o quadro representativo que pintou dos ávaros, há ainda dois outros fatores que contribuíram para esta representação: o estereótipo cita nômade e o modelo interpretativo de “dois olhos do mundo”, de onde advém a comparação e a relação entre ávaros e turcos.

Das três características que compõe o estereótipo cita nômade, geografia (Cítia), modo de vida (nomadismo) e costumes exóticos ou exotizados, é possível depreender duas delas dentro da narrativa de Menandro Protetor quanto aos ávaros. É compreensível que Menandro não tenha buscado descrever os ávaros etnograficamente, já que este não era o estilo de narrativa adotado do autor, que dedicou sua obra a explorar principalmente as relações diplomáticas entre o Império Romano e outros grupos. Contudo, é importante mencionar que quando Menandro aborda a viagem do embaixador romano Zemarco aos Montes Altaicos para encontrar o qaghan yabghu turco, descreveu alguns costumes e hábitos turcos, mas em um contexto bastante distinto, e que será abordado no subcapítulo seguinte.

O primeiro ponto, a geografia, é evidenciado em alguns momentos da obra de Menandro. Quando ele relata a fuga dos ávaros (Fr. 5), Menandro apenas afirma que fugiram e

destruíram possessões turcas, e quando aborda o primeiro contato entre ávaros e romanos, não aborda diretamente de onde vieram nem onde estavam, mas cita os alanos, um grupo nômade de origem iraniana que habitava as estepes do Cáucaso e que eram já bem conhecidos entre os romanos, tendo sido até mesmo representados na *Res Gestae* de Amiano Marcelino⁸.

No decorrer do texto, no entanto, o autor de Constantinopla faz algumas associações entre a Cítia, os citas e os ávaros. A primeira delas é quando Justiniano oferece para estabelecer os ávaros na província de Panônia Segunda, que negaram a proposta porque “[...] estavam relutantes em viver fora da Cítia, pois, eu suponho, eram muito apegados ao lugar” (MENANDRO, Fr. 5, 4). Em outros momentos, foram associados diretamente ao etnônimo cita, como quando Tibério buscou com Justino II utilizar os filhos dos aristocratas ávaros como reféns para garantir que o tratado entre as partes perdurasse, as palavras utilizadas por Menandro (Fr. 15) foram “os líderes entre os citas”. E, ainda, quando Baian enviou a Tibério, após sua vitória, a mensagem pretenciosa já citada: “Por que, pergunto a vocês, quando estavam enfraquecidos por baixos números comparados aos dos ávaros e citas, vocês ousaram lutar? Vocês não têm escritos e registros de onde possam ler e aprender que as tribos dos citas são impossíveis de derrotar e conquistar?” (MENANDRO, Fr. 15, 3).

É importante ressaltar que no fragmento acima, Baian parece diferenciar os ávaros dos citas em um primeiro momento, embora logo após, quando afirma de forma generalizada que “as tribos dos citas são impossíveis de derrotar e conquistar”, pareça colocar todos os grupos sob o mesmo etnônimo. Nesse sentido, é evidente que o discurso de Baian não é “puro”, mas um reflexo da própria representação de Menandro Protetor, já que o etnônimo cita foi utilizado por diversos autores como um termo geral para descrever grupos nômades, especialmente aqueles que habitavam a Cítia. A ambiguidade entre a utilização do etnônimo cita e o etnônimo específico do grupo em questão, neste caso os ávaros, é algo comum entre autores da Antiguidade Tardia, que por vezes especificavam e por vezes generalizavam o uso dos etnônimos. Prisco de Pânio, por exemplo, fez o mesmo entre os etnônimos huno e cita (OLIVEIRA, 2018), embora Menandro seja muito mais “modernista” nesse sentido, preferindo utilizar etnônimos contemporâneos.

⁸ Amiano Marcelino (*História*, XXXI, 2, 18) relata sobre os alanos: “[...] os alanos (cujos vários povos são desnecessários agora numerar) são divididos entre duas partes da terra, embora amplamente divididos uns dos outros e vagando por vastas extensões, como nômades fazem, ainda no curso do tempo eles se uniram sob um nome, e são, no geral, todos chamados de alanos devido à similaridade em seus costumes, seu modo selvagem de vida e suas armas. Pois eles não têm cabanas e nem se importam em usar a enxada, mas vivem sobre a carne e em abundância de leite, e vagam em carroças, que são cobertas por copas arredondadas de casca e conduzidas por territórios sem fronteira. E quando chegam a um lugar rico em grama, posicionam suas carretas em círculos e se alimentam como bestas selvagens”.

A associação entre os ávaros e a Cítia, outrossim, traz atrelada a si toda a concepção etnogeográfica refletida no caráter do qaghan ávaro Baian e seus diplomatas. A Cítia, como extremo norte da *oikoumene*, é o lugar do excesso, da ignorância e da intemperança, o que em partes justifica o caráter deceptivo e traiçoeiro dos ávaros. A desconfiança romana quanto aos ávaros também é um fator diretamente relacionado ao seu modo de vida nômade, a segunda característica do estereótipo cita nômade. Há somente um momento, dentre os excertos sobreviventes, em que Menandro atrela direta e explicitamente os ávaros ao nomadismo, através das palavras de Justino II para o embaixador ávaro Targites, que alerta: “A guerra, em vez da paz, beneficiará os romanos. É mais doloroso ser amigo dos ávaros – nômades e estrangeiros (νομάδων τε καὶ ἐπηλύδων/*nomadôn te kai epêludon*) – do que seus inimigos, pois sua amizade é traiçoeira” (MENANDRO, Fr. 12, 6).

Não é difícil, desse modo, traçar um comparativo entre o que fora afirmado por Menandro sobre os ávaros e as representações de outros autores da Antiguidade sobre grupos nômades. Quando Menandro reafirma que os ávaros descumpriram o direito dos embaixadores, tanto ao matar Mezamer quanto ao prender os emissários romanos, está corroborando com a concepção do estereótipo. Heródoto (*História*, IV, 106), por exemplo, afirma que “Os andrófagos são, de todos os homens, os mais selvagens em modo de vida. Não conhecem justiça nem obedecem a leis. São nômades, vestem-se como citas, mas falam uma língua própria”, cerca de nove séculos depois, Amiano Marcelino (*História*, XXXI, 2, 11) relatava sobre os hunos:

Como bestas irracionais, são totalmente ignorantes sobre a diferença entre certo e errado. São traiçoeiros e ambíguos na fala, nunca limitados por qualquer reverência a religião ou superstição. Queimam com uma sede infinita por ouro, e são tão inconstantes e propensos a raiva que, com frequência, brigam com seus aliados sem provocação, mais de uma vez no mesmo dia, e fazem amizade com eles no mesmo sem qualquer mediação.

Nas palavras de Maas (2018, p. 27): “Através da falta de leis, justiça e instituições estáveis, nômades da estepe eram o antítipo da civilização urbana celebrada por gregos e romanos”. A *História* de Menandro, nesse sentido, corrobora para a construção desse ideal de antítipo entre romanos e ávaros, já que reforçou por diversas vezes não apenas a avareza ou o caráter deceptivo dos ávaros, mas também sua aversão ou desrespeito as normas e condutas que o trato diplomático requeria. É nesse sentido que o estereótipo pode também agir a nível prático e não apenas no âmbito da narrativa textual. A construção de uma narrativa de vilanização dos ávaros pode ter auxiliado os romanos em sua guerra, afinal de contas, como se negocia com o inegociável? Ou, ainda, como se firmam acordos com aqueles que não os cumprem e ainda

prestam juramentos em falso? Neste sentido, também, até que ponto o financiamento de Maurício à obra de Menandro não tenha tido como um dos propósitos a construção de uma narrativa que ajudasse o imperador a justificar sua cansativa guerra contra os ávaros? Infelizmente, devido ao caráter fragmentário da obra de Menandro e as poucas informações sobre o autor que chegaram à contemporaneidade, são perguntas que devem permanecer não-respondidas. Dentro das possibilidades, no entanto, é possível estabelecer alguma relação sobre o que foi questionado.

É creditado a Maurício, por exemplo, a obra *Strategikon*, que como já abordado, serviu como um manual tático para os exércitos romanos. No *Strategikon* de Maurício, por sua vez, há certa semelhança entre a construção representativa de Menandro sobre os ávaros e as afirmações do manual tático, que afirma que “Os ávaros, em sua parte, são canalhas, desonestos e muito experientes militarmente” (STRATEGIKON, 31, 2). O *Strategikon* também afirma sobre os ávaros:

São muito supersticiosos, traiçoeiros, sujos, infiéis e possuem um desejo insaciável por riquezas. Eles desprezam seus juramentos, não respeitam acordos e não ficam satisfeitos com presentes. Mesmo antes de aceitarem o presente, eles fazem planos de traição de seus acordos. Eles são espertos em estimar oportunidades adequadas para isso e tomar vantagem sobre (*Strategikon*, 11, 2).

É desse modo que a representação de Menandro se mostra como um reflexo tanto do valor que o autor dá para a diplomacia quanto da própria práxis diplomática do Império Romano do Oriente, o que ajuda a explicar porque há uma disparidade tão grande entre as representações construídas sobre os ávaros e sobre os turcos dentro de sua *História*. Desde o primeiro contato dos ávaros com os romanos, em 567-568, até a deposição de Maurício Tibério em 602, as relações do Império Romano do Oriente com o Qaghanato Ávaro, principalmente após o estabelecimento do qaghanato na Panônia, foram marcadas por um crescente clima de tensão e um escalonamento nos conflitos. Embora o primeiro contato tenha sido amigável, muito graças à política externa de Justiniano, o caráter belicoso de Justino II e sua crença de que o pagamento de tributos era uma demonstração de fraqueza por parte do Império, inevitavelmente, levou os romanos a um conflito aberto com os ávaros, que além de insistentemente enviarem embaixadas pedindo presentes, enfureceram o imperador com um “discurso ambíguo, ora suplicando, ora ameaçando”, como afirmou Menandro (Fr. 8).

Apesar de um relativo período de paz e até mesmo cooperação nos primeiros anos de governo de Tibério, o cerco a cidade de Sírmio por parte dos ávaros em 580 levou a um novo escalonamento nos conflitos. A cidade de Sírmio foi capitulada entre 581 e 582, ano que também marcou a morte de Tibério II e a ascensão de Maurício ao trono imperial. Desde o

início de seu governo, Maurício foi diplomaticamente pressionado pelos ávaros que, em 583, demandaram um aumento nos tributos recebidos, pedido que foi negado por Maurício e que levou ao rompimento da trégua por parte do Qaghanato Ávaro, que passou a realizar incursões ao território romano entre 583 e 584. O governo de Maurício foi, dessa forma, do início ao fim, marcado por um quase incessante conflito com os ávaros que, como explorado no subcapítulo 1.2, levou à deposição do imperador em 602.

Através do que foi apresentado sobre a *História* de Menandro, não é difícil depreender a possível razão para as fortes opiniões negativas de Menandro sobre os ávaros. Se o estereótipo estabeleceu as bases para a representação dos nômades ávaros, a experiência prática da diplomacia romana e a importância que Menandro dá ao tema em sua obra serviram apenas para reforçar uma percepção que, já em sua origem, era repleta de concepções negativas, e que em um sentido prático, serviam como justificativa para ações retaliatórias ou para a instauração do caos entre relações tribais na estepe. De acordo com Maas (2018, p. 25):

Romanos entendiam como presentes funcionavam dentro das comunidades da estepe para ajudar chefes a estabelecer seu poder e tomar controle. Em geral, romanos usaram a prática para sua própria vantagem, ao colocar grupos nômades uns contra os outros, criando alianças benéficas, protelando invasões ou para alcançar alguma outra finalidade útil.

Há, ainda, uma última questão a ser abordada sobre as representações de Menandro acerca dos ávaros: a concepção romano-iraniana de “dois olhos do mundo”, uma concepção metanarrativa advinda das interações diplomáticas romano-iranianas que interpretava o Império Romano do Oriente e a Terra do Irã como “dois olhos” ou “lâmpadas” do mundo, ou seja, dois impérios que mantinham o balanço da Eurásia, mantendo em xeque o avanço dos bárbaros que vinham do Norte (nômades). Diferente, no entanto, das ideias apresentadas até então, a concepção de “dois olhos do mundo” parece não inferir qualidades positivas ou negativas aos dois grupos, mas serve a um propósito metanarrativo, como um modelo interpretativo de mundo que coloca turcos e ávaros em relação direta e em oposição aos dois verdadeiros olhos do mundo, o Império Romano do Oriente e a Terra do Irã.

Essa relação entre turcos e ávaros, por sua vez, é estabelecida já na primeira menção que o autor faz de ambos os grupos. No excerto, Menandro (Fr. 4, 2) afirma:

Quando Silzíbulo, líder dos turcos, descobriu sobre a fuga dos ávaros e o dano que causaram às possessões turcas ao partirem, como é naturalmente o caso com bárbaros, ele orgulhosamente declarou, “Eles não são pássaros para que possam tomar o céu e escapar da lâmina dos turcos, nem são peixes para que possam tomar a água e se esconder nas profundezas do mar; mas devem viajar por terra. Quando eu tiver encerrado minha guerra com os heftalitas, devo atacar os ávaros, e eles não escaparão do meu poder”.

O fragmento deixa bastante explícito a relação conflituosa entre ávaros e turcos, um tema que é retomado por Menandro em outros momentos de sua narrativa⁹. É muito possível que Menandro tenha buscado, conscientemente, colocá-los em relação desde o início, ao mesmo tempo em que contrapõe um grupo ao outro.

Nesse sentido, a cosmovisão de “dois olhos do mundo” também possui uma relação direta com a práxis diplomática abordada até então, já que foi construída através da prática diplomática entre os impérios do Irã e de Roma, que culminou na sacralização e na formalização das interações diplomáticas entre as duas partes. Como apontado por Canepa (2009, p. 123-124), foi através da extensão de imagens cósmicas, metáforas somáticas e designações familiares presentes em expressões nativas das línguas grega e persa que os impérios articularam sua relação. Foi através desta construção discursiva sacral, religiosa e neutra entre ambas as cortes que se produziu a designação de “duas luzes”, “dois olhos” ou “dois mundos”, criados desde o início dos tempos para “governar a criação, a única fonte de verdadeira legitimidade política e os guardiões da civilização” (CANEPA, 2009, p. 124). É possível observar a utilização deste discurso sacral também dentro da narrativa de Menandro, quando o autor aborda as negociações dos emissários de Justiniano e Cosroes I sobre a Lazica entre 561 e 562, por exemplo.

A carta de ratificação do imperador romano, carregando a usual superscrição, é bem conhecida a nós. A carta do rei persa foi escrita em persa e a seguinte é uma tradução grega: “O divino, bom, pai da paz, ancião Cosroes, rei dos reis, afortunado, pio e beneficente, gigante dos gigantes, formado na imagem dos deuses, para Justiniano César, nosso irmão” (MENANDRO, Fr. 6, 1).

Por conseguinte, ávaros e turcos são alocados nesta metanarrativa enquanto antagonistas aos dois olhos que observam e protegem “o mundo civilizado”. Como abordado no subcapítulo 1.2, a formalização das interações diplomáticas romano-iranianas teve um avanço considerável principalmente no século V, quando ambos os impérios sofriam grande pressão externa em suas respectivas fronteiras norte (BLOCKLEY, 1985, p. 17). Enquanto o Império Romano se via pressionado principalmente pelos hunos, que conseguiram estabelecer uma confederação nômade e multiétnica hegemônica no norte do Danúbio, o Irã viu suas fronteiras norte e oriental pressionadas por diversos grupos nômades, mas em especial pelo Reino Heftalita, também chamados de “hunos brancos” (*sveta huna*). A Confederação Huna (conforme abordada no subcapítulo 1.1) fragmentou-se na segunda metade do século V, dando origem a uma gigante disputa nos Balcãs e nos entornos do rio Danúbio até que, na segunda metade do século VI, o

⁹ Durante o contexto da ida do embaixador romano Valentino aos Montes Altaicos, o novo chefe turco, Turxath, reafirma que os ávaros (ou varconitas, como os chama) são seus escravos (MENANDRO, Fr. 10, 3).

Qaghanato Ávaro conseguiu estabelecer um novo poderio na região. Os heftalitas, por sua vez, estabeleceram-se por volta de 440 na região do Tocaristão, ao nordeste do Irã, e só foram derrotados em 560 por uma aliança entre o Qaghanato Turco e a Terra do Irã. Turcos e ávaros, deste modo, acabaram por suceder, no século VI, as antigas organizações hunas e heftalitas em seus respectivos espaços.

Dessa forma, Menandro representa ávaros e turcos como, respectivamente, adversários dos romanos e dos iranianos. Sobre os ávaros, é evidente através do que foi apresentado até o momento, desde as opiniões negativas do autor sobre o grupo até as motivações do qaghan ávaro em estabelecer seu qaghanato na região ao norte do rio Danúbio. Já sobre os turcos, Menandro abre sua reflexão sobre eles relatando acerca do incidente diplomático entre o qaghanato e a Terra do Irã, quando Cosroes I ordena que seja queimada a seda oferecida pelos comerciantes sogdianos e depois envenena os emissários turcos, dando início a uma guerra (MENANDRO, Fr. 10, 1).

É através destes modelos interpretativos de mundo que a etnicidade fictiva age. A cosmovisão de “dois olhos do mundo” busca, dessa forma, explicar e dar sentido ao mundo, e como narrativa hegemônica, ou metanarrativa, impõe as etnicidades aos grupos étnicos que busca representar. É por esta razão que ávaros e turcos são, para fins narrativos, *citas*, do mesmo modo que hunos e heftalitas foram antes deles, e é através dessa ligação quase ontológica entre os grupos nômades da estepe que a narrativa de Menandro Protetor relaciona turcos e ávaros, com suas respectivas especificidades, do mesmo modo que relaciona romanos e iranianos.

Conforme apresentado neste subcapítulo, os ávaros são o grupo representado de forma mais negativa dentro da *História* de Menandro. Seu líder Baian, assim como seus embaixadores, foram representados como intrinsecamente bárbaros: são cruéis, despreziosos, gananciosos e traiçoeiros, que em todo momento buscaram apunhalar o Império Romano do Oriente e abusar da “boa vontade” dos romanos. Em praticamente todos os excertos em que os ávaros estão presentes, há ao menos um atributo depreciativo associado a eles, mesmo quando em contextos em que o Qaghanato Ávaro esteve alinhado aos interesses do Império Romano do Oriente, como é o caso do acordo entre Tibério e Baian de 578, que visava a eliminação da ameaça eslava. Para Menandro, as motivações do qaghan eram evidentes: guiado pela ganância, buscou obter mais riquezas.

Por conseguinte, as representações de Menandro se apresentam como um reflexo direto da práxis diplomática romana e da importância que o autor dá a diplomacia em seus fragmentos. Como abordado no subcapítulo 2.1, as relações externas romanas foram o tema principal da obra de Menandro, e como afirmado por Blockley (1985, p. 16), é “óbvio em cada página” a

importância dada ao tema, já que foi, até o seu contexto, o historiador que mais deu ênfase as formas e conteúdos da atividade diplomática. As estratégias de sobrevivência e manutenção do qaghanato, alinhados ao conflito praticamente incessante entre ávaros e romanos, resultados destas mesmas estratégias, mas também da forma como os imperadores optaram por lidar com os recém chegados nômades, certamente influenciaram o autor a representar os ávaros da forma como o fez.

Ademais, os ávaros não estavam isolados em sua narrativa e possuíam, dentro da *História* de Menandro, uma relação direta com outro grupo nômade de grande importância para o contexto: o Qaghanato Turco. Apresentados relacionados já desde um primeiro momento em seu texto, há uma relação intrínseca entre os dois grupos, que pode ser analisada através da ótica imperial romano-iraniano de “dois olhos do mundo”, uma concepção metanarrativa que não apenas explicava o mundo, mas também caracterizava e alocava estes grupos em seus respectivos espaços, diretamente os opondo as duas lâmpadas do mundo: Roma e Irã. Para que se possa abordar esta perspectiva em maiores detalhes, é necessário, no entanto, que se analisem as representações de Menandro sobre os turcos, tema do próximo subcapítulo.

3.2. O Império das Estepes: Menandro Protetor e o Qaghanato Turco

Após uma bem-sucedida rebelião contra o Qaghanato Rouran, em 551, os turcos liderados por Bumin Qaghan e seu irmão Ishtemi Qaghan, membros do clã turco Ashina, conseguiram estabelecer um vasto império nas estepes que ficou conhecido como o Primeiro Qaghanato Turco. Um ano após derrotar os rouran e tomar o controle do qaghanato, Bumin Qaghan morre e o trono é assumido por Issik Qaghan, seu filho mais velho, e depois Muqan Qaghan, seu segundo filho. Sob a liderança de Muqan, os turcos conquistaram o Reino Heftalita e submeteram diversas outras tribos nômades da estepe, como os quirguizes.

São, desse modo, Bumin e Ishtemi os ancestrais fundadores do poderoso Qaghanato Turco, fato atestado pela Inscrição de Orcom, um monumento erigido em 672 pelo qaghan turco Yulug Tigin, na região do Vale Orcom na Mongólia, em homenagem aos qaghans Bilga Qaghan (683 – 734) e Kul-Tegin (684 – 731), do Segundo Qaghanato Turco. A Inscrição de Orcom contém, por sua vez, o mais antigo texto em turco antigo já encontrado, possuindo três lados escritos em caracteres rúnicos turcos e um lado com inscrições em chinês (ROSS, 1930, p. 861). Sobre os ancestrais fundadores, a inscrição afirma:

Quando o céu azul acima e a terra escura abaixo foram feitos, também foram feitos entre eles ambos os filhos dos homens. Sobre os filhos dos homens estabeleceram-se [como governantes] meus ancestrais Bumin qaghan e Ishtemi qaghan, e tendo se estabelecido [como governantes] eles governaram e mantiveram em ordem o reino e

a política do povo dos turcos. Todos os quatro cantos do mundo eram inimigos para eles; mas eles travaram guerras contra todos e superaram todos os povos dos quatro cantos do mundo, fizeram-nos manter a paz e curvarem suas cabeças e dobrarem seus joelhos. Em direção ao Leste, fizeram assentar tão longe quanto as florestas montanhosas de Kadirkan, para o Oeste tão longe quanto o Tämür-kapig [“O Portão de Ferro”]. Sobre tamanha distância eles governaram [esses] dois [extremos], trazendo ordem aos turcos “azuis” [kök Türk], que eram desprovidos de senhores e [organização] tribal. Eles eram qaghans sábios, corajosos; também seus buryuks [oficiais do alto escalão] eram sábios, corajosos. [...] Portanto eles foram capazes de governar tão grandioso reino, para trazer ordem ao corpo político (INSCRIÇÃO DE ORCOM, II E 3-I E 4).

Por conseguinte, foi com Istehmi Qaghan que, em 568, Justino II assinou um acordo de aliança e comércio, garantindo não apenas uma aliança contra o Irã, mas também o importante comércio da seda através dos comerciantes sogdianos. O encontro, por sua vez, foi vividamente narrado por Menandro Protetor em sua *História*.

Este subcapítulo, deste modo, tem como objetivo analisar as representações de Menandro Proteror sobre os turcos. O subcapítulo seguirá uma estrutura bastante próxima a do subcapítulo anterior, com algumas pequenas mudanças, já que há uma diferença substancial entre o conteúdo narrado pelo autor sobre os turcos e sobre os ávaros. Conforme o subcapítulo anterior, será retomada uma narrativa cronológica sobre os acontecimentos narrados. Diferentemente do capítulo anterior, contudo, serão analisados de forma mais profunda os eventos narrados cronologicamente, porque Menandro possui menos fragmentos sobre os turcos e os fragmentos existentes possuem um conteúdo mais minucioso, diferente dos ávaros, que possuem diversos fragmentos, mas cujos conteúdos são menos extensos.

Outra motivação para que sejam mais esmiuçados os eventos narrados pelo autor sobre os turcos é devido à associação feita por Menandro entre os turcos e os sassânidas, uma relação estabelecida no primeiro grande excerto em que os menciona (Fr. 10, 1) e que, como abordado no subcapítulo 3.1, coloca em oposição a Terra do Irã ao Qaghanato Turco, como foi feito entre ávaros e romanos, de forma a adequar o grupo à metanarrativa estabelecida, ou seja, à concepção de “dois olhos” ou “duas lâmpadas” do mundo.

Após abordar a narrativa cronologicamente, serão então realizadas as análises das representações, do mesmo modo como no subcapítulo anterior. Primeiro, se buscará relacionar as representações de Menandro com o estereótipo cita nômade, como estabelecido conceitualmente no subcapítulo 2.2 para, em seguida, serem abordadas as possíveis motivações do autor ao representar os turcos da forma como fez. Por último, então, será novamente abordada a relação metanarrativa de “dois olhos” mundo, de modo a concluir o raciocínio estabelecido no subcapítulo 3.1, estabelecendo, por fim, o quê e no quê se diferenciam turcos e

ávaros dentro da *História* de Menandro, assim como suas respectivas vinculações com os impérios romano e iraniano.

Enquanto na primeira menção aos turcos em sua obra, Menandro os relaciona com os ávaros, na segunda, os vincula diretamente aos sassânidas. Menandro, desse modo, inicia sua narrativa sobre os turcos abordando as razões que levaram a dissolução da aliança turco-sassânida. De acordo com o autor (MENANDRO, Fr. 10, 1):

No começo do quarto ano do reinado de Justino uma embaixada turca veio até Bizâncio. Conforme o poder dos turcos cresceu, os sogdianos, que antes eram sujeitos dos heftalitas e agora são dos turcos, pediram a seu rei para enviar uma embaixada aos persas, para requisitar ao seu rei que os sogdianos fossem permitidos viajar para lá e vender seda aos medos. Silzíbulo concordou e despachou emissários sogdianos, cujo líder era Maniakh. Quando alcançaram o rei dos persas, pediram permissão para vender lá sua seda sem qualquer impedimento. O rei persa, que não estava de todo agradado com o pedido, relutando a garantir livre acesso de lá as áreas da Pérsia, adiou sua resposta até o próximo dia, e seguiu adiando. Após uma série de adiamentos, como os sogdianos estavam insistentemente pressionando por uma resposta, Cosroes convocou o conselho para a discutir a questão. Katulph, o heftlita, que, porque o rei havia estuprado sua esposa traiu sua própria tribo pelos turcos (e que, no meio tempo os deixou e se juntou aos medos), aconselhou o rei persa a não retornar a seda, mas a comprá-la, pagando por ela o preço justo, e a queimá-la no fogo perante os olhos dos emissários, para que não fosse considerado que ele tivesse cometido uma injustiça, mas que ficasse claro que ele não desejava utilizar a seda crua dos turcos. Então a seda foi queimada e os sogdianos retornaram ao seu lar nada satisfeitos com o que ocorreu.

As implicações desse episódio e as premissas por trás dele foram bem elucidadas por De la Vaissière (2005, 203), para quem, sob a liderança de Muqan Qaghan e quinze anos após, os turcos tomaram frente em um conflito entre as dinastias Zhou e Qi pelo controle do Norte da China. Astutamente, os turcos adotaram uma política de intervenção que os permitiu enriquecer rapidamente. Nas palavras de De la Vaissière (2005, p. 203): “[...] os Zhou e os Qi pagaram aos turcos 100.000 peças de seda por ano para garantir sua neutralidade ou possíveis serviços contra a dinastia rival”. A seda que Maniakh, emissário sogdiano dos turcos, ofereceu aos persas (de acordo com o narrado por Menandro) foi, portanto, resultado da astuta diplomacia conduzida pelo qaghan turco contra as dinastias chinesas Zhou e Qi.

Após narrar este episódio, Menandro relata como Ishtemi procurou formas de manter ainda viva a aliança estabelecida entre o Qaghanato Turco e a Terra do Irã, que foi selada através de um casamento real (GOLDEN, 1992, p. 301). De acordo com Menandro, todavia, Cosroes I decidiu que “devido a natureza desonesta dos citas, era completamente contra o interesse persa estabelecer relações amigáveis com os turcos” (MENANDRO, Fr. 10, 1), o que acabou por oficialmente encerrar o acordo entre as partes. A *História* de Menandro narra, em seguida, como Cosroes I ordenou que fosse envenenada a comida dos emissários turcos para que “se recusassem a retornar”, acarretando na morte de três dos quatro emissários turcos. O relatório

oficial iraniano, no entanto, afirmou que a morte dos emissários foi consequência do clima seco das terras persas, clima com o qual os turcos não estavam acostumados.

Embora os sobreviventes da trama suspeitassem de uma explicação diferente, quando retornaram para sua terra espalharam a mesma versão dos persas. Silzíbulo, no entanto, que era um homem astuto e inteligente, reconheceu o que havia sido feito e percebeu a verdade, que seus emissários foram mortos por traição. Essa foi a causa da hostilidade entre persas e turcos (MENANDRO, Fr. 10,1)

O fragmento 10 de Menandro é, na realidade, uma das descrições mais ricas sobre a política comercial sogdiana. Apoiados sobre o poderio turco, os sogdianos buscaram formas de forçar seu comércio no coração do Irã, cuja classe comerciante possuía o monopólio sobre o comércio da seda no Oeste. De la Vaissière (2005, p. 229), por sua vez, afirma que por diversas vezes os romanos buscaram formas de contornar o monopólio sassânida para aquisição da seda, enquanto os iranianos buscavam maneiras de manter e reforçar seu monopólio comercial sobre o produto. Para De la Vaissière (2005, p. 230):

Todos os tratados bizantino-sassânidas tentaram fixar localidades para comércio nas fronteiras, por razões de costume, mas também por razões estratégicas. O comerciante era também um mensageiro, um embaixador, um espião. Era necessário tentar limitar e controlar seus movimentos, e preveni-los de chegar ao coração do império.

Por conseguinte, a queima da seda ordenada pelo Shahanshah, narrada no Fragmento 10, 1 de Menandro representa um aspecto da grande política do contexto. Confiscada e queimada, a seda tanto não seria vendida pelos comerciantes iranianos como também não seria utilizada pela corte sassânida de Cosroes I. Há um forte simbolismo no ato do Shahanshah, que compreendia que, ao utilizar a seda adquirida através da extorsão turca às dinastias Zhou e Qi, estaria simbolicamente se prostrando ao poder e a riqueza de um novo e poderoso adversário político, o Qaghanato Turco (DE LA VAISSIÈRE, 2005, p. 231-232).

O ato da queima da seda e o subsequente envenenamento dos emissários turcos não poderia surtir outro efeito. Ishtemi, enfurecido pelo ato traiçoeiro de Cosroes I, entrou em guerra com o Irã, e procurou um novo potencial aliado, para a guerra e para o comércio da seda. Nas palavras de Menandro Protetor (Fr. 10, 1):

Maniakh, o líder dos sogdianos, tomou esta oportunidade e aconselhou Silzíbulo que seria melhor para os turcos cultivar uma amizade com os romanos e enviar sua seda crua à venda para eles, por que eles faziam mais uso da seda do que qualquer outro povo. Maniakh disse que ele mesmo estava disposto a ir junto com os emissários dos turcos, e em seu caminho romanos e turcos se tornariam amigos. Silzíbulo consentiu a esta proposta e enviou Maniakh e outros emissários para o imperador romano, carregando saudações, um valioso presente de seda crua e uma carta.

Em seguida, Menandro relata a primeira embaixada turca de Silzíbulo/Ishtemi aos romanos, datada de 568 e presidida pelo embaixador sogdiano Maniakh. O autor descreve:

Quando o imperador leu a carta escrita em cita, através de um intérprete, de boa vontade concedeu uma audiência a embaixada. Ele então questionou os emissários sobre a liderança dos turcos e sua localização. Eles responderam que possuíam quatro principados, mas o poder sobre todo o povo foi investido somente a Silzíbulo. Para além disto, eles disseram, os turcos haviam conquistado os heftalitas e os tornado seus tributários. “Vocês, portanto”, perguntou o imperador, “sujeitaram todo o poder dos heftalitas a vocês?” “Completamente,” responderam os emissários. O imperador então perguntou, “Os heftalitas vivem em cidades ou vilas?” Os emissários: “Meu senhor, este povo vive em cidades” “Então,” disse o imperador, “é claro que vocês se tornaram senhores destas cidades” “De fato”, disseram os emissários. O imperador perguntou, “Nos conte quão numerosa é a multitudine de ávaros que se revoltaram contra a governança turca e se alguns permanecem sujeitos a vocês.” “Há, ó imperador, alguns ainda leais a nós. Aqueles que fugiram numeram, acredita, em torno de vinte mil.” então os emissários enumeraram as tribos sujeitas aos turcos e pediram ao imperador por paz e uma aliança defensiva e ofensiva entre romanos e turcos. Eles adicionaram que também estavam bem dispostos a esmagar quaisquer inimigos do estado romano que estivessem pressionando seu território [...] (MENANDRO, Fr. 10, 1).

O trecho citado menciona algumas questões abordadas no subcapítulo 1.1, como a “língua cita” que se acredita referir, na realidade, à língua dos sogdianos, usada pelos turcos como uma espécie de “língua oficial” para assuntos diplomáticos (DOBROVITS, 2011, p. 382; DE LA VAISSIÈRE, 2005). Outros detalhes que também já foram aludidos no decorrer desta dissertação foram a divisão quadripartida do qaghanato (“Eles responderam que possuíam quatro principados”) e a dissolução do Reino Heftalita (“os turcos haviam conquistado os heftalitas”).

A aliança entre os estados turcos e romano se mostrou vantajosa tanto no âmbito comercial quanto militar, já que através do acordo, o Império Romano do Oriente pôde adquirir seda fora da esfera de influência dos comerciantes sassânidas. Já no âmbito militar, o Qaghanato Turco representava uma séria ameaça aos recém-chegados ávaros, que conseguiram romper com o sistema de alianças estabelecido por Justiniano nas fronteiras Norte do Império Romano e passaram a representar uma ameaça a seguridade dos *limes*. Para além disso, a aliança romano-turca ofereceu a Justino II uma oportunidade estratégica valiosa, já que o território dos turcos fazia fronteira direta com a Terra do Irã no Leste.

A delegação turco-sogdiana se mostrou, portanto, um sucesso, e como afirmado por Menandro (Fr. 10, 1), “o povo dos turcos se tornou amigo dos romanos e estabeleceu estas relações com nosso Estado”. Concluído o acordo entre as partes, Justino II enviou uma comitiva romana até a corte de Ishtemi, possivelmente localizada em algum ponto da Cordilheira Altaica. A comitiva foi guiada por Maniakh e liderada por Zemarco o Ciliciano, senador e *magister militum per Orientem*. Menandro descreve parte do trajeto percorrido pela delegação e, em certo momento, aponta outro aspecto dos turcos que também já foi mencionado: a metalurgia.

Quando Zemarco e seus companheiros completaram uma jornada de muitos dias, eles entraram na terra dos sogdianos. Neste ponto desmontaram de seus cavalos e um certo

turco, que aparentemente foi ordenado a fazer isto, ofereceu ferro para venda, o propósito disto, acredito, era demonstrar que eles [os turcos] possuíam minas de ferro. Pois é dito que entre eles ferro não é facilmente obtido. Assim, pode-se dizer que fizeram esta demonstração para sugerir que possuíam terra que continha ferro (MENANDRO, Fr. 10, 3).

Como afirmado no primeiro capítulo, a produção de ferro era o ofício principal pelo qual os turcos eram conhecidos antes da fundação do qaghanato. De acordo com Sinor (1990, p. 286), após tomarem a liderança do qaghanato os turcos alocaram um grupo de parentesco próximo, os quirguizes, para a produção metalúrgica local. Os quirguizes eram um grupo de origem turca cuja língua era bastante próxima, talvez indistinguível, da língua dos turcos, e seu território era rico em jazidas de ouro, estanho e ferro (SINOR, 1990, p. 297).

De acordo com Mihaly Dobrovits (2011, p. 385), o itinerário descrito por Menandro Protetor e também João de Éfeso (507 – 586) aponta que a comitiva não utilizou a rota pela Criméia e pelo Ponto devido à presença dos ávaros, ainda estabelecidos na região. A comitiva, deste modo, viajou pelas encostas do Cáucaso, por uma rota que, como apontado por Dobrovits (2011, p. 285), foi apresentada aos emissários romanos, que não a conheciam, pelos sogdianos. A rota foi a mesma viajada por Maniakh e pelos mercadores sogdianos para chegar ao território romano, um caminho também utilizado pelos missionários monofisitas (DOBROVITS, 2011, p. 379, 385-386).

O fim do trajeto da delegação romana foi um local denominado por Menandro como *Ektag*, “Montanha Dourada”, algum lugar nos arredores da Cordilheira Altaica (DOBROVITS, 2011, p. 387). Antes de serem recebidos por Ishtemi, contudo, Zemarco e sua comitiva precisaram submeter-se a um ritual de purificação pelo fogo:

Certos outros de sua tribo [turcos] apareceram, disseram ser exorcistas de mau-agouro, e eles foram até Zemarco e seus companheiros. Eles levaram toda a bagagem que carregavam e a colocaram no chão. Então, puseram fogo em galhos de uma árvore de olíbano e entoaram um cântico com palavras bárbaras em sua língua cita, fizeram barulhos com sino e tambores, ondeando sobre as bagagens os ramos de olíbano enquanto estalavam dentro das chamas, e, caindo em frenesi e agindo como loucos, supuseram estarem afastando espíritos malignos. Quando expulsaram os seres malignos, como supuseram, e levaram Zemarco através do fogo, acreditaram por estes meios terem eles mesmos se purificado também (MENANDRO, Fr. 10, 3).

O ritual de purificação pelo fogo, descrito por Menandro, parece ter sido uma prática religiosa comum entre nômades, podendo ser também atestada entre os mongóis durante os séculos XIII até XIV (BOYLE, 1972). Após o ritual, Zemarco e sua comitiva foram, então, convocados por Ishtemi, que os recebeu “nos modos de um governante nômade tradicional” (DOBROVITS, 2011, p. 388). Nas palavras de Menandro Protetor (Fr. 10, 3): “Ele estava em

uma tenda, sentado sobre um trono dourado com duas rodas, que poderia ser puxado por um cavalo quando necessário”.

Na primeira audiência de Zemarco narrada por Menandro, o embaixador romano se refere ao governante dos turcos como “governante de muitos povos” (MENANDRO, Fr. 10, 3), e o entrega uma carta remetida por Justino II, onde constavam os votos de aliança e amizade entre romanos e turcos. Em seguida, Menandro relata:

Então, voltaram-se a banquetear e passaram o resto do dia aproveitando de entretenimento luxuoso na mesma tenda. [A tenda] Era decorada com sedas suspensas, tingidas sem habilidade e em várias cores. Eles não bebiam vinho como o nosso, esmagado da uva, porquê sua terra não suporta videiras, e esta espécie de planta não é nativa da área deles. Beberam sua cota de outro tipo bárbaro de vinho doce. Então retornaram a seus alojamentos (MENANDRO, Fr. 10, 3).

Como elucidado por Dobrovits (2011, p. 389), Menandro descreve o qaghan turco vivendo de forma tradicionalmente nômade, em tendas e moradias móveis. Outro detalhe interessante contido nesse fragmento é a atenção que o autor dá ao “bárbaro vinho doce” que, possivelmente, era algum tipo de vinho chinês feito de arroz, evidenciando assim a influência chinesa nos costumes da corte de Ishtemi. Sobre as duas outras audiências atendidas por Zemarco, Menandro (Fr. 13, 1) descreve:

Na seguinte manhã se encontraram em outra tenda que era similarmente decorada com seda multicolorida suspensa. Nela haviam estátuas de formas diferentes. Silzíbulo se sentava em um sofá completamente feito de ouro. No meio da construção estavam urnas de ouro, aspersores de água e jarros de ouro. Banquetearam novamente e, quando falaram e ouviram tanto quanto era necessário durante a bebida, eles partiram. No outro dia eles foram até outra moradia em que haviam pilares dourados de madeira e um sofá de ouro batido que era apoiado por quatro pavões dourados. Na frente da moradia estavam postos em uma larga área vagões contendo muitos objetos de prata, pratos e tigelas, e um grande número de estátuas de animais, também de prata e de nenhuma forma inferiores àquelas que fazemos; tão rico é o governante dos turcos.

O vinho de arroz, contudo, é apenas um dos detalhes que evidenciam a influência estrangeira na corte do qaghan turco. Há, deste modo, diversas outras características estéticas na corte turca que atestam essa influência. As estátuas, por exemplo, eram incomuns à prática religiosa dos turcos, mas eram comuns ao budismo, bastante presente no Qaghanato Turco neste contexto (DOBROVITS, 2011, p. 389). O budismo turco, do mesmo modo que a escrita, floresceu sobre influência dos sogdianos. Maniakh, embaixador sogdiano dos turcos, carregava um nome budista e possuía grande influência na corte de Ishtemi, onde também seu filho prosperou (DE LA VAISSIÈRE, 2005, p. 203). Ademais, as quatro estátuas douradas de pavões que apoiavam o sofá de ouro demonstravam também forte influência indo-iraniana, propagada pela “rota da seda” ainda antes da ascensão turca (DOBROVITS, 2011, p. 390).

Após a última audiência com o qaghan turco, Zemarco fora convidado por Ishtemi para acompanhá-lo em uma incursão contra os iranianos enquanto o restante da comitiva romana deveria retornar para “a terra dos *kholiatai*” (MENANDRO, Fr. 10, 3). Na metade do caminho, em um local denominado *Talas*, a delegação turca foi recepcionada por uma embaixada sassânida, com quem banquetearam. Durante o banquete, Menandro Protetor (Fr. 10, 3) descreve que “Silzíbulo tratou os romanos com grande estima e os fez se reclinarem nos assentos mais honráveis”. Após uma acalorada discussão entre o qaghan turco e o embaixador persa, Zemarco foi enviado de volta para Constantinopla, e o líder turco deu seguimento em sua campanha contra o Irã.

Com eles, [Silzíbulo] enviou outro emissário, já que o anterior, Maniakh, havia morrido. O nome de seu sucessor era Tagma, e seu título era tarkhan. Ele, então, foi enviado por Silzíbulo como emissário aos romanos, e com eles foi o filho do falecido Maniakh. Embora fosse um rapaz muito jovem, havia recebido o título e a posição do pai imediatamente após o tarkhan Tagma. Na minha opinião, o rapaz recebeu o título do pai porquê Maniakh havia sido muito amigável e leal a Silzíbulo (MENANDRO, Fr. 10, 3).

O seguinte trecho é uma boa evidência acerca da importante participação dos sogdianos na estrutura hierárquica do qaghanato, da mesma forma que demonstra a importância da família de Maniakh. De acordo com De la Vaissière (2005, p. 203), “tudo indica que esta família sogdiana [de Maniakh] era fortemente integrada na estrutura da hierarquia turca, onde possuíam posições e títulos hereditários mesmo quando o Império Turco havia recém sido criado”.

Zemarco então retornou para Constantinopla com doze emissários turcos, a despeito das dificuldades enfrentadas durante o trajeto de volta. A *História* de Menandro contém detalhes sobre o trajeto tomado por Zemarco que, após chegar à terra dos alanos, foi alertado por Sarósio sobre uma emboscada sassânida em seu caminho (MENANDRO, Fr. 10, 5). Embora hajam divergências quanto ao trajeto tomado pelo embaixador, Dobrovits (2011, p. 393-395) acredita que Zemarco tenha passado pelos rios Ural e Volga, e então tenha ido pela costa do Mar Cáspio até o Mar Negro, de onde embarcou e atravessou o rio Fásis (Rioni) até Trapezo, onde novamente embarcou até Constantinopla. “Assim terminou a jornada de Zemarco aos turcos e o seu retorno” (MENANDRO, Fr. 10, 5).

É possível afirmar, ao menos em relação ao conteúdo apresentado por Menandro Protetor, que há dois grandes momentos relacionados aos turcos dentro de sua narrativa. O primeiro momento foi apresentado acima e é marcado pela troca de embaixadas e a aliança turco-romana. Já o segundo se refere a embaixada de Valentino, já durante o contexto em que Tibério II era César ao lado de Justino II, e o momento final é o cerco turco ao Quersoneso.

Entre os dois grandes fragmentos, no entanto, Menandro Protetor descreve as possíveis motivações de Justino II no que diz respeito a aliança com o qaghanato:

Há muitas outras razões para a guerra entre romanos e persas, mas foi o povo dos turcos que mais encorajou Justino a abrir as hostilidades contra os persas. Porque eles [os turcos] atacaram a terra dos medos e a devastaram, e enviaram uma embaixada para Justino incitando-o para que se juntasse a eles em sua guerra contra os persas. Pediram a ele que demonstrasse sua amizade com os turcos se juntando a eles na destruição do inimigo comum. Desta forma, com os turcos atacando em uma direção e os romanos de outra, os persas seriam destruídos. Despertado por esta esperança, Justino acreditou que o poder dos persas poderia ser facilmente subjugado e levado a nada. Ele, então, realizou todos os preparativos para manter a amizade com os turcos tão firme quanto o possível (MENANDRO, Fr. 13, 5).

Conforme abordado no subcapítulo 1.1, contatos diplomáticos entre a corte romana e a turca foram bastante frequentes entre 568 e 576. Menandro menciona pelo menos cinco embaixadas turcas, que acabaram por levar não menos que 106 turcos até a corte romana. De acordo com autor (MENANDRO, Fr. 19, 1), alguns vieram com um turco chamado Anankhast, já o restante veio com embaixadas romanas lideradas, respectivamente, por Valentino (duas vezes), Herodiano e Paulo o Ciliciano. Foi nesse contexto, dois anos após Tibério II receber o título de César, que o imperador enviou Valentino, um membro da guarda imperial, até a corte turca. O propósito da missão de Valentino era informar ao líder turco sobre a nomeação de Tibério II como coimperador de Justino II, que estava mentalmente debilitado, assim como reforçar os laços de amizade e aliança entre as cortes romana e turca.

Diferente do relato anterior apresentado por Menandro, desta vez os romanos não foram bem recebidos. O novo líder turco, referido por Menandro como Turxanto, proferiu as seguintes palavras:

Quando o emissário [romano] fez seu discurso, Turxanto disse, “Não são vocês aqueles mesmos romanos que usam dez línguas e mentem em todas elas?” Enquanto falava, colocou dez dedos em sua boca. Então continuou, “Como agora há dez dedos em minha boca, vocês romanos usaram tantas línguas quanto. As vezes vocês me enganam, as vezes meus escravos, os varconitas. Em uma palavra, tendo bajulado e iludido todas as tribos com seus vários discursos e desígnios traiçoeiros, quando o mal descende sobre as cabeças deles, vocês os abandonam e tomam todo o benefício para si. Vocês emissários vêm até mim tomados de mentiras, e aquele que os enviou igualmente me engana. Eu deveria mata-los imediatamente, sem demora. Mentir é estrangeiro e alheio aos turcos (MENANDRO, Fr. 19, 1)

Turxanto, no excerto mencionado, refere-se diretamente aos ávaros, a quem chama de *varconitas*. Como abordado no decorrer da dissertação, os ávaros migraram em meados do século V em direção ao Oeste fugindo dos turcos. Por conseguinte, o temperamento forte de Turxanto veio como consequência da trégua estabelecida entre romanos e ávaros em 574, entre Tibério e Baian, que estabeleceu o pagamento anual de 8000 peças de ouro aos ávaros (POHL, p. 77-78). O líder turco, no entanto, continua seu discurso, e afirma ter subjugado os “unigures”

(possivelmente se referindo aos utigures, mas pode também ser uma forma de “onogures”) e os alanos.

Após ouvir as ameaças do chefe turco, Valentino implorou para que Turxanto respeitasse as leis de proteção aos embaixadores, evocando também a antiga amizade entre Silzíbulo e o estado romano, “as relações de seu pai conosco permaneceram incólumes e invioladas até o presente momento, e nós mantemos os mesmos sentimentos amigáveis” (MENANDRO, Fr. 19, 1). Então:

Quando Valentino então falou, Turxanto disse, “Já que, romanos, vocês vieram até mim e me encontraram em grande tristeza (por que meu pai, Silzíbulo, morreu recentemente), vocês devem seguir os costumes que prevalecem entre nós para os mortos e lacerar seus rostos com adagas”. Imediatamente Valentino e seus companheiros laceraram suas próprias bochechas com suas próprias adagas. Então, em uma das manhãs de luto, Turxanto levou ao seu pai morto quatro hunos cativos (eles chamam os ritos aos mortos de *dogia* em sua língua) e, alocando estes homens miseráveis no meio com os cavalos de seu pai, pediu a eles em sua língua bárbara para que dissessem a seu pai Silzíbulo quão grandioso ele era... (MENANDRO, Fr. 19, 1).

Levando-se em consideração o contexto do excerto, e a afirmação de Turxanto de que era filho de Ishtemi/Silzíbulo, será então abordada brevemente a discussão sobre os nomes Ishtemi e Silzíbulo, e porquê Silzíbulo pode ser identificado com Ishtemi, sir yabghu da Região da Fronteira Ocidental do Qaghanato Turco. A alegação foi colocada em debate por Denis Sinor (1990, p. 304-305), que afirmara que Silzíbulo era, na realidade, chefe de alguma tribo dos turcos do Oeste, já que não há nenhuma menção nas fontes chinesas sobre Turxanto como filho de Ishtemi, somente sobre Tardu, seu filho e sucessor. Dobrovits (2004, p. 111-114), no entanto, percebeu que Silzíbulo (*Σιλζιβουλος/Silzibulos*) é uma forma grega do iraniano *Sirjibuy/Siljibuy* que, por sua vez, é uma forma do turco *sri iapgu šaho*, como encontrado em uma antiga moeda do Qaghanato Turco Ocidental, ou *śri yabghu* (Senhor yabghu). Desta forma, ligando Silzíbulo a Ishtemi como a mesma pessoa.

A explicação de Dobrovits, todavia, não explica a razão por trás da afirmação de Turxanto, sobre Silzíbulo/Ishtemi ser seu pai. Neste sentido, é bastante possível que Turxanto tivesse algum grau de parentesco com Ishtemi e Tardu, mas não fosse um descendente direto do primeiro ou irmão do segundo. Anatoly Khazanov (1994, p. 129) argumenta que frequentemente membros distantes de famílias nômades se autoproclamavam “filhos de um pai” (para os cazaques, *ata balasy*, para os quirguizes, *bir atany*, e para os turcomenos, *bit ata*). A palavra “pai”, portanto, também poderia ser utilizada como um sinônimo de “ancestral comum” e, levando-se em consideração que a sociedade turca, como outras sociedades nômades, se estruturava através de laços de parentesco, por vezes fictícios, não é de se espantar que Turxanto interpretasse Ishtemi como um “pai”, ou seja, um ancestral comum importante,

já que Ishtemi foi de fundamental importância para a formação, estruturação e manutenção do qaghanato, foi cofundador e qaghan da porção Ocidental do Qaghanato Turco e é reverenciado na *Inscrição de Orcom* ao lado de seu irmão Bumin Qaghan.

De volta ao excerto, Menandro descreve o rito funerário de Ishtemi, onde Valentino e os membros de sua comitiva precisaram lacerar seus rostos como uma adaga e assistir ao sacrifício de pessoas e cavalos. O rito remete bastante ao que foi descrito por Jordanes (*Gética*, XLIX, 255): “Então, como é o costume daquele povo, eles arrancaram o cabelo de suas cabeças e fizeram de seus rostos horríveis com feridas profundas, para que o guerreiro pudesse ser lamentado, não por lamentações ou lágrimas, mas pelo sangue de homens”. Nesse sentido, tanto Menandro (Fr. 19, 1) quanto Jordanes (*Gética*, XLIX, 255) atestaram a prática da laceração do rosto como um símbolo de luto entre nômades. Ademais, o sacrifício de cavalos e humanos era também comum às sociedades nômades da estepe (GOLDEN, 1992, p. 130).

O sacrifício de cavalos e humanos também é atestado por Heródoto entre os citas. No Livro I, ao abordar os costumes dos massagetas, Heródoto (*História*, I, 216) afirma que “O sol o único deus que eles adoram. A ele sacrificam cavalos. A razão para isso é que ele [o sol] é o mais rápido dos deuses e, portanto, entregam a ele o mais rápido dos seres mortais”. Sobre os ritos funerários dos reis citas, Heródoto (*História*, IV, 71) também descreve: “No espaço aberto que sobrou na tumba [do rei cita] eles enterram, após estrangular, uma das concubinas do rei, seu copeiro, seu cozinheiro, seu criado, seu cavaliço e seu mensageiro, além de cavalos [...]”.

Menandro então afirma que após o rito funerário de Silzíbulo terminar, Turxanto voltou a conversar com Valentino (embora não revele o conteúdo da conversa) e o enviou para tratar com os “líderes turcos do interior”, especialmente com seu irmão Tardu, que era o sucessor direto de Ishtemi. Nas palavras de Menandro Protetor (Fr. 19, 1):

Quando Valentino estava saindo para o monte Ektel, Turxanto jurou que ele sitiaria o Bósforo. Então [...] ele imediatamente enviou Bokhan com uma força muito grande para capturar o Bósforo. Pois Anagai já estava acampado na área com outra força dos turcos.

Após isso, há um último fragmento de Menandro (Fr. 19, 2) sobre os turcos, que relata a tomada da cidade do Bósforo pelos turcos.

Quando a cidade do Bósforo foi tomada, os emissários romanos estavam próximos aos turcos. A partir disso, estava claro que os turcos haviam provocado guerra contra os romanos. Portanto, aqueles que haviam sido enviados, entre os quais estava Valentino, foram detidos por Tuxanto, insultados, zombados e maltratados, e então enviados de volta.

Realizado o levantamento cronológico dos eventos narrados por Menandro Protetor sobre os turcos, será agora realizada a análise das representações. Através do que foi levantado,

é possível perceber, já à primeira vista, que as representações construídas por Menandro sobre os turcos se mostram bastante brandas, especialmente se comparadas àquelas sobre os ávaros. Embora Turxanto seja, pelas próprias palavras de Menandro, “um homem arrogante que gostava de se gabar” (MENANDRO, Fr. 19, 1), Silzíbulo, por sua vez, era “um homem esperto e inteligente” (MENANDRO, Fr. 10, 1). E mesmo a pior afirmação de Menandro sobre Turxanto pouco se compara às fortes opiniões que o autor possui sobre Baian, como apontado no subcapítulo anterior.

Dito isso, faz-se necessário evidenciar que, apesar de ocorrer uma associação entre o estereótipo *cita nômade* e as representações sobre os turcos, existem questões políticas, diplomáticas e contextuais que auxiliaram na construção de uma percepção majoritariamente positiva sobre os turcos, em um contraste gigantesco com as representações produzidas sobre os ávaros.

Outra questão referente aos turcos de Menandro Protetor é a sua preocupação com descrições de caráter mais etnográfico e exótico, outra característica que contrasta com o que foi apresentado sobre os ávaros. Através da *História* de Menandro, pouquíssimo ou quase nada se sabe sobre os costumes dos ávaros. Já sobre os turcos, Menandro pinta um quadro complexo e apresenta desde questões estruturais, como a importante presença dos mercadores sogdianos na hierarquia social do Qaghanato Turco, até mesmo aspectos religiosos, como o ritual de purificação pelo fogo ou o rito funerário do qaghan. Além disso, é possível atestar a forte influência estrangeira na corte do qaghan, que possuía estátuas budistas e indo-iranianas, assim como o vinho de arroz (especificamente observado pelo autor), advindo da cultura chinesa, atributos que enriquecem ainda mais as representações de Menandro.

Sobre o estereótipo *cita nômade*, é possível identificar os três pontos conforme abordados no subcapítulo 2.2. Em alguns momentos da narrativa de Menandro os turcos são associados ao etnônimo *cita* e, conseqüentemente, à Cítia. O primeiro momento em que Menandro realiza essa associação é no discurso de Cosroes I quando queimou a seda chinesa oferecida pelos turcos, com o objetivo de desfazer a aliança entre as partes: “O rei, após discutir com os oficiais persas e com Katulph, decidiu que devido à natureza desonesta dos *citas*, era completamente contra o interesse persa estabelecer relações amigáveis com os turcos” (MENANDRO, Fr. 10, 1). O segundo momento, por sua vez, é quando Menandro afirma que Maniakh, embaixador sogdiano dos turcos, apresentou a Justino II uma “carta escrita em *cita*” (MENANDRO, Fr. 10, 1), remetida por Ishtemi Qaghan. A carta possivelmente estava escrita em sogdiano que, conforme já explicitado, funcionava como uma espécie de língua oficial da chancelaria turca. Embora a língua *cita* e a língua sogdiana provém do tronco iraniano, o

sogdiano ainda assim é mais próximo do médio persa falado pelos sassânidas, porque então não afirmar que a carta estava escrita em persa? Possivelmente porque foi enviada pelos nômades turcos, associando assim os turcos aos citas.

Em um terceiro momento, Menandro Protetor afirma: “Quando os turcos, que eram antes chamados saka, enviaram uma baixada para Justino sobre a paz, o imperador decidiu enviar um embaixador aos turcos” (MENANDRO, Fr. 10, 2). A afirmação é bastante clara, há, portanto, uma associação direta entre turcos e citas já que o etnônimo *saka* era a forma como os iranianos (especialmente os aquemênidas) se referiam aos citas. Nas palavras de Muhammad Dandamayev (1992, p. 159):

Os textos babilônios chamam os saka “cimérios” (*gimirraja*), utilizando o nome das tribos que penetraram o Oriente Próximo nos séculos VIII e VII a.C., ou seja, algum tempo antes dos citas. Nas versões persa e elamita das inscrições Aquemênida, as tribos citas aparecem como saka, enquanto nas versões babilônicas, as mesmas tribos são chamadas cimérias. Parece que cimérios e citas (*saka*) são próximos, falavam diferentes dialetos iranianos e podiam entender uns aos outros sem precisar de intérpretes. Era típico da literatura babilônica do primeiro milênio a.C. utilizar nomenclaturas étnicas arcaicas. Em contraste aos babilônios, os assírios distinguem cimérios e citas.

Para além da evocação do etnônimo cita e da Cítia que, como já abordado, possuem uma relação intrínseca com o modo de vida nômade, é bastante claro na narrativa de Menandro que os turcos são nômades, mesmo tendo conquistado cidades, como é o caso da pergunta de Justino II à Maniakh durante a primeira visita da delegação turca (MENANDRO, Fr. 10, 1). Como já mencionado neste subcapítulo, Menandro descreve Ishtemi como um tradicional governante nômade, “Ele estava em uma tenda, sentado sobre um trono dourado com duas rodas, que poderia ser puxado por um cavalo se necessário” (MENANDRO, Fr. 10, 3).

Quanto aos costumes contrastantes, Menandro descreve alguns de forma bastante vívida. O primeiro ponto abordado pelo autor nesse sentido foi o ritual de purificação pelo fogo pelo qual Zemarco e sua delegação tiveram que passar. Como já mencionado, Menandro descreve de forma rica o ritual, e novamente associa os turcos aos citas: “Então, puseram fogo em galhos de uma árvore de olíbano e entoaram um cântico com palavras bárbaras em sua língua cita” (MENANDRO, Fr. 10, 3). A descrição do rito não é muito diferente do que outros autores da Antiguidade descreveram sobre os nômades “citas” no decorrer dos séculos, e possivelmente está presente na *História* de Menandro pelo caráter “exótico” de seu conteúdo, que certamente causou algum impacto – mesmo que servisse apenas com o propósito de saciar a curiosidade – em seus leitores.

Outro momento em que são descritos costumes contrastantes é durante o ritual funerário do qaghan, em que Zemarco e sua delegação precisaram lacerar seus rostos com adagas como

símbolo de luto por Ishtemi (MENANDRO, Fr. 19, 1). É bastante possível que, para além do esperado choque causado no leitor, o rito funerário seja uma referência a outras descrições etnográficas da cosmografia greco-romana, como as descrições mencionadas de Heródoto ou Jordanes acerca do rito de laceração do rosto como prática funerária. Para além disso, Menandro não poupa detalhes para descrever a corte turca, uma espécie de corte nômade cosmopolita, onde podem ser observadas estátuas budistas e indo-iranianas, além de diversos objetos feitos de ouro e prata que atestam também a riqueza do qaghanato.

A tendência, no entanto, é que o estereótipo estabeleça bases para uma representação negativa e não branda sobre os grupos nômades. Influenciada pelas concepções etnogeográficas, a perspectiva greco-romana sobre os nômades é de eram intemperados, gananciosos, cruéis, traiçoeiros, entre diversas outras características de cunho pejorativo que, por sua vez, não são associadas aos turcos dentro da narrativa de Menandro, com exceção de Turxanto que, ainda assim, é apresentado com justificativas. É nesse sentido que a práxis diplomática romana e a *política bizantina eurasiática*, como compreendida por Whittow (2018), mostram-se fundamentais para compreender as representações de Menandro.

Conforme afirmado por Whittow (2018, p. 283), os relatos de Menandro sobre os turcos são acurados porque havia, de fato, uma tentativa honesta em descrever aquilo que se passou. Isso se deu devido ao interesse da chancelaria e dos diplomatas romanos, que sabiam que o conhecimento poderia ser uma importante ferramenta política, em especial sobre os turcos, que se mostraram valiosos aliados em potencial. Menandro, por sua vez, se valeu destas informações recolhidas pela chancelaria romana para produzir sua *História*, como já explicado no subcapítulo 2.1.

A política bizantina eurasiática pensada por Whittow (2018), por sua vez, é também uma consequência das relações entre o Império Romano do Oriente e a Terra do Irã. Como afirmado por Whittow (2018, p. 280), “do terceiro século adiante, os romanos enfrentaram um poder imperial no Leste de, ao menos, capacidade militar igual, e como consequência se encontraram em um dilema estratégico”. Envolvidos demais em uma guerra contra os sassânidas, os romanos não poderiam, por exemplo, defender efetivamente outras fronteiras, como é o caso dos Balcãs no século VI, que sofreu uma série de incursões extremamente danosas a região. Ainda, nas palavras de Whittow (2018, p. 280):

Os benefícios que a Pérsia ganhou da Paz de Eterna de 531 falharam em impedir a invasão devastadora de Cosroes I a Síria em 540. Uma nova política era necessária, uma que só poderia envolver a exploração de um dilema estratégico propriamente persa, nomeadamente o perigo das estepes; em outras palavras uma política eurasiática, para a qual dois séculos de interação Roma-estepe estabeleceram as bases.

Nesse sentido, é importante que seja destacado que a forma como o Império Romano do Oriente lidou com ávaros e turcos foi distinta exatamente porque ambos os grupos foram lidados a partir de políticas externas diferentes. Com os ávaros, enquanto um grupo que ameaçava diretamente a segurança do Danúbio, lidou-se da mesma forma como o Império havia lidado com grupos nômades aos menos desde o século IV, e Justiniano procurou trazê-los para ao sistema de alianças tribais, onde buscou estabelecer uma espécie de balança de poder nas relações tribais das zonas de fronteira romana. Para alcançar esse balanço, a diplomacia romana “não hesitou em utilizar incentivos como a cristianização, as relações comerciais, assim como outros meios (ou seja, incitar um povo contra o outro ou prevenir a formação de alianças contra o Império)” (KARDARAS, 2018, p. 21). Como apontado no subcapítulo anterior, uma das razões que levou Justino II a negar o pagamento de tributos a Baian em 565 foi porque os ávaros conseguiram pulverizar o sistema de alianças construído por Justiniano, já que subjugaram esclavenos, gépidas, cutrigures, utigures, búlgaros e outros grupos da região, tornando-se uma verdadeira ameaça para a segurança do Danúbio.

O Qaghanato Turco, por sua vez, não apresentava aos romanos nenhuma ameaça de caráter imediato. Primeiro, porque não fazia fronteira direta com territórios romanos e, segundo, porque seus interesses estavam voltados para as dinastias chinesas (Zhou e Qi, depois Sui e então Tang) e para o Irã. Por fim, embora os turcos tenham herdado sua organização político-administrativa dos rouran, foram responsáveis por expandir o qaghanato e estabelecer o alicerce para os futuros grandes impérios nômades da Eurásia, uma entidade política com a qual os romanos ainda não haviam interagido e que, portanto, necessitavam de novas abordagens políticas.

Dessa forma, quanto Menandro introduz o episódio da queima da seda e do envenenamento dos emissários turcos por parte de Cosroes I, que leva a ruptura das relações turco-sassânida (MENANDRO, Fr. 10, 1), parece pintar uma espécie de quadro ideal para a formação de uma aliança entre turcos e romanos. Não à toa, Menandro por diversas vezes se refere a relação entre os estados romano e turco como *φιλία/philia*, como é o caso da carta enviada por Justino II para Ishtemi, proferida por Zemarco:

Governante de muitos povos, nosso grande imperador através de mim, seu mensageiro, diz a você, “Que sua fortuna seja sempre boa e que o sucesso esteja com você, que é nosso amigo e é bem-disposto ao estado romano. Que você sempre conquiste seus inimigos e faça deles seu espólio. Que a inveja, capaz de destruir as leis da amizade, esteja bem, bem longe de nós. A tribo dos turcos e aqueles sujeitos aos turcos são nossos amigos, e que você pense o mesmo de nós também”. Isso é o que Zemarco disse, e Silzíbulo respondeu palavras similares (MENANDRO, Fr. 10, 3).

Quando Maniakh, então, apresentou aos romanos a oportunidade de uma aliança com os turcos, havia uma oportunidade que os romanos não poderiam recusar. A primeira razão era evidentemente militar, já que uma aliança entre turcos e romanos permitia cercar o Irã, que precisaria dividir seus exércitos para lutar em dois frentes opostos. A segunda razão, por sua vez, era econômica. Como mencionado no decorrer deste subcapítulo, ao se aliar aos turcos, os romanos puderam quebrar o monopólio comercial sassânida sobre a seda, algo que servia também ao interesse dos sogdianos e, conseqüentemente, dos turcos, que precisavam de uma forma de escoar toda a seda adquirida através das negociações do qaghan com as dinastias Zhou e Qi (DE LA VAISSIÈRE, 2005, p. 203).

Ademais, de acordo com Menandro, a aliança estabelecida entre o Qaghanato Turco e o Império Romano foi um dos principais fatores que levaram Justino II a declarar uma nova guerra com o Irã em 572 (MENANDRO, Fr. 10, 2). Tendo em vista que o fragmento de Menandro que aborda esse assunto é um fragmento relativamente isolado, supõe-se que a aliança tenha sido importante o suficiente para ser selecionada e registrada nos *Excertos Constantinianos*.

Do mesmo modo que suas representações sobre os ávaros, as representações de Menandro sobre os turcos são um forte reflexo da práxis diplomática romana e do interesse do autor pela diplomacia. Enquanto os ávaros traíam acordos pré-estabelecidos, exigiam tributos, usavam discursos ambíguos (“ora ameaçando, ora implorando”, Fr. 8) e desrespeitavam a imunidade dos emissários, os turcos não apenas ofereceram uma aliança em termos bastante vantajosos como também tratavam os emissários romanos com grande estima. Como descrito por Menandro (Fr. 10, 3): “Quando chegaram [ao banquete com os sassânidas], Silzíbulo tratou os romanos com grande estima e os fez se reclinarem nos assentos mais honráveis”. Pode-se concluir, deste modo, que com exceção do momento em que Turxanto é apresentado, os turcos são representados de forma bastante positiva por Menandro, como importantes e respeitáveis aliados, mesmo enquanto nômades.

Portanto, conforme estabelecido, mesmo que o estereótipo estabeleça as bases das representações de Menandro sobre grupos nômades, o fator de maior importância para sua *História* é a prática diplomática romana e o interesse pelo tema. Os turcos parecem ser, desse modo, o primeiro grupo nômade a ser representado de forma majoritariamente positiva pela cosmografia greco-romana, um reflexo direto das relações diplomáticas estabelecidas entre os estados. Nesse sentido, é importante que se destaque que, mesmo que as relações tenham sido dissolvidas em 576, quando Turxanto conquistou a cidade romana do Bósforo como retaliação pelos acordos estabelecidos entre Tibério II e Baian, as interações diplomáticas foram

retomadas durante o governo de Maurício, que recebeu uma carta do qaghan turco Niri por volta de 595, episódio descrito por Teofilato Simocata (DE LA VAISSIÈRE, 2010).

Para além disso, a *História* de Menandro conta apenas o início de uma relação entre estados que perdurou ao menos até o século VII, quando Heráclio buscou o qaghan dos turcos para uma nova aliança contra os sassânidas. Em um trecho de seu *Breviário*, Nicéforo (c. 758 – 828), patriarca de Constantinopla, descreve o encontro entre Heráclio e o qaghan:

[Heráclio] enviou presentes ao senhor dos turcos, a quem urgiu para que entrasse em aliança contra os persas. Este aceitou e prometeu ser um aliado. Heráclio ficou agradecido com isso, e foi em sua direção; e ele, ao ser informado da presença do imperador, encontrou-se com ele junto de uma multidão de turcos e, desmontando de seu cavalo, prostrou-se ao chão perante o imperador, enquanto todos seus subordinados fizeram o mesmo. Ao perceber essa imensa honra, o imperador declarou-lhe que, se a amizade deles fosse constante, ele poderia se aproximar até mesmo a cavalo; e ele o chamou de seu próprio filho. Tirando a coroa de sua cabeça, colocou-a sobre a do turco e, depois de servir um banquete, apresentou a ele todos os utensílios, colocando-os sobre a mesa, bem como uma vestimenta imperial e brincos adornados com pérolas. Ele também decorou com suas próprias mãos os nobres da corte com brincos semelhantes. Temendo, porém, que pudesse sofrer o mesmo destino que com o Ávaro [qaghan], e com o objetivo de tornar o acordo mais vinculativo, mostrou-lhe o retrato de sua filha Eudócia e disse-lhe: “Deus se uniu a nós e fez de você meu filho. Eis aqui minha filha, a romana Augusta. Se você abraçar minha causa e me ajudar contra meus inimigos, eu lhe entregarei ela em casamento (NICÉFORO, *Breviário*, 12).

O trecho do *Breviário* de Nicéforo é um bom exemplo de continuidade das relações entre romanos e turcos e também é um exemplo claro da *política bizantina eurasiática*. Como defendido por Whittow (2018, p. 285-286), mais do que apenas um conto romantizado ou uma história fundamentalmente reconstruída para reafirmar a posição de Heráclio, o que existe no trecho é um exemplo de “diplomacia como um ritual Eurasiático”. De acordo o autor, a disposição de Heráclio em fazer essas concessões demonstra não apenas a importância dada pelos romanos ao Qaghanato Turco enquanto potenciais aliados, mas também o conhecimento prévio necessário para que se realizasse esse tipo de atividade diplomática, que “não era um arranjo extemporâneo, feito no calor do momento, mas fruto de uma bem-estabelecida política eurasiática” (WHITTOW, 2018, p. 286).

Através do que foi apresentado no decorrer deste capítulo, então, o que diferencia e relaciona ávaros e turcos na *História* de Menandro Protetor? Como abordado no subcapítulo anterior, Menandro relaciona intimamente turcos e ávaros, apresentando essa relação logo no primeiro excerto em que menciona ambos os grupos (MENANDRO, Fr. 4, 2). Essa correlação entre os grupos, por sua vez, é estabelecida também através da concepção metanarrativa de “dois olhos do mundo”, que auxilia aos romanos não apenas a explicar seu lugar no mundo ao lado dos iranianos (como “irmãos” ou mesmo inimigos), como também dá sentido a grupos

como turcos e ávaros. Todavia, embora Menandro estabeleça um antagonismo entre romanos e ávaros e também sassânidas e turcos, como os bárbaros/nômades do Norte que ameaçariam a hegemonia destes Impérios, seu discurso sobre os turcos prevalece sendo fortemente influenciado pela importância diplomática exercida por eles no contexto do século VI, em que os principais inimigos do Império Romano eram o Irã e os ávaros, ambos também inimigos do Qaghanato Turco.

A relação estabelecida entre turcos e ávaros, por sua vez, é uma relação de disputa por legitimidade política nas estepes, mesmo na *História* de Menandro, que os representa numa espécie de disputa entre senhor x escravo. Quando os ávaros, chamados de *varconitas* por Turxanto e pelos turcos, fugiram da hegemonia turca, levaram consigo não apenas o título de qaghan mas também o infame etnônimo *ávaro*, que era utilizado pelos rouran (POHL, 2018). O “roubo” do etnônimo ávaro e do título de qaghan por Baian, desse modo, foi um desafio a legitimidade política dos turcos, que precisavam eliminar vestígios do Qaghanato Rouran para se provarem como os legítimos e verdadeiros governantes da Estepe Eurasiática. Só poderia haver um qaghan.

Por conseguinte, o que diferencia ávaros e turcos enquanto nômades? Para a narrativa de Menandro, o que diferencia ambos os grupos, essencialmente, são suas respectivas posturas político-diplomáticas e o contexto geopolítico do século VI. Nesse sentido, Menandro parece ter sido fortemente influenciado não apenas pelo contexto de guerra com os ávaros no século VI, mas principalmente pelos documentos da chancelaria imperial romana. Apesar de, em um primeiro momento, os ávaros terem se apresentado como um potencial aliado e defensor do sistema de alianças tribais construído por Justiniano, logo se tornaram uma ameaça considerável ao Império, cujas posturas diplomáticas são fortemente criticadas por Menandro em seu texto. Dada a importância que a diplomacia possui nos fragmentos de Menandro, é no mínimo compreensível que o autor tenha construído uma imagem amplamente negativa sobre os ávaros.

Já os turcos, como apresentado, são representados de forma bastante branda e, por vezes, positiva, um reflexo da posição geopolítica ocupada pelo Qaghanato Turco, além da postura diplomática do qaghanato com Constantinopla. A aliança turco-romana, dessa forma, se mostrou valiosa não apenas militarmente, mas também no âmbito econômico, dando aos romanos uma nova rota de acesso à seda produzida na Ásia.

Ademais, a *História* de Menandro é um bom exemplo de como o estereótipo *cita nômade*, enquanto base para construções representativas e narrativas, modifica-se de acordo com os interesses de cada autor. No caso da obra de Menandro, seus interesses eram inegavelmente diplomáticos, havendo pouco espaço para descrições etnográficas. Embora as

características estejam dadas para ambos os grupos, como é o caso da associação com a infértil, fria e úmida Cítia, que gera homens e mulheres intemperados, ou com o modo de vida nômade, esses atributos são mais ou menos presentes e de forma mais ou menos negativa de acordo as posições políticas, sociais e culturais do autor. Portanto, como Menandro Protetor escreveu sobre eventos quase contemporâneos à sua *História*, o contexto das interações político-diplomáticas do Império Romano no século VI certamente influenciou o quadro final pintado pelo historiador sobre turcos e ávaros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado no decorrer desta dissertação, os séculos V e VI apresentaram ao Império Romano do Oriente novos desafios em torno da diplomacia romana com a Eurásia. Com o fim da Confederação Huna de Átila no Danúbio, na década de 460, a região dos Balcãs se tornou uma cacofonia de grupos tribais que passaram a disputar o espaço. Nesse sentido, a diplomacia romana encontrou amplo espaço para atuação, tentando a todo momento manter um equilíbrio na balança de poder da região, impedindo que grupos ascendessem a posições muito favoráveis e que pudessem comprometer a seguridade das fronteiras romanas.

Um bom exemplo dessa atuação político-diplomática na região foi a estratégia adotada por Zenão, que jogou diplomaticamente tentando colocar Teodorico, o Amalo contra Teodorico Estrabão, criando assim uma rivalidade entre os dois grupos ostrogodos na década de 470-480 (TODD, 2004, p. 165). Com a morte de Teodorico Estrabão em 481 e a unificação das tribos ostrogodas por Teodorico, o Amalo, Zenão ainda conseguiu convencer Teodorico a invadir a Itália e depor Odoacro, que em 472 depôs Rômulo Augustulo do trono em Ravena (LEE, 2008, p. 51). Justiniano, no entanto, foi o imperador que aperfeiçoou essa estratégia, conseguindo estabelecer uma verdadeira rede de alianças nas estepes do Ponto. Onde, de acordo com Kardaras (2018, p. 21):

Com a Crimeia como base para atividades diplomáticas, Bizâncio buscou o controle do “corredor da estepe” por onde invasores nômades da Ásia Central poderiam facilmente alcançar a costa norte do Mar Negro, o Baixo Danúbio e, através de passes pelas Montanhas do Cáucaso, a Ásia Menor.

O sistema de alianças criado por Justiniano foi de grande serventia durante seu governo, e serviu como forma de manter em xeque o avanço de certos grupos tribais da zona de estepe, como é o caso de cutrigures, utigures e búlgaros. Através da cristianização, do comércio e do pagamento de tributos, valendo-se assim da “economia de prestígio” das sociedades nômades, Justiniano pôde manter as fronteiras norte do Império em relativa segurança. Quando estas estratégias não funcionavam, valia-se da rivalidade entre grupos, tática adotada por Justiniano para lidar com cutrigures e utigures.

Entre os invernos de 557 e 558, no entanto, um grupo pouco conhecido até então, de etnônimo *ávaro*, adentrou as estepes ao norte do Cáucaso, contatando os alanos e buscando uma audiência com o imperador romano no Oriente, Justiniano. O contato marcou o início das relações diplomáticas romano-ávaras, que foram vistos como qualquer outro grupo nômade até

então. Buscando o *status* de federados (*foedus*) do Império, os ávaros pediram presentes em troca “destruir os inimigos dos romanos”.

Com o consentimento romano, os ávaros subjugarão diversas tribos dos arredores da Cítia o que acabou por, conseqüentemente, enfraquecer o sistema de alianças construído por Justiniano, já que havia agora poucos grupos na região capazes de se opor militarmente aos ávaros. Essa balança de poder, por sua vez, foi completamente rompida quando, em 568, Baian, qaghan dos ávaros, conseguiu se estabelecer na Panônia após derrotar os gépidas, antigos federados romanos, fundando o Qaghanato Ávaro. Nesse sentido, enquanto Justiniano manteve as relações relativamente amistosas com os ávaros, Justino II tomou uma postura muito mais agressiva, possivelmente influenciado pela aliança estabelecida com o Qaghanato Turco. Ao negar os tributos aos ávaros e ofender um de seus embaixadores, um novo conflito foi estabelecido entre as partes.

Embora tenha havido um breve período de paz e cooperação entre Tibério II e Baian Qaghan nos de 575 a 580, a guerra foi retomada quando os ávaros sitiaram a cidade histórica de Sírmio, antiga capital do Reino Gépida que fora entregue por seu rei, Cunimundo, a Justino II durante a invasão ávara de 567. A capitulação de Sírmio, em 582, coincide também com a morte de Tibério II e a ascensão de Maurício Tibério, um governo marcado por uma longa e exaustiva guerra nos Balcãs, que acabou por levar à deposição de Maurício em 602, após uma insurreição militar liderada por Focas.

A instabilidade diplomática entre romanos e ávaros, todavia, não foi um processo unilateral. Como relatado por Menandro Protetor, os ávaros também tiveram uma postura bastante agressiva em relação ao Império, tanto em suas ações como através dos discursos promovidos por seus embaixadores, como o atestado discurso ambíguo, “ora suplicando, ora ameaçando” de um dos emissários de Baian (MENANDRO, Fr. 8). Para além disso, os ávaros souberam tirar proveito da situação em que se encontravam as fronteiras romanas do Danúbio, frágeis devido à guerra contra a Terra do Irã, que foi iniciada por Justino II em 572 e foi encerrada somente em 591, quando Maurício ajudou o Shahanshah Cosroes II a retomar o trono sassânida do general rebelde Bahram Chobin. Um desses momentos foi o cerco de Sírmio, em que o qaghan alegadamente mentiu ao fazer “o juramento dos romanos e dos ávaros” (MENANDRO, Fr. 25, 1), afirmando que não desejava infligir dano aos romanos e, pouco tempo depois, envia um emissário a Constantinopla ordenando que o imperador capitulasse a cidade.

Já o outro ator político para o qual esta dissertação se voltou, os turcos, sabemos que eles enviaram sua primeira embaixada ao Império Romano do Oriente possivelmente em julho

de 563, presente na narrativa de Teófanos Confessor (DOBROVITS, 2011, p. 308), cujo conteúdo discutido pela embaixada não se sabe. Foi somente em 568 que Ishtemi, sir yabghu qaghan da Região da Fronteira Ocidental do Qaghanato Turco enviou Maniakg, embaixador sogdiano, em uma comitiva para Constantinopla a fim de discutir uma aliança entre as partes. A comitiva de Maniakh se mostrou um sucesso, e uma aliança foi estabelecida entre turcos e romanos, uma das razões que levou Justino II a declarar guerra contra o Irã em 572, como bem mencionado por Menandro (Fr. 10, 2). Conforme abordado nos capítulos 1 e 3, todavia, sabe-se que a aliança não foi estabelecida unicamente com propósito militar. Era de interesse não apenas dos turcos e romanos, mas também dos comerciantes sogdianos, importantes atores políticos e econômicos do qaghanato, quebrar o monopólio sassânida sobre o comércio da seda no Oeste. Uma aliança entre o Qaghanato Turco e o Império Romano do Oriente, portanto, não apenas era estrategicamente valiosa do ponto de vista militar, já que ambos os impérios faziam fronteira com o Irã no Leste e no Oeste, respectivamente, mas também do ponto de vista comercial, pois permitia aos romanos adquirir a seda e aos turcos escoarem a seda adquirida através política predatória contra as dinastias chinesas.

A aliança entre Constantinopla e os qaghans da Eurásia, todavia, foi rompida em 576, em consequência do acordo estabelecido entre Tibério II e o qaghan ávaro Baian, que estabelecia uma trégua entre as partes e o pagamento anual de 8000 peça de ouro aos ávaros (POHL, 2018, p. 77-78). Os turcos viram o acordo como uma afronta e como uma distorção da palavra dos romanos, já que desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Império Romano do Oriente e o Qaghanato Turco, os turcos deixaram bastante claro que os ávaros fugitivos, a quem chamavam de varconitas, eram seus escravos (na realidade, sujeitos) que fugiram e causaram “danos às suas possessões” (MENANDRO, Fr. 6). O relato de Menandro apresenta Turxanto, o chefe turco, como um homem pretencioso, mas enraivecido por uma causa que possui nexos dentro da própria narrativa de Menandro. O episódio foi sucedido pela invasão turca da Cítia e a conquista da cidade do Bósforo, marcando um breve período de guerra entre turcos e romanos.

Por trás de grande parte desses relatos está Menandro Protetor, autor romano nativo de Constantinopla e foco nesta dissertação. Comissionado pelo imperador Maurício, um patrono das artes e da história, Menandro compôs uma obra que, infelizmente, sobreviveu somente em fragmentos, um possível reflexo do pouco alcance que a obra teve em seu contexto. No entanto, mesmo que fragmentária, a *História* de Menandro é rica em detalhes, sendo possivelmente a fonte mais importante para que se compreenda a diplomacia romana no século VI, já que

nenhum outro historiador antes dele ofereceu tamanho “conhecimento sobre a repetida ênfase das formas e conteúdos da atividade diplomática” (BLOCKLEY, 1985, p. 16).

Assim como os autores que o antecederam, Procópio de Cesareia e Agátias de Mirina, Menandro Protetor escreveu consciente dentro da chamada Tradição Classicizante, uma tradição literária que buscava remontar sua narrativa histórica aos cânones da historiografia grega, como Heródoto e Tucídides. Fortemente influenciado pela *História* de Agátias, a quem Menandro afirma estar dando continuidade, ele escreveu uma *História* única e característica, marcada pela forte presença da diplomacia e por uma mescla entre elementos da Tradição Classicizante e da História Eclesiástica, onde Deus se torna um importante fator para o desenvolvimento histórico. Portanto, embora os humanos sejam os principais agentes históricos (uma característica do secularismo da Tradição Classicizante), ainda assim são limitados pela vontade divina.

É relacionado ao posicionamento de Menandro dentro da Tradição Classicizante, desse modo, que o estereótipo *cita nômade* toma espaço em sua obra. Como se buscou interpretar no decorrer deste trabalho, o estereótipo estabeleceu as bases para a construção da representação de grupos nômades por autores da Antiguidade Tardia. Todavia, embora servisse como base para a construção da representação dentro do “jogo das representações”, o estereótipo era somente uma das peças na qual a palavra final era dada pela historicidade, ou seja, pelos anseios, interesses e o contexto político, social, cultural e econômico em que cada autor estava inserido.

Para Menandro não foi diferente, e embora se possa observar a aplicação do estereótipo *cita nômade* para as representações de ávaros e turcos em sua narrativa, as características variavam de acordo com os interesses do autor e, devido ao caráter político-diplomático e não etnográfico de sua obra, o que acaba por ditar o quadro final pintado por Menandro são a *práxis diplomática romana* e a importância que o autor dá para a diplomacia em seus excertos. Conforme observado no Capítulo 3, há uma disparidade bastante visível entre as representações que Menandro constrói acerca de ávaros e turcos, um reflexo da postura diplomática romana no contexto.

Sobre os ávaros, Menandro constrói uma narrativa de “vilanização”, representando-os desde o início de sua *História* como agressivos, gananciosos, arrogantes e traiçoeiros. Traidores e incapazes de se comprometer com os tratados assinados, Menandro apenas evidencia características bem estabelecidas pelo estereótipo. Como afirmado por Maas (2018, p. 27): “Através da falta de leis, justiça e instituições estáveis, nômades da estepe eram o antítipo da civilização urbana celebrada por gregos e romanos”. Conforme abordado no final do subcapítulo 3.1, portanto, as representações de Menandro sobre os ávaros se mostram um

reflexo direto da práxis diplomática romana e da importância que o autor dá para a diplomacia em seus fragmentos. As estratégias adotadas pelo qaghan Baian para estabelecer seu poder na Panônia, somados aos conflitos praticamente incessantes entre ávaros e romanos e alinhados a certas posturas do qaghan (como o desrespeito a imunidade dos embaixadores), assim como o modo como os imperadores lidaram com os recém chegados nômades, foram essenciais para o quadro final pintado por Menandro sobre o Qaghanato Ávaro.

Já as representações de Menandro Protetor sobre os turcos são muito mais brandas. Há, nesse sentido, uma diferença substancial também na forma como Menandro constrói a narrativa sobre os turcos. Enquanto sobre os ávaros Menandro narra os eventos político-diplomáticos que levaram a capitulação da cidade de Sirmio, tomando como ponto de partida a migração dos ávaros para o Cáucaso, quando aborda os turcos há uma abordagem diferente. Primeiro, porque embora os associe também os ávaros, a principal ligação dos turcos é com os sassânidas. Desta forma, Menandro dá início a sua narrativa sobre os turcos explorando os eventos que levaram a dissolução da aliança turco-sassânida através dos eventos da queima da seda e do envenenamento dos emissários turcos. O autor, portanto, constrói um cenário ideal para a formação de uma aliança entre o Império Romano do Oriente e o Qaghanato Turco ao abordar certos eventos ocorridos na Ásia Central, como é o caso do episódio mencionado.

Outro ponto importante de ser lembrado é que os turcos são o único grupo na *História* de Menandro descritos etnograficamente, informações que muito possivelmente foram adquiridas através da chancelaria imperial de Constantinopla, relatos do próprio embaixador Zemarco. Apesar dos costumes contrastantes, como o ritual de purificação pelo fogo, pelo qual Zemarco e sua comitiva tiveram que passar, a interação turco-romana foi bastante amigável nesse contexto, e a imagem construída por Menandro sobre os turcos e o qaghan Ishtemi/Silzíbulo é bastante positiva. Ademais, a descrição que Menandro faz da corte turca e dos eventos ocorridos na Ásia Central (seja o conflito turco-sassânida, seja a viagem de Zemarco) se mostram enriquecedoras, e são detalhes que fazem do autor uma fonte de suma importância para o estudo não apenas da diplomacia romana eurasiática, mas também da própria história do Qaghanato Turco. Nesse sentido, os sogdianos emergem como importantes agentes históricos, e Menandro denota muito bem a inserção sogdiana no qaghanato.

Embora mais brandas, as representações de Menandro sobre os turcos são, ainda assim, heterogêneas. Enquanto Silzíbulo/Ishtemi é representado como um homem astuto e inteligente (MENANDRO, Fr. 10, 1), o chefe turco Turxanto é arrogante e gostava de se gabar (MENANDRO Fr. 19. 1). A arrogância foi uma característica comum atrelada aos líderes nômades e foi enfatizada com frequência para descrever o qaghan ávaro Baian. A mudança de

atitude é evidente nos fragmentos de Menandro, mas ainda que Turxanto tenha ameaçado e prendido o embaixador romano Valentino e sua delegação, a atitude não é interpretada pelo autor como uma traição, já que os romanos assinaram um acordo com os ávaros em contravenção à aliança turco-romana. Mesmo quando os turcos liderados por Turxanto atacam a cidade do Bósforo e se tornam inimigos, pouco é dito sobre.

A *práxis diplomática romana* e a *diplomacia romana eurasiática*, portanto, foram fundamentais na construção representativa de Menandro Protetor. O Qaghanato Turco, nesse sentido, apresentou novos desafios para a diplomacia romana, desafios para os quais os romanos estavam preparados graças aos séculos de interação diplomática com a estepe. Diferente, contudo, de outros grupos nômades com os quais romanos haviam interagido até então, os turcos eram uma entidade de novas proporções, até então não encarada pelos romanos, capaz de rivalizar com os três grandes impérios da Eurásia: China, Constantinopla e Irã. O vantajoso posicionamento geopolítico do qaghanato, aliado ao controle turco-sogdiano sobre a Rota da Seda, concedeu ao Império Romano do Oriente uma oportunidade tática que não poderia ignorar.

A *História* de Menandro Protetor emerge, desse modo, como a fonte mais importante para que se possa compreender a *diplomacia romana eurasiática* no século VI. Mais do que isso, Menandro Protetor é possivelmente uma das fontes mais importantes do século VI no que diz respeito a diplomacia romana do contexto, devido à importância considerável dada pelo autor ao tema. Conforme já mencionado, nenhum outro autor até o contexto de Menandro descreveu as atividades diplomáticas de forma tão detalhada, dando tamanha atenção aos conteúdos e formas da interação entre cortes. De um homem que “menosprezava as coisas boas e escolhia as piores” (MENANDRO, Fr. 1,1) a historiador, Menandro Protetor deixou para a história seu legado. Humilde em sua proposta, a *História* de Menandro pôde sobreviver ao maior desafio de todos: o tempo. E sobrevive, ainda que em partes.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

AGÁTIAS DE MIRINA. **The Histories**. Traduzido por J. Frendo. Berlim: Walter de Gruyter, 1975.

AMIANO MARCELINO. **History**. Traduzido por J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1935.

HERÓDOTO DE HALICARNASSO. **The Persian Wars**, books 1-4. Traduzido por A. D. Godley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

HIPÓCRATES DE CÓS. **Airs, Waters, Places**. Traduzido por W. H. S. Jones. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1923.

JORDANES. **The Gothic History of Jordanes**. Traduzido por C. C. Rielow. Princeton: Princeton University Press, 1915.

MENANDRO PROTETOR. **The History of Menander the Guardsman**. Traduzido por R. C. Blockley. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1985.

NICÉFORO. **Short History**. Traduzido por C. Mango. Washington: Dumbarton Oaks, 1990.

PRISCO DE PÂNIO. **Priscus**, Text and Translation. Traduzido por R. C. Blockley. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1981.

THE ORKHON INSCRIPTIONS. Traduzido por E. D. Ross e V. Thomsen. Bulletin of the School of Oriental Studies, v. 5, n. 4, p. 861-876, 1930.

Fontes Bibliográficas

AMORY, P. **People and Identity in Ostrogothic Italy: 489-554**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ALTHEIM, F. **Geschichte der Hunnen**. Berlim: De Gruyter, 1969.

ANKERSMIT, F. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

BALDWIN, B. Menander Protector, **Dumbarton Oaks Paper**. v. 39, p. 99-125, 1978.

BALIBAR, E. The Nation Form: History and Ideology. In: BALIBAR, E.; I. M. WALLERSTEIN. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. London, New York: Verso, 1991.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLOCKLEY, R. C. Dexippus of Athens and Eunapius of Sardis. **Latomus**, v. 30, n. 3, 1971, p. 710-715.

_____. **Classicising Historians of the Late Roman Empire:** Eunapyus, Olympiodorus, Priscus and Malchus. Liverpool: Redwood Burn Ltd., 1981-83.

_____. **The History of Menander the Guardsman.** Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1985.

_____. The Development of Greek Historiography: Priscus, Malchus, Candidus. In: MARASCO, G. (Edit.). **Greek & Roman Historiography in Late Antiquity**, Fourth to Sixth Century A.D. Boston: Brill Leiden, 2003.

BONNER, M. **The Last Empire of Iran.** Nova Jersey: Gorgias Press, 2020.

BOYLE, J. Turkish and Mongol Shamanism in the Middle Ages. **Folklore**. v. 83, n. 3, p. 177-193, 1972.

BRODKA, D. Zum Geschichtsverständnis des Menander Protektor. **Electrum**, v. 13, p. 95-103, 2007.

CAMERON, A.; WARD-PERKINS, B.; WHITBY, M. (Edits.). **The Cambridge Ancient History**, vol. XIV, Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CAMERON, A. **Agathias.** Oxford: Clarendon Press, 1970.

_____. Justin I and Justinian. CAMERON, A.; WARD-PERKINS, B.; WHITBY, M. (Edits.). **The Cambridge Ancient History**, vol. XIV, Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CANEPA, M. P. **The Two Eyes of the Earth.** Art and Ritual of Kingship between Rome and Sasanian Iran. Berkeley: University of California Press, 2009.

DANDAMAYEV, M. **Iranians in Achaemenid Babylonia.** Costa Mesa: Mazda Publishers, 1992.

DARYAEE, T. Wahrām Čōbīn the Rebel General and the Militarization of the Sasanian Empire. In: A. Krasnowolska (Edit.). **Studies on the Iranian World: Before Islam: Medieval and Modern.** Cambridge: Jagiellonian University Press, 2015.

DE GUIGNES, J. **Histoire generale des Huns, des Mongoles, des Turcs et des autres Tartares occidentaux.** Paris: Desaint & Sailant, 1757.

DE LA VAISSIÈRE, É. Is There a “Nationality of the Hepthalites”?, **Bulletin of the Asia Institute**, v. 17, p. 119-132, 2003.

_____. **Sogdian Traders.** A History. Traduzido por James Ward. Boston: Brill Leiden, 2005.

DE PAULA, J. E. G. Narrativa e representação na filosofia da História de Frank Ankersmit, **Revista Lampejo**, v. 8, n. 2, p. 171-197, 2020.

DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). **Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

DOBROVITS, M. The Thirty Tribes of the Turks. **Acta Orientalia Academiae Scientarum Hung.** v. 57, n. 3, p. 257-262, 2004.

_____. A nyugati türkök első uralkodójáról. **Antik Tanulmányok**, v. 48, p. 101-109, 2004.

_____. The Altaic World through Byzantine eyes: some remarks on the historical circumstances of Zemarchus' journey to the Turks (AD 569-570). **Acta Orientalia Academiae Scientarum Hung.** v. 64, n. 4, p. 373-409, 2011.

_____. On the Titulature of the Western Turkic Chieftains. In: GOLDEN, P.; KOVALEV, A.; SKAFF, J.; ZIMONYI, A. (Edits.). **Archivum Eurasiae Medii Aevii**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2015.

GIVEN, J. **The Fragmentary History of Priscus: Attila, the Huns and the Roman Empire, AD 430-476**. Merchantville: Evolution Publishing, 2014.

GOLDEN, P. **An Introduction to the History of the Turkic People: ethnogenesis and state-formation in medieval and early modern Eurasia and the Middle East**. Otto Harrassowitz: Wiesbaden, 1992.

_____. The Türk Imperial Tradition in the Pre-Chinggisid Era. In: SNEATH, D.; KAPLONSKI, C (Edits.). **The History of Mongolia**. Kent: Global Oriental, 2010.

_____. Ethnogenesis in the Tribal Zone: The Shaping of the Turks. **Antiquitatis et Medii Aevi**, v. 9, p. 17-63, 2011.

_____. The Ethnogenic Tales of the Türks. **The Medieval History Journal**, v. 21, n. 2, p. 1-37, 2018.

GROUSSET, R. **The Empire of the Steppes, a History of Central Asia**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1970.

HARTOG, F. **The Mirror of Herodotus**. Londres: University of California Press, Ltd., 1988.

HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A. (Edits.). **The Oxford Classical Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. (Edits.). **The Oxford Companion to Classical Civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

KARDARAS, G. **Byzantium and the Avars, 6th-9th Century AD**. Boston: Brill Leiden, 2018.

KRADIN, N. N. From Tribal Confederation to Empire: The evolution of Rouran Society. **Acta Orientalia Academiae Scientarum Hungaricae**, v. 58, n. 2, 2005, p. 149-169.

KRADIN, N. N. Structure of Power in Nomadic Empires of Inner Asia: Anthropological Approach. In: LEONID, E.; GRININ, E.; DMITRI, D. (Edits.). **Hierarchy and Power in the History of Civilizations: Ancient and Medieval Cultures**. Moscou: URSS, 2008.

KELLY, C. **The End of Empire**, Attila the Hun & the Fall of Rome. Nova York: W. W. Norton & Company, 2009.

KHAZANOV, A. M. **Nomads and the Outside World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KULIKOWSKI, M. Classicizing History and Historical Epitomes. In: MCGILL, S.; WATTS, E. J. (Edits.). **A Companion to Late Antique Literature**. Nova York: Wiley Blackwell, 2018.

LEE, A. D. The Eastern Empire: Theodosius to Anastasius. In: CAMERON, A.; WARD-PERKINS, B.; WHITBY, M. (Edits.). **The Cambridge Ancient History**, vol. XIV, Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MAAS, M. **How the steppes became Byzantine**. In: DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

MAENCHEN-HELFEN, O. J. **The World of the Huns: Studies in their history and culture**. Berkley: University of California Press, 1973.

MALLAN, C; DAVENPORT, C. Dexippus and the Gothic Invasions: Interpreting the New Vienna Fragment (Codex Vindobonensis Hist. gr. 73, ff. 192-193), **The Journal of Roman Studies**, v. 105, p. 203-266, 2015.

MARTINDALE, J. R. **The Prosopography of the Later Roman Empire**, vol. III, A.D. 527-641. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MCCALLUM, J. **Understaing the ‘Other’ in an East Greek Context**. Dissertação de Mestrado em Clássicos defendida na McMaster University, 2014.

MELYUKOVA, A. I. The Scythians and Sarmatians. In: SINOR, D. (Edit.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, R. **Do Don ao Danúbio: uma análise dos etnônimos “cita” e “huno” nos fragmentos de Prisco de Pânio (século VI)**. Monografia de Conclusão de Graduação defendida da Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

PINTO, O. L. V. **Integrating Magna Dacia**. A Narrative Reappraisal of Jordanes. Tese de Doutorado em História defendida na University of Leeds, 2016.

POHL, W. **The Avars: A Steppe Empire in Central Europe, 567-822**. Ítaca, Londres: Cornell University Press, 2018a.

_____. Ethnicity and Empire in the Western Eurasian Steppes. In: DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). **Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018b.

REZAKHANI, K. **ReOrienting the Sasanians**, East Iran in Late Antiquity. Edimburgo: Edimburgh University Press, 2017.

RICCI, G. A. **Nomads in Late Antiquity**: Gazing on Rome from the Steppe, Attila to Asparuch (370-680 C.E.). Dissertação de Mestrado em História defendida na Princeton University, 2015.

SINOR, D. (Edit.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SINOR, D. The establishment and dissolution of the Türk Empire. In: SINOR, D. (Edit.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SZÁDECKZY-KARDOSS, S. The Avars. In: SINOR, D. (Edit.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMAS, R. **Herodotus in Context**: Ethnography, Science, and the Art of Persuasion. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TODD, M. **The Early Germans**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

TREADGOLD, W. **The Early Byzantine Historians**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2007.

VAN NUFFELEN, P. Ecclesiastical History. In: MCGILL, S.; WATTS, E. J. (Edits.). **A Companion to Late Antique Literature**. Nova York: Wiley Blackwell, 2018.

VOVIN, A. Once again on the etymology of the title qayan. **Studia Etymologica Cracoviensiam** v. 12, p. 177-187, 2007.

WHITBY, M. **The Emperor Maurice and his Historian**: Theophylact Simocatta on Persian and Balkan Warfare. Oxford: Clarendon Press, 1988.

_____, M. The Successors of Justinian. CAMERON, A.; WARD-PERKINS, B.; WHITBY, M. (Edits.). **The Cambridge Ancient History**, vol. XIV, Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WHITTOW, M. Byzantium's Eurasian Policy in the Age of the Türk Empire. In: DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). **Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 271-286.

WINKELMANN, F. Historiography in the Age of Constantine. In: MARASCO, G. (Edit.). **Greek & Roman Historiography in Late Antiquity**, Fourth to Sixth Century A.D. Boston: Brill Leiden, 2003.

YÜ, Y. The Hsiung-nu. In: SINOR, D. (Edit.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.